

ISSN: 2318-9657

# MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.8, n.15, jul/dez 2020

nlep  marx

 Universidade  
Federal  
Fluminense

 CNPq

## **Editores**

Marcela Soares, UFF | Brasil

Pedro Cassiano, IFPB | Brasil

Tatiana Poggi, UFF | Brasil

## **Conselho Editorial**

Alfredo Saad Filho, University of London | Reino Unido

Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil

André Martins, UFJF | Brasil

Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil

Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil

Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil

Diego Guerrero, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil

Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil

Eurelino Coelho, UEFS | Brasil

Fábio Frizzo, UFF | Brasil

Felipe Demier, UERJ | Brasil

Franklin Trein, UFRJ | Brasil

Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil

Hugo Figueira Corrêa, UFF | Brasil

João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

José Rodrigues, UFF | Brasil

Kênia Miranda, UFF | Brasil

Lúcia Neves, UFPE | Brasil

Luciana Requião, UFF | Brasil

Maracajaro Mansor, UFF | Brasil

Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil

Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil

Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil

Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires | Argentina

Paulo Gajanigo, UFF | Brasil

Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa | Portugal

Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil

Sara Granemann, UFRJ | Brasil

Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil

Virgínia Fontes, UFF | Fiocruz | Brasil

Xabier Montoro, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

## **Comitê Científico**

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil

Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil

Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil

Eduardo Sá Barreto, UFJF | Brasil

Eleuterio F S Prado, USP | Brasil

Ellen Tristão, UFVJM | Brasil

Ester Vaisman, UFMG | Brasil

Eunice Trein, UFF | Brasil

Flávio Ferreira de Miranda, UFRRJ | Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil

Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil

João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil

João Leonardo Gomes Medeiros, UFF | Brasil

José Ernesto Moura Knust, UFF | Brasil

Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil

Marcos Del Roio, UNESP | Brasil

Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil

Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil

Paulo Alentejano, UERJ | Brasil

Paulo Pachá, UFF | Brasil

Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil

Roberto Leher, UFRJ | Brasil

Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil

Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil

Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil

Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE COLEMARX | Brasil

## **Revisão de texto**

Álvaro Martins Siqueira

Bianca Imbiriba Bonente

Edson Mendonça da Silva

Eduardo Sá Barreto

Maracajaro Mansor

Maurício Vieira Martins

Paulo Cruz Terra

Sofia Escobar

## **Projeto Gráfico**

Carolina Noury

## **Diagramação**

Eva M. Maschio

# MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.8, n.15, jul/dez 2020

Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo – v.8, n.15, jul/dez 2020. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.

209 p.; il.

Semestral

Inclui bibliografia

Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

## Política Editorial

*Marx e o Marxismo —Revista do NIEP Marx—* é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP Marx, defende uma **concepção materialista** da história, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais.” Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a **historicidade** e sua compreensão como um **processo contraditório** não linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens —as classes sociais— originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.

Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.



# SUMÁRIO

217 Editorial

## Artigos

- 227 A disputa do Imaginário e a esquerda: pela reconstrução de um imaginário revolucionário  
*Edson Mendes Nunes Júnior*  
*Luan Cardoso Ferreira*
- 250 Ideología valenciana. Una crítica de la ética en los negocios a partir del pensamiento de Karl Marx  
*Fernando Gil Sánchez*
- 269 David Harvey: mercadoria, capital, capital de empréstimo e capital fictício – Notas críticas  
*Paulo Henrique Furtado de Araujo*
- 295 Contribuição à análise crítica do capitalismo dependente brasileiro  
*Glauber Lopes Xavier*
- 313 Empresariado e ditadura: contribuições para uma análise de longo prazo do processo de neoliberalização brasileiro (1967-1978)  
*Julio Cesar Pereira de Carvalho*
- 335 O governo Temer e o avanço autoritário das contrarreformas no campo educacional  
*Gabriela de Oliveira Delgado*  
*Giovane do Nascimento*  
*Renata Maldonado da Silva*

- 359 A obra cinematográfica como fonte histórica: por uma abordagem crítico-materialista  
*Cíntia Medina*

### Nota crítica

- 389 Um acerto de contas com a História: o plebiscito de 25 de outubro de 2020 no Chile  
*Rejane Carolina Hoeveler*

### Luta e memória

- 400 O acirramento das contradições no Império: uma entrevista com Leo Panitch  
*Ana Garcia*  
*Debora Gaspar*  
*Filipe Mendonça*
- 415 “Karl Marx: uma biografia; José Paulo Netto: uma antologia”. Resenha do livro *Karl Marx: uma biografia*, de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2020.  
*João Leonardo Medeiros*



## Editorial

O planeta parou e a terra ardeu. Ardeu com as queimadas no outback australiano, no véu alaranjado que cobriu de chamas a Califórnia, a Amazônia e o Pantanal. Incêndios criminosos, testemunhas do avanço descontrolado e destrutivo do Capital sobre a natureza, sobre toda a vida. E o céu escureceu. Escureceu com a fumaça da ignorância sobre a gravidade da crise climática em nosso planeta, crise que coloca em risco a própria sobrevivência da humanidade e que pode ser percebida por alguém tão jovem quanto Greta Thunberg, mas ainda assim negligenciada por chefes de Estado e pelo empresariado que só enxergam os lucros de hoje.

E o mundo adoeceu. A pandemia de Covid-19 nos varreu e levantou a poeira do esquecimento e do silenciamento jogada em cima de toda miséria, opressão e desmonte dos serviços públicos, daquilo que deveria ser o básico e comum a todos/as. A pandemia do novo Coronavírus desnudou o lado mais sórdido do capitalismo, deixando ao léu milhares de seres humanos, jogados à própria sorte em meio ao avanço avassalador do vírus. Não bastasse estarmos já desprovidos/as de proteção social, de saúde pública, de emprego com com garantias e direitos mínimos, de previdência e sem renda que possibilite pagar pelo acesso à dignidade e à cidadania. Milhões de seres humanos tiveram ainda que se defrontar com uma enxurrada de notícias e informações falsas. Além disso, os países que antes exaltavam a chamada globalização se digladiam para garantir estoques de futuras vacinas, seringas e agulhas, enquanto uns já começaram seu plano de vacinação, aqui no Brasil, parece que a lógica é não vacinar.

Um conflito surreal se instalou entre cuidar da saúde e cuidar da economia, pois mesmo em meio à maior pandemia da nossa geração o Capital não aceita desacelerar. Mesmo em face da morte, a economia não pode parar. A crise sanitária que se instalou só aprofundou o desastre social, humano e ambiental em curso. Nunca o conceito de necropolítica de Achille Mbembe fez tanto sentido e tornou-se tão explícito.

E nesse trem desgovernado de doença, trabalho e morte somos obrigados/as a olhar para aquela seletividade, que possibilita privilegiados/as permanecerem trabalhando com um relativo nível de segurança em suas casas, enquanto outros/as, simplesmente, têm que se jogar na roda viva da morte se arriscando

nas ruas e transportes lotados. Entre esses/as últimos/as, ficam cada vez mais evidentes as cores, os traços étnicos não caucasianos, os passaportes do chamado “sul global”, “as mães solteiras”, fileiras de jovens entregadores rodando em bikes ou a pé pela cidade, “empreendedores” de sua própria miséria, sem perspectiva de carreira ou emprego formal. A eles/as não é dado o privilégio do home office, do acesso à leitos de UTI em hospitais privados, do seguro desemprego na eventualidade de doença. Sufocados pelo Capital antes mesmo da pandemia. Sufocados pela violência policial, pela opressão racial, pela xenofobia, certas vidas pouco importam, são descartáveis. George Floyd, as primas Emily e Rebeca, vítimas da violência policial; o menino Miguel, vítima da indiferença da nossa burguesia ávida por esconder a todo custo sua própria mestiçagem; Madalena, escrava doméstica por 38 anos; João Alberto, assassinado por seguranças no Carrefour. Fatos incontáveis de um cotidiano de violência, opressões e exploração sangram a ferida do racismo, que o Capital insiste afirmar poder superar com o mito do mérito e do esforço individual. Impulsionaram também ondas de resistência em todo o mundo, tirou muitos/as da letargia, conseguiu acender a chama da empatia e fazer retroceder, ainda que temporariamente, o poder do ódio na esfera política.

Donald Trump saiu derrotado nas eleições americanas. E essa derrota é claramente mais significativa que a vitória de Joe Biden, um democrata mais que conservador. Aqui em nossas terras o clima não foi muito diferente, pois as eleições municipais garantiram algumas vitórias parciais. Prefeitos do centrão dominaram o bloco eleito e governadores, tomando a frente na corrida pela vacina, demonstram um relativo enfraquecimento da fração fascistóide ou “ala ideológica” instalada no governo.

Um ano de severas perdas, com inúmeras e diferentes tipos de expropriações, a vida foi a mais impactante, com a morte de quase 200 mil pessoas pelo novo coronavírus, somente em nosso país. Para esses, o ano de 2020 foi o último ano de suas vidas.

A tarefa atual é a da resistência e seguir no trilho da batalha das ideias pela emancipação humana.

No caminho de defesa da ciência e por outro horizonte, esta edição da nossa revista traz ricas contribuições, com uma diversidade de temas fundamentais, como a análise da formação socioeconômica brasileira, da autocracia burguesa; sobre os dilemas educacionais; debates clássicos e contemporâneos de lutas da ordem do dia. Imprescindíveis para continuarmos com o propósito da nossa revista e, conseqüentemente, para os enfrentamentos cotidianos. Nós enquanto editores/as sentimos o peso de construir esse número diante de tantos atropelos e demandas gigantescas, mas, ao mesmo tempo, recebemos a contribuição imprescindível de todos os/as pareceristas, dos/as integrantes do coletivo de revisão e da equipe editorial que cederam espaço em suas agendas e higienizações

diárias para construir esse novo número da revista conosco. A cumplicidade mútua entre os/as editores/as também foi essencial, o afeto e a solidariedade coletiva superaram, mais uma vez, a opressão e barbárie que vivemos no dia a dia. Nosso muito obrigado/a a todos e todas.

Abrimos nossa revista com o instigante artigo “A disputa do Imaginário e a esquerda: pela reconstrução de um imaginário revolucionário”, texto de Edson Mendes Nunes Júnior e Luan Cardoso Ferreira. Os autores abordam a importância do imaginário, a partir da teoria psicanalítica, resgatando o debate, primordialmente, entre Freud e Lacan em diálogo com os escritos de Marx e Engels. Destacam o conceito lacaniano de “imaginário” como uma dimensão do encontro entre o real e o subjetivo, considerando um campo de disputa importante para atividade política revolucionária que atualmente é hegemônico pela ideologia neoliberal. Eles criticam a noção de “terceira via” pela esquerda e defendem a importância do “imaginário revolucionário” na luta política contra-hegemônica.

Fernando Gil Sánchez, em seu artigo intitulado: “Ideología valenciana. Una crítica de la ética en los negocios a partir del pensamiento de Karl Marx” escreve uma importante contribuição sobre a impossibilidade de uma ética empresarial proposta pela “Escola de Valencia” legitimar as ações econômicas intrínsecas do capital. Sánchez, por meio da contribuição marxiana e da tradição marxista, demonstra que um conjunto de valores morais empresarial não são capazes de ocultar a luta de classes, o fetichismo da mercadoria, a exploração dos trabalhadores e demais elementos constitutivos das relações de produção capitalistas.

No artigo “David Harvey: mercadoria, capital, capital de empréstimo e capital fictício – Notas críticas”, o autor Paulo Henrique Furtado de Araújo realiza uma contundente crítica, apreendendo elementos de método, que comprometem a análise de David Harvey sobre a obra *O capital*, de Karl Marx, que consequentemente desencadeiam equívocos sobre categorias e perspectivas para o devir.

Glauber Lopes Xavier, em seu artigo “Contribuição à análise crítica do capitalismo dependente brasileiro”, nos fornece uma importante análise sobre a formação socioeconômica brasileira por meio do debate da formação da burguesia nacional, da chamada “revolução brasileira” e da formação do Estado burguês, fundamentado em alguns clássicos do pensamento social brasileiro dentre eles: Joaquim Nabuco, Oliveira Vianna, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes.

O artigo de Julio Cesar Pereira de Carvalho intitulado “Empresariado e Ditadura: contribuições para uma análise de longo prazo do processo de neoliberalização brasileiro (1967-1977)” reconstrói as relações de setores chave do empresariado brasileiro durante a ditadura militar. Concentrando-se notadamente na indústria de base, no setor automotivo e no setor bancário, o autor revela o vínculo íntimo estabelecido por essas frações do Capital ainda durante a ditadura

com elementos centrais para o neoliberalismo na América Latina, tais quais: a agenda privatizante, o processo de financeirização e a defesa incontestada do livre mercado.

Gabriela de Oliveira Delgado, Giovane do Nascimento e Renata Maldonado da Silva no artigo “O governo Temer e o avanço autoritário das contrarreformas no campo educacional” discutem as políticas públicas aprovadas durante o governo Michel Temer (2016-2019) que impactam diretamente a educação, como a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), que congela os gastos públicos por 20 anos, e a Reforma do Ensino Médio (lei nº 13.415). O debate sobre a reforma educacional, especialmente seu conteúdo político, é travado sob a ótica do processo maior de avanço das contrarreformas neoliberais e ataque aos direitos dos trabalhadores.

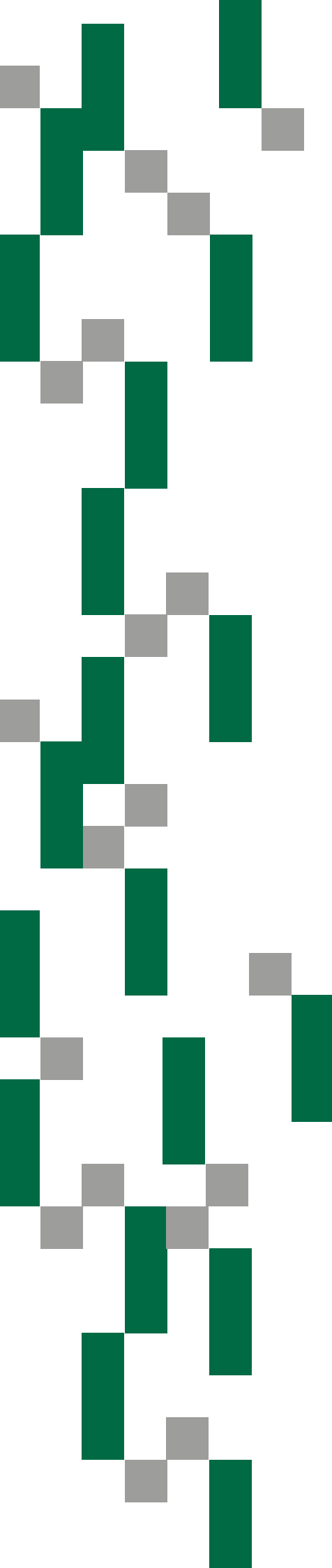
Em “A obra cinematográfica como fonte histórica: por uma abordagem crítico-materialista” Cíntia Medina debate o cinema a partir do marxismo, considerando o fato fílmico em sua totalidade, isto é, o cinema como síntese de múltiplas determinações. Medina acredita ser possível transpor uma análise superficial de uma produção audiovisual por meio da reflexão dialética do cinema enquanto obra de arte, mercadoria, produto coletivo de trabalho humano abstrato, agente e documento histórico de uma época. Considera ainda relevante pensar e decifrar a linguagem cinematográfica desde sua pré-produção até sua distribuição nas salas de cinema e festivais, afinal, o cinema é produto e produtor da realidade social no qual está inserido.

Neste número, trazemos como nota crítica um potente texto de Rejane Hoeveler sobre a audaciosa insurreição popular que vem tomando o Chile, desde outubro de 2019, botando em xeque o modelo chileno de desenvolvimento liberal e levando ao sepultamento da Constituição liberal de 1980. O estallido de 2019-2020 é fruto de um processo de mobilizações sociais por reformas constitucionais em curso desde 1998, com tímidas vitórias aprovadas nos governos Bachelet e constante pressão social, remontando à “revolta dos pinguins” em 2006, ao movimento No Más AFP de 2016 e às ocupações feministas em escolas e universidades em 2018. Como resultado do novo plebiscito de 25 de outubro de 2020, aprovou-se a redação de uma nova Carta Constitucional com aterradora margem de 80% e a condição de sua produção, a partir de uma Convenção Constitucional composta exclusivamente por indivíduos eleitos popularmente para esse fim.

Em luta e memória, nossa revista apresenta “O acirramento das contradições no Império: uma entrevista com Leo Panitch”, entrevista realizada por Ana Garcia, Débora Gaspar e Filipe Mendonça. Leo Panitch nos deixou recentemente e foi um valoroso intelectual socialista e internacionalista, deixando um imprescindível legado. Leo Panitch concedeu esta importante contribuição, logo após as eleições norte-americanas, esta considerada uma das mais importantes da

história estadunidense. Panitch, com suas contundentes e lúcidas reflexões, resgata análises fundamentais sobre as contradições que permeiam o capitalismo e os aparentes paradoxos entre globalização e nacionalismo, como também resalta a face fascistizante cada vez mais hegemônica da sociabilidade burguesa e, por isso, o indispensável resgate da utopia.

Para fechar a última edição da nossa revista deste fatídico ano, temos a resenha de João Leonardo Medeiros sobre a aguardada biografia de Karl Marx, escrita por José Paulo Netto. Medeiros, em sua resenha, elucida que a obra que nos apresenta “é uma espécie de dois em um: uma biografia de Marx e uma antologia de José Paulo Netto”. Medeiros ressalta que apesar de existirem diversas biografias de Marx, a elaborada por José Paulo Netto, este sendo um dos maiores pensadores do marxismo no Brasil, traz contribuições valiosíssimas não apenas sobre a vida e obra de Karl Marx mas para a tradição marxista e para o pensamento social.



# ARTIGOS

# A disputa do Imaginário e a esquerda: pela reconstrução de um imaginário revolucionário

*The dispute of the Imaginary and the left: for the reconstruction of a revolutionary imaginary*

Edson Mendes Nunes Júnior\*

Luan Cardoso Ferreira\*\*

## Resumo

Refletimos sobre o conceito lacaniano de “imaginário” e sua importância na vida humana, considerando-o como marcado por antagonismos conectados ao campo material. Nossa hipótese é a de que tal conceito abrangeria fatores indispensáveis para a luta política, sendo o imaginário uma dimensão que a “esquerda”, resignada e marcada pela “terceira via”, deixou de disputar. Após debatermos – com ajuda da psicanálise – a importância das formações imaginárias, discutimos seu enodamento estrutural com a realidade, nos fazendo chegar a um nível político. Então, apresentamos exemplos históricos da mobilização deste registro pela esquerda – o ideal do revolucionário em Cuba e no Partido dos Panteras Negras, além da produção cultural soviética – sugerindo a necessidade de reconstrução de um “imaginário revolucionário” na sociedade neoliberal.

**Palavras-Chave:** Esquerda; Imaginário; Neoliberalismo.

## Abstract

*We reflect on the lacanian concept of “imaginary” and its importance, considering it as marked by antagonisms connected to the material field. Our hypothesis is that such a concept would encompass indispensable factors for political struggle, being a dimension that the “left”, resigned and marked by the “third way”, no longer disputes. After debating – with the help of psychoanalysis – the importance of imaginary formations, we discuss their structural entanglement with reality, bringing us to a political level. We then present examples of the mobilization of this domain by the left – the ideal of the revolutionary in Cuba and the Black Panther Party, as well as Soviet cultural production – suggesting the need for the reconstruction of a “revolutionary imaginary” in the neoliberal society.*

**Keywords:** *Imaginary; Left; Neoliberalism.*

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense, com mestrado e graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e graduação em Relações Internacionais pelo Centro Universitário IBMR.

\*\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense, com especialização em Teoria Psicanalítica pela Universidade Cândido Mendes e graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

## 1. Introdução

Desde o desmonte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o modo de produção existente passou a ser reconhecido como único modelo possível, visto que seu principal país rival teria sido derrotado. A democracia burguesa e o capitalismo passaram a ser entendidos como “fim da história” (Fukuyama, 1992). Dessa forma, o modelo de estrutura social capitalista e neoliberal, representado pelos Estados Unidos, foi estabelecido como a forma predominante de se constituir a sociedade.

Como apontam Karl Marx e Friedrich Engels (2007), em sua obra *A Ideologia Alemã*, as condições materiais têm função de matéria-prima para as ideias dominantes de uma sociedade. Ou seja, podemos compreender que a “derrota” do país tido como modelo para o socialismo significou uma retomada unipolar da hegemonia do capitalismo não só em seus aspectos concretos, mas também no campo espiritual.

Nesse sentido, temos como foco de investigação neste trabalho um registro específico em que, nos marcos da tríade lacaniana de nós constitutivos das relações humanas (Lacan, 2005; 1985), esse controle é exercido: falamos do “imaginário”. Nosso objetivo, portanto, é realizar um estudo acerca da relevância política desse registro como campo de disputa, particularmente em sua importância para a busca por mudança no modo de produção e na estrutura social.

Para isso, mobilizamos a obra de autores como Sigmund Freud, Slavoj Žižek, Pierre Dardot e Christian Laval – além dos já citados anteriormente. Ensaíamos, assim, debater a importância do imaginário nas formações psicossociais da humanidade, a hegemonia do neoliberalismo e as dificuldades e possibilidades para a esquerda em apresentar uma proposta revolucionária e anticapitalista sob diversos campos da vida humana.

Adotamos como hipótese que a “esquerda” no mundo ocidental contemporâneo, predominantemente marcada pela “terceira via” (Dardot e Laval, 2016) – ou seja, em busca da conciliação entre capital e trabalho –, teria deixado de disputar politicamente o registro do imaginário, aceitando as idealizações e fantasias do capitalismo e da democracia burguesa como o “fim da história” (Fukuyama, 1992) – resignando-se, portanto, ao diagnóstico de classe hegemônico do pós-URSS<sup>1</sup>. A atuação deste grupo político tornou-se, então, limitada pela absorção de aspectos da ideologia dominante, com a imagem do que é ideal socialmente tendo sido deslocada para empreendedores de si e minorias com altos salários e

<sup>1</sup> Por isso, sempre que nos referimos à esquerda contemporânea neste trabalho, falamos destes setores, que entendemos – a partir de Dardot e Laval (2016) – como hegemônicos na sociedade neoliberal. Não desconsideramos a existência de heterogeneidade, mas propomos uma análise crítica da vertente que consideramos dominante no referido grupo político hoje, que absorveu aspectos do pensamento liberal e conservador – refletidos, por exemplo, em sua prática política conciliatória.



altos cargos em grandes empresas ou pela ressignificação das representações revolucionárias, de modo a perderem seu caráter político e radical (Dardot e Laval, 2016).

## 2. A importância do imaginário

A teoria psicanalítica é um campo de saber que engloba grandes elaborações e ferramentas teóricas que podem nos ajudar, visto que ela se propõe a reproduzir idealmente os movimentos da realidade psíquica tal como eles se apresentam. Mais que outras epistemologias, ela é uma teoria que procura enfatizar o papel dos conflitos na estruturação da subjetividade e nas relações sociais nas quais o sujeito se insere, sem medo de questionar a suposta racionalidade humana – tão fundamental para a ideologia burguesa –, destacando a importância do não-saber e dos afetos para a constituição do ser. Portanto, ressaltamos aqui a importância de articularmos estudos da política com a psicanálise para uma compreensão mais ampla das relações humanas, reconhecendo que esta união permite refletirmos com maior profundidade sobre as relações dialéticas entre o funcionamento da psique humana e as ações da vida social. Propomos apresentar alguns debates de tais campos que entendemos como positivos para os fins deste trabalho.

Nesse sentido, podemos começar abordando alguns aspectos do sistema teórico do autor clássico e pai da psicanálise, Sigmund Freud. Aquilo que perpassa praticamente toda sua obra é a importância da articulação de imagens, ideias e representações para a psique humana. Ao aprofundar seus estudos médicos em neurologia, Freud se deparou com o fenômeno das chamadas “histéricas” – mulheres a quem podemos atribuir grande crédito pela consolidação da psicanálise. Elas foram pacientes que não apresentavam sintomas tradicionalmente vinculados a problemas estritamente biológicos e, portanto, os médicos não conseguiam diagnosticar doença física alguma. A maioria deles declarou que tais mulheres eram apenas mentirosas. No entanto, os sintomas, que iam de sofrimento psíquico e pânico às dores e imobilizações físicas, se expressavam independentemente disso, o que levava ao entendimento de que existiriam tipos de adoecimentos em que a mente possui alguma incidência no próprio campo material (Freud, 1987c).

Freud (1987c) – inicialmente, junto de seu companheiro profissional da época, Jean Charcot – tomou a iniciativa de levar a sério as queixas destas pacientes e, partindo da fala delas, iniciou um trabalho de organização e delimitação teórica e metodológica que foram consolidadas nominalmente enquanto “psicanálise”<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> De maneira extremamente esquemática, esta é parte da origem histórica da psicanálise. Para uma análise mais aprofundada, ver, por exemplo, *A história do movimento psicanalítico*, do próprio Sigmund Freud (1987a).

Em seu percurso, o autor foi percebendo questões transformadoras para a percepção da época sobre sintomas e doenças da mente. Por exemplo, Freud (2016) compreendeu que, na relação sujeito-mundo, impactam na psique dois tipos de realidade: a realidade material e a realidade psíquica. No entanto, o autor compreendeu que haveria um nível de indistinção entre ambas para o sujeito: a realidade psíquica teria o mesmo peso para a subjetividade que a outra. Isso explicaria, por exemplo, o fato das questões mentais das “histéricas” conseguirem incidir concretamente sobre seus corpos. Indo nessa direção, Freud consegue complexificar o que alguns entendem como oposição entre as dimensões objetiva e subjetiva da vida humana. Podemos reconhecer, portanto, como os ideais e as fantasias possuem uma forte capacidade de mobilização nos sujeitos.

Em Freud (2016), os aspectos constitutivos da realidade psíquica são também chamados de formações imaginárias (fortemente presentes no inconsciente), sendo estas componentes de um registro que o psicanalista francês Jacques Lacan (2005) nomeará posteriormente como apenas “Imaginário”. Elas conseguiriam gerar pulsões psíquicas que funcionariam na qualidade de forças motrizes do sujeito, fornecendo fundamentos para seu próprio agir, pensar e sentir. Por isso mesmo tais formações seriam parte do que Freud (2016) chama de “processo primário” da mente humana, seu processo fundamental.

De acordo com o psicanalista, a própria constituição do “eu” seria realizada com base na relação idealizada com o outro (Freud, 1987b). Por exemplo, uma criança, ao ver a figura paterna como um representante daquilo que ele quer ser, se identificaria com a imagem que tem dele e tentaria reproduzi-la, reprimindo em si tudo o que divergir da figura tomada como referência. Nesse cenário, a figura paterna constituiria um “ideal do eu” para a criança. Para Freud (1987b), essa relação não se limitaria ao núcleo familiar, mas aconteceria constantemente ao longo da vida: em síntese, o sujeito se identificaria com a imagem que é atribuída a qualquer um que seja reconhecida como ideal do eu – o que coloca em destaque a importância de tal categoria. Nas palavras do autor:

(...) o que induziu o indivíduo a formar um ideal do ego [ideal do eu], em nome do qual sua consciência atua como vigia, surgiu da influência crítica de seus pais (transmitida a ele por intermédio da voz), aos quais vieram juntar-se à medida que o tempo passou, aqueles que o educaram e lhe ensinaram, a inumerável e indefinível coorte de todas as outras pessoas de seu ambiente – seus semelhantes – e a opinião pública (Freud, 1987b, p. 113).

O que buscamos evidenciar é que Freud (1987b) analisa o próprio “eu” não como sendo uma instância inerente ao ser, mas sim uma instância construída também pela articulação imaginária: ou seja, o eu existiria enquanto uma função

imaginária do sujeito – ainda que mediada por uma dimensão do significante, como se percebe na atenção dada pelo autor à “voz” dos pais. Por sua vez, Lacan (1999), ao escrever sobre a constituição do “eu” na vida psíquica, entende que a imagem do outro assume um papel de destaque nesse processo. Para o autor, o sujeito enxergaria o outro como se olhasse um espelho e identificar-se-ia com a imagem que estaria sendo “refletida”. A noção de “estádio do espelho” – que Lacan (1999) apreende e desenvolve do psicólogo marxista Henri Wallon (1989) – visa exatamente apresentar uma representação do que seria a construção subjetiva no campo social: uma multidão de espelhos, portanto, imagens com as quais nos identificamos constantemente para constituirmos nosso eu. Dessa maneira, podemos dizer que estamos no registro em que a idealização, as imagens e as fantasias têm poder estruturante sobre a própria realidade (subjetiva).

Ensaando uma síntese a partir do que foi exposto, talvez o imaginário possa ser entendido como o registro em que as ideias, fantasias e representações exercem um poder de mobilização subjetiva – aqui incluídos afetos, angústias, adoecimentos, ações motoras, formação de opiniões, etc. – sobre a vida psíquica. Assim, dada sua importância, é essencial que este campo não seja ignorado pelas ciências humanas.

Lacan (1995) entende que a dimensão imaginária é marcada, ainda, pela ocorrência do fenômeno da “frustração”. Isto se deve ao fato de que as elaborações fantasiosas presentes na psique não conseguem ser realizadas plenamente – visto seu próprio caráter idealístico – de forma que a consequência lógica das expectativas provenientes de tais idealizações seja a frustração. Entretanto, nem todo sujeito lidará com este fenômeno de maneira a modificar seu desejo com o advento dos impasses determinados pela realidade – em Freud (2016), este seria o período de transição do “princípio de prazer” para o “princípio de realidade” como determinante na subjetividade.

Ou seja, alguns irão insistir na repetição compulsiva tendo em vista um prazer oriundo da satisfação de pulsões imaginárias. Nesse sentido, vale apontar o entendimento de Freud (2016), para quem, muitas vezes, um sujeito adoecido pode se defender da frustração ao tentar sacrificar partes de sua relação com a realidade, se esforçando para manter uma abordagem predominantemente imaginária consigo e com o mundo o quanto for possível. Entendemos, portanto, como a busca por prazer proveniente exclusivamente do imaginário pode, muitas vezes, custar ao sujeito o comprometimento de uma relação verídica com a realidade. A fuga incessante da frustração pode levar a um domínio da fantasia na vida subjetiva, justamente porque ela é o recurso psíquico ao qual o sujeito recorre para “satisfazer” ilusoriamente seus desejos (Freud, 2016). Este é um perigo enfrentado por subjetividades que não aprenderam a lidar com a frustração – encarar a frustração não sendo sinônimo de se resignar ou se apassivar frente à realidade.

Caso admitirmos que o diagnóstico do “Imperativo do Gozo”, sugerido por alguns psicanalistas, contribua para uma análise realista da sociedade contemporânea, conseguiremos identificar um grande problema social. Para Slavoj Žižek (2015), tal diagnóstico indica, em síntese, que todas as relações humanas atuais, seja com o outro ou consigo mesmo, estão determinadas por uma Lei que interpela a subjetividade a obter o máximo de prazer que conseguir: o sujeito deve realizar seus sonhos, deve aproveitar a vida, deve estar feliz, realizar todos os seus desejos, fazer apenas o que dá prazer, etc. A satisfação do imaginário é socialmente difundida não como uma possibilidade, mas como regra geral: o sujeito deve satisfazer-se, ele deve gozar a qualquer custo. Em uma sociedade como esta, tenta-se, de todas as maneiras, desencontrar a frustração e, portanto, a percepção da realidade é comprometida em benefício da satisfação imaginária. Como consequência, assume-se o tipo de relação tamponada pela fantasia enquanto dominante.

Entendendo que não estamos mais discutindo apenas a constituição subjetiva, mas que ampliamos o debate para o campo social, será necessário trazer mais uma reflexão de Lacan. O autor, em seu texto *O simbólico, o imaginário e o real* (Lacan, 2005), aponta outros dois registros essenciais das relações humanas, além do que apresentamos anteriormente. Realizaremos uma breve descrição sobre o que representa cada um desses campos para retomarmos, em seguida, nossa investigação sobre o imaginário à luz das novas contribuições apresentadas.

### **2.1. A tríade lacaniana: real, simbólico e imaginário**

Entendendo que a fala, a articulação significante, é o que introduz o objeto na experiência analítica – ou seja, que apenas pela via do discurso é que se pode reconhecer as formações do inconsciente (atos falhos, lapsos, chistes, sonhos e sintomas), portanto, o objeto da psicanálise –, Lacan (2005) destaca o simbólico como outro importante registro da vida humana. A cadeia significante, as grandes referências, a cultura e a relação com o Outro são exemplos de componentes seus. Este campo, por excelência, é entendido como o campo da linguagem, onde as aparências e as formas assumem importância central.

Podemos relacioná-lo com o imaginário em, pelo menos, dois aspectos. De um lado, o imaginário e a satisfação de seus anseios precisam da mediação da linguagem: os significantes, as referências universais e culturais são inescapáveis. Neste sentido, Lacan (1999), ao compreender o eu como constituído a partir do Outro, estaria dando importância não apenas às imagens, pois a relação com a alteridade é necessariamente mediada pela linguagem. Esta permitiria a comunicação das pulsões existentes no registro do imaginário enquanto, por outro lado, o simbólico precisaria de imagens e fantasias que ajudem a preencher suas formas, para tentar atribuir sentido à relação com o Outro.

O registro do real, por sua vez, apesar de estar sempre relacionado com os

fenômenos psíquicos, pode ser compreendido pelo que, a princípio, escapa ao sujeito. Este é o campo do impossível, aquilo que falha à simbolização por não ser representável pela estrutura significante. Paradoxalmente, Lacan (2005) entende que isto é o que confere a tal registro um estatuto de verdade: ele é entendido como aquele em que a verdade se exprime na qualidade de um trauma, que limita concretamente o ser. Este campo é também compreendido como o registro da “privação”, ou seja, daquilo que compõe negativamente o sujeito, aquela falta que o constitui (LACAN, 2005).

Pensando no aspecto político deste registro, Slavoj Žižek (1999) entende que o “antagonismo” é o fenômeno central da privação quando pensamos no campo social. Assim, podemos recorrer aos escritos daqueles que fizeram a primeira crítica mais contundente à forma como o antagonismo estrutura o social, de maneira a tentarmos caracterizar melhor o real no campo social. Segundo Karl Marx e Friedrich Engels (2007), a irreconciliabilidade dos interesses econômicos entre duas classes fundamentais seriam a base sob a qual se estrutura a sociedade. Antes de quaisquer outras determinações, as disputas materiais devem ser interpretadas como o motor da história, que têm sua existência concreta na luta de classes e nos permite visualizar materialmente as relações humanas. Partindo dela, poderíamos analisar a história com concretude e entender mesmo que as próprias ideias e representações sociais possuem uma matriz material: o antagonismo. Estas questões estão presentes na consolidação, feita por Marx e Engels (2007), do materialismo histórico e dialético.

Portanto, a luta de classes pode ser entendida como a principal ferramenta teórica que permitiria realizar este tipo de análise. Sob sua ótica, entende-se – de maneira muito sintética – a sociedade capitalista como dividida entre duas classes fundamentais, aqueles que possuem como propriedade privada os meios de produção e aqueles que estão privados de tais meios, despossuídos, contando apenas com a venda da sua força de trabalho para suprir as necessidades materiais (Marx e Engels, 2007). Nesses termos, quando se entende o registro do real como aquele caracterizado pela “privação”, podemos nos aproximar da descrição feita por Marx e Engels (2007) sobre a estrutura social: estamos em uma dimensão composta pela falta traumática (o antagonismo, que impõe a despossessão da classe dominada) cujo reconhecimento (conscientização política) implica na possibilidade de desarticulação da estrutura (luta revolucionária). É nesse sentido que falamos do real como aquele fator traumático, desarticulador da cadeia significante que está consolidada, o componente que deve a todo o momento ser escondido para que a estrutura possa manter seu funcionamento, ao mesmo tempo em que é o ponto central em torno do qual a estrutura é constituída – o que lhe confere um estatuto paradoxal.

Uma definição sintética dos três registros é apresentada por Slavoj Žižek (2010) da seguinte maneira:

Essa tríade pode ser precisamente ilustrada pelo jogo do xadrez. As regras que temos de seguir para jogar são sua dimensão simbólica: do ponto de vista simbólico puramente formal, “cavalo” é definido apenas pelos movimentos que essa figura pode fazer. Esse nível é claramente diferente do imaginário, a saber, o modo como as diferentes peças são moldadas e caracterizadas por seus nomes (rei, rainha, cavalo), e é fácil imaginar um jogo com as mesmas regras, mas com um imaginário diferente, em que esta figura seria chamada de “mensageiro”, ou “corredor”, ou de qualquer outro nome. Por fim, o real é toda a série complexa de circunstâncias contingentes que afetam o curso do jogo: a inteligência dos jogadores, os acontecimentos imprevisíveis que podem confundir um jogador ou encerrar imediatamente o jogo (Zizek, 2010, p. 16-17).

Entendemos, portanto, como o jogo de xadrez deve ser analisado sob diferentes óticas para que sua totalidade possa ser abarcada – ainda que não seja necessariamente compreendida por completo. Ao escrever sobre as relações humanas, por sua vez, Lacan (1985) entende que os três registros particulares aqui discutidos coexistem entrelaçados entre si: não é possível conceber a totalidade da vida social sem considerá-los – real, simbólico e imaginário – unidos e interdependentes entre si, cada um conectado aos outros dois.

É nesse sentido que o autor propõe que esta tríade seja representada, topologicamente, através da figura do “nó borromeano”<sup>3</sup>: nele os três registros encontram-se juntos, entrelaçados, de maneira que, com a soltura de um registro, todos os outros seriam também soltos e o nó como um todo seria desmontado. Tal metáfora nos permite, portanto, compreender melhor o quanto os três campos encontram-se unidos: partindo da tríade lacaniana, entendemos que não há relação humana que não seja cortada por todos estes registros<sup>4</sup> (Lacan, 1985). Tal percepção, do enodamento, pode ser entendida de maneira análoga à que faz Engels – incisivo ao questionar a validade de pensamentos que considerem apenas a determinação econômica (da privação Real) – ao dizer:

De acordo com a concepção materialista da história, o fator que em *última instância* determina a histórica é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o *único* determinante,

<sup>3</sup> O nó borromeano, ou “enlace Borromeano”, é composto por três círculos, cada um enlaçado aos outros dois, cuja remoção de qualquer um destes enlaces resulta numa separação de todos (LACAN, 1985).

<sup>4</sup> Certamente, há momentos em que um ou outro registro pode se destacar por algum motivo. Entretanto, para os fins deste trabalho não há necessidade de nos aprofundarmos neste debate.

converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda (Marx e Engels, 2012, p. 103-104).

## 2.2. O imaginário como campo de disputa

Dedicaremos este espaço para uma breve discussão sobre como o imaginário é, também, um campo de disputa política. Como observamos, todos os três registros – real, simbólico e imaginário – são marcados, de alguma forma, pela falta – privação, castração e frustração, respectivamente (Lacan, 1995). Entendemos, portanto, que, por exemplo, o antagonismo constitutivo do registro da privação (Zizek, 1999) é refletido também na frustração e ligada ao imaginário: muitas fantasias deixam de ser realizadas por impedimentos materiais. Podemos citar alguns exemplos básicos: quando o sujeito deseja fazer uma viagem dos sonhos, utilizar uma roupa que ‘está na moda’, realizar o sonho da casa própria, etc., porém, não possui condições materiais para tanto – ou seja, falta dinheiro<sup>5</sup> –, a privação real (desposseção causada pelo antagonismo de classe) está incidindo diretamente sobre a frustração imaginária.

Pode-se notar que a mobilização do imaginário, em si, possui uma conexão importante com as condições materiais da sociedade. Nesse sentido, é bastante conhecida a frase utilizada por Karl Marx e Friedrich Engels (2007, p. 47) em sua obra *A Ideologia Alemã*, onde os autores afirmam que: “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. Nela, fica explícita uma relação entre representações, fantasias e ideias com a dimensão material e o campo político. Assim, podemos sugerir que deve existir uma dimensão de disputa também no que diz respeito à constituição da subjetividade – na subjetivação.

Compartilhamos este debate com as discussões em torno do conceito de “ideologia” na teoria marxista e marxiana, pois fatores presentes no registro do imaginário também parecem compô-la. Nos escritos de Marx e Engels (2007), a ideologia não possui uma definição final e lapidada. Para a interpretação francesa do conceito, por exemplo, ele se referiria, em síntese, às configurações jurídicas, culturais e de ideias que compõem uma “falsa consciência”, uma “ilusão” no olhar dos sujeitos (Althusser, 1999). Por sua vez, ela partiria da realidade concreta e teria por função mascarar as contradições estruturantes da sociedade. Assim, a ideologia serviria para legitimar o domínio de uma classe sobre outra. Notamos, no entanto, como já em Marx e Engels (2007) podemos reconhecer que haveria

<sup>5</sup> É importante registrar como muitas vezes objetos materiais e dinheiro são tidos como preenchedores ideais da falta vivida pelo sujeito, e certamente há uma relação entre esta atitude e o fetichismo da mercadoria – sendo a própria categoria de “fetichismo” investigada nos campos de estudo psíquico – característica da sociedade capitalista. Entretanto, não é o objetivo deste trabalho se aprofundar em tal debate, que cabem maiores discussões.

um corte político caracterizando o campo “espiritual” como também uma dimensão de conflito. Assim entendemos, pois a indicação da existência de uma “ideologia dominante” associada a uma “classe dominante” pressupõe também que haveria uma ideologia oposta, não-dominante, associada a uma classe oposta, também não-dominante<sup>6</sup>.

Aprofundando o debate em torno do conceito de ideologia, Slavoj Žižek (1999) entende que a própria realidade já é ela mesma, estruturada por meio de ilusão – no caso do capitalismo, pensa-se nas ilusões da igualdade, da liberdade (formais) e do dinheiro, por exemplo –, de maneira que a ideologia não poderia estar apenas associada a um falso saber, uma máscara ilusória que esconderia as contradições do mundo concreto. E ainda, as pessoas já saberiam da ilusão que as interpela, e, no entanto, ela permanece. Por isso, o autor sugere que a verdadeira ilusão seria dupla, pois reside no sujeito, ao reconhecer a existência de ilusão, achar que em sua prática ele não reproduz mais a realidade ilusória, passando por cima da ilusão que estrutura a própria realidade: estamos na dimensão chamada pelo autor de “fantasia ideológica” (Žižek, 1999).

Em síntese, podemos dizer que a ilusão não estaria no “saber”, mas no “fazer”, e o sujeito agiria de forma cínica ao achar que não está sujeito a tal ilusão após saber que ela existe – a ação cínica é resumida por Žižek (1999) na frase *‘eu sei, mas mesmo assim’*. Nos termos aqui enunciados, sugerimos que a ideologia possa ser entendida enquanto uma força concreta na sociedade – o que pode ser compreendido a partir das discussões de Marx, Engels e Žižek, mas que também é reconhecido por estudiosos da obra marxiana como, por exemplo, Paul-Laurent Assoun (1979).

Ao estudar esta dimensão, portanto, Marx e Engels (2007) não teriam abandonado os preceitos do materialismo, mas eles buscaram uma investigação do poder concreto que as ideias podem ter sobre a sociedade, ou seja, um estudo da ideologia relacionada à sustentação do domínio concreto de uma classe. A manifestação do fetiche na forma mercadoria pode exemplificar a força ideológica na obra marxiana. Através deste fenômeno, o resultado da produção passa a ser algo que esconde o trabalho nele investido. A mercadoria carrega, não em sua utilidade, seu valor de uso, mas em sua forma, seu valor de troca, um “caráter

<sup>6</sup> É importante ressaltar que a valorização da ideia de “falsa consciência” na interpretação francesa não é a única concepção possível do conceito de ideologia presente nas obras marxianas. György Lukács, por exemplo, entende que a ideologia ultrapassa a simples noção de ilusão, podendo significar justamente seu oposto. Em *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, o autor afirma: “O passado muda, portanto, juntamente com o processo presente, assim como seus conteúdos, formas, valores etc. continuamente ligados a esse processo. Ele é, portanto, no sentido de Marx, uma ideologia: um instrumento social de tomada de consciência e de resolução de conflitos” e “Nesse momento fica claro que a ideologia, de modo algum, é simplesmente um sinônimo de falsa consciência. Ao contrário, esse componente ideológico da ciência da história abriu-lhe, muitas vezes, o caminho para grandes e importantes descobertas” (Lukács, 2010, p. 106).



misterioso” que encobriria características sociais do trabalho humano, resultando em uma supervalorização das coisas em detrimento dos trabalhadores que as produziram (Marx, 2016). Nas palavras de Marx:

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; na medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho (Marx, 2016, p. 94).

Assim, as próprias relações mercantis, no capitalismo, ocorrem como se estivéssemos trocando coisas que nada teriam a ver com relações humanas de produção: o “trabalho morto”, materializado na mercadoria, é dominante sobre o “trabalho vivo”, o trabalhador (Marx, 2016). Partindo deste debate, Žizek (1999) compreende que a equivalência entre mercadorias por meio do dinheiro e a coisificação das relações de produção, por exemplo, seriam fantasias constitutivas da sociedade capitalista.

Neste momento, podemos afirmar que o imaginário possui uma função primordial na constituição da própria estrutura socioeconômica – além de buscar garantir a sua reprodução. Entendemos que, ao trazer sua contribuição para a análise da ideologia, Žizek (1999) está reconhecendo também o papel que o campo das ideias e representações com o registro do imaginário cumpre para tal finalidade.

Considerando a discussão feita anteriormente sobre a função constitutiva das fantasias e das ideias também para a subjetividade, é possível sugerirmos agora que haveria uma estreita conexão entre a ideologia e a psique humana. Se entendemos, nos marcos teóricos apresentados neste trabalho, que a dimensão da fantasia ideológica é aquela em que a própria realidade se estrutura pela ilusão, devemos indicar que um fenômeno análogo acontece na subjetividade: ou seja, a psique também se estrutura na forma de fantasia, sustentada por ilusões e imagens. Esta relação pode ser descrita tal como faz Louis Althusser (1999) em seu texto *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*: a ideologia é constitutiva do sujeito<sup>7</sup>.

Visto o papel das representações, fantasias e ideias para a constituição de si e da

<sup>7</sup> Apesar de o autor adotar uma abordagem com alguns pontos divergentes da proposta neste trabalho sobre o conceito de ideologia, entendemos a relevância de sua contribuição.

estrutura social, compreendemos que, ao invés de abandonar o registro do imaginário, buscando enfrentar uma discussão supostamente de maneira exclusiva sobre as privações do real, é preciso recuperar o entendimento de que o campo das imagens é também um construtor da própria realidade e, portanto, não deve ser excluído da disputa política. Assim, em união aos outros registros, o imaginário é trazido para o centro do debate, onde questionamos: é possível construir outro tipo de imaginário, ou seja, um campo das imagens que possa ser subvertido como ferramenta emancipatória e revolucionária com incidência no real “do social”?

### 3. O imaginário hegemônico

Como discutido na introdução, o fim da União Soviética teve como consequência a auto intitulação do capitalismo como o “fim da história”. Ou seja, segundo Francis Fukuyama (1992), a democracia liberal e o capitalismo seriam a combinação conclusiva da história e do desenvolvimento social da humanidade, visto que todos os outros modos de produção teriam se destruído. Nesses termos, a referida forma de sociedade representaria o auge da civilização, para onde supostamente culminaria a maneira mais elaborada dos anseios sociais. Tal como sintetizado pela máxima atribuída a Margaret Thatcher (*apud* Dardot e Laval, 2016): “*there is no alternative* [não há alternativa]”.

Assim, estabeleceu-se um paradigma geral que associa o socialismo a uma imagem de insustentabilidade político-econômica, forte repressão estatal, falta de democracia, “totalitarismo”<sup>8</sup>, etc. Em suma, a classe dominante constitui e é constituída por uma ideologia dominante que considera o socialismo como representante dos mais terríveis males sociais<sup>9</sup>, sendo, por isso, o sistema do qual deveríamos nos assustar, negar e reprimir. Por fazer parte da ideologia dominante, este imaginário é constitutivo também das subjetividades em geral, perpassando mais de uma classe social.

<sup>8</sup> Trata-se de um termo com forte conotação política, que busca aproximar experiências socialistas ao autoritarismo existente na Alemanha nazista. Domenico Losurdo (2006), no entanto, apresenta uma crítica ao termo e a necessidade de redefini-lo diante da arbitrariedade em sua aplicação. Afinal, entender o totalitarismo como característico de um governo autoritário que tenta dar uma resposta única e total aos múltiplos problemas sociais em detrimento da submissão de uma sociedade a um pequeno grupo, também implicaria em reconhecer que o apoio e ação dos Estados Unidos em iniciativas ditatoriais e militares na América Latina e no Oriente Médio, por exemplo, justificariam classificá-lo como um sistema totalitário. De acordo com o pensador, a utilização clássica do termo serviria para estigmatizar, principalmente, experiências socialistas e, portanto, legitimar a ordem capitalista dominante como a única possível. Como questiona o autor: “com seus silêncios e suas obliterações, a teoria costumeira do totalitarismo não terá se transformado ela própria numa ideologia da guerra, e da guerra total, contribuindo a alimentar ulteriormente os horrores que pretende, no entanto, denunciar e caindo assim numa trágica contradição performática?” (Losurdo, 2006, p. 79).

<sup>9</sup> O uso de conotações negativas de tipo moral, subjetivo e de pouco ou nenhum critério, tal como a descrição do socialismo como sendo nada mais que um modelo “ruim”, “mal”, ou “falho”, é comumente difundido pela idealização dominante.

### 3.1. A fantasia empresarial e a hegemonia neoliberal

Ao investigarem a sociedade contemporânea, Pierre Dardot e Christian Laval (2016), em *A Nova Razão do Mundo*, apresentam uma crítica à naturalização do capitalismo, entendendo tal movimento como necessário para que a “razão neoliberal” se consolidasse enquanto a “governamentalidade” universal, ou seja, enquanto componente da ideologia dominante. De acordo com eles, o neoliberalismo busca legitimar o avanço de políticas de austeridade, diminuição dos direitos de trabalhadores em geral, submissão do Estado cada vez maior ao capital, esvaziamento do campo político, além de aumento das lógicas da competitividade, do individualismo e do consumismo na sociedade. Em síntese, a principal incidência dessa onda neoliberal seria a universalização do “modelo empresarial” enquanto norma em toda a sociedade, tendo em vista a pretensa impossibilidade de superar o capitalismo.

No âmbito público, isto significa que o Estado passa a ser visto como uma empresa, devendo racionalizar seus recursos, enxugar gastos e se “desburocratizar” – assumindo para si a lógica contemporânea de articulação do capital. No campo privado, a figura do empreendedor surge como grande referência, de maneira que a fantasia da meritocracia levaria os sujeitos à ilusão da ascensão social a partir de seu próprio esforço e pela venda de sua força de trabalho – que ocorre em condições cada vez mais precarizadas. Perspectivas minimamente socialdemocratas, visando à construção de um Estado de Bem-estar – por exemplo, a defesa e garantia de direitos sociais –, são taxadas como socialistas ou comunistas e, assim, estigmatizadas com uma imagem negativa (Dardot e Laval, 2016).

Dentro de tal configuração, parece haver um ideal do eu, difundido socialmente, que conseguiria abarcar de maneira sintética as aspirações tidas como positivas para o sistema capitalista. A imagem da pessoa inicialmente pobre, que não teria dependido da “ajuda” do Estado nem de ninguém para se tornar “bem-sucedida”, pois teria trabalhado muito individualmente, parece compor uma referência universal para os sujeitos. Não cabem, na construção dessa imagem, defender mais direitos sociais, se sindicalizar, se filiar a um partido, receber qualquer “auxílio” do governo, enfim, não cabe qualquer reconhecimento da importância do coletivo, pois o “sucesso” deve provir do mérito pessoal (do sujeito “autônomo”). Este é o ideal do eu “empresário”, do empreendedor de si, que participa na composição de todas as relações sociais do momento neoliberal. Nesse sentido, o aumento do número de sujeitos que se identificam com a figura do “microempreendedor individual”, bem como a maior atenção e valorização midiática e popular de sujeitos com histórias de “superação” e “sucesso” supostamente individual parecem ser expressões dessa ideologia (Dardot e Laval, 2016).

Por fundar uma lógica social cultivada e difundida em diversos âmbitos, e pela sua capacidade de mobilização sobre os sujeitos, ou seja, pelo seu caráter estruturante na realidade, talvez também possamos falar dessa ideologia como

um tipo de fantasia, uma fantasia empresarial. Nela, a imagem do empreendedor assume posição de destaque, pois serve como um reflexo para a subjetivação – a constituição de si. Ou seja, ela é a imagem à qual os sujeitos se identificam, olhando-a como se estivessem enxergando a si próprios em um espelho. Dessa forma, as relações humanas como um todo são impostas à sujeição do domínio econômico contemporâneo, absorvendo nas próprias subjetividades e comportamentos a ideologia dominante.

### 3.2. Neoliberalismo de esquerda

Este eu-empendedor, como imagem dominante em toda uma sociedade, também se reflete nas figuras de setores dominantes da esquerda contemporânea, que parecem já ter abandonado qualquer perspectiva de ação revolucionária. Ela compreende que o que ficou conhecido como ‘derrota do socialismo real’ – o desmantelamento da URSS – representaria a impossibilidade de superação concreta do capitalismo e, dessa maneira, passa a constituir um grupo político baseado na ideologia dominante, o que Dardot e Laval (2016) chamam de “neoliberalismo de esquerda”.

O socialismo, enquanto representante da imagem de um sistema supostamente “totalitário”, caótico e falho, não seria mais uma opção. Os críticos limitam-se, portanto, a buscar tornar o sistema capitalista “mais inclusivo”, pela redistribuição de renda para evitar a pobreza extrema – defendendo, por exemplo, políticas de transferência de renda, que estão presentes até mesmo no pensamento econômico do neoliberal Milton Friedman –, a representatividade de minorias em mídias de massa e a valorização de histórias individuais de pessoas marginalizadas que alcançam cargos altos em grandes empresas (Dardot e Laval, 2016). Esse fenômeno parece consolidar a hegemonização do neoliberalismo no registro do imaginário como um todo.

Assim, através de políticas pretensamente reformistas, esta esquerda parece tentar se posicionar como uma espécie de “terceira via”. Ou seja, tentando ir além do embate entre primeira e segunda via – o modelo capitalista e sua ruptura socialista –, esta esquerda hoje parece apostar em respostas pretensamente conciliatórias entre ambos para os problemas sociais. Slavoj Žižek (2015) entende, no entanto, a terceira via como sendo nada mais que uma primeira via disfarçada, já que ela não propõe qualquer corte com o modelo dominante (capitalismo) e se expressa como uma resignação a ele. Nesse sentido, ao diagnosticar a esquerda como padecendo de falta de propostas concretas em busca de transformações sociais, o autor levanta uma questão fundamental: “onde está a *segunda* via hoje?” (Žižek, 2015, p. 72, grifo do autor).

Essa absorção ideológica, feita pela esquerda, parece ser resultado também do pouco entendimento sobre o significado de “neoliberalismo” – muitas vezes compreendido somente como uma tentativa de retorno ao *laissez faire* – e da

aceitação e naturalização da racionalidade neoliberal e da imagem inerentemente positiva do empreendedor. Esta forma de construção e ação é exemplificada pelos governos que ascendem afirmando-se trabalhistas, socialistas ou simplesmente “de esquerda” quando, na prática, atuam de forma muito próxima aos governos de direita, principalmente na reprodução das políticas econômicas neoliberais (Dardot e Laval, 2016).

Neste cenário de confusão entre aqueles que deveriam assumir posições efetivamente críticas, parece faltar na sociedade a mobilização de ideias e imagens sob uma perspectiva emancipatória e anticapitalista, o que culmina também na falta de um “ideal do eu” revolucionário com o qual as bases sociais poderiam identificar-se. As perspectivas de ação frente aos problemas estruturais inerentes ao capitalismo ficam limitadas a tentativas ideológicas de fomento a um empreendedorismo “inclusivo” ou um “empoderamento” meramente formal e acrítico. Assim, com a falta de disputa efetiva por parte da esquerda no campo das lutas ideológicas<sup>10</sup>, suas diferenciações para com a direita, apesar de assumirem uma roupagem de conflito, tornam-se cada vez menores.

#### 4. Pela reconstrução de um imaginário revolucionário

Diante do que foi exposto anteriormente, podemos entender a necessidade de uma reconstrução das representações, imagens e ideais revolucionários para a sociedade como um todo. No caso da esquerda, entendemos que esta reconstrução pode auxiliá-la a se constituir de maneira efetivamente transformadora e, assim, assumir a tarefa de subjetivação emancipatória na sua relação com as bases sociais.

Devemos, portanto, delimitar o que entendemos enquanto “imaginário revolucionário” e buscar compreender qual a sua diferença frente ao imaginário hegemônico. Para tanto, podemos recorrer ao livro *Marx e a repetição histórica* de Paul-Laurent Assoun (1979), que tem como uma de suas propostas estudar de maneira materialista o fenômeno da ideologia. Mais especificamente, fazemos menção ao tópico do “Imaginário Proletário”, que faz parte do capítulo sobre o “Imaginário Ideológico”. Vale reproduzir uma passagem importante deste texto:

A função do Imaginário se desloca e saneia sem extinguir-se. Ela consiste em representar o ideal revolucionário, quer dizer, em conferir-lhe uma forma sensível para a consciência revolucionária e orientá-lo no espaço da práxis: em outras palavras, o Imaginário entretém

<sup>10</sup> Não ignoramos a falta de disputa existente no campo estritamente tido como material, como expusemos ao discutir a tríade lacaniana e o enodamento. No entanto, assumimos como objetivo do trabalho investigar o registro do imaginário.

o heroísmo revolucionário, mas num sentido radicalmente diferente daquele do falso heroísmo burguês, aquele que o Imaginário burguês se cria artificialmente para dar uma imagem épica a essa sociedade burguesa que Marx afirma 'tão pouco heroica' (Assoun, 1979, p. 158).

Partindo de Assoun (1979), entendemos que, enquanto o imaginário burguês, hegemônico, serve para conceder um caráter positivo, "heroico", de cortejo ao sistema capitalista, o legitimando, é possível a existência de outro tipo de imaginário, formado por representações e imagens que atribuem valor positivo às aspirações revolucionárias – o que poderia servir como inspiração e força motriz para a luta política.

Assim, da mesma maneira que este registro é relevante para a sustentação da exploração capitalista, ele também é passível de ser disputado, de modo a expressar imagens de cunho conscientizador, tendo em vista a superação da estrutura social vigente (Assoun, 1979). Entendemos que, unido às disputas nos campos do real e do simbólico, o imaginário possuiria a capacidade de apresentar a realização do que é tido como impossível pela ideologia dominante, e ainda, a capacidade de subjetivação da esquerda em um sentido anticapitalista, sem se deixar iludir pelo neoliberalismo.

Partimos deste debate para reivindicar que seja possível o uso de ferramentas midiáticas e visuais, por exemplo, para a ascensão de um imaginário que apresente um caráter emancipatório, sendo construído com o objetivo de mobilizar a subjetividade numa direção de ruptura com o modo de produção capitalista e de formação de uma mentalidade que valorize a coletividade e suas necessidades estruturais. Nesse sentido, é importante apresentarmos alguns exemplos de usos do imaginário que, por apresentar um caráter subversivo com relação à ordem capitalista e inserirem-se na atuação de movimentos e partidos anticapitalistas, podem ser caracterizados como revolucionários.

#### **4.1. A produção cultural soviética**

Um grande exemplo de mobilização imaginária num sentido análogo ao que enunciamos foi feito pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Sendo a maior ameaça do século XX à hegemonia capitalista, por sua organização socioeconômica alternativa e pelo seu arsenal bélico, a URSS expressa a possibilidade de outra forma de sociedade e buscou representar isto também por meio de produções culturais próprias.

Após o processo revolucionário que formou a URSS, entendia-se a existência de uma conservação dos rituais e ideias da época do czarismo, reproduzidos principalmente pelas instituições familiar e religiosa. Leon Trotsky (1923), em *Questões do Modo de Vida*, apresentou como constante preocupação a necessidade de transformação dessas representações, tendo em vista uma mudança no

modo de vida que fortalecesse o desenvolvimento da revolução e a capacidade de autodeterminação social. Nesse sentido:

O Estado operário tem já as suas festas, os seus cortejos, os seus desfiles, as suas paradas, os seus espetáculos simbólicos, a sua teatralidade. É facto que essa teatralidade recorda muito a do passado, que o imita e que dele é em parte continuação direta. Mas o essencial do simbolismo revolucionário é novo, claro e poderoso: a bandeira vermelha, a foice e o martelo, a estrela vermelha, o operário e o camponês, o camarada, a Internacional (Trotsky, 1923).

O autor destaca, nesta passagem, as imagens que passaram a servir como as novas grandes referências positivas para a sociedade, aquelas que auxiliam na tarefa de construção de uma organização social alternativa, fundada em outros valores. Esse outro imaginário, no entanto, “esse modo de vida, essa teatralidade de um gênero novo, só podem desenvolver-se paralelamente ao desenvolvimento da alfabetização e do bem-estar material” (Trotsky, 1923), ou seja, não se devem esquecer os outros registros da vida humana nesta tarefa emancipatória, mas se deve trabalhá-los conjuntamente.

Ainda, não é possível falar de produção cultural na URSS sem mencionar seu destaque na área de produção cinematográfica. Essa foi uma ação que visava fortalecer e cultivar uma consciência social transformadora, combatendo aspirações contrarrevolucionárias e fornecendo outro tipo de ritual para a sociedade soviética (Carvalho, 2011). No que diz respeito ao âmbito nacional, Trotsky (1923) apresenta a justificação dessa atitude também pelo seu grande retorno financeiro, de um lado, e pelo combate a dois grandes “vícios” e hábitos antigos dos soviéticos, a Igreja e o alcoolismo – enquanto na época czarista existia um comércio muito rentável de bebidas alcoólicas comandado pelo governo, a Revolução Russa buscou acabar com este tipo de prática e, portanto, buscou disponibilizar outra atividade, também rentável, como forma de diversão social. Para o autor, a força desses hábitos teria origem no “desejo de distração, de entretenimento, de diversão e de riso”, que é legítimo e deve ser satisfeito, mas de outra maneira. Em suas palavras:

Porque não poderia um governo operário organizar uma rede de salas de cinema, porque não poderia implantar esse modo de distração e de educação na vida popular, opondo-se ao alcoolismo e tornando-o ao mesmo tempo uma fonte de receitas? Será isso realizável? Por que não? Não é decerto empresa fácil, mas é em todo o caso mais natural, corresponde melhor à natureza, às forças e as capacidades de um Estado operário do que digamos, a restauração da rede de lojas de bebidas.

O cinema rivaliza com os bares, mas também com a igreja. E essa concorrência pode tornar-se fatal para a igreja desde que completemos a separação da igreja do Estado socialista por uma união do Estado socialista com o cinema (Trotsky, 1923).

O cinema é enunciado como uma grande alternativa para os antigos hábitos por ser um eficiente difusor de imagens, ideias e informações e, portanto, apresentar um grande potencial conscientizador. Ele foi uma importante ferramenta soviética para a subjetivação, a conscientização, a pedagogia e a alfabetização social (Carvalho, 2011). Nesse sentido, Trotsky entende que:

A paixão pelo cinema é ditada pelo desejo de diversão, de ver qualquer coisa de novo, de desconhecido, de rir a até de chorar, não acerca das infelicidades próprias mas das de outrem. Todas essas exigências o cinema satisfaz de forma mais direta, mas espetacular, mais imaginativa e mais viva, sem que nada se exija do espectador, nem mesmo a cultura mais elementar. Daí esta reconhecida atração do espectador pelo cinema, fonte inesgotável de impressões e de sensações. Tal é o ponto de partida, e não só o ponto de partida, mas o domínio imenso a partir do qual se poderá desenvolver a educação socialista (Trotsky, 1923).

A produção cinematográfica soviética foi amplamente desenvolvida, portanto, em um contexto de reorganização cultural da sociedade. Entre os anos de 1918 e 1930, por exemplo, a quantidade anual de filmes produzidos cresceu de seis para mais de cem filmes, especialmente após a estabilização econômica por volta de 1924, o retorno de intelectuais exilados pelo czarismo e a adoção de políticas de incentivo à produção de filmes. Assim, fomentou-se uma imagem positiva sobre as figuras da revolução, do operário e do camponês, bem como uma valorização do trabalho em prol da coletividade, em detrimento do egoísmo capitalista e das figuras czaristas (Carvalho, 2011). Em síntese, com os filmes soviéticos, procurou-se criar uma cultura que valorizasse as representações e aspirações socialistas e revolucionárias.

Deve-se reconhecer, no entanto, como as condições de produção cultural que enfrenta um grupo que está no poder são diferentes das que enfrenta um que não está. Sendo assim, podemos apresentar outro exemplo de mobilização de um imaginário revolucionário feita por um grupo que não esteve no poder, mas que conseguiu relevante abrangência popular.

#### **4.2. O Partido dos Panteras Negras**

O Partido dos Panteras Negras foi um grupo revolucionário anticapitalista que se organizou nos Estados Unidos em meados dos anos 1960. Como apontam



Joshua Bloom e Waldo Martin (2013) no livro *Black Against Empire*, inicialmente atuando como movimento que buscava a possibilidade de autodefesa de pessoas negras diante da repressão policial – através, inicialmente, da atuação de milícias armadas em bairros periféricos – o Partido expandiu-se rapidamente por todo o país, representando uma força revolucionária que afrontava a ordem hegemônica estadunidense (Bloom e Martin, 2013).

Propondo-se como a vanguarda da esquerda negra no seio do império, dentre os objetivos presentes no programa de 10 pontos do Partido dos Panteras Negras estavam, por exemplo: o pleno emprego para a comunidade negra junto à socialização dos meios de produção; uma reestruturação no ensino sobre a história dos EUA, enfatizando o papel do povo negro na construção do país; o fim do roubo capitalista contra a população negra (Bloom e Martin, 2013).

A publicação de seus objetivos e propostas em 1967 – marcadas por um tom anticapitalista e revolucionário – foi acompanhada de uma foto (imagem 1) de um de seus fundadores, chamado Huey P. Newton. Nela, o líder vestia uma jaqueta preta, sentado em um trono e acima de um tapete com estampa animal aos seus pés que relembra os antigos reinos africanos e portava uma arma de longo calibre.

#### Imagem 1 – Huey P. Newton



Fonte: BLOOM e MARTIN, 2013, p. 165.

A imagem tornou-se um forte símbolo do caráter revolucionário do partido, onde seus seguidores passaram a, de forma geral, vestir-se e se apresentar de forma semelhante: valorização de traços associados à negritude, cabelos *black power*, jaqueta preta, óculos escuros e armas – especialmente fuzis. O uso de seu uniforme e estilo foi uma forte frente de propaganda e aproximação com a população utilizada pelo partido. Nas palavras de Bloom e Martin: “Imagens poderosas

de lindos homens negros e lindas mulheres negras dos Panteras Negras projetaram o apelo do Partido por aliados, apoiadores e recrutas” (2013, p. 96, tradução nossa).

Outras atividades realizadas pelo partido foram: programas sociais para distribuição de roupas e cafés-da-manhã para crianças dos guetos, formação de clínicas populares gratuitas, investimento em jornais e materiais gráficos para divulgar ideias, conscientizar e gerar curiosidade sobre as suas propostas, realizar rondas em bairros marginalizados onde a polícia agia com brutalidade contra a população negra, protestos, marchas, reuniões de estudo e formação (Bloom e Martin, 2013). Assim, a identidade com os Panteras foi difundida entre homens, mulheres, adultos e crianças de todo o país nos diversos registros da vida humana, seja material ou espiritual.

Percebemos que, junto à atuação com base na privação (desposseção em virtude do antagonismo, conforme apontamos anteriormente) ao qual estavam submetidos os negros e periféricos do país – como, por exemplo, pela distribuição de café-da-manhã – e no simbólico – com uma linguagem própria que ajudou na construção de novas formas de se relacionar com o Outro – os Panteras Negras também realizaram uma disputa no registro do imaginário. A criação de um ideal do eu revolucionário, com uma forma de se vestir e portar para afrontar e subverter a ordem vigente, aparece como uma das suas principais características, sendo presente através de panfletos, pôsteres, fotografias, roupas, marchas e reuniões.

### 4.3. Che Guevara e revolucionários cubanos

Outro exemplo de mobilização imaginária em sentido análogo ao que propomos é a do intelectual e revolucionário argentino Che Guevara, que foi fotografado por Alberto Korda em 5 de março de 1960, ou seja, pouco após o triunfo da Revolução Cubana. A famosa imagem (imagem 2), que rodou e ainda roda o mundo, demonstrava um belo rapaz barbado, com olhar determinado para o horizonte, vestindo uma boina e tornou-se símbolo da ascensão dos ideais socialistas na América Latina.

#### Imagem 2 – Che Guevara



Fonte: CHEVOLUTION, 2008.

Como argumenta o documentário *Chevolution* (2008), as características de Che passaram a representar o ideal do eu revolucionário latino-americano. Sua

aparência e história de vida acabaram, ainda, sendo romantizados junto à tradição religiosa de povos latinos e periféricos, sendo mesmo associado a figuras sagradas como santos católicos e o próprio Jesus Cristo. Nesta mesma direção, José Saramago (2001) compreende certa aproximação por populares da figura de Che com Jesus, no sentido de que ambos ocupariam um lugar emblemático para a “descrucificação” da humanidade. O autor, por sua vez, acrescenta que a referida fotografia conseguiu exprimir globalmente uma representação da “dignidade suprema” do ser humano, em razão da sua conexão com a sede de transformação das condições concretas dos oprimidos.

A mesma fotografia, no entanto, foi apropriada tanto por empresas capitalistas – utilizada em marcas para vendas – quanto por neoliberais de esquerda – estampando camisetas e sendo erguida em protestos que não carregavam o caráter revolucionário pelo qual lutava Che (Chevolution, 2008). Apesar de reconhecermos esta complexidade, é notável que, em seu contexto histórico, a admiração da imagem de Che comportava mais fortemente uma dimensão de conscientização política, no sentido de fomentar uma aspiração que caminhava na construção do que os revolucionários cubanos chamaram de ‘homem novo’. Tendo tal figura como ideal a se alcançar, o uso do imaginário dava sustentação para uma perspectiva de luta que não só buscava destruir a organização econômica, social e política vigente, mas que visava à construção de uma nova sociedade – jovem, bela e determinada, como o olhar de Che ficou eternizado na foto.

Segundo o documentário *Chevolution* (2008), o governo revolucionário cubano passou a utilizar diversas outras fotografias do argentino – por exemplo, fazendo trabalhos voluntários em plantações e fábricas enquanto ocupava o cargo de Ministro das Indústrias – como forma de propaganda e conscientização na sociedade. Como discute Luiz Bernardo Pericás (2018), o próprio Che entendia a importância de divulgação dessa propaganda como estímulo ideológico para trabalhadores cubanos, inclusive levando intelectuais a realizarem trabalhos braçais. Estes elementos, somados à sua própria história política – marcada por caminhos obstinados, como seu abandono dos privilégios que possuía como homem de Estado para dar continuidade na construção da luta revolucionária pelo mundo (em África e América Latina) –, ajudam a explicar a ascensão de Che como símbolo para aqueles que buscam transformar e superar o modo de produção atual.

A imagem do argentino parece, portanto, ter auxiliado na criação de laços de solidariedade social, fortalecendo e incentivando a participação popular na construção do socialismo.

## 5. Conclusão

Se o imaginário é, como aponta Lacan (2005), um dos três registros constitutivos da subjetividade e das relações humanas, um dos campos onde o sujeito

compreende e é compreendido na sua relação com o outro, deixar de disputá-lo significa se submeter ao modelo imaginário hegemônico – que constantemente se reafirma e se reforma. As saídas encontradas pelos neoliberais de esquerda, ao limitar seu ideal do eu a minorias inseridas em um capitalismo “inclusivo” e a trabalhadores-empresendedores, é deixar-se levar pela narrativa do fim da história, de que não haveria alternativa. Limitar as imagens de “empoderamento”, “luta” e “representatividade” às figuras que enriquecem no modo capitalista a ponto de “superar as opressões” pelo ganho de altos salários e cargos em grandes empresas é, também, uma ferramenta de manutenção e expansão deste sistema de exploração.

Os exemplos apresentados neste trabalho representam momentos em que houve na esquerda revolucionária uma tentativa de sustentar sua conscientização em um imaginário anticapitalista, unida a ações no registro do real e do simbólico. Se há, hoje, uma crise na esquerda, traduzida pela dificuldade em propor uma superação do capitalismo e organizar movimentos concretos contra a hegemonia neoliberal, esta crise se reflete também no imaginário.

Deve-se notar que, ainda que se mobilizem imagens e representações revolucionárias pela esquerda, existe o risco de apropriação meramente mercantil das figuras enaltecidas, tentando esvaziá-las de seu teor transformativo. Este risco, no entanto, parece ser inerente a um registro que esteja permeado por disputas, tal como parece ser o imaginário em seu enodamento. Exatamente para não se deixar levar pelas ideias e representações hegemônicas é que a esquerda deve incluir na disputa política também este campo, assumindo para si iniciativas de formações culturais, cinematográficas, imagéticas, literárias, etc., com todos os riscos de apropriação capitalística que possa enfrentar.

### Referências

- ASSOUN, Paul-Laurent. **Marx e a Repetição Histórica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 105-142.
- BLOOM, Joshua; MARTIN, Waldo E. **Black against Empire: the history and politics of the Black Panther Party**. Berkeley: The University of California Press, 2013.
- CARVALHO, Diogo. **Stalinismo, Cultura e Cinema na URSS**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- CHEVOLUTION. Direção de Luiz López e Trisha Ziff. México, RedEnvelopEntertainment, 2008.1, DVD (86 min), son., color.
- DARDOT Pierre; LAVAL Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

- FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- \_\_\_\_\_. **A história do movimento psicanalítico**. Rio de Janeiro: Imago, 1987a. (ESB, v. XIV);
- \_\_\_\_\_. **Introdução ao narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1987b. (ESB, v. XIV);
- \_\_\_\_\_. **Estudos sobre a histeria**. Rio de Janeiro: Imago, 1987c. (ESB, v. II);
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- LACAN, Jacques. O simbólico, o imaginário e o real. In: LACAN, Jacques. **Nomes-do-pai**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005, p. 9-54.
- \_\_\_\_\_. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 96-103.
- \_\_\_\_\_. **Seminário 4: A Relação de Objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Seminário 20: Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1985.
- LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. **Crítica Marxista**, n. 17, p. 51-79, 2006.
- LUCÁKS, Gyorgy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- \_\_\_\_\_. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SARAMAGO, José. Breve meditação sobre um retrato de Che Guevara. In: PÉREZ, Manolo Monereo. **Che Guevara: Contribuição ao pensamento revolucionário**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, p. 7-10.
- TROTSKY, Leon. **Questões do Modo de Vida**. 1923. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1923/vida/index.htm>>. Acesso em: 14/01/2020.
- WALLON, Henri. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.
- ZIZEK, Slavoj. **O Absoluto Frágil**. São Paulo: Boitempo, 2015
- \_\_\_\_\_. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2010.
- \_\_\_\_\_. Como Marx inventou o sintoma?. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p. 297-332.

Recebido em 16 de janeiro de 2020

Aprovado em 26 de setembro de 2020

# Ideología valenciana. Una crítica de la ética en los negocios a partir del pensamiento de Karl Marx

*Valencian ideology. A critique of business ethics from the thought of Karl Marx*

Fernando Gil Sánchez\*

## Resumen

El objetivo principal de nuestro artículo es criticar las condiciones de posibilidad de la ética empresarial propuesta por la “Escuela de Valencia” a través del aparato conceptual y el método crítico utilizado por Karl Marx en su proyecto de crítica de la economía política. En primer lugar, explicitaremos en qué consiste el método crítico marxiano. En segundo lugar, expondremos las líneas fundamentales de la propuesta teórico-práctica de la ética empresarial; para, en tercer lugar, aportar argumentos lógicos de su incompatibilidad inherente con las relaciones de producción e intercambio capitalistas. Concluiremos que sus deficiencias consustanciales suponen un obstáculo insalvable para su aplicación.

**Palabras clave:** Marx, crítica de la economía política, ética empresarial.

## Abstract

*The main objective of our article is to criticize the conditions of possibility of business ethics proposed by the “School of Valencia” through the conceptual apparatus and the critical method used by Karl Marx in his project of “critique of political economy”. In the first place, we will explain what the Marxian critical method consists of. Secondly, we will expose the fundamental lines of the theoretical-practical proposal of business ethics; to, third, provide logical arguments for its inherent incompatibility with the relations of capitalist production and exchange. We will conclude that its inherent deficiencies represent an insurmountable obstacle to its application.*

**Key words:** Marx, critique of political economy, business ethic.

---

\* Estudiante del Programa de Doctorado en Pensamiento Filosófico Contemporáneo de la Universidad de Valencia.

## 1. Introducción: Marx, ¡yo te invoco!

Marx estaba convencido de que los enemigos más peligrosos de la clase trabajadora son los invisibles, no lo que atacan desde fuera, sino de dentro, los que no desean su desdicha con intencionalidad sino su bien ficticio. Esos enemigos eran, y siguen siendo, las ideas erróneas que se instalan con facilidad en la conciencia de quienes, impotentes y desesperados, son explotados física y psicológicamente en el capitalismo. A su vez, siempre consideró que el progreso de todo conocimiento radica en un enfrentamiento de las tesis y de las teorías, más que en una acumulación gradual y consensuada de saberes<sup>1</sup>.

Por estos motivos, desde que comenzó su actividad filosófica en la década de 1840, nunca rehuyó al enfrentamiento intelectual ni tuvo miramientos a la hora de rivalizar con sus contemporáneos; jamás permitió la proliferación de ideas que encadenaran la conciencia de los trabajadores a la conciencia de la clase dominante. A lo largo de su vida mantuvo serios debates contra revolucionarios impacientes que, cual hegelianos de izquierdas, querían hacer caminar al mundo con el espíritu. No es extraño que dedicara gran parte de sus esfuerzos a instruir al proletariado en las leyes que rigen el modo de producción capitalista, hacerlo más consciente de su situación de clase. Por este motivo, podría aceptarse que su mejor aporte a la emancipación humana sea el “socialismo científico” y su comprensión de la filosofía, y su comprensión de que la filosofía es parte del mundo que hay que transformar.

Desde el inicio de su trayectoria intelectual la crítica<sup>2</sup> ha sido una constante en su obra, cumpliendo “una función teórica central” (Renault, 2017, p. 28). De este modo, la crítica que Marx realizó a la actividad filosófica de su tiempo, fuertemente dominada por el influjo del idealismo hegeliano, en su primera etapa de formación intelectual, desembocó en la rotunda afirmación de que la filosofía debe reconocer su contacto y comprometerse activamente con la realidad material de los seres humanos. Fue esta forma de entender la función práctica, social y transformadora de la filosofía la que le exhortó a investigar la estructura, las leyes y el movimiento de la sociedad moderna capitalista. Investigación que serviría como fundamento teórico para la planificación y ejecución efectiva de un proyecto de transformación emancipador. Es aquí donde se ubica la conexión

<sup>1</sup> Karl Marx polemizó con intelectuales (muchos de ellos socialistas) que le fueron coetáneos. Ejemplos de ello son el enfrentamiento con Wilhelm Weitling en el seno de la *Liga de los Justos* (posterior *Liga de los Comunistas*), *La ideología alemana* (1845), *La sagrada familia* (1845), *La miseria de la filosofía* (1847), el tercer capítulo del *Manifiesto Comunista* titulado “Literatura socialista y comunista” (1848), *Herr Vogt* (1860) o *Notas sobre Wagner* (1880). A su vez, también construyó su pensamiento sobre la asimilación crítica del pensamiento de otros pensadores como Hegel, Feuerbach o David Ricardo.

<sup>2</sup> El concepto de crítica marxiano juega un papel esencial en la dimensión epistemológica de la obra de Marx. No obstante, existen otra serie de conceptos o elementos teóricos que podrían ser considerados centrales de su filosofía: concepción materialista de la historia, praxis, dialéctica, lucha de clases, etc.

entre pensamiento y acción, entre actividad cognoscitiva y acción práctica en el pensamiento de Marx.

Marx entendía que la filosofía, en primer lugar, lejos de quedarse únicamente en la dimensión conceptual o teórica, debía alcanzar en su análisis el plano social, político y económico de los fenómenos u objetos que trataba de estudiar. Ya en su primera etapa periodística en la *Gaceta renana* Marx dejaba entrever sus tempranas pretensiones de reformar la filosofía al poner el foco en la realidad concreta y material de los seres humanos (Marx, 1983, p. 115). Para él, los filósofos debían dejar la especulación teórica interna para empezar a entablar contacto y comprometerse con los problemas del mundo real.

En segundo lugar, si en algo consistía el proyecto epistemológico marxiano era en “atacar el problema por la raíz” (Marx, 1978 a, p. 217), exponer “la génesis interna del objeto”, comprender su carácter necesario: “La comprensión no consiste [...] en ir reconociendo constantemente las concreciones del concepto lógico, sino en comprender la lógica característica de cada objeto característico” y explicar “su significado” (Marx, 1978 b, p. 114). Así pues, el objetivo de Marx no era predecir la naturaleza de la sociedad futura sino aquello que el análisis crítico revela cómo racional y necesario. En consecuencia, la filosofía debía convertirse en la más acérrima opositora del dogmatismo y no tener ninguna consideración a la hora de realizar cualquier análisis, tratando de encontrar en la realidad su propia racionalidad (Marx, 1978 c, p. 175).

En tercer lugar, la crítica, en tanto que análisis racional de las condiciones de posibilidad de un discurso cognitivo, no podía quedarse, y mucho menos conformarse, con seguir siendo también un mero discurso, sino que debía ser el resorte teórico que hiciera concebible una nueva organización social. Así pues, Marx destinó gran parte de su trayectoria filosófica a criticar la comprensión espontánea que los seres humanos tienen de la realidad a través de las diferentes manifestaciones, es decir, a criticar la comprensión del modo de producción capitalista del pensamiento de su época.

Con ello pretendía reivindicar el carácter histórico y concreto del capitalismo frente a una economía política que dotaba a las categorías de un estatuto abstracto e independiente de la realidad empírica, de las relaciones sociales imperantes y de las condiciones materiales humanas. Esta concepción fija, abstracta y atemporal de las categorías económicas deriva inevitablemente en la naturalización de las relaciones sociales capitalistas (Marx, 1987, p. 77) que, de este modo, quedan independizadas del movimiento histórico real, cuya aprehensión queda obstaculizada. En otras palabras, invisibiliza que la actividad material e histórica de los seres humanos es lo que determina las categorías económicas y no al revés. En consecuencia, la economía política se convierte en una disciplina ideológica que afirma acríticamente la estructura realmente existente de las relaciones de producción de una determinada época.



Así como no se juzga a un individuo de acuerdo a lo que éste cree ser, tampoco es posible juzgar una época [...] de revolución a partir de su propia conciencia, sino que, por el contrario, se debe explicar esta conciencia a partir de las contradicciones de la vida material, a partir del conflicto existente entre fuerzas sociales y relaciones de producción (Marx, 2008 a, p. 5).

En conclusión, Marx aspiraba a una comprensión interna y racional del objeto de estudio, en este caso, las relaciones de producción e intercambio capitalistas. Así pues, su forma de criticar a la economía política de su tiempo se caracterizaba por tener un marcado carácter inmanente. A través de la crítica de sus principios, presupuestos y condiciones de posibilidad, Marx evidenció las deficiencias, limitaciones y contradicciones en las que caía la comprensión de la economía política del sistema capitalista.

Nuestro objetivo será recuperar este espíritu de Marx para enfrentar tesis y teorías; combatir el proyecto de la ética empresarial, así como sus contraproducentes propuestas para revertir la dislocación social (Polanyi, 2013 y 2016)<sup>3</sup> causada por el capitalismo. Trataremos de rasgar el velo ético con el que se pretende ocultar, difuminar o corregir las relaciones de producción e intercambio capitalistas a través de una crítica interna de los principios y presupuestos que la sustentan. En definitiva, realizar nuestra particular *Miseria de la filosofía* poniendo de relieve las contradicciones teóricas que conducen inexorablemente a la imposibilidad de una aplicación práctica de la propuesta de la ética empresarial.

## 2. La “Escuela de Valencia” y su propuesta de un “capitalismo ético-dialógico”

La crisis mundial que padecemos desde 2008 ha puesto en marcha tendencias económicas con un alto coste social para la mayoría de la población, en especial para aquellos más desfavorecidos. Basta observar algunos de los principales indicadores sociales, ya sean nacionales o internacionales, para percatarse de las consecuencias de una de las más virulentas manifestaciones de la crisis del capitalismo (Fariza, 2015). Esta situación, aunada al declive de la tasa de crecimiento económico, el aumento de la deuda global de Estados, empresas y hogares, el incremento de la desigualdad (Streeck, 2014), los recortes en partidas sociales, las privatizaciones de activos públicos y al desempleo crónico, han suscitado que gran parte de la ciudadanía responsabilice a los distintos agentes económicos de haber sido los causantes de la crisis, disminuyendo exponencialmente la buena percepción en relación a los principales agentes de la actividad

<sup>3</sup> Concepto utilizado por K. Polanyi para expresar las perjudiciales transformaciones que la instauración del mercado autorregulado infringió a la sociedad en *La gran transformación* (1944) y en *La esencia del fascismo. Nuestra obsoleta mentalidad de mercado* (1935)

económica. Si a ello le agregamos un concienzudo análisis de la gestación y el desarrollo de la crisis (Varoufakis, 2015 y Streeck 2016), no parece descabellado concluir que la práctica empresarial dista mucho de aproximarse a ideales éticos.

No obstante, la crisis no solo ha puesto en entredicho la moralidad de las organizaciones, sino también al propio sistema económico. Los principales organismos económicos han firmado el acta de defunción de dos principios legitimadores del capitalismo: el progreso y la redistribución de la riqueza como principio rector de la economía y, el mantra de que los de “arriba” contribuyen más a la economía, la dinamizan y crean empleo. Así pues, hasta el momento, la desigualdad podía ser defendida desde una perspectiva utilitarista en el hipotético caso de que, el estrato social más pobre y el más rico estuvieran enriqueciéndose al mismo tiempo, es decir, si fuese existir una redistribución efectiva de la riqueza. Sin embargo, “la riqueza acumulada por las clases más ricas no se ha “filtrado” en absoluto hacia abajo ni nos ha hecho más ricos al resto” (Bauman, 2015, p. 15), demostrando que las organizaciones que habían contribuido de forma activa a la quiebra y ruina de la economía obtenían beneficios a costa de la difícil situación social. Se pone de manifiesto, una vez más, el carácter ideológico de la llamada *teoría del goteo*, legitimando el planteo de la pregunta que I. Wallerstein nos lanzó hace ahora cincuenta años:

¿Podemos estar seguros de que el mundo está menos oprimido en el capitalismo [...] que en sistemas anteriores? [...] No es en modo alguno obvio que haya más libertad, igualdad y fraternidad en el mundo actual que hace mil años. Se podría sugerir de forma razonable que más bien sucede todo lo contrario (Wallerstein, 1983, p. 90).

En estas circunstancias, la solución propuesta desde los organismos económicos internacionales no consiste en revertir tal situación a través de medidas opuestas a las hasta ahora practicadas, sino todo lo contrario, ahondar en el proyecto neoliberal<sup>4</sup> a través de la puesta en práctica de procesos de “acumulación por desposesión”<sup>5</sup> (Harvey, 2004) que desmantelen el Estado de Bienestar y re-

<sup>4</sup> Este cambio de estrategia se hizo explícito, por ejemplo, en 2013 con el 83º informe anual del *Banco de Pagos Internacionales* (BPI), organización financiera propiedad de los bancos centrales cuyo objetivo es fomentar la cooperación monetaria y financiera internacional sin ningún tipo de legitimidad ni control democrático, titulado: “Mejorar la flexibilidad: la clave para el crecimiento”. Cfr. Banco de Pagos, *83º Informe Anual* Consultado el 9 de octubre de 2020 en <[https://www.bis.org/publ/arpdf/ar2013\\_es.pdf](https://www.bis.org/publ/arpdf/ar2013_es.pdf)>.

<sup>5</sup> El concepto de “acumulación por desposesión” acuñado por David Harvey en *El nuevo imperalismo* (2004) representa en la actualidad una de las formas más certeras para examinar el estado actual del capitalismo global caracterizado por el modelo neoliberal. Con él se pretende explicar los nuevos modelos de comportamiento del capitalismo contemporáneo, respondiendo a la necesidad de revisar el rol permanente que las prácticas de desposesión y la expansión espacio-temporal han tenido en su capacidad adaptativa.

duzcan las interferencias democráticas en la economía (Streeck, 2011). El endeudamiento continuo y la desregularización financiera, lejos de ser soluciones a la crisis, han resultado ser medidas estériles y contraproducentes para mitigar y corregir sus causas. Por tanto, sólo ha quedado como única alternativa intentar reanimar el sistema incidiendo de nuevo en reformas económicas neoliberales. Dado que había que dedicar una proporción creciente del gasto público al pago de la deuda, las finanzas públicas fueron puestas a su servicio, proporcionando “un excelente pretexto para la privatización de los activos públicos” y abriendo “nuevos campos de la producción de plusvalía” (Batou, 2015, p. 102). Estas decisiones “han derivado en un estado de servidumbre por deudas que [...] está siendo utilizado para propiciar una gigantesca redistribución de activos desde el campo popular al dominio del capital” (Illueca, 2015, p. 59). Sin duda, la capacidad de los Estados para conciliar los derechos ciudadanos y las exigencias de la acumulación capitalista se ha visto perjudicada: “los mercados han comenzado a dictar intransigentemente lo que los Estados, supuestamente soberanos y democráticos, pueden hacer por sus ciudadanos y lo que deben negarles” (Streeck, 2011, p. 24).

Ante este “proceso continuo de declive gradual, aplazado, pero a pesar de ello aparentemente inexorable”, ante el reto de “interrumpir la concatenación de tendencias a largo plazo interrelacionadas” (Streeck, 2014, p. 41), la ética empresarial se ha constituido como una propuesta teórico-práctica que pretende hacer frente al sistema capitalista tratando de reorientar sus metas, revertir sus profundas y negativas tendencias económicas y mitigar sus nocivas consecuencias sociales.

Tras la ruptura del pacto de posguerra y el inicio del proyecto liberal en la década de 1970, muchas empresas intentaron distanciarse de los escándalos empresariales destacando su dimensión ética, dando lugar a una nueva ética aplicada: la “ética empresarial”. Fue en la década de 1990 cuando, teniendo como epicentro la Universidad de Valencia, surge un movimiento intelectual compuesto por un grupo de investigadores vinculados a la filosofía moral y política que, a través de la ética kantiana y la hermenéutica crítica, pretende aplicar una ética de corte dialógico a los distintos ámbitos de la sociedad. En este proyecto también colaboran profesores de la Universidad Jaume I de Castellón y la Universidad Politécnica de Valencia. Sin duda alguna, Adela Cortina es la principal representante de esta escuela, dónde también se inscriben profesores como Jesús Conill, Agustín Domingo Moratalla, Juan Carlos Siurana, José Félix Lozano, Domingo García-Marzá y Elsa González. El mejor ejemplo de este proyecto es la fundación ÉTNOR, fundación para la ética de los negocios y las organizaciones, en la que tratan de aplicar el contenido normativo de la ética dialógica (Habermas, 1987, 1999, 2000 y 2001) al ámbito económico y empresarial.

Este colectivo, siguiendo la tradición estructuralista<sup>6</sup> (Aranguren, 1994 y Zubiri, 1986), considera que las empresas, al igual que el ser humano, poseen una dimensión moral. Son agentes morales: “las organizaciones son, pues, agentes morales, no solo las personas lo son” (Cortina, 2003, p. 18); “Resulta difícil negar que las organizaciones [...] gozan de una complejidad estructural suficiente como para ser también tratadas como agentes morales” (Cortina, 1997, p. 23). De ahí se deduce que las organizaciones pueden deliberar sobre sus acciones, hábitos y valores; y, por tanto, “habituarse a hacer buenas elecciones [...] ser bien consciente de los fines últimos que persiguen, acostumbrarse a elegir en relación con ellos y tener la habilidad suficiente como para optar por los medios más adecuados para alcanzarlos” (Cortina 1994, p. 20), siendo capaces de discernir “lo que está bien o mal [...] lo que es justo o injusto, en suma, [...] lo que es moral o inmoral” (García-Marzá, 2003, p. 196). Por tanto, la ética empresarial es “una reflexión ética sobre el sistema económico, sobre las empresas y las organizaciones y sobre las actuaciones de los individuos en sus roles profesionales y sus funciones institucionales” (Lozano, 1999, p. 45) que “consistiría [...] en el descubrimiento y la aplicación de los valores y normas compartidos por una sociedad pluralista -valores que componen una ética cívica- al ámbito peculiar de la empresa” (Cortina, 1994, p. 89). Así pues, se trata de “un saber práctico que versa sobre nuestra capacidad de responder frente a las expectativas morales depositadas en la empresa, sobre cuándo y cómo debemos utilizar los recursos morales” (García-Marzá, 2004, p. 118).

Podemos concluir que la ética empresarial no pretende únicamente estudiar o reflexionar sobre la actividad empresarial, sino que también ambiciona por principio alcanzar su aplicabilidad, transformar las prácticas económicas de estas organizaciones. Este enfoque consiste en introducir la ética en la lógica económica. Esta aplicabilidad de la ética empresarial dialógica debe efectuarse a través de un proceso hermenéutico basado en el diálogo. Proceso que cada empresa debe realizar atendiendo a su especificidad y que pretende eliminar, en la medida de lo posible, la coacción, el poder, la información privilegiada y las desigualdades participativas que imposibilitan un diálogo moral mediante principios contrafácticos. Estos principios o, en términos kantianos, ideas regulativas,

<sup>6</sup> El estructuralismo ético (corriente ética que nada tiene que ver con la tradición estructuralista de las ciencias sociales) afirma que el ser humano, al contrario que los animales, no reacciona de manera instintiva, prefijada o automática a los estímulos del medio, sino que tiene la posibilidad de elegir dentro de un ámbito de libertad -más o menos condicionado- entre distintas alternativas de acción. Por ende, los seres humanos poseemos una estructura moral innata, una dimensión moral o configuración antropológica que nos constituye inevitablemente como seres morales que deben utilizar su inteligencia para razonar y justificar sus elecciones, siendo responsables de aquellas que finalmente decidamos poner en práctica. No obstante, los contenidos morales evolucionan históricamente y cambian según las culturas. Por tanto, el ser humano, que no puede dejar de ser ni libre ni moral, se ve empujado a elegir entre distintos contenidos morales.

permitirían buscar el “entendimiento y acuerdo entre todas las partes” (García-Marzà, 2004, p. 197) y “medir la validez de los acuerdos alcanzados” (García-Marzà, 1997, p. 240). El resultado de dicho proceso será una gestión del conjunto de “recursos morales” (García-Marzà, 2014, p. 241) (confianza, legitimidad, credibilidad, participación, etc.), que configura un “capital ético disponible para su utilización tanto por los individuos como por las instituciones” (García-Marzà, 2014, p. 14).

Como observamos, la ética empresarial propuesta por la Escuela de Valencia, del mismo modo que cualquier ética aplicada, “pretende alcanzar operatividad en su propuesta” (García-Marzà, 2009, p. 205), encaminándose hacia “iniciativas creativas que potencien la función facultativa de la ética y hagan uso del capital social y los recursos morales que de hecho posee la empresa” (García-Marzà, 2004, p. 128).

Como podemos observar “en la actualidad, parece que [...] para evitar los catastróficos efectos de sus inmoralidades solo necesitamos una buena dosis de responsabilidad ética. [...] Así nos libraremos de los depredadores y podremos vivir felices en lo que finalmente será “el capitalismo global con rostro humano”” (Ruda, 2014, p. 79).

### **3. Una crítica desde la filosofía marxiana a las condiciones de posibilidad de la ética empresarial**

Nuestra crítica a la propuesta ética de la Escuela de Valencia no se basará en datos empíricos ni en argumentaciones que sostengan que la dislocación social provocada por el capitalismo aumenta sin que ningún proyecto normativo haya podido contener la voracidad del proceso de acumulación y valorización continua del capital. Tampoco trataremos de confirmar la inmoralidad del capitalismo a través de normas morales, evitando hacer juicios de valor sobre la moralidad o inmoralidad que conlleva la extracción de *plustrabajo*<sup>7</sup> (Marx, 2008b, p. 261) y *plusvalor*<sup>8</sup> (Marx, 2008 b, p. 184). No porque no sea posible, sino porque nuestra crítica pretende negar las condiciones de posibilidad de la ética empresarial y su aplicación práctica con argumentos extraídos de la lógica interna de nuestro objeto de estudio: las relaciones de producción e intercambio capitalistas.

<sup>7</sup> Tiempo de trabajo excedente que el obrero proyecta más allá de los límites del trabajo necesario (tiempo del proceso laboral donde el obrero ya ha reproducido el valor de su fuerza de trabajo, es decir, su salario).

<sup>8</sup> Incremento o excedente por encima del valor originario puesto en circulación. Es la diferencia entre lo que el trabajador recibe por su fuerza de trabajo y la totalidad de lo que produce en el proceso de producción (y que se apropia el capitalista). Así pues, cuanto más elevada es esa relación, mayor es la tasa de explotación.

Estamos de acuerdo con F. Fernández Buey: “Marx, al fijarse en la importancia que lo económico tiene en nuestras sociedades modernas, no despreció las consideraciones morales” (Fernández Buey, 1998, p. 144). Por tanto, no aceptamos que la filosofía marxiana no contemple la crítica moral del capitalismo o que minusvalore el papel de la subjetividad de los seres humanos pues “Marx no opone las razones del análisis científico [...] a las razones morales. Sólo dice que estas últimas son insuficientes para comprender cómo funciona el mundo moderno” (Fernández Buey, 1998, pp. 138-139). La crítica no puede ser sólo condena, sanción o valoración moral.

El primero de nuestros argumentos se basa en que la ética no es un valor de uso aprehensible físicamente.

El capitalismo es un modo de producción y organización económica basado en la repetición constante del proceso de valorización del capital. Este proceso consiste en invertir una cantidad de dinero en la compra de *medios de trabajo*<sup>9</sup> y *fuerza de trabajo*<sup>10</sup>, organizarlos en un *proceso de producción*<sup>11</sup> que, en estas condiciones, es también un *proceso de valorización* del que resultan *mercancías* y, por último, vender esta mercancía. En otras palabras, es un sistema dependiente del constante intercambio de mercancías y la consecución del máximo beneficio económico con el menor coste posible.

Una mercancía “es, en primer lugar, un objeto exterior, una cosa que merced a sus propiedades satisface necesidades humanas del tipo que fueran” (Marx, 2008 b, p. 43). Su utilidad radica en su valor de uso, es decir, en las propiedades físicas o abstractas que posee y que al ser consumidas satisfacen una necesidad humana determinada sin importar la naturaleza de esas necesidades ni cómo las satisface (Marx, 2008 b, p. 43). Por ende, podemos concluir que “la utilidad de una cosa hace de ella un valor de uso” (Marx, 2008 b, p. 44). Así pues, para que un objeto sea susceptible de ser intercambiado debe, ante todo, tener una utilidad, satisfacer una necesidad humana, es decir, tener un valor de uso social. En caso contrario, y dada su inutilidad para satisfacer necesidades, ningún ser humano querría obtener dicha mercancía.

Entonces, ¿es la ética un valor de uso y, por tanto, puede llegar a convertirse en una mercancía? Según la definición de valor de uso y de mercancía marxiana la respuesta podría ser afirmativa. A pesar de que la ética no puede ser percibida

<sup>9</sup> “Cosa o conjunto de cosas que el trabajador interpone entre él y el objeto de trabajo y que le sirve como vehículo de su acción sobre dicho objeto. El trabajador se vale de las propiedades mecánicas, físicas y químicas de las cosas para hacerlas operar, conforme al objetivo que se ha fijado, como medios de acción sobre otras cosas” (Marx, 2008 b, p. 217).

<sup>10</sup> “Conjunto de las facultades físicas y mentales que existen en la corporeidad, en la personalidad viva de un ser humano y que él pone en movimiento cuando produce valores de uso de cualquier índole” (Marx, 2008 b, p. 203).

<sup>11</sup> “La actividad del hombre, a través del medio de trabajo, efectúa una modificación del objeto de trabajo procurada de antemano” (Marx, 2008 b, p. 219).

en las facultades físicas o materiales de los productos o servicios que ofrece una empresa si podría responder a las necesidades morales de los consumidores y presentarse como un valor de uso añadido. Ahora bien, el problema radica en el hecho de que dentro del modo de producción capitalista el intercambio de mercancías oculta inevitablemente las relaciones sociales existentes entre el consumidor y los productores directos. Esto imposibilita que el consumidor aprehenda las supuestas condiciones éticas en las que ese bien ha sido producido y la repercusión que este tiene en su valor de cambio. Esto es lo que Marx llamó *fetichismo de la mercancía* (Marx, 2008 b, pp.87-102).

Lo misterioso de la forma mercantil consiste sencillamente, pues, en que la misma refleja ante los hombres el carácter social de su propio trabajo como caracteres objetivos inherentes a los productos del trabajo, como propiedades sociales naturales de dichas cosas, y, por ende, en que también refleja la relación social que media entre los productores y el trabajo global, como una relación social ente los objetos, existente al margen de los productores (Marx, 2008 b, 88).

El comprador no tiene ni cómo ni por qué saber nada del trabajo o los trabajadores que produjeron ese producto. La complejidad del proceso de producción y de intercambio capitalista imposibilita que el consumidor pueda tener un conocimiento completo, o lo suficientemente amplio, del proceso o las condiciones laborales del trabajador que han dado lugar a ese objeto a través de la observación de sus cualidades físicas o materiales del producto. El resultado final es que nuestra relación social con las actividades laborales de otros queda oculta bajo la relación entre cosas, entre mercancías (Marx, 2008 b, 88). Esto incapacita al comprador para percibir a través de la materialidad de la mercancía si ésta ha sido producida acorde a criterios éticos. En otras palabras, no tiene forma de saber si esta ha sido producida por trabajadores miserables, felices, asalariados, autónomos o esclavos; o si ha sido producida sin dañar el medio ambiente o, por el contrario, contaminando. Por tanto, la mercancía permanece “muda” ante los interrogantes que el consumidor pueda poseer acerca de ella.

En la producción capitalista contemporánea de cualquier producto se intercala una gran cantidad de trabajos realizados en entornos geográficos muy distantes y que se realizan bajo condiciones sociales radicalmente diferentes. Cada una de las numerosas mercancías que consumimos vincula a millones de personas que trabajan en todo el planeta. Como afirma D. Harvey, existe una gran “variedad de condiciones socioambientales, vínculos espaciales y prácticas de trabajo implicadas en cada aspecto de la vida cotidiana” (Harvey, 2014, p. 47).

Constatar la imposibilidad de conocer a través de las cualidades físicas de la mercancías que compramos y consumimos si está ha sido producida éticamente,

no implica culpabilizarnos como consumidores por no prestar atención o no dedicar tiempo a informarnos sobre los procesos productivos que las engendran; sino que llama la atención sobre la imposibilidad de percibir el trabajo humano, presuntamente ético, incorporado a la mercancía y el manifiesto encarecimiento que ésta sufre al ser producida con unos costes de producción por encima del *tiempo de trabajo socialmente necesario*<sup>12</sup>.

El objetivo de Marx con el análisis del *fetichismo de la mercancía* era mostrarnos que el sistema de mercado y la forma-dinero enmascaran las relaciones sociales reales mediante el intercambio de mercancías. Bajo las condiciones de la producción capitalista, los productores sólo pueden entrar en contacto a través del intercambio, por tanto, es sólo allí donde pueden mostrarse los caracteres sociales de sus trabajos. Pero en el intercambio, los productores no se relacionan entre sí, sino a través de los productos de sus trabajos. En consecuencia, los distintos trabajos concretos que han dado lugar a los productos desaparecen a los ojos del consumidor, quedando reducidos a meros productos de *trabajo humano indiferenciado* (Marx, 2008, p. 48).

Con el carácter útil de los productos del trabajo se desvanece el carácter útil de los trabajos representados en ellos y, por ende, se desvanece también las diversas formas concretas de esos trabajos; estos dejan de distinguirse, reduciéndose en su totalidad a trabajo humano indiferenciado, a trabajo abstractamente humano (Marx, 2008 b, p. 48).

El carácter subjetivo y concreto de cada proceso de producción, y las condiciones bajo las cuales una mercancía ha sido producida, desaparecen en el intercambio. Por eso, para los productores “las relaciones entre sus trabajos se le ponen de manifiesto como lo que son [...] no como relaciones directamente sociales trabadas entre las personas mismas, en sus trabajos, sino por el contrario como relaciones propias de cosas entre las personas y relaciones sociales entre las cosas” (Marx, 2008 b, p.89).

En conclusión, que la ética no sea un valor de uso aprehensible físicamente hace imposible diferenciar a través de las cualidades materiales de una mercancía, si ésta ha sido producida bajo pautas morales, o, por el contrario, ha sido producida bajo condiciones de explotación. Esto trata de subsanarse por parte de la ética empresarial con el establecimiento de un mecanismo de control indirecto ajeno al consumidor, véase un “sello moral”, que garantice la calidad moral en la que ha sido producida una mercancía. Pero, ¿consiste la propuesta de la

<sup>12</sup> “El tiempo de trabajo socialmente necesario es el requerido para producir un valor de uso cualquiera, en las condiciones normales de producción vigentes en una sociedad y con el grado social medio de destreza e intensidad de trabajar” (Marx, 2008 b, p. 48).



ética empresarial en un “sello de calidad moral” que transforme la necesidad de regulación empresarial en una oportunidad de negocio “ética”? Este sello en cuestión, certifica un “valor de uso” ético que resulta inasible e imposible de constatar por parte del consumidor. En este caso, una ética tan cercana al poder económico podría hacernos reconsiderar posiciones.

El segundo de los argumentos que podemos esgrimir contra la aplicación de la ética empresarial radica en el hecho de que, las empresas no son “agentes morales” sino *categorías económicas*. Como defiende Marx en *El Capital*, dentro del modo de producción capitalista las personas “son la personificación de categorías económicas, portadores de determinadas relaciones e intereses de clase” (Marx, 2008, p. 8). Es decir, siguen la lógica de actuación fijada en estas relaciones. En el desarrollo económico y social “no se puede responsabilizar al individuo por relaciones de las cuales él sigue siendo socialmente una criatura más que subjetivamente pueda elevarse sobre las mismas” (Marx, 2008 b, p. 8).

Para la ética empresarial, parece razonable trasladar la estructura moral inherente a las personas, a grupos de seres humanos, pero ¿es posible dotar de dimensión moral a las organizaciones empresariales? Desde una perspectiva marxiana la respuesta es negativa. Dentro del modo de producción capitalista toda empresa está sujeta a férreas leyes económicas, en especial a la ley de la competencia, que la empujan a la obtención de un beneficio económico si desea sobrevivir y a las que, quieran o no, están atadas todas las corporaciones.

La competencia, en suma, ese motor esencial de la economía burguesa, no establece las leyes de ésta, sino que es su ejecutor. La competencia ilimitada no es por tanto la precondition para la verdad de las leyes económicas, sino su consecuencia, la forma de aparición en que se realiza su necesidad [...] La competencia no explica por tanto esas leyes, sino que las deja ver, pero no las produce (Marx, 2007, p. 45).

Quiere ello decir que, la ética empresarial debe ser competitiva. Así pues, dentro de la empresa encontramos un grupo de seres humanos que, valiéndose de su libertad y su razón, toman decisiones en torno a cursos de acción alternativos pero que no pueden trasgredir las leyes económicas capitalistas. La empresa está absolutamente obligada a valorizar constantemente sus inversiones, por tanto, la posibilidad de que los individuos que conforman la empresa puedan tomar decisiones éticas que vayan en contra del beneficio económico empresarial queda descartada. Cualquier decisión moral debe reportar un beneficio económico.

De este modo, si la ética empresarial pretende ser competitiva debe aportar un valor añadido a los productos o servicios que ofrece una empresa. Este “valor añadido”, como cualquier mercancía, tiene que, además de ser un *valor de uso*,

tener coagulado en él el *tiempo de trabajo humano socialmente necesario*. Por desgracia para la ética empresarial, la producción bajo criterios éticos no parece ser una característica del tiempo de trabajo humano socialmente necesario.

La inversión para aplicar la ética empresarial excede el coste de producción estrictamente necesario de las mercancías producidas por una empresa. Pagar salarios por encima de los mínimos legales vigentes, instalar maquinaria respetuosa con el medio ambiente, utilizar materias primas no contaminantes extraídas por mano de obra no precarizada, introducir la participación vinculante de empleados, consumidores y proveedores en la toma de decisiones empresariales o hacer públicas todas las decisiones, además de cuentas y balances<sup>13</sup>, es ético, pero no es rentable. Por consiguiente, aplicar la ética empresarial tiene un coste económico que, necesariamente y siempre, resta competitividad.

Los defensores de la ética empresarial argumentarán que este elevado coste inicial se rentabiliza a largo plazo, es decir, afirmarán que la inversión en la aplicación de la ética empresarial restará competitividad sólo en su etapa inicial. Cuando el componente ético añadido al producto sea percibido positivamente por la opinión pública y reconocido por los consumidores como una propiedad de la mercancía que satisface sus necesidades “morales”, se convertirá en un factor diferencial o un carácter distintivo determinante para el éxito de la empresa. Ahora la pregunta es si los consumidores están dispuestos a pagar el sobrecoste de un producto o servicio por el hecho de haber sido producido bajo cánones o criterios morales.

Como puede observarse, la gran mayoría de las personas posee grandes dificultades económicas y materiales así como un poder adquisitivo limitado. Por tanto, difícilmente estarán dispuestos a pagar el sobrecoste en bienes de consumo “éticos” que, además, no aumentan el valor de uso material de la mercancía. Sólo aquellos consumidores con un alto poder adquisitivo podrían permitirse el sobrecoste ético de un producto o servicio. En cambio, su aplicación a bienes de consumo básicos obstaculizaría el consumo de las personas con una capacidad adquisitiva limitada que, lejos de no querer contribuir a hacer del mundo un lugar más ético, están centrados en sobrevivir y garantizarse unas condiciones materiales de vida dignas.

Esto conecta con el tercero de nuestros argumentos: la voluntariedad de su aplicación. Por un lado, las leyes coercitivas del mercado fuerzan a la competencia dentro de los límites de la legalidad. Por otro lado, toda política o proyecto que pretenda incorporar la ética a los procesos empresariales no está tipificada. La empresa puede operar dentro de la legalidad vigente sin tener la obligación de incorporar la ética a sus prácticas. En consecuencia, la aplicación de la ética

<sup>13</sup> Cfr. Cortina, 1994, 1997 y 2003; y García-Marzá 1997 y 2009.

empresarial queda a merced de la voluntariedad de los empresarios que, al igual que las empresas, son *categorías económicas* con una función dentro de las relaciones de producción e intercambio capitalistas y que deben cumplir si desean mantener su posición.

#### 4. Conclusión

Pero, entonces, si la aplicabilidad de la ética empresarial es estéril e impotente en este contexto capitalista ¿qué es la ética empresarial y, en concreto, cuál sería la propuesta teórico-práctica de la Escuela de Valencia?

Con esta crítica no pretendo negar la utilidad de la reflexión ética sobre cualquier ámbito o actividad, pero sí afirmar mi rotunda negativa a la posibilidad de aplicar la ética empresarial al modo de producción capitalista, así como la “ingenuidad” y las contradicciones que se derivan de sus principios.

En primer lugar, la ética empresarial es un discurso dogmático. En septiembre de 1843, Marx escribía a su amigo A. Ruge uno de los fragmentos que mejor explica el verdadero espíritu crítico que debe guiar a la filosofía:

En esto precisamente consiste la ventaja de la nueva tendencia; nosotros no anticipamos dogmáticamente el mundo, sino que queremos encontrar el mundo nuevo a partir de la crítica del viejo. Hasta ahora los filósofos habían tenido lista en sus pupitres la solución de todos los enigmas, y el estúpido mundo exotérico no tenía más que abrir su morro, para que le volasen a la boca las palomas ya guisadas de la Ciencia absoluta (Marx, 1978 c, p. 173).

Dogmática o doctrinaria es la crítica que censura la realidad partiendo de un principio de “deber-ser”, sin importar si es un principio moral o la descripción ideal de la sociedad. Por ello es imprescindible sustituir el punto de vista dogmático e idealista por un punto de vista crítico y material. Observar las premisas materiales de la realidad es la única “concepción realmente crítica del mundo” (Marx, 1974, p. 273). Como dice E. Renault: “la voluntad de intervenir en la lucha política, armado con normas morales, tiene que ver con un desconocimiento idealista de la materialidad de la historia” (Renault, 2017, p. 60).

En segundo lugar, es un discurso ideológico. Tal y como señaló Marx, “las ideas de la clase dominante son las ideas dominantes en cada época” (Marx, 1974, pp. 50-51), de tal modo que estas pueden ser entendidas como instrumentos de dominación sobre las clases dominadas. El problema es que ni estas idealidades ni su dimensión política se evidencian inmediatamente a la conciencia.

Aceptar la poderosa influencia de las condiciones materiales de vida en la conciencia no implica “reducir la historia al factor económico, ni conlleva desprecio alguno del papel de la subjetividad en la historia de los humanos” (Fer-

nández Buey, 1998, p. 192), no hay “ninguna truculencia económicamente determinada o teleológicamente prescrita” (Fernández Buey, 1998, p. 143).

El discurso ideológico de la ética empresarial oculta la dominación naturalizando las relaciones sociales capitalistas vigentes y tratando de moldearlas conforme a ideales universales. Se ha convertido en una “economía política de la moral”:

La economía política de la moral es la riqueza con buena conciencia, con virtud, etc. Pero, ¿cómo puedo ser virtuoso si no soy? ¿Cómo puedo tener buena conciencia si no tengo conciencia de nada? El hecho de que cada esfera me mida con una medida distinta y opuesta a las demás, con una medida la moral, con otra distinta la Economía Política, se basa en la esencia de la enajenación, porque cada una de estas esferas es una determinada enajenación del hombre y contempla un determinado círculo de la actividad esencial enajenada (Marx, 2016, p. 196).

La ética empresarial se convierte así, en segundo lugar, en un discurso legitimador del capitalismo que, mediante la grandilocuencia de conceptos vacíos como “diálogo”, “participación”, “democracia”, “responsabilidad”, “pluralidad” o “consenso”, oculta los verdaderos conflictos inherentes a la sociedad, entre ellos la lucha de clases. Para ello, utiliza teorías como la de los *stakeholders*<sup>14</sup> que le permite englobar a todos los individuos bajo la categoría de *stakeholders* (González, 2004), difuminando el antagonismo irreductible entre propietarios y no propietarios de los medios de producción. Estas palabras, repetidas como un mantra y sin referencia a ninguna realidad material, las vacía de contenido y acaban ejerciendo un efecto místico e hipnótico que dificulta cualquier oposición. ¿Quién está en contra del diálogo, la democracia y la participación?

La caverna debe ser despojada de toda posibilidad de pensar en una huida posible: debe, precisamente, reformularse como jaula de hierro. Cuando los prisioneros ya no están motivados por la pulsión de fuga y aceptan sumisamente su propio cautiverio, la represión puede disminuir el control sobre los cuerpos, puesto que ya ejerce el control total sobre las almas (Fusaro, 2018, p. 25)

Esto la convierte, en tercer lugar, en un discurso puramente estético pues, para extraer rentabilidad a los llamados “recursos morales”, no es necesario ges-

<sup>14</sup> Personas, organizaciones o grupos que son parte involucrada o interesada en la actividad de una empresa y sin cuyo apoyo la organización cesaría de existir. Por ejemplo: accionistas, trabajadores, proveedores, sindicatos, clientes, asociaciones, etc.

tionarlos efectivamente, sino tan sólo mostrar que están siendo “atendidos”. Dar una imagen ética a la opinión pública no convierte a la empresa en una organización ética, solo hace que lo parezca.

Como mucho, la ética empresarial no deja de ser otro discurso reformista que cree fervientemente en las bondades del mercado, que da pie a mantener la fe en que es posible gestionar la sociedad capitalista de otra manera, que “admite y reconoce abiertamente [...] la imperfección del presente, no la posibilidad de cambiarlo” (Fusaro, 2018, p. 27). Únicamente piden o reclaman que el capitalismo tenga consideración con cuestiones sociales, que sea misericordioso y que estas se traduzcan en transformaciones culturales.

La representación de la empresa como “ágora” donde los individuos intercambian ideas de manera libre y democrática es una visión utópica que esconde las desigualdades económicas estructurales. Por todo ello, su discurso conecta con el liberalismo burgués presuntamente de izquierdas y puede ser vindicado perfectamente por sectores próximos al capital. La idea de Habermas de que contra el capitalismo el antídoto es la democracia olvida por completo que este es “un orden social y forma de vida que depende de manera vital del progreso ininterrumpido de la acumulación de capital privado” (Streeck, 2014, p. 38), donde la producción de mercancías no está dirigida a la satisfacción de necesidades humanas sino a la valorización constante del capital. Por ello, cuando la ética empresarial pretende introducir la ética dentro de la lógica de la economía capitalista, mercantiliza la moral, la introduce en un proceso de valorización que tiene como meta extraer un beneficio económico de su comercialización, contribuyendo así a una falsa democratización de la sociedad que no altere ni amenace los planes de la acumulación capitalista.

La ética empresarial es el ejemplo más diáfano de la capitulación incondicional de la filosofía ante el capital: “sólo izan la bandera blanca, esperando que el que fuera objeto de la crítica los convide a un plato de sopa boba” (Jappe, 2014, p. 42); son la demostración de que el impulso capitalista de venderlo todo ha reducido todo a mercancía, incluida la moral. Esta propuesta de “transformación” de la realidad capitalista no cuestiona las raíces de la sociedad moderna y sólo pretende mitigar sus efectos. Y esto sólo es concebible para quienes están interesados en mantener el statu quo, para aquellos que abogan por una tibia humanización que, aunque pueda contribuir a la mejora de ciertas prácticas, pueden ser, al mismo tiempo, apologistas de un sistema que se nos revela constantemente como inhumano.

Marx veía la filosofía alemana de su tiempo como ideología, como “héroes que sólo aspiran al aniquilamiento de las frases, y de ninguna manera a la transformación de las condiciones, condiciones de las cuales tales frases tenían que surgir” (Marx, 1974, p. 686). Hoy, la filosofía valenciana, del mismo modo que le ocurriera a la alemana, y salvando la inmensa distancia que las separa, “por

arrancar solamente de la conciencia, tiene necesariamente que acabar en la filosofía moral, donde los diferentes héroes disputan entonces en torno a la moral verdadera” (Marx, 1974, p. 434).

### **Bibliografía**

- ARANGUREN, José Luis López, “Ética”, en *Obras completas*, Madrid: Trotta, 1994, vol. II, pp. 159-502.
- BANCO DE PAGOS INTERNACIONALES (BPI), *83º Informe Anual (1 de abril de 2012 - 31 de marzo de 2013)*. Consultado el 9 de octubre de 2020 en <[https://www.bis.org/publ/arpdf/ar2013\\_es.pdf](https://www.bis.org/publ/arpdf/ar2013_es.pdf)>.
- BATOU, Jean, “Acumulación por desposesión y luchas anticapitalistas: una perspectiva histórica larga” en Madrid: *Viento Sur*, 2015, nº 139, pp. 85-108.
- BAUMAN Zygmund, *¿La riqueza de unos pocos nos beneficia a todos?*, Barcelona:
- CORTINA, Adela, *Ética de la empresa: claves para una nueva cultura empresarial*, Madrid: Trotta, 1994.
- CORTINA, Adela, (et.al), “Presupuestos éticos del quehacer empresarial” en *Rentabilidad de la ética para la empresa*, Madrid: Fundación Argentaria, 1997, pp. 15-36.
- CORTINA, Adela, “Las tres edades de la ética empresarial” en *Construir confianza. Ética de la empresa en la sociedad de la información y las comunicaciones*, Madrid: Tecnos, 2003, pp. 17-38.
- FARIZA, Ignacio, “El 1% más rico tiene tanto patrimonio como todo el resto del mundo junto” en Madrid: *El País*, 13 de octubre de 2015. Recuperado de <[https://elpais.com/economia/2015/10/13/actualidad/1444760736\\_267255.html](https://elpais.com/economia/2015/10/13/actualidad/1444760736_267255.html)>.
- FERNÁNDEZ, Francisco, *Marx (sin ismos)*, Barcelona: El viejo topo, 1998.
- FUSARO, Diego, *Idealismo o barbarie*, Madrid: Trotta, 2018.
- GARCÍA-MARZÁ, Domingo, “Confianza y poder: La responsabilidad moral de las empresas de comunicación” en CORTINA Adela., *Construir confianza. Ética de la empresa en la sociedad de la información y las comunicaciones*, Madrid: Tecnos, 2003, pp. 195-220.
- GARCÍA-MARZÁ, Domingo, *Ética empresarial: del diálogo a la confianza*, Madrid: Trotta, 2004.
- GARCÍA-MARZÁ, Domingo, “Del balance social al balance ético” en CORTINA, Adela, (et.al.), *Rentabilidad de la ética para la empresa*, Madrid: Fundación Argentaria, 1997, pp. 229-255.
- GARCÍA-MARZÁ, Domingo, “La RSC en perspectiva ética” en CORTINA, Adela, (Coord.), *La responsabilidad ética de la sociedad civil*, Almería: Publicaciones Caja Mar, 2014, vol.26, pp. 239-245.
- GARCÍA-MARZÁ, Domingo, “¿Agentes de justicia? La responsabilidad social de las empresas como factor de desarrollo” en CORTINA, Adela, y PEREIRA,

- Gustavo, (eds.), *Pobreza y libertad: erradicar la pobreza desde el enfoque de las capacidades de Amartya Sen*, Madrid: Tecnos, 2009, pp. 193-210.
- GONZÁLEZ, Elsa, *La responsabilidad moral de la empresa: una revisión de la teoría de Stakeholders desde la ética discursiva*, Tesis Doctoral dirigida por Dr. Domingo García-Marzá, Castellón: Universitat Jaume I, 2004.
- HABERMAS, Jürgen, *Teoría de la acción comunicativa*, Madrid: Taurus, 1987.
- HABERMAS, Jürgen, *La inclusión del otro*, Barcelona: Paidós, 1999
- HABERMAS, Jürgen, *Aclaraciones a la ética del discurso*, Madrid: Trotta, 2000.
- HABERMAS, Jürgen, *Facticidad y validez*, Madrid: Trotta, 2001.
- HARVEY, David, *El nuevo imperialismo*, Madrid: Akal, 2004.
- HARVEY, David, *Guía de El Capital de Marx. Libro primero*, Madrid: Akal, 2014.
- ILLUECA, Héctor, "Acumulación por desposesión en Europa" en *Filosofía, política y economía en el laberinto*, nº 44, 2015, pp. 57-71.
- LOZANO, Josep María, *Ética y empresa*, Madrid: Trotta, 1999.
- MARX, Karl, *La ideología alemana*, Barcelona: Grijalbo, 1974
- MARX, Karl, "Crítica de la filosofía del derecho de Hegel" en *Obras de Marx y Engels*, Barcelona: Grijalbo, 1978 a, vol.5, pp. 209-224.
- MARX, Karl, "Crítica de la filosofía del Estado de Hegel" en *Obras de Marx y Engels*, Barcelona: Grijalbo, 1978 b, vol.5, pp. 1-157.
- MARX, Karl, "Una correspondencia de 1843" en *Obras de Marx y Engels*, Barcelona: Grijalbo, 1978 c, vol.5, pp. 165-177.
- MARX Karl, *En defensa de la libertad: los artículos de la Gaceta Renana, 1842-1843*, Valencia: Fernando Torres, 1983.
- MARX, Karl, *Miseria de la filosofía*, Madrid: Siglo XXI, 1987.
- MARX, Karl, *El Capital*, Madrid: Siglo XXI, 2008 b, Libro I, vol.1
- MARX, Karl, *Contribución a la crítica de la economía política*, Madrid, Siglo XXI, 2008 a.
- MARX, K., *Manuscritos de economía y filosofía*, Madrid: Alianza, 2016.
- MARX, K., *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*, Madrid: Siglo XXI, 2007, vol. II.
- POLANYI, Karl., *La esencia del fascismo. Nuestra obsoleta mentalidad de mercado*, Madrid: Escolar y Mayo, 2013.
- POLANYI, Karl, *La gran transformación*, Barcelona: Virus, 2016.
- RENAULT, Emmanuel., *Marx y la filosofía*, Buenos Aires: Prometeo Libros, 2017.
- RUDA, F., "Recordar lo imposible: para una anamnesis metacrítica del comunismo" en ŽIŽEK, Slavoj, (coord.), *La idea de comunismo*, Madrid: Akal, 2014, pp. 177-218.
- STREECK Wolfgang., "Las crisis del capitalismo democrático" en London: *New Left Review*, 2011, nº 71, pp. 5-26.
- STREECK Wolfgang, "¿Cómo terminará el capitalismo?" en London: *New Left Review*, 2014, nº 87, pp. 38-68.

STREECK Wolfgang, *Comprando tiempo. La crisis pospuesta del capitalismo democrático*, Buenos Aires: Katz Editores, 2016.

VAROUFAKIS Yannis, *El Minotauro global. Estados Unidos, Europa y el futuro de la economía mundial*, Barcelona: Debolsillo, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel, *El capitalismo histórico*, Madrid: Siglo XXI, 1983.

ZUBIRI, Xavier, *Sobre el hombre*, Madrid: Alianza, 1986.

Recebido em 15 de junho de 2020  
Aprovado em 7 de dezembro de 2020



# David Harvey: mercadoria, capital, capital de empréstimo e capital fictício – Notas críticas

*David Harvey: commodity, capital, capital loan and fictitious capital – Notes criticism.*

Paulo Henrique Furtado de Araujo\*

## Resumo

O artigo apresenta criticamente a compreensão de David Harvey sobre a obra *O capital* de Marx, destacando, em particular, a forma como o autor trata das categorias mercadoria, capital, capital de empréstimo e capital fictício. Ressalta que Harvey atribui a Marx a construção de um modelo gnosiológico sem compreender que Marx instaura uma ontologia materialista do ser social. Além disso Harvey, ao não perceber que valor é uma forma de mediação social produtora de fetiche, acaba por alternar seu entendimento de fetiche como algo próprio do mundo do capital e algo de falsa consciência ou engano sobre o mundo real. Por fim, ao tratar de capital de empréstimo e capital fictício e utilizar aquele enquadramento de modelo e essa compreensão de fetiche, termina por não apreender adequadamente o capital fictício e identificar uma insuficiência explicativa no suposto modelo de Marx.

**Palavras-chave:** Harvey, Marx, mercadoria, capital de empréstimo, capital fictício.

## Abstract

*The article critically presents David Harvey's understanding of Marx's Capital, stressing, in particular, how the author treats the categories of commodity, capital, loan capital, and fictitious capital. He points out that Harvey attributes to Marx the construction of a gnosiological model without understanding that Marx establishes a materialist ontology of social being. In addition, Harvey, not realizing that value is a form of social mediation that produces a fetish, turns his understanding of fetish as something peculiar to the world of capital and something of false consciousness or deception about the real world. Finally, when dealing with loan capital and fictitious capital and using that model framework and this understanding of fetish, it ends up not apprehending properly the fictitious capital and identifying an explanatory insufficiency in the supposed model of Marx.*

**Key-words:** Harvey, Marx, commodity, loan capital, fictitious capital.

\* Professor da Faculdade de Economia da UFF, coordenador do GEPOC-UFF e membro do NIEP-MARX-UFF. O presente artigo só foi possível graças ao diálogo e aprendizado que tive a oportunidade de realizar no grupo de estudos sobre financeirização organizado pelos colegas Juan Pablo Painera e Mário Duayer. A eles, e aos colegas integrantes do referido grupo, Flávio Miranda, Alexis Saludjian, Maracajaro Mansour e Natan Oliveira, eu muito agradeço. Ressalto, como de praxe, que todos os erros, omissões e equívocos são da responsabilidade exclusiva do autor.

## 1. Introdução

David Harvey realiza um sério e dedicado esforço interpretativo do livro *O Capital* de Marx. Sua leitura tem sido bastante difundida nos últimos anos, tanto no meio acadêmico, quanto no meio militante. No entanto, ela não é isenta de equívocos e mal-entendidos a respeito da obra que analisa. Nosso objetivo é, respeitosamente, indicar alguns desses limites com destaque para o seu entendimento das categorias mercadoria, valor de uso, valor, valor de troca, fetiche da mercadoria, capital de empréstimo e capital fictício. O argumento central que subjaz à nossa crítica é de que Harvey apreende Marx por um viés predominantemente epistemológico/gnosiológico, desconsiderando os parâmetros ontológicos que estruturam a inteligência desse autor<sup>1</sup>.

## 2. Harvey e o Livro Primeiro de O capital

Ao tratar do capítulo 1 do Livro Primeiro de *O Capital*, Harvey defende que Marx tem na categoria mercadoria seu ponto de partida a priori (2013, p. 25). Adiante nos revela que o tipo de trabalho incorporado nas mercadorias não pode ser o trabalho concreto (“tempo efetivamente despendido no trabalho” (2013, p. 28)), mas o trabalho humano abstrato que torna as mercadorias em “resíduos dos produtos do trabalho” (idem). Em seguida afirma que a mercadoria possui valor de uso e valor de troca (2013, p. 32) e essa dualidade “permite definir algo chamado valor (...) como tempo de trabalho socialmente necessário” (2013, p. 33). Sendo que o jogo da oferta e da procura, segundo Harvey, influi sobre a relação entre valor de uso e valor, de modo a que uma oferta maior do que a demanda reduz o valor de troca e vice-versa. Conclui que Marx se interessa por analisar as proporções nas quais as mercadorias são trocadas quando estamos no equilíbrio, ou seja, quando a oferta é igual a demanda. Para realizar tal análise é que Marx precisa de um outro argumento, ele precisa agora tomar “o valor como geleia dessa substância social chamada de tempo de trabalho socialmente necessário” (2013, p. 33).

Para Harvey, Marx, partindo da dicotomia entre valor de uso e valor de troca, chega ao conceito unitário de valor (tempo de trabalho socialmente necessário). A procura de Marx por uma resposta para o que seja o trabalho humano socialmente necessário leva a outra dualidade: entre trabalho concreto e trabalho abstrato e, “no ato unitário da troca de mercadorias” (2013, p. 35), essas duas formas convergem novamente. O estudo do ato da troca, revela, para Marx, outra

<sup>1</sup> Vide, por exemplo, a Introdução ao livro *Para Entender O Capital – Livro I* (2013, pp. 14-15), na qual Harvey recupera o famigerado amalgama original (proposto por Lênin) formador do pensamento e do método de Marx. Na mesma Introdução surge a noção de que Marx constrói um aparato conceitual explicativo do movimento do capital (p. 22), aparentemente determinante frente ao ser em si, ao mundo dos homens.

dualidade: entre a forma relativa do valor e a forma equivalente. “Esses dois modos de expressão do valor são reunidos no surgimento de uma mercadoria – mercadoria-dinheiro – que funciona como um equivalente universal em relação a todas as outras” (2013, p. 35).

Harvey entende que a enorme heterogeneidade dos trabalhos concretos é a base para a existência das trocas e da divisão social do trabalho (2013, p. 36). Nesse momento ele não diferencia divisão social da divisão técnica do trabalho e acaba por inverter a relação causal entre divisão social do trabalho e tipos específicos de trabalhos concretos.

Sobre a riqueza, Harvey nos diz que Marx faz uma distinção fundamental entre riqueza material e valor. Contudo, Harvey não captura que a forma específica da riqueza no capitalismo é o valor. Na aparência a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista surge como uma imensa coleção de mercadorias (Marx, 2013, p. 113). Surge na aparência, pois na essência desse modo de produção, valor é forma específica da riqueza, forma de mediação social, é dominação abstrata que é a forma específica de dominação da sociedade do capital, e forma auto-mediadora que estrutura, modela, tanto a objetividade social quanto a subjetividade individual, conforme nos lembra Postone (2014). Acertadamente Harvey entende que valor ainda que imaterial é objetivo. Além disso, apreende com acerto que, para Marx, o processo efetivo de trabalho no capitalismo sob a lógica da ampliação do valor, coagula ou cristaliza valor na mercadoria. De tal maneira que o que importa é a coisa produzida, a mercadoria, é ela que tem valor e qualidades objetivas (2013, p. 42). Associado a essa compreensão, Harvey mantém, com Marx, que a teoria do valor só se aplica ao capitalismo e, portanto, que a forma valor, a forma dinheiro e a forma capital, só podem se expressar em sua plenitude num tipo particular e histórico de produção social: o modo capitalista de produção (2013, p. 53).

Antes de prosseguir, faz-se necessário contrapor as confusões teóricas de Harvey ao que expressamente Marx afirma nos *Grundrisse* e no Livro 1 de *O capital*. Em primeiro lugar, em *O capital*, Marx trata da sociedade em que domina o modo de produção capitalista. Ele trata do que é, o seu parâmetro é ontológico, se ocupa do estudo do ser em si, de tal maneira que as categorias são “formas de ser, expressão de existência” (Marx, 2011, p. 59). A exposição dos resultados de sua investigação o leva a partir das categorias mais abstratas e sobredeterminá-las concretizando-as e aproximando a exposição das formas de manifestação fenomênica da realidade. Todavia, sendo agora capaz de reconstruir a aparência no pensamento e demonstrar as necessárias ligações entre essa e a essência e suas tendencialidades. Como dito acima, a mercadoria é o ponto de partida da exposição, ela é a forma fenomênica da riqueza no capitalismo e traz em sua essência um par de contrários: valor de uso e valor. O valor de uso é dado objetivamente pelo corpo físico da mercadoria, portanto, por sua utilidade objetivamente

determinada. E o valor é dado pelo trabalho humano abstrato, sendo esse trabalho abstrato a substância do valor e o tempo de trabalho socialmente necessário gasto em média para a produção da mercadoria a medida do valor. E o valor de troca é a expressão do valor da mercadoria no momento da troca. Harvey confunde a substância com a medida do valor e confunde valor com valor de troca, atribuindo valor de troca à própria mercadoria.

Marx deriva a forma dinheiro logicamente a partir da contradição interna à mercadoria entre valor de uso e valor. Diz que essa é uma contradição real cuja resolução envolve o deslocamento para o exterior da própria contradição. Dessa maneira ele demonstra logicamente as vantagens e limites das formas do valor até a constituição da forma dinheiro: forma simples, singular ou acidental do valor; forma total ou desdobrada do valor; forma equivalente geral do valor; forma dinheiro. Por isso, a afirmação de Harvey de que “o surgimento da forma-dinheiro é o que permite que o valor comece a se cristalizar como princípio norteador do funcionamento da economia capitalista” (2013, p. 45) é absurda. Na exposição de Marx, quando o valor está posto, o dinheiro está pressuposto. Ao tratar do valor, inicialmente Marx abstrai do dinheiro, mas não significa que o dinheiro já não esteja posto na realidade do capitalismo. O que Marx captura é o valor como forma de riqueza e forma de mediação social na esfera da essência do ser da sociedade capitalista. Logo não é com o surgimento do dinheiro que isso ocorre. Pois não se trata da construção de um modelo lógico, mas uma apreensão ontológica<sup>2</sup>. O ápice da confusão, nesse momento, é a compreensão de Harvey de que como valor é imaterial ele “só existe em relações entre mercadorias e só pode ser expresso materialmente na forma contraditória e problemática da mercadoria-dinheiro” (2013, p. 45). Como dito, valor para Marx é trabalho humano abstrato. Nada mais do que gelatina de trabalho humano, resultado do desgaste do corpo físico do trabalhador no processo de trabalho sob a relação específica que ocorre entre capitalista e proletário, ou seja, valor é específico da sociedade capitalista, inexistindo em formações sociais anteriores. Não pode ser tomado num sentido puramente fisiológico, mas tem que ser tomado no sentido fisiológico e social ao mesmo tempo.

Ao tratar do caráter fetichista da mercadoria, Harvey incorre em outros erros que terão consequências para o seu estudo do capital fictício. Vejamos: em primeira aproximação toma a categoria de fetiche enquanto momento que esconde ou confunde características importantes do sistema político-econômico<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> A esse respeito vide Lukács (2012), em particular o capítulo IV (*Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*) e Chasin (2009).

<sup>3</sup> “O conceito de fetichismo já foi assinalado em sua discussão acerca do modo com características importantes do sistema político-econômico são ‘escondidas’ ou confundidas por meio das ‘antinomias’ e ‘contradições’ entre, por exemplo, as particularidades da mercadoria-dinheiro, por um lado, e a universalidade dos valores fantasmagóricos por outro” (Harvey, 2013, p. 46).

Em seguida destaca, com Marx, que aos produtores das mercadorias, “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são’. (...), ‘isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas’ (2013, p. 47). Ou seja, arremata Harvey, a relação social dos homens com a atividade de trabalho dos outros “é dissimulada em relações entre coisas (2013, p. 47). De tal modo, afirma, ainda com Marx, que o fetiche não é um disfarce ou mera ilusão ou uma construção artificial que possa ser desmontada com esclarecimento intelectual<sup>4</sup>. Harvey acrescenta que o fetichismo é “condição inevitável do modo de produção capitalista” (2013, p. 49), o que nos parece ser uma afirmação correta, mas insuficiente, pois o fetiche é condição inevitável da mercadoria enquanto forma de mediação social que só se põe a partir do imperativo lógico da acumulação do valor. Dizendo o mesmo de outro modo: é possível que não exista um modo de produção capitalista com livre mercado, propriedade privada dos meios de produção e capitalistas enquanto personificações do capital, e ainda assim exista fetiche da mercadoria. Para isso, bastaria que existisse produção de mercadoria enquanto forma estruturante de relações sociais indiretas, não manifestas e acumulação de capital. Como a experiência do chamado socialismo real demonstrou, é possível a acumulação de capital e a mediação social do valor através de um planejamento burocraticamente centralizado, sem livre mercado.

Harvey, numa segunda aproximação do caráter fetichista da mercadoria, apreende fetiche como ilusão, como uma falsa consciência do real, negando portanto a compreensão acima explicitada de que o fetiche não é um disfarce ou ilusão. Vejamos: “É assim que Marx começa a atacar a compreensão liberal de liberdade. A liberdade do mercado não é liberdade, é uma ilusão fetichista” (2013, p. 50).

A conclusão final de Harvey surge como o coroamento do somatório de compreensões equivocadas sobre as categorias mercadoria, valor de uso, valor e valor de troca. Todavia, ainda assim, é desconcertante. Para ele Marx se interessa por transformar revolucionariamente a sociedade capitalista, o que só pode ocorrer pelo revolucionamento da forma-valor capitalista. Ou seja, a partir da “construção de uma estrutura de valor alternativa, um sistema de valor alternativo que não tenha o caráter específico daquele a que se chegou no capitalismo”

<sup>4</sup> “O que interessa a Marx, porém, não são as implicações morais. Seu interesse é mostrar como o sistema de mercado e a forma-dinheiro disfarçam as relações reais por meio da troca de coisas. Ele não está dizendo que esse disfarce, que ele chama de fetichismo (e note que o uso que Marx faz desse termo é técnico e absolutamente distinto de outros usos comuns), é mera ilusão, uma construção artificial que pode ser desmontada quando bem entendemos” (Harvey, 2013, p. 48). Assinalamos que o sistema de mercado e o dinheiro são consequência da produção de mercadorias, ou seja, da produção de valor. É a produção de valor o momento causal e explicativo do fetiche e não o mercado ou o dinheiro, como parece entender Harvey.

(2013, p. 53). Por isso, prossegue, o problema posto para os revolucionários é “encontrar uma forma-valor alternativa que funcione nos termos da reprodução social da sociedade numa imagem diferente” (2013, p. 53). A teoria crítica deve “sugerir sistemas alternativos de valor, baseados em tipos radicalmente diferentes de relações sociais e materiais” (2013, p. 54)<sup>5</sup>. Harvey não compreende que valor é trabalho humano abstrato e só surge quando a sociabilidade humana é mediada pelas mercadorias, portanto, não percebe que valor é o *medium* social ou a categoria socialmente mediadora. O valor de uso da mercadoria é o suporte do valor e o valor de troca a expressão desse valor. O fetiche da mercadoria está indissolavelmente ligado à produção dessas mercadorias estruturantes da sociabilidade do capital e constitui a forma específica de dominação social do capital: uma dominação abstrata do valor sobre os homens e como a mensuração do valor se dá pelo tempo de trabalho, em última instância, trata-se da dominação do tempo sobre a humanidade. De tal modo que, para Marx, não se trata de constituir outros valores sem fetiche. Trata-se de livrar a humanidade da compulsão e do constrangimento próprio à lógica auto expansiva do valor e do tipo de sociabilidade que ela acarreta e instaurar no mundo humano relações sociais diretas não intermediadas por valores e que possibilitem a realização omnilateral do ser humano.

### 3. Harvey e os Livros Segundo e Terceiro de *O capital*

Harvey prossegue em seu esforço de entendimento de *O Capital* e passa a tratar dos livros 2 e 3. Para o presente artigo, nos restringiremos a acompanhar criticamente o autor no seu tratamento do juro, do crédito, do sistema bancário e das finanças, ainda que façamos referências específicas sobre o entendimento do autor a respeito de categorias presentes no livro 2 e à própria estruturação dos três livros de *O Capital*.

<sup>5</sup> Harvey retoma e aprofunda essa compreensão no capítulo 2 de *Para entender o capital* – Livros II e III (2014). Vide em particular as seguintes passagens:

“Se a especificidade do capital reside na relação de classes na produção - relação que facilita a criação de mais-valor –, sua generalidade reside no processo de circulação do capital industrial que é constituído como uma unidade dos ciclos do capital monetário, do capital de produção e do capital-mercadoria”. (2014, p. 89)

“Se no final do processo, o comunismo precisa abolir a relação de classe entre capital e trabalho, ele não tem necessariamente de abolir o dinheiro (ou seu equivalente), ou o intercâmbio de bens e serviços. Assim como o capital antes dele, ele teria de encontrar modos de reestruturar todos esses processos cíclicos de forma a sustentar o trabalho associado, em vez de sustentar as relações de classe do capital” (2014, p. 91)

Como podemos constatar a crítica de Harvey toma o capital como determinado por relação entre classes sociais, sem atentar que é justo o oposto. O valor enquanto forma mediadora e momento fundante do capital (valor em expansão) instaura um tipo específico de sociabilidade que inclui as formas de classes sociais. Ou seja, o valor é auto-estruturante. Modela a objetividade (e a subjetividade) necessária à sua permanente reprodutibilidade. Portanto a relação causal é do valor/capital para as classes sociais e não o inverso. A esse respeito vide Postone (2014) e Araujo (2016, 2018 e 2020).

Corretamente Harvey (2014, p. 167-168) observa que capital dinheiro<sup>6</sup> é o dinheiro utilizado para produzir mais-valor e que, portanto, pode assumir a forma-mercadoria. Possuindo um valor de uso (ao viabilizar a produção de mais-valor) e um valor de troca ou preço (juro). Para ele, Marx ao tratar do capital portador de juros no Livro 3 de *O Capital* destaca em sua análise “a natureza fetichista das aparências superficiais”, aparências que ainda que reais são enganosas, por isso fetichizadas. O capital portador de juros, Harvey cita Marx, é “a mistificação do capital em sua forma mais flagrante” (2014, p. 168). Para Harvey, se no Livro 1 Marx apresenta o dinheiro como o fetiche consumado, se no Livro 2 ele investiga de que maneira o dinheiro circula como capital, no Livro 3 a circulação do capital portador de juros se apresenta como “a forma fetichista consumada da circulação do capital” (2014, p. 169). A tarefa aqui é compreender como o capital dinheiro tem o poder de criar mais dinheiro a partir de si mesmo, sem descuidar de que esse poder tem efeitos reais sobre as leis de movimento do capital: “Assim, o capital corre continuamente o risco de ser vítima de suas próprias formas fetichistas e das compreensões falsas e fictícias que decorrem delas” (2014, p. 169). Harvey, seguindo Marx, nos diz que o ciclo do capital dinheiro se apresenta como circulação do capital portador de juros. Os juros são determinados pela oferta e procura de capital dinheiro, o que exclui uma taxa de juros natural como a defendida pela economia política burguesa<sup>7</sup>.

Harvey compreende que Marx ao considerar as oscilações da oferta e procura e a dinâmica da concorrência, percebe que elas tornam o juro autônomo e independente e, ao mesmo tempo, subsumido ao mundo da produção, ao valor e ao mais-valor. Diante da necessidade de explicar como a “circulação do capital portador de juros adquire autonomia e independência diante do mais-valor (...) gerado por meio da circulação do capital industrial” (Harvey, 2014, p. 170); Harvey sustenta que a explicação de Marx passa pelas classes e frações de classe. O que é compreensível se lembrarmos das dificuldades que ele apresenta na

<sup>6</sup> Na tradução brasileira, capital monetário.

<sup>7</sup> Harvey ao tratar da determinação dos juros pela oferta e procura, ou seja, pela concorrência, revela seu peculiar entendimento do método de pesquisa e de exposição de Marx. Para ele, a introdução da particularidade da concorrência no Livro 2 de *O Capital* é um momento de grande mudança conceitual, de tensão profunda no pensamento de Marx. De tal maneira que finalmente a relação entre as particularidades e as leis gerais do movimento do capital se apresentam e aqui “ganha sentido o movimento que vai da realidade subjacente examinada no Livro II ao fetiche das aparências superficiais do Livro III. Vemos (...) [como as formas fetichistas] distorcem e mistificam as leis gerais do movimento” (Harvey, 2014, p. 169), Harvey entende que existem leis gerais puras que são enviesadas pelo fetiche da mercadoria, ou seja, pela forma fenomênica. Contudo, Marx concretiza seu constructo teórico sobredeterminando as categorias. De tal forma que a reconstrução lógica do movimento da sociabilidade do capital adere e explica a própria totalidade dinâmica da sociedade do capital: elucida e articula a essência e a manifestação fenomênica (se se quiser, aparência), sem com isso sustentar uma legalidade pura ou um fetiche aparential. As formas fetichizadas são uma exigência do tipo de sociabilidade própria à lógica do capital e não um erro, equívoco ou ilusão.

compreensão do valor enquanto forma específica de sociabilidade estruturante da sociedade do capital e enquanto forma específica de riqueza. Vejamos seu raciocínio: primeiro Marx diferencia capitalistas de dinheiro dos capitalistas industriais, ou seja, os que têm dinheiro disponível para emprestar e que ganham com esse movimento e os capitalistas funcionantes, aqueles que organizam a produção de valor e mais-valor. “A taxa de juro é fixada pela concorrência entre essas duas frações de classe” (2014, p.170). Em segundo lugar, Harvey acrescenta que Marx “internaliza na pessoa do capitalista individual” (2014, p. 171) a relação entre as frações de classe acima referidas. De tal maneira que o capitalista agora pode exercer dois papéis distintos: o capitalista industrial que sempre conserva uma parte de seu capital como capital dinheiro, pode utilizá-lo para produzir valor e mais-valor ou emprestá-lo em troca de juros. Harvey prossegue e assinala que há um ponto em que “a circulação do capital portador de juros tem de se submeter à produção de mais-valor” (2014, p. 172). Pois se todos os capitalistas escolhessem viver de juros ou de renda, a taxa de juros cairia a zero e o lucro potencial do capital funcionante atingiria níveis inéditos.

Na sequência, Harvey se pergunta sobre a existência de equilíbrio entre a taxa de lucro do capital industrial e a taxa de juro do capital “dinheirento” (o do capitalista de dinheiro)<sup>8</sup>. Destaca que o dinheiro pode ser acumulado ilimitadamente e na aparência, o capital “dinheirento” também pode. Sendo essa “a suprema fantasia fetichista capitalista” (2014, p. 172). Todavia, os empréstimos podem fugir ao controle, se autonomizar em relação à atividade produtiva real, produzindo uma espiral crescente de dinheiro de crédito (títulos de crédito negociáveis em mercado secundário). E “isso confere necessariamente um caráter fictício a todos os mercados de crédito” (2014, p. 172). Pela primeira vez Harvey passa a tratar do capital fictício:

Ele não é produto da mente delirante de um banqueiro cocainômano de Wall Street, mas uma forma real de capital – dinheiro que se tornou mercadoria, dotada de um preço. Embora o preço seja fictício, somos todos forçados a responder por ele (seja pagando uma hipoteca, procurando juros para a nossa poupança ou contraindo empréstimos para alavancar um negócio) (Harvey, 2014, p. 172-173).

Nessa primeira abordagem, Harvey não detalha a característica principal do capital fictício para Marx, segundo a nossa compreensão: a antecipação de um fluxo de rendas futuras. Voltaremos a essa questão mais adiante.

<sup>8</sup> Optamos por utilizar o adjetivo “dinheirento”, para melhor caracterizar o capital pertencente ao capitalista de comércio de dinheiro que, portanto, ao comercializar a mercadoria dinheiro viabiliza a circulação do dinheiro enquanto capital.



Marx, nos diz Harvey, ao reconhecer que o capital “dinheirento” atua duplamente na circulação do capital industrial (no início e na conclusão do seu ciclo), deve distinguir entre capital de empréstimo (mutuado ou *loanable capital*) que é emprestado para permitir a expansão da produção, e o “dinheiro empregado para descontar letras de câmbio (que facilita a realização do valor no mercado)” (Harvey, 2014, p. 173). Harvey destaca que o “caráter fetichista da forma dinheiro permite a criação de fantasias e ficções que explodem periodicamente como crises financeiras e comerciais violentas e incontroláveis” (Harvey, 2014, p. 173). Considerando a internalização numa mesma persona dos dois papéis (capitalista funcionante e “dinheirento”), Harvey adverte que a psicologia individual e as expectativas daí formadas são de fundamental importância para a compreensão das dinâmicas da acumulação do capital. Segundo Harvey, essa seria uma área na qual Marx não estava à vontade para investigar – e que Keynes irá desenvolver posteriormente.

Haveria em Marx, conforme Harvey, um eixo filosófico que gira em torno da sua argumentação técnica<sup>9</sup>, e que pode ser identificado na exposição do Livro Terceiro de *O capital*, de que o juro, enquanto preço do capital, é completamente irracional e contraditório. Pois o preço é expressão monetária do valor e o preço do dinheiro, simplesmente não expressa o valor do dinheiro. Harvey associa a irracionalidade e a contraditoriedade dos juros ao seu caráter fetichista. Sendo este caráter fetichista o que sustentaria a categoria de capital fictício. E se pergunta: “em que medida (...) [esse caráter] altera nossa compreensão do funcionamento das leis gerais de movimento do capital?” (Harvey, 2014, p. 175). O arcabouço teórico de Marx, advoga Harvey, não seria capaz de absorver os “efeitos da circulação do capital portador de juros em relação à circulação do capital industrial” (Harvey, 2014, p. 175). Em suma: depois de flertar com a formação de expectativas das personas econômicas, Harvey insinua que o fetiche se associa a um tipo de compreensão ruim do mundo real.

Sobre o capital portador de juros, Harvey retoma Marx e afirma que o capitalista “dinheirento” pode colaborar na geração de mais-valor desde que empreste seu dinheiro para o capitalista funcionante em troca do recebimento futuro de juros. A propriedade do dinheiro é o direito que garante o pagamento do juro. O lançamento do dinheiro (capital portador de juros) na circulação como mercadoria facilitadora da valorização do valor, nem comprado nem vendido apenas emprestado, alienado, ao capitalista funcionante, realiza o valor de uso desse capital portador de juros, que é o de participar da criação de mais-valor, de funcionar como capital – aqui o capital devém mercadoria.

O fato de que o capital emprestado esteja na forma dinheiro ou na forma

<sup>9</sup> Uma reedição do corte epistemológico althusseriano no interior de *O Capital*?

mercadoria, em nada altera a coisa. Fábricas, máquinas, etc., irão ser emprestadas mediante o pagamento de juros monetário. Desta forma, todo capital emprestável, todo capital portador de juros, independentemente da forma que assuma é sempre derivado do capital endinheirado [*geldkapital*]<sup>10</sup>. O importante aqui é notar que o capitalista credor (prestamista) aliena seu capital na forma dinheiro ao capitalista funcionante (industrial) e não há aqui metamorfose alguma (compra ou venda), a propriedade não é transferida e, portanto, não surge um equivalente em contrapartida. O dinheiro adiantado retorna ao credor somente após o capitalista funcionante produzir mais-valor. Ou seja, estamos diante de uma transação legal, jurídica. Ainda que essa transação entre credor e devedor seja determinada na verdade por reflexos reais, a transação em si não revela isso. Tudo se passa como se o capital emprestado jamais tivesse perdido a forma de dinheiro e todo o processo de produção subjacente ao seu retorno fica obscurecido.

Harvey toma uma conhecida passagem do capítulo 21 do Livro 3 de *O Capital* para demonstrar que o “edifício de regras de investimento que Marx constrói nos *Grundrisse*” (Harvey, 2014, p. 181), e que em *O Capital* ele desenvolveria “para explorar a generalidade das leis de movimento do capital” (ibidem) fica tensionado, quase inviabilizado, pois a concorrência que determina o juro pago sobre o capital “dinheirento”, opera aqui de forma paradoxal: “A concorrência é encarada por toda parte como a responsável pela imposição das leis internas de movimento do capital; o mecanismo de imposição é entendido como determinante na circulação do capital portador de juros em seu papel comum da classe – mas o executor é sem lei e arbitrário” (Harvey, 2014, p. 181). Ou seja, Harvey aceita que a concorrência impõe as leis internas de movimento do capital ao capital portador de juros, contudo, a execução dessa imposição é sem lei e arbitrária. Para Harvey isso é uma ruptura com o *modelo teórico* que Marx vinha construindo desde os *Grundrisse*, dado que é impossível endogeneizar/introjetar a circulação do capital portador de juros no suposto *modelo*. De todo modo, é relevante retomarmos a citação em questão para avaliarmos a correção do postulado de Harvey. No trecho utilizado por Harvey, Marx, após tratar do preço de produção (que é regulado pelas leis imanentes do modo de produção), do preço de mercado da mercadoria enquanto preço de produção modificado pela oferta e procura, ou seja pela concorrência intercapitalista e do salário que se iguala ao valor da força de trabalho quando a oferta é igual à procura, nos diz que:

(...) é diferente o que se dá com o juro do capital monetário [capital “dinheirento”]. A concorrência não determina aqui os desvios da lei, mas não existe lei alguma da repartição além da ditada pela concor-

<sup>10</sup> Harvey acredita que a renda da terra tenha relação interna com a circulação do capital portador de juros, pois como a terra e os imóveis podem ser emprestados, a lógica é a mesma.

rência, porque, como veremos ainda, não existe uma taxa “natural” de juros. Entende-se por taxa natural de juros a taxa fixada pela livre-concorrência. Não há limites “naturais” da taxa de juros. Onde a concorrência não se limita a determinar os desvios e as flutuações, quando, pois, no equilíbrio de suas forças contrapostas cessa toda determinação em geral, o que se trata de determinar é em si e para si não regulado por lei e arbitrário. Mais sobre isso no próximo capítulo. (Marx, 1986a, p. 267).

Destacamos que Marx fala que no caso do juro do capital “dinheirento”, a concorrência não determina os desvios da lei pois não existem desvios da lei além daqueles ditados pela própria concorrência. Pois não há uma taxa “natural” de juros, a não ser a taxa de juros fixada pelo jogo da oferta e procura e nesse caso, a determinação da taxa de juros, por não possuir uma determinação na própria dinâmica engendrada pela produção do capital, é arbitrária, não é regulada por uma legalidade específica da reprodutibilidade do capital. Com isso, podemos responder ao argumento de Harvey de que há uma ruptura no modelo que Marx vinha construindo e que ele sintetiza no seguinte trecho: “Se o resultado é ‘sem lei e arbitrário’, o que ocorre então com as leis gerais do movimento que foram até agora o foco das preocupações de Marx?” (Harvey, 2014, p. 181).

Em primeiro lugar, e mais uma vez, Marx não constrói um arcabouço ou edifício de regras para o funcionamento do modo de produção capitalista. Seu parâmetro é ontológico e não gnosiológico. Segundo, ao contrário do que entende Harvey, para Marx não há a separação entre o responsável pela imposição das leis internas de movimento do capital na circulação do capital portador de juros e um executor arbitrário e sem lei. Pelo simples fato de que não há legalidade explicativa para a determinação dos juros do capital “dinheirento”, do capital portador de juros. Esta determinação é dada pela concorrência. Por fim, as leis gerais de movimento do capital operam através da concorrência intercapitalista. A concorrência ao mesmo tempo afirma e contraria essas referidas leis. Com exceção, segundo Marx, do que ocorre com o capital “dinheirento”.

Na sequência, Harvey trata dos capítulos 24 e 25 do Livro 3 destacando do fetichismo do capital fictício e o crédito em sua associação com o capital fictício. Sobre o fetichismo, Harvey retoma a citação de Marx a respeito do capital portador de juros. Nela Marx trata do fato de que com o capital portador de juros:

O capital aparece como fonte misteriosa e autocriadora do juro, de seu próprio incremento. A *coisa* (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como mera coisa, e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como

propriedade que cabe por si a uma coisa (...) Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca do seu nascimento (...)

Distorce-se também isso: enquanto o juro é apenas parte do lucro, isto é da mais-valia que o capitalista funcionante extorque do trabalhador, o juro aparece agora, ao contrário, como o fruto próprio do capital, como o original, e o lucro, agora na forma de ganho empresarial, como mero acessório aditivo que lhe advém no processo de reprodução. **Aqui a figura fetichista do capital e a concepção do fetiche-capital está acabada** [grifo nosso]. Em D – D' temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente da mercadoria, de valorizar seu próprio valor, independentemente da reprodução – **a mistificação do capital em sua forma mais crua** [grifo nosso]. (Marx, 1986a, p. 294)

Em seguida Harvey toma a passagem em que Marx nos diz que a identidade do mais-valor e do mais-trabalho coloca um limite qualitativo para a acumulação de capital, no entanto, se “ao contrário, a mais-valia é concebida na forma irracional do juro, o limite é apenas quantitativo e escarnece de qualquer fantasia” (Marx, 1986a, p. 299). Daqui Harvey conclui que: “O poder do fetiche está no fato de que uma realidade é construída em torno de sua fantasia” (2014, p. 195), enunciado revelador das dificuldades do autor com a categoria fetiche. Pois se ele inicia aceitando que fetiche não é ilusão, agora, definitivamente, ele associa o fetiche à fantasia. Sem compreender que o fetiche não é uma coisa nem outra, que ele é parte constitutiva da sociabilidade do capital, parte integrante da realidade. Realidade que vela ao invés de revelar suas determinações essenciais e que, portanto, não se trata de ilusão ou falsa consciência. De tal maneira que a sua superação exige a eliminação da própria sociabilidade do capital. Em uma frase: o fim do trabalho determinado por mercadoria, possuidor do duplo caráter produtor de valor e valor de uso. Trabalho esse cuja práxis objetiva a própria relação social na forma de mercadoria, portanto, exterioriza, objetificando, a própria sociabilidade que se põe, de imediato, diante do produtor como sociabilidade reificada, alienada, como objeto fetichizado<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Cf. Postone, 2014 (em particular o capítulo 4) e Duayer e Araujo (2019, 2020b).

Ao tratar do capítulo 25 (*Crédito e Capital Fictício*), do Livro 3, Harvey comete um equívoco e usa de forma descuidada as funções do dinheiro: (1) Ele nos diz que “O sistema de crédito ‘é expandido, generalizado e elaborado’ à medida que o comércio de mercadorias cresce com o desenvolvimento capitalista. O dinheiro é usado progressivamente como ‘moeda de conta’, à medida que se difunde a prática de comprar agora e pagar depois” (Harvey, 2014, p. 196). No entanto, o crédito só é posto efetivamente na função meio de pagamento do dinheiro. Esta função aparece no Livro 1, capítulo 3 (Dinheiro ou a circulação de mercadorias), e é o ápice da concretização da categoria dinheiro. De tal maneira que todas as outras funções estão subsumidas a ela. Desta forma, a função dinheiro de conta, que no referido capítulo é tratada no item 1 (Medida de valores), permanece operando quando o crédito é introduzido. Mas não no sentido de que “é usado progressivamente como meio de conta”, pois não é um desenvolvimento histórico, mas lógico-categorial. Em outras palavras, é evidente que Marx compreendia que o dinheiro de conta operava e se difundia, historicamente, com as operações do capital mercantil e do capital usurário nas formações sociais pré-capitalistas; não obstante, Marx não faz uma dedução histórica do dinheiro e, portanto, do crédito, toda a dedução, que já é exposta no capítulo 1 do Livro 1 de *O Capital*, é lógica. E aqui reside o descuido de Harvey: ele embaralha a lógica categorial e o desenvolvimento histórico-efetivo das categorias. (2) Harvey repete a citação que Marx faz do banqueiro de Yorkshire, W. Leatham, na qual este argumenta ser impossível distinguir a parte das letras de câmbio que provêm de negócios reais “e que parte é feita artificialmente (ficticius) e consiste apenas em papagaios, isto é, letras que são emitidas para recolher letras circulantes antes do vencimento e criar assim, pela produção de meros meios de circulação, capital fingido” (Marx, 1986a, p. 302)<sup>12</sup>. Harvey diz que “essa é [a] única menção explícita à categoria de capital fictício nesse capítulo” (2014, p. 197). Assinalamos que Marx utiliza-se da citação para amparar a ideia de operações artificiais ou fictícias utilizadas para a emissão de letras de câmbio e isso não é exatamente a categoria de capital fictício segundo Marx. Não sendo, portanto, mero acaso que ele mantenha capital fingido da citação e não capital fictício. Além disso, há um excerto de Engels em que ele apresenta o método de fabricar capital fictício que é alterado após o advento do telégrafo que passa a limitar o movimento especulativo tal como verificado nas vésperas de 1847 e que Marx cita a partir da reportagem do jornal inglês livre-cambista *The Manchester Guardian* (Marx, 1986a, p. 309). Em resumo: Harvey vê capital fictício quando ele não se apresenta e não vê a formação do capital fictício quando Marx a apresenta e Engels a explicita.

<sup>12</sup> O tradutor da Coleção “Os Economistas”, na nota 1\* (Marx, 1986a, p. 302) ressalta que “Marx usa *fingiertes Kapital* (capital fingido) e não *fiktives Kapital* (capital fictício), (...) provavelmente porque quis reservar essa expressão para um conceito mais amplo”.

O tratamento que Harvey oferece ao material do capítulo 26 (*Acumulação de Capital Dinheiro, sua Influência Sobre a Taxa de Juros*) do livro 3, os destaques para a dívida pública e sua articulação com as necessidades da acumulação das grandes empresas e a desaprovação de Marx ao *Currency Principle*, são, em nossa avaliação, corretos e adequados.

282

Ao tratar do capítulo 27 (*O Papel do Crédito na Produção Capitalista*) e dos subsequentes do Livro 3, Harvey apresenta o que ele chama de estrutura do argumento geral de Marx que atravessaria esses capítulos. Para ele, Marx construiu um *modelo* teórico que poderia ser representado como uma estrutura hierárquica de pivôs (Harvey, 2014, p. 205, figura 4) que descreveria o funcionamento do sistema financeiro global. Em tal estrutura viria em primeiro lugar o pivô do valor (que é entendido por Harvey como “tempo de trabalho socialmente necessário”). Este seria representado ou se expressaria no valor das “mercadorias-dinheiro: ouro e prata”. Essas por sua vez estariam no cerne do papel-moeda emitido pelos Bancos Centrais e esse papel-moeda estaria no núcleo estruturante do “dinheiro creditício” próprio do “sistema financeiro”.

Para Harvey é provável que “a história da acumulação do capital tenha acontecido paralelamente a uma acumulação de moedas de crédito e dívidas concomitantes” (Harvey, 2014, p. 207). O que nos parece bastante estranho, considerando o conhecido capítulo 24 do Livro 1 de *O capital*, no qual Marx trata das condições a acumulação primitiva do capital. Sem esquecer que acumulação para Marx é de capital, ou ampliação do valor através do reinvestimento do mais-valor extraído no ciclo de produção anterior. Logo acumulação de “moedas de crédito” no sentido de poupança de dinheiro de crédito não faz sentido<sup>13</sup>. Todavia, o autor prossegue dizendo que essa é a única maneira de garantir que o capital se acumule ilimitadamente. Pois o ouro, ou como ele chama, a mercadoria-dinheiro ouro, por ser um estoque limitado na própria natureza, representa um limite à permanente auto expansão do valor. E conclui o raciocínio dizendo que a acumulação de crédito produz um “monstro fetichista à sua imagem e semelhança” por depender da “acumulação paralela de moedas de crédito e instrumentos de crédito”. Tal monstro é baseado “na fé, na confiança e na expectativa” e “periodicamente escapa ao controle” (Harvey, 2014, p. 207). Para ele, as moedas de crédito não apenas substituem a moeda metálica como potencializam o fetiche do dinheiro: “Crédito ‘espuma’, bolhas de ativos, *booms* e colapsos especulativos

<sup>13</sup> Em Marx há uma clara diferença entre as categorias dinheiro e moeda. Moeda surge quando o dinheiro passa a ser emitido por uma autoridade governamental com poder sobre dada região geográfica. Pensamos que seria mais adequado Harvey falar em dinheiro de crédito no sentido que ele usa: papéis de banco e instituições financeiras que assumem o lugar do dinheiro. Sem esquecer o nível de abstração em que se encontra a exposição de Marx, lembramos que dinheiro, no capítulo 3 do Livro 1 de *O Capital* é o ouro.

são o preço que o capital tem de pagar por se libertar temporariamente das restrições da mercadoria-dinheiro” (Harvey, 2014, p. 207).

Diante da constatação de que o padrão-ouro foi abandonado pelo capitalismo mundial no início dos anos 1970 e, com isso, o pivô metálico do postulado modelo de Marx desaparecera, Harvey defende que o que o substitui “são os bancos centrais mundiais, combinados com as autoridades reguladoras estatais (um ‘nexo Estado-finanças’ (...)). Juntos eles formam o ‘pivô’ do sistema monetário e de crédito global” (Harvey, 2014, p. 208). Se na época de Marx esse pivô era o Banco da Inglaterra hoje são o *Federal Reserve Bank* (FED), o Tesouro norte-americano, os bancos centrais e autoridades reguladoras dos países capitalistas centrais. Com isso ocorreu a substituição de um mecanismo regulador que tinha por base a produção de mercadoria real (ouro) por instituições sociais, humanas. “O julgamento humano é a única disciplina exercida sobre a criação de crédito”, de tal maneira que a questão a ser tratada é “como os bancos centrais são estruturados e regulados, e como são formuladas políticas dentro do aparato estatal para lidar com os excessos periódicos que ocorrem nesse sistema de crédito” (Harvey, 2014, p. 208). A conclusão de Harvey é de que a questão agora é desvelar como os bancos centrais são constituídos e regulados e como o Estado, a partir de sua estrutura regulatória elabora políticas para contrarrestar os descontroles periódicos do sistema de crédito.

Harvey acredita que Marx – após a constatação de que o sistema de crédito aparece como caótico e descontrolado em sua capacidade de criar movimentos especulativos e colapsos periódicos, após descobrir que o juro “é uma particularidade, e é regulado (se de fato é) por outras particularidades” (Harvey, 2014, p. 212), em particular pela oferta e procura de capital “dinheirento” e pela concorrência entre as diversas frações do capital, sendo o próprio juro “acidental, sem lei e conjuntural” (ibidem) – colocaria uma questão que lembra àquela que será formulada por Keynes no Século XX<sup>14</sup>, mas de um modo diferente. Ela seria: “como os capitais e os capitalistas poderiam funcionar se ficassem presos aos fetichismos inerentes às formas superficiais do capital. Uma vez que se perdem no labirinto de seus próprios constructos fetichistas, como podem os capitalistas identificar as raízes dos seus dilemas e, mais ainda, encontrar uma saída?” (Harvey, 2014, p. 212). Para Harvey, desvendar essa confusão (fetichista?) exige uma adequada compreensão do capital fictício. Em particular do lugar “das formas fictícias e especulativas de capital na configuração (‘disrupção’ (...)) das lei efetivas de movimento da acumulação de capital, em oposição às leis gerais desse movimento” (Harvey, 2014, p. 213).

Nesse momento do texto Harvey (2014, p. 213 e ss.) pula para o capítulo 36

<sup>14</sup> Keynes entatizará a psicologia dos agentes e suas formações de expectativas como momento distintivo na determinação da taxa de juro e do funcionamento do sistema de crédito.

do Livro 3 de *O capital* e diz que Marx, ao constatar que capital portador de juros ou usurário e capital comercial são formas antediluvianas do capital, contradiz uma história equivocada que ele (Marx) toma de Adam Smith e, segundo Harvey, repete fortuitamente. Por essa história houve uma evolução histórica natural que parte do escambo, passa pela economia monetária até chegar a uma economia de crédito. Assim, conclui Harvey: “A mercadorização, o dinheiro e a compra e venda de forças de trabalho: todos esses fatores tinham de existir antes do modo de produção capitalista. (...) Mas agora vemos que mesmo o dinheiro, como capital portador de juros, tinha de preexistir ao surgimento de ser próprio modo distintivo de produção” (Harvey, 2014, p. 214). O que Harvey mais uma vez revela é o desconhecimento de que *O capital* é construído de forma lógica e não histórica. Trata-se da exposição dos resultados da pesquisa de Marx sobre a sociedade em que domina o modo de produção capitalista. As categorias são determinações da existência da sociedade do capital, de tal maneira que sua concretização lógica guarda relação com sua constituição histórica avaliada retrodutivamente<sup>15</sup>. Havia capital usurário e capital comercial antes do capitalismo, mas não havia valor enquanto forma de mediação social específica e determinante da sociabilidade humana, e enquanto forma de riqueza. O excedente apropriado por ambas formas de capital tinha por base a exploração direta e a expropriação de outros homens e não a exploração de suas forças de trabalho. Portanto, produção em larga escala de mercadorias, valor como forma específica de sociabilidade expressa no dinheiro como valor de troca autonomizado não antecede ao capitalismo. Surgem em conjunto com ele e o determinam reciprocamente<sup>16</sup>.

Harvey destaca na sequência (ainda se referindo ao capítulo 36 do Livro 3) o desenvolvimento do sistema de crédito como reação contra a usura. Lembrando que a usura concentra o poder do dinheiro e enfraquece o poder, a riqueza e a propriedade feudal, assim como arruína a produção dos pequenos camponeses e pequeno-burgueses, completando o processo da acumulação primitiva de capital. Ao mesmo tempo, a usura não foi capaz de fazer surgir o capitalismo. Esse surgimento dependeu de outros fatores, sendo que, segundo Harvey, a usura esgotava as forças produtivas ao invés de operar como estímulo para o seu desenvolvimento. O sistema de crédito traz consigo a subordinação do capital portador de juros, que antes operava como usurário, às necessidades de reprodução de todo o modo de produção capitalista. Ou seja, o capital portador de juros passa a se subordinar ao capital comercial e industrial e não o contrário, como poderia acontecer com o domínio da usura. Contudo, arremata Harvey, o capital portador de juros conserva em si um momento de capital usurário quando negocia com

<sup>15</sup> Cf. Bashkar, 1989.

<sup>16</sup> Cf. Marx, 2011, p. 39-64 e 388-454 e Lukács, 2013, p. 348 e ss.



pessoas e classes e em condições tais que se trata de consumo individual, supérfluo, ou tomado por um produtor não capitalista ou por um pequeno burguês.

Por fim, Harvey (2014, p. 217 e ss.) trata do que ele chama denexo Estado-financeiras, da fusão do Estado e do capital no advento do modo de produção capitalista. Assim o Estado moderno operaria de acordo com as necessidades de regulação da acumulação do capital e de forma a amenizar as contradições e crises engendradas pelo capital financeiro e fictício, construindo políticas conjuntas para tratar tanto dos débitos comerciais e estatais quanto das relações entre eles. Nos dias de hoje, argumenta Harvey, a relação entre dinheiro e Estado é tão íntima que é impossível pensar “um poder estatal capaz de regular e controlar de fora a financeirização” (Harvey, 2014, p. 219). Além do que, os problemas atuais de regulação financeira e reforma institucional transbordam as fronteiras nacionais e ultrapassam o poder regulador de todo Estado nacional (Harvey, 2014, p. 220).

Após esse movimento, Harvey volta a analisar o capítulo 27 do Livro 3 de *O Capital*. E lista, com Marx, os papéis principais que o crédito desempenha: “1. Ele facilita o fluxo de capital monetário entre setores e indústrias de tal modo que a taxa de lucro é equalizada por toda parte. (...) 2. Ele reduz significativamente a) os custos de circulação (...) b) reduz simultaneamente os tempos de rotação (...) 3) Ele permite a formação de empresas de capital aberto” (Harvey, 2014, 223). A esses Harvey acrescenta que o sistema de crédito opera enquanto um mecanismo contemporâneo de acumulação primitiva através de “despossessão”. Pois o crédito possibilita comportamentos aventureiros por parte de alguns indivíduos que, através de movimentos especulativos nas bolsas de valores e nos mercados financeiros, expropriam muitos aplicadores. Harvey finda sua abordagem do capítulo 27 sinalizando que o desenvolvimento do sistema de crédito ao acelerar o aumento das forças produtivas, se associa ao advento das empresas de capital aberto. E, segundo Harvey, Marx advogaria que essas são a base para o desenvolvimento de um novo modo de produção fundado no trabalho coletivo associado (Harvey, 2014, p. 229 e ss.).

Do capítulo 28 do Livro 3, Harvey destaca a distinção que Marx realiza entre “o dinheiro usado pelos capitalistas para comprar as mercadorias que serão usadas na produção e o dinheiro tomado emprestado para comprar mercadorias produzidas” (Harvey, 2014, p. 231). Ambos são partícipes da circulação do capital funcionante e Harvey infere disso que em circunstâncias de crédito fácil e muita liquidez disponível, o capital portador de juros pode irrigar tanto as condições de oferta quanto de procura de uma mercadoria fundamental (imóveis, por exemplo), “criando uma bolha de investimento” (Harvey, 2014, p. 231).

Para Harvey, a questão principal que Marx se coloca no capítulo 29 do Livro 3 é: “Em que consiste propriamente o capital bancário e como ele circula?” (Harvey, 2014, p. 232). Corretamente Harvey assinala que, segundo Marx, o capital

bancário consiste (1) do dinheiro vivo na forma de ouro ou de notas e (2) de papéis. Os papéis podem ser de dois tipos: (a) papéis comerciais e (b) papéis públicos (que além dos títulos de dívida pública, incluem as ações de todo tipo e as hipotecas). Conclui dizendo que o capital mantido pelo banco pode ser dividido entre (i) capital próprio do banqueiro e (ii) dinheiro de terceiros<sup>17</sup>.

Harvey (2014, p. 232-233) prossegue e diz que ao examinar o que ocorre quando o capital bancário é emprestado a juros, Marx chega à categoria de capital fictício. Harvey seleciona a passagem em que Marx argumenta que o pagamento de um certo quantum de juros que o Estado faz aos seus credores por terem estes emprestado o valor ao Estado, é feito a partir da consideração de um capital ilusório, fictício. Pois a soma que o credor emprestou ao Estado já não existe mais e apenas como investimento como capital poderia tal soma de dinheiro transformar-se numa soma de valor que se conserva e se amplia. Se o credor já não pode pedir ao devedor o reembolso, ele pode revender o crédito, o título de dívida do Estado para com ele e assim antecipar o recebimento de renda futura (capitalização). E nesse duplo aspecto está posto o que é o capital fictício para Marx<sup>18</sup>. No entanto, Harvey, ainda que reconheça esse duplo aspecto, para caracterizar capital fictício, enfatiza que a soma de dinheiro emprestada ao Estado já não existe mais e também o fato de que ela não foi gasta como capital pelo Estado, de modo que não se produz mais-valor ainda que o Estado pague juros sobre o dinheiro que tomou emprestado. A maior prova do caráter fictício desse capital, para Harvey, é que nas crises os títulos de dívida pública se tornam invendáveis e a ilusão desse capital desaparece. Harvey relembra, com Marx, que esse capital fictício tem um movimento peculiar como se pode observar nas flutuações diárias do valor das ações e dos papéis de dívida.

<sup>17</sup> O trecho em questão no qual Harvey se fundamenta é o que segue: “O capital bancário se compõe de 1) dinheiro em espécie, ouro ou notas, e 2) de títulos de valor. Estes podem ser divididos, por sua vez em duas partes: títulos comerciais, letras de câmbio, que são flutuantes, vencem de tempo a tempo e cujo desconto constitui o verdadeiro negócio do banqueiro; e títulos públicos de valor, como títulos do Estado, títulos do Tesouro, ações de todas as espécies, em suma, títulos portadores de juros, mas que se distinguem essencialmente das letras de cambio. Entre eles também podem ser incluídas as hipotecas. O capital composto desses elementos materiais divide-se, por sua vez, no capital de investimento do próprio banqueiro e nos depósitos que formam seu *banking capital* ou capital emprestado. Nos bancos com emissão de notas acrescentam-se ainda as notas. Deixemos de lado, por enquanto, os depósitos e as notas. Isso é claro: as partes constitutivas do capital bancário - dinheiro, letras de câmbio, títulos depositados - em nada se alteram se esses diferentes elementos representarem seu próprio capital ou depósitos, isto é, capital de outras pessoas. A mesma divisão permaneceria tanto se ele operasse seu negócio unicamente com capital próprio como se o fizesse unicamente com capital depositado com ele”. (Marx, 1986b, p. 9)

<sup>18</sup> Registramos que Marx destaca que o capital não pode existir em duas formas: “(...) uma vez como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e outra vez como capital realmente investido ou a investir naquelas empresas. Ele existe apenas nesta última forma, e a ação nada mais é que um título de propriedade, *pro rata*, sobre a mais-valia a realizar por aquele capital” (1986b, p. 11).

Ao tratar da capitalização, Harvey (2014, p. 234) nos diz que “a aparência fetichista da autovalorização assume uma forma muito específica chamada capital fictício, envolvida em mistério mesmo quando se torna real no mercado de título e papéis etc., onde os direitos de propriedade sobre diferentes fluxos de ganho e rendimento são capitalizados e vendidos como capital”. Com Marx, Harvey destaca que mesmo nos casos em que o título da dívida não representa um capital meramente ilusório, como ocorre com títulos da dívida pública, “o valor-capital desse título é puramente ilusório” (Marx, 1986b, p. 11). Esse capital fictício, prossegue Harvey, é um direito sobre trabalho futuro que supostamente produzirá o mais-valor do qual o juro (um retorno à pura posse) será uma parte” (Harvey, 2014, p. 235). E as flutuações verificadas nos mercados secundários desses papéis são sujeitas aos movimentos especulativos sobre o quanto se prevê de rendimento futuro antecipados. De maneira a reforçar a ilusão de que eles são um capital verdadeiro ao lado do capital funcionante, capital funcionante que eles representam enquanto títulos. Portanto, aqui temos, segundo Harvey, um ponto em que o *modelo* teórico construído por Marx opera de forma insuficiente: o valor do capital efetivo diverge do valor de sua representação monetária em títulos. Ou ainda, as leis gerais da acumulação de capital sofrem uma alteração devido ao fetiche do capital fictício. Para Harvey, Marx construiu tal modelo com o sistema de crédito autônomo e independente, mas ainda submetido às leis gerais da acumulação por que:

Na medida em que a sociabilidade do trabalho está em contínua mudança, as relações de valor são instáveis. Os impulsos disciplinadores que uma camada impõe a outra dentro desse sistema monetário hierarquicamente organizado são onipresentes, mas fracamente articulados. Quero dizer com isso que fortes influências agem constantemente sobre as diferentes camadas, mas os sinais que elas criam são frequentemente confusos e contraditórios (Harvey, 2014, p. 237).

A conclusão de Harvey é de que a estrutura hierárquica do *modelo* de Marx não é estável. Crises de confiança no sistema de crédito podem afetar o capital funcionante e a extração de valor e mais-valor. O ouro operando como dinheiro era uma barreira à acumulação ilimitada que o capital a juros traz, em potência, consigo, e esse ouro funcionaria como um disciplinador “sobre a insanidade da especulação e do fluxo de capital fictício” (Harvey, 2014, 238). O que para Harvey explicaria o motivo de Marx se apegar ao dinheiro como ouro. No entanto, o fim do padrão ouro libera a tendência da acumulação ilimitada de capital e transfere para instituições falíveis e limitadas, como o Banco Central, a tarefa de disciplinar o crédito e conter os movimentos especulativos. Cabendo a ele (Banco Central) e ao aparato regulador estatal “restaurar a ordem no interior do sistema de

crédito, sem destruir as condições para a reprodução de mais-valor, o que é aparentemente impossível” (Harvey, 2014, 238).

Diante dessas constatações, Harvey procura compreender com mais detalhes a circulação do capital portador de juros. Ressalta que os capitalistas “dinheirários” operam em menor medida com capital próprio e na maior parte com capital de terceiros. Esse capital de terceiros provém dos depósitos bancários e tem por destino todos os tipos de capitalistas que necessitam de dinheiro vivo para cobrir tempos diferentes de rotação do capital, de reposição de capital constante fixo e de investimentos. Os bancos ganham a diferença entre o que cobram de taxa de juro sobre o que captam e o que emprestam. O dinheiro assim acumulado nos bancos é emprestado através de várias formas: (1) capital mutuado ou capital de empréstimo (*loan capital*), (2) empréstimos para realização, (3) empréstimos ao Estado – dívida pública, (4) empréstimos a instituições não lucrativas, (5) empréstimos ao consumidor, (6) empréstimos para adquirir ativos e outros títulos de rendimentos (como *royalties* sobre recursos naturais, patentes e renda sobre a terra e propriedade).

No primeiro caso, de capital de empréstimo ou mutuado, o dinheiro é emprestado ao capitalista funcionante que adquire capital constante e variável. Ao final do processo o capital emprestado retorna ao credor acrescido de juros. Logo ele não é um capital fictício. Todavia, se esse capital é obtido mediante a emissão de ações, temos o capital fictício em operação. Pois a ação pode ser vendida em mercado secundário e sobre ela pode-se antecipar rendimentos futuros esperados. Aqui Harvey introduz um argumento singular: o caráter fictício das ações é reduzido pois elas têm “uma conexão frouxa com a produção de valor e mais-valor (em termos monetários, os lucros da empresa sustentam o valor das ações)” (Harvey, 2014, 240). Ele introduz aqui a ideia de capital puramente fictício e parcialmente fictício<sup>19</sup>.

No segundo caso, dos empréstimos para realização, o dinheiro emprestado pelos bancos pode ser para a produção de mercadorias ou para a realização do valor contido em mercadorias já produzidas. Em ambos os casos o banco fornece dinheiro e recebe uma letra de câmbio com vencimento futuro. Operações com letras de câmbio trazem a possibilidade de trapaças e tramoias e seu acúmulo pode ser um sinal de colapso iminente e erupção de uma crise comercial. Esses empréstimos, portanto, podem controlar tanto a oferta quanto a procura de mercadorias e produzir bolhas especulativas de ativos, como o ocorrido no mercado imobiliário norte-americano na primeira década do século XXI.

<sup>19</sup> Mais adiante nesse capítulo, Harvey nos diz que: “O sistema de crédito não costuma discriminar entre diferentes formas de investimento, e certamente não entre os puramente fictícios, os parcialmente fictícios - porque estão frouxamente conectados à produção de mais-valor – e os diretamente envolvidos no ciclo do capital industrial como capital (dinheiro) mutuado” (Harvey, 2014, p. 242).

O terceiro caso trata dos empréstimos ao Estado e da dívida pública. Trata-se da capacidade do Estado de se endividar tendo por garantia sua capacidade de obter renda através de impostos e taxas. “Ele promete uma cota de rendimentos futuros antecipados em troca de uma capital. Títulos da dívida pública podem ser negociados muito tempo depois que o dinheiro mutuado foi utilizado. Grande parte daquilo em que o Estado gasta o dinheiro tem pouco ou nenhuma relação com a produção de mais-valor” (Harvey, 2014, p. 240). Para Harvey, esse é o capital fictício por excelência, pois o Estado não produz nenhum valor ou mais-valor, ainda que algumas categorias de despesas públicas se relacionem com a produção de valor e mais-valor. De todo modo, conclui Harvey, “a maior parte da dívida pública é puramente fictícia” (2014, p. 241). Ou seja, há uma parte que é parcialmente fictícia.

Ao tratar do quarto caso, Harvey explicita sua confusão entre, por um lado, ser capital fictício por ter a duplicidade de permitir a antecipação de um fluxo futuro de rendimentos e, portanto, poder ser negociado no mercado secundário. E por outro, ser capital fictício por sua contribuição para a produção de valor e mais-valor e a impossibilidade do capital existir em duas formas ao mesmo tempo (funcionante e fictício). Aqui Harvey diz que os empréstimos a instituições não lucrativas (hospitais privados, universidades, igrejas, museus, etc.) são capital fictício, “uma vez que, em sua maioria, não produzem valor ou mais-valor” (Harvey, 2014, p. 241). Curiosamente acrescenta que universidades e hospitais podem “se envolver diretamente da produção de mais-valor por meio de inovação e pesquisa” (Harvey, 2014, p. 241). E conclui dizendo que os rendimentos que pagarão os juros sobre os empréstimos têm por origem principalmente as doações e taxas cobradas aos usuários dos serviços.

No quinto caso em que trata de empréstimos ao consumidor, Harvey se limita a tratar das hipotecas imobiliárias e sobre elas nos diz que “Marx [as] inclui explicitamente entre as formas fictícias de capital” (Harvey, 2014, p. 241). Curiosamente ele não apresenta o momento em que Marx faz tal inclusão. Seu argumento é de que a moradia de maneira geral não é usada para a produção de valor e mais-valor e é esse fato que explica o motivo de Marx tomar a hipoteca enquanto uma forma de capital fictício<sup>20</sup>. Relembremos que para Marx a formação do capital fictício se explica pela capitalização do título ou pela antecipação de um rendimento futuro esperado. E isso associa-se intrinsecamente com a possibilidade da revenda do título no mercado secundário. E ambos aspectos manifestam uma aparente duplicidade do capital (funcionante e seu representante em

<sup>20</sup> Num trecho adiante no mesmo capítulo, Harvey diz que quando as hipotecas são refinanciadas (por exemplo durante um boom imobiliário) e se apresentam como obrigações de dívida colateralizadas, [elas] (...) exist[em], por assim dizer, num estado duplamente fictício (...)” (Harvey, 2014, p. 245). Ou seja, elas já são capital fictício na primeira operação de financiamento pois moradia não contribui para a produção de valor e mais-valor.

papel). Harvey, toma apenas a duplicidade final para caracterizar o capital fictício. Tal procedimento o leva ao equívoco mais grave, visto no item (4) de apontar uma operação de crédito comum como sendo capital fictício, mesmo sem haver capitalização (vide empréstimos a museus e igrejas, por exemplo).

O sexto e último caso marca a proliferação do mercado de ativos (*royalties* sobre recursos naturais, patentes e renda sobre a terra e propriedade) que se verifica nas últimas décadas do capitalismo mundial. Esse mercado é o polo atrativo de boa parte do capital de comércio de dinheiro excedente.

Ao tratar dos capítulos 30 e 31 do Livro 3 de *O capital*, Harvey parece buscar uma explicação das mudanças que o sistema de crédito trouxe para o suposto *modelo* teórico que Marx vinha construindo desde o Livro 2. Para Harvey no livro 2 Marx abstrai do crédito e do sistema financeiro buscando identificar os motivos que tornam a presença do crédito essencial para a acumulação da capital. De tal maneira a destacar o papel do crédito como facilitador da produção de valor e mais-valor, potencializando a acumulação de capital e reduzindo a necessidade do entesouramento que seria necessário para viabilizar a circulação do capital fixo e dos tempos diferentes de circulação que existem na atividade produtiva real. A liberação desse dinheiro do entesouramento aumenta a quantidade potencial de capital “dinheirento” disponível para operar como capital de empréstimo e capital fictício.

Ao concretizar a exposição e introduzir o crédito e o sistema financeiro no Livro 3, Marx captura a volatilidade, a especulação e a insegurança presentes no crédito e no sistema financeiro. Nesse momento, segundo Harvey, ele precisa explicar os impactos desses aspectos do sistema financeiro sobre a acumulação de capital. Tal demonstração exige que ele trate do ciclo industrial, de suas fases de crescimento acelerado (*boom*) e crises cíclicas. O crédito tem a função de ampliar a magnitude do ciclo industrial ao viabilizar um alargamento da acumulação de capital. Todavia, Marx, ainda segundo Harvey, reconhece os “limites internos e externos do funcionamento do sistema de crédito, sobretudo em relação aos créditos comerciais que os capitalistas oferecem uns aos outros” (Harvey, 2014, pp. 245-246). Os limites teriam por determinante principal a riqueza de capitalistas funcionantes e comerciais e a velocidade de retorno do empréstimo ao credor. Harvey prossegue e destaca que, para Marx, o mais importante é identificar a causalidade ou não do crédito nas oscilações do ciclo industrial, considerando os ditos “pivôs” (conforme Harvey) dos sistema de crédito e monetário.

Associado ao ciclo industrial há o ciclo monetário, e se torna necessário explicar o que ocorre com ele. Citando Marx, Harvey nos diz que o crédito desaparece com a erupção da crise, os pagamentos e a reprodução do capital se paralisam. O que acarreta uma escassez de capital de empréstimo (mutuado, *loan capital*) ao mesmo tempo em que há uma grande quantidade de capital funcionante desocupado. Por outro lado, a acumulação ampliada do capital “dinheirento”,

que é base do capital de empréstimo, é impulsionada pela acumulação do capital funcionante. E isso pode ser resultado da acumulação do capital funcionante, ou seja, dos elementos que acompanham a acumulação do capital funcionante (por exemplo: “os valores crescentes das ações das empresas produtivas” (Harvey, 2014, p. 247) e que são diferentes dessa própria acumulação ou podem ser o resultado de bloqueios da acumulação do capital funcionante (por exemplo: “excedentes de mercadorias não vendidas, mas cujo valor descontado é realizado por meio de letras de câmbio” (Harvey, 2014, p. 247). Com Marx, Harvey conclui dizendo que essa acumulação de capital de empréstimo pode ser a expressão de elementos muito diferentes dos elementos da acumulação do capital funcionante: “por exemplo, em virtude dos valores crescentes dos ativos obtidos na capitalização e da formação de capital fictício por meio da dívida pública ou da dívida do consumidor” (Harvey, 2014, p. 247). E arremata sustentando que isso tem por resultado uma superprodução de capital “dinheirento” em algumas fases do ciclo industrial.

Para reintroduzir o crédito ao consumidor em sua explicação, Harvey retoma a ideia (que nunca abandonou) de que Marx, em particular no Livro 3 de *O Capital*, “constrói um modelo muito simples de relações dinâmicas entre classes através do movimento cíclico” (Harvey, 2014, p. 248). Fazendo uma longa citação de Marx em que este aponta o subconsumo como razão da crise (devido à pobreza e o consumo restrito das massas ou devido à contradição entre forças produtivas e relações de produção que se expressa na forma de crise econômica), Harvey nos lembra que o sistema de crédito permite que durante um tempo, o capital supere as restrições diretas ao consumo, pois aquece a atividade econômica rumo ao pleno emprego. E, além disso, o crédito é decisivo para a reversão das fases decrescentes do ciclo, pois nesse momento se verifica uma grande concentração de capital de empréstimo sem ocupação com baixa taxa de juro. Taxas de juro baixas facilitam o investimento em capital constante fixo e em novos empreendimentos em geral. Elas tendem a permanecer baixas nas fases iniciais da retomada do ciclo industrial. Com a retomada dos negócios, os juros atingem seu nível médio e atingem seu ponto máximo quando explode uma nova crise. Com a repetição das sequências já vistas acima.

Em outra longa citação de Marx, Harvey destaca a descrição feita (por Marx) da tendência permanente à superacumulação verificada ao longo do ciclo industrial enquanto resultado da mediação do sistema de crédito e finda dizendo: “A raiz [da crise] está na combinação de uma tendência básica à superacumulação de capital com a produção independente e autônoma de uma plethora de capital monetário [“dinheirento”] que se acumula por conta própria” (Harvey, 2014, p. 252). Curiosamente, na sequência desse trecho citado ele apresenta outra citação que não confirma a ideia de que a plethora de capital “dinheirento” tenha produção autônoma e independente e nem que se acumule por conta pró-

pria. Sem prolongar em demasia a querela, e tomando somente as citações apresentadas por Harvey, pensamos que há sim uma clara correlação (com causalidade) entre acumulação do capital de empréstimo e acumulação do capital funcionante. Sendo o capital de empréstimo o que leva à plethora do capital “dinheiro”. Aqui os canais de formação e de circulação do capital fictício atuam absorvendo esses excedentes de capital “dinheiro”.

A consideração final de Harvey sobre essas questões é reveladora. Para ele:

(...) um dos objetivos principais do Livro II é revelar os fetichismos tão virulentamente expostos nos capítulos sobre finanças do Livro III, isso reposiciona o Livro II no conjunto da obra de Marx (...). Marx percebe claramente que precisava construir do ponto de vista da circulação, um modelo das leis de movimento do capital tão poderoso quanto aquele que ele constrói no Livro I do ponto de vista da produção. A tragédia é que ele não completou a obra e jamais sintetizou as duas perspectivas da produção e da circulação (Harvey, 2014, p. 255) .

#### 4. Considerações finais

Harvey ao tratar da mercadoria confunde substância do valor e medida do valor, tal confusão prossegue e se agrava ao tratar do fetiche da mercadoria. Em alguns momentos entende ser algo da própria sociabilidade do capital, em outros o toma como falsa consciência ou mera forma ilusória. Desta maneira sequer desconfia que valor é a forma de mediação social, é forma específica da riqueza (abstrata), é forma própria de dominação pseudo-objetiva e forma autome-diadora e estruturante da objetividade social e da subjetividade individual da sociedade do capital. Ao tratar do capital fictício, aparentemente influenciado por essa concepção de fetiche enquanto ilusão, realça o aspecto da impossibilidade da dupla existência do capital (enquanto capital funcionante e enquanto título) em detrimento da formação do capital fictício (antecipação de renda futura). Dessa maneira amplia de forma equivocada os instrumentos creditícios que efetivamente operam como capital fictício. Tais incompreensões recheiam outra incompreensão mais ampla a respeito da obra principal de Marx: Harvey acredita que Marx constrói um modelo explicativo do funcionamento do modo de produção capitalista e sua principal tarefa é identificar as ilusões fetichistas<sup>21</sup> que

<sup>21</sup> Vide por exemplo a seguinte afirmação: “Os estudos que ele [Marx] fez dessas crises [1847-1848 e 1857] mostram a que ponto os próprios eventos, assim como as interpretações de diversos comentaristas, estavam crivados de noções fetichistas. Isso coloca o problema da compreensão da clara insanidade das transações especulativas, em particular com o capital fictício, contra o pano de fundo dos novos desenvolvimentos de Marx a respeito das leis de movimento do capital. Marx jamais se deteve ao deparar com os fetichismos que habitam a teoria e a prática. Ao contrário, sempre apreciou a perspectiva de revelar o que esses fetichismos ocultavam” (Harvey, 2014, p. 253).



impedem a manifestação fenomênica das leis gerais da dinâmica da acumulação, tal como expostas no livro 1 de *O Capital*, na dinâmica cíclica da acumulação de capital funcionante e de capital de empréstimo. E conclui que Marx não foi exitoso por completo em tal tarefa.

Podemos sustentar, diante do exposto, que Harvey se apresenta como um legítimo representante do que Postone (2014) caracteriza como marxismo tradicional. Além disso, sua figuração de mundo tem por eixo explicativo não o ser enquanto ser, mas as formas pelas quais a consciência captura o devir do ser (Chasin, 2009). Por isso, imputa à Marx a construção de um modelo lógico que seria a chave heurística para o deciframento da sociabilidade do capital. Como o suposto *modelo*, que na verdade é um constructo de Harvey, teria problemas lógicos, a tarefa dos marxistas seria a da reconstrução e correção do *modelo*. Ainda que eventualmente, para a realização desse intento, se recorra às técnicas manipulatórias específicas da sociedade do capital (por exemplo, teorias e técnicas econômicas keynesianas) o que só pode ter por resultado uma crítica adstringida da sociedade moderna (capitalista). Com semelhante ontologia, Harvey semeia o equívoco de que a emancipação humana, meta de todos os esforços de Marx, pode ser conquistada pela produção racional e planejada de valor e mercadorias. Demonstrando total desconhecimento de que a forma específica de dominação da sociedade moderna (capitalista) é a dominação do valor, dominação, portanto, abstrata – posto que produzir mercadoria é objetivar a própria relação social que assim só pode existir fetichizada, coisificada, alienada. Segue-se que, para Marx, a emancipação humana é emancipação do valor. Somente eliminando o trabalho determinado por mercadorias é que todo o resto pode desaparecer e, nós humanos, poderemos dar início à verdadeira história humana – momento no qual a constituição plena de cada individualidade (singularidade) superará as particularidades (que são determinadas reflexivamente com a universalidade da sociedade do capital) e tomará o rumo da generidade humana, instaurando o ser-para-si do gênero humano.

### Referências

- ARAUJO, P.H.F. “As Categorias Classes Sociais e Estado no Livro Primeiro de *O Capital*”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. v. 56, 2020a, pp. 21-47.
- \_\_\_\_\_. “Notas Críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando *O Estado e a Revolução*”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. v. 50, 2018, pp. 114-141.
- \_\_\_\_\_. “Marx: Capital, Estado e política: notas”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 43, 2016, pp. 37-62.
- BASHKAR, R. *Reclaiming Reality: a critical introduction to contemporary philosophy*. London: Verso, 1989.

- CHASIN, J. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009, 253p.
- DUAYER, M.; ARAUJO, P.H.F. “As Desventuras do Marxismo Tradicional: Notas sobre a polêmica Harvey-Roberts”, *Revista Outubro*. v. 34, 2020a, pp. 63-88.
- \_\_\_\_\_. “Trabalho Abstrato, Objetivação, Alienação, Fetichismo? Marx lido por Postone”. In: XXV Encontro Nacional de Economia Política, 2020b, Salvador. *Anais do XV Encontro Nacional de Economia Política*. Salvador: EdUFBA, 2020. v. 1. pp. 1-27.
- \_\_\_\_\_. “Valor como forma de mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone”. In: XXIV Encontro Nacional de Economia Política, 2019, Vitória. *Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia Política*. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. v. 1. pp. 1-25.
- HARVEY, David. *Para entender O Capital: Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013, 335p.
- \_\_\_\_\_. *Para entender O Capital: Livro II e III*. São Paulo: Boitempo, 2014, 385p.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*, vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2012, 431p.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013, 845p.
- MARX, Karl Heinrich. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011. 788p.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro I: O Processo de Produção do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013, 894p.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista. Tomo 1 (Parte Primeira)*, [Coleção *Os Economistas – Volume IV*]. São Paulo: Nova Cultural, 1986a, 353p.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista. Tomo 2 (Parte Segunda)*, [Coleção *Os Economistas – Volume IV*]. São Paulo: Nova Cultural, 1986b, 336p.
- POSTONE, M. *Tempo, Trabalho e Dominação Social*. São Paulo: Boitempo, 2014, 486p.

Recebido em 30 de dezembro de 2020

Aprovado em 6 de janeiro de 2021

# Contribuição à análise crítica do capitalismo dependente brasileiro

*Contribution to the critical analysis of brazilian dependent capitalism*

Glauber Lopes Xavier\*

## Resumo

Tem-se o propósito de fornecer contribuições ao debate acerca da formação do capitalismo brasileiro, esforço conduzido sob dois aspectos: a) reflexões em torno do debate acerca da formação da burguesia nacional, a chamada “revolução brasileira” e a formação do Estado burguês e b) a análise crítica do capitalismo dependente brasileiro, bem como de sua autocracia burguesa. Dividido em três partes, fundamenta-se nos escritos de Joaquim Nabuco, Oliveira Viana, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, dentre outros autores do chamado pensamento social brasileiro. Intentou-se promover uma análise crítica da formação do capitalismo brasileiro partindo da relação dialética entre suas singularidades e as especificidades históricas subjacentes a esse processo, considerando especialmente como se deu a constituição da burguesia nacional e o caráter autoritário no âmbito do exercício do poder político, mormente durante a ditadura militar levada a cabo em 1964 e promovida nos quadros de uma economia periférica e dependente.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Burguesia; Brasil.

## Abstract

*The purpose of this paper is to contribute to the debate about the formation of Brazilian capitalism, a struggle conducted under two aspects: a) reflections on the debate about the formation of the national bourgeoisie, the so-called “Brazilian revolution” and the formation of the bourgeois state eb ) the critical analysis of Brazilian dependent capitalism, as well as its bourgeois autocracy. Divided into three parts, it is based on the writings of Joaquim Nabuco, Oliveira Viana, Caio Prado Jr. and Florestan Fernandes, among other authors of the so-called Brazilian social thought. It was attempted to promote a critical analysis of the formation of Brazilian capitalism starting from the dialectical relation between its singularities and the historical specificities underlying this process, especially considering how the constitution of the national bourgeoisie and the authoritarian character in the scope of the exercise of political power, especially during the military dictatorship carried out in 1964 and promoted in the framework of a peripheral and dependent economy.*

**Keywords:** Capitalism; Bourgeoisie; Brazil.

---

\* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: glauber.xavier@ueg.br

### **A economia colonial brasileira nos quadros do capitalismo mercantil-exportador**

O capitalismo brasileiro foi engendrado sob bases mercantis, tendo em vista o mercado exportador com destino às metrópoles. Tendo o trabalho escravo e a grande propriedade como elementos ancilares desse modelo que perdurou de meados do século XVI até as últimas décadas do século XIX, a formação do capitalismo brasileiro se deu *vis-à-vis* uma dinâmica territorial própria, com suas desigualdades, interdependências e sobreposições.

O fecundo debate sobre a relação entre a economia da colônia e a economia da metrópole, a qual teria nos legado a existência de resíduos feudais não carece de maiores análises, ainda que alguns de seus elementos devam ser levados em conta. Com o tempo e a devida pesquisa, tornou-se cada vez mais evidente seu equívoco. O fato de que as atividades econômicas aqui desenvolvidas, mormente o cultivo da cana-de-açúcar, não contivessem o assalariamento como fundamento das relações de trabalho não implicava a existência de um modo de produção feudal. Tal inferência, produto de análises que não compreendem a formação de valor na economia nacional em associação aos interesses do capital externo, colocaram um véu sobre a questão.

Seu desvelamento exigiu que se tomasse a condição colonial que nos foi imposta como centro das análises. Contudo, uma condição colonial cujos processos eram orientados segundo as demandas do capital mercantil metropolitano e que, portanto, não garantia, *per se*, a existência de um novo modo de produção na colônia. Nesse aspecto, estamos em concordância com a análise feita por Mazzeo (2015), que se sustenta nas contribuições teóricas de Caio Prado Jr. Assim como Mazzeo (2015, p. 21), “descartamos qualquer concepção que defina a formação social brasileira como um modo de produção distinto do capitalista, ou como um ‘modo de produção subsidiário’ ao capitalista [...]”. Ao se considerar que a economia brasileira estabeleceu uma relação direta, não obstante dialética, com a economia europeia, num primeiro momento tendo o capital mercantil como seu fulcro e, num segundo momento, o capital industrial, não é possível admitir a existência de um “modo de produção escravista colonial” como postularam Jacob Gorender e Ciro Flamarion Santana Cardoso (Mazzeo, 2015).

Ao se recuperar o debate sobre a condição colonial do Brasil e os aspectos territoriais envolvidos, busca-se não apenas deslindar as configurações territoriais no âmbito do capitalismo tardio brasileiro, mas também as relações de poder, o papel do Estado, os agentes econômicos e o plano das ideias como fundamento de sua superestrutura. É certo que o estudo de tais configurações, pela própria natureza multiescalar da dinâmica, ora remete à dimensão regional, ora a dimensões outras como a nacional e mesmo a continental.

Com efeito, o território deve ser evocado em suas diferentes temporalidades e espacialidades, isto é, dadas as formações sociais e econômicas envolvidas e

suas respectivas relações sociais de produção e forças produtivas. Com base nesse pressuposto, as configurações territoriais no âmbito do capitalismo tardio brasileiro conformaram uma relação campo-cidade, rural-urbano, consoante às dinâmicas de produção tendo em vista os interesses metropolitanos durante o período colonial e os mercados externos pós-independência. As análises realizadas por Mazzeo (2015) destacam a articulação estrutural entre o sistema colonial e o capitalismo comercial europeu, evidenciando que o primeiro não era mero apêndice ou extensão do segundo.

Nesse particular, reside sua crítica aos estudos empreendidos por Novais, “para quem o sistema colonial do mercantilismo é o construtor da colonização europeia [...]” (Mazzeo, 2015, p. 57). Ao contrário dessa ótica, Mazzeo tributa o surgimento do sistema colonial ao interesse, por parte das metrópoles, de produção de mercadorias em larga escala. Assim, podemos colocar o problema das configurações territoriais do capitalismo tardio brasileiro e todo o seu corolário (a acomodação espacial das classes sociais, as disparidades regionais, o desigual processo de industrialização, o poder das oligarquias regionais, o Estado patrimonialista) a partir dos embates teóricos sobre períodos históricos de transição (econômica – passagem do feudalismo ao capitalismo, e política – formação do Estado moderno e afirmação da burguesia como classe dominante).

Tais embates frequentemente são retomados quando se busca tratar da formação do capitalismo brasileiro e da burguesia nacional. Cabe recuperá-los, também, quando se trata do estudo das configurações territoriais, dada uma determinada estrutura econômica e sua participação na divisão internacional do trabalho. A saber, a relação campo-cidade, rural-urbano no Brasil cumpre um desiderato que é próprio da condição periférica de sua formação econômica e social. Vale dizer, um processo de urbanização peculiar, dado o caráter colonial de nossa formação econômico-social, o que impediu que o processo de expansão dos centros urbanos se desse *pari passu* à formação do capital industrial. Em seu estudo sobre o desenvolvimento da indústria na Europa, Landes aponta que:

A sorte da Europa foi que a mudança tecnológica e a industrialização precederam ou acompanharam *pari passu* os outros componentes da modernização, de modo que, em termos gerais, ela foi poupada dos sofrimentos materiais e psíquicos do amadurecimento desequilibrado. (Landes, 1994, p. 12)

Seguem, à afirmação de Landes, alguns exemplos de peculiaridades históricas produzidas pelo descompasso entre industrialização e modernização. Cabe reconhecer que tais peculiaridades, numa reflexão oriunda do marxismo, podem ser explicadas pela inexistência da correspondência entre a superestrutura e a infraestrutura, o que confere um caráter próprio à formação social e econômica

de certas economias e determina, *ipso facto*, sua condição periférica ou dependente. No caso brasileiro, em particular, essas peculiaridades podem ser retratadas pelo sentido que ocuparam as mercadorias fictícias (terra, trabalho e dinheiro), ancilares ao modo de produção, pelos papéis que a elas foram reservados. Com base no pensamento marxista, Polanyi (2012) apontou que as três mercadorias por excelência (terra, trabalho e dinheiro) tomaram um caráter fictício, sem o que o modo de produção capitalista não teria se consolidado.

Daí que as relações sociais de produção e as forças produtivas, numa sociedade escravocrata, embora associadas ao grande capital industrial europeu, tenham seguido conservando os elementos que constituíram entrave ao seu progresso econômico. No tocante à terra, a estrutura agrária assentada nos latifúndios impediu a formação de um setor rural dinâmico, integrado aos centros urbanos e fornecedor de gêneros alimentícios e matérias-primas a preços viáveis ao progresso industrial. No tocante ao trabalho, a permanência, até 1888, do modelo escravocrata bloqueou a constituição de um mercado de trabalho também dinâmico, com produtividade e rendimento crescentes. E, finalmente, no tocante ao dinheiro, seu papel eminentemente comercial, ou seja, de um mediador de trocas e não de um elemento decisivo do processo de acumulação inerente ao capitalismo industrial, bloqueou a constituição de um mercado de capitais, no qual, ao ser convertido em crédito, o dinheiro é drenado para a realização de investimentos e retorna sistematicamente ao ciclo da produção.

Esse quadro se altera somente a partir do início do século XX, mas, sobretudo, a partir da década de 1930, com a transição de um modelo agroexportador para um modelo econômico urbano-industrial, com todos os sofrimentos materiais e psíquicos possíveis, em alusão às palavras de Landes. Os sofrimentos materiais e psíquicos dos processos de industrialização retardatários<sup>1</sup>, associados a modernizações tardias, remetem, no caso brasileiro, à constituição da nova ordem social com a instauração da República em 1889 e, um ano antes, com a abolição da escravidão. Surgia, naquele contexto, uma indústria induzida pelas exportações, que deu lugar, após os anos 1930, a uma indústria substitutiva de importações.

### **Industrialização restringida e formação do Estado burguês no Brasil**

O período que vai de 1888 a 1930 consistiu efetivamente na transição de um modelo econômico agroexportador para um modelo urbano-industrial sem, todavia, permitir a constituição de uma burguesia progressista e tampouco do

<sup>1</sup> Esse termo é, em geral, empregado para se referir aos processos de industrialização de um conjunto de países no decurso do século XIX (Estados Unidos, Alemanha, França, Rússia e Japão). Lanço mão dele para me referir às industrializações tardias, como foi o caso brasileiro. Sobre os processos de industrialização nas economias “atrasadas”, ver: (Oliveira, 2003).

Estado que ela requer. Na concepção de Saes (1985), para quem a consolidação do modo de produção capitalista não prescinde de um Estado burguês, foi nesse período (1888-1930) que se constituiu um Estado burguês no Brasil, permitindo o surgimento e a consolidação do capitalismo. Ainda que mudanças tenham ocorrido tanto no plano institucional-burocrático quanto no plano econômico-financeiro nesse período, interesses associados às tradicionais oligarquias agrárias foram, a seu modo, preservados. Prova disto foi o fato de que os capitais direcionados à industrialização, drenados via capital bancário, procederam dos excedentes das exportações de café e que as políticas econômicas adotadas se orientavam conforme as oscilações nos preços do café de molde a favorecer sua comercialização (Mello, 1988).

Infere-se que a industrialização retardatária, a qual deu origem à industrialização restringida, engendrou uma configuração territorial específica. A ausência das condições que garantiriam a autodeterminação no processo de acumulação de capital se fez observar na relação entre campo-cidade no Brasil, assim como entre suas regiões. Noutros termos, a ausência da integração que lograria um caráter horizontalizado, minimamente harmônico e sustentado da indústria reproduziu-se no plano territorial ao conformar, em alguns centros urbanos, verdadeiras ilhas de prosperidade, relegando, à maioria das cidades (de pequeno porte), atividades ligadas ao meio rural, bem como às demais regiões do país (excetuando sudeste e sul) o exclusivo papel de produtoras de bens primários. “Em consequência, as principais funções urbanas tenderam a se concentrar nos principais centros exportadores, que se modernizaram e se europeizaram, enquanto os núcleos urbanos das zonas interioranas vegetavam na órbita da grande propriedade, mantendo as tradições” (Costa, 2010, p. 269).

As tradições a que alude a historiadora Emília Viotti da Costa consistem no conjunto de valores, normas e regras sociais que balizaram o convívio humano e as condutas dos indivíduos no Brasil escravagista. Neste modelo de sociedade, segundo Costa (2010, p. 193): “O conceito de dignidade do trabalho, a crença no trabalho como fonte de riqueza e a fé na mobilidade social pareciam incongruentes [...]”. O estudo da nossa história material desvela o caráter que ocupou o trabalho nas relações sociais, do que não se conformou, por aqui, ao contrário de outros países que tiveram experiências coloniais (como os Estados Unidos), um mercado de trabalho ou a conversão da força de trabalho em mercadoria. Por muitas décadas, a existência de relações de trabalho não capitalistas foi a principal marca das condições de trabalho no meio rural brasileiro, produto de um passado escravocrata, cuja principal obra foi aquilo que Nabuco chamou de “monopólio territorial”.

Em sua reflexão sobre a escravidão, Nabuco apontou sua influência sobre o território e o povoamento do interior brasileiro, o que é importante se considerar para a compreensão da nossa formação social e econômica. Em suas palavras “O

progresso e crescimento da capital contrasta com a decadência do interior” (Nabuco, 2010, p. 137). Pode-se compreender este fenômeno, ainda, a partir das circunstâncias de paulatino declínio da escravidão e da legislação responsável por elidir as possibilidades de posse da terra por parte das gerações subsequentes. Martins (2010), ao tratar dessa questão, levantou a tese da existência de um “cativeiro da terra”, mecanismo que dotou a terra de valor e que, para tanto, impediu que homens livres tivessem seu acesso. A tese de Martins (2010) é bastante pertinente ao demonstrar que à perda da condição de mercadoria por parte do escravo correspondia sua conversão por parte da terra. Em outras palavras, para que a terra pudesse adquirir preço fez-se necessária a limitação de seu acesso por parte daqueles que, então, passavam a ter garantida a liberdade.

Depreende-se, portanto, que a propriedade da terra ocupa, na formação social e econômica do Brasil, uma centralidade. Não é fortuito que os intérpretes do Brasil do último quartel do século XIX e início do século XX, caudatários das mais diversas correntes de pensamento, desde o liberalismo até o nacionalismo, defensores da monarquia ou entusiastas do modelo republicano, tenham tratado da propriedade da terra enquanto questão basilar para a elaboração de suas análises. Tomemos as seguintes passagens de autores com concepções assaz divergentes. O primeiro fragmento é de autoria de Joaquim Nabuco, abolicionista e defensor da monarquia, enquanto o fragmento que vem logo em seguida foi retirado da famosa obra *A organização nacional*, de Alberto Torres, um nacionalista<sup>2</sup>, defensor do modelo republicano e cuja obra exerceu enorme influência sobre as ideias de outros autores do chamado “pensamento social brasileiro”, a exemplo da obra de Oliveira Viana (2010):

Sobre a população toda do nosso interior, ou às orlas das capitais ou os páramos do sertão, os seus efeitos foram: dependência, miséria, ignorância, sujeição ao arbítrio dos potentados – para os quais o recrutamento foi o principal meio de ação; a falta de um canto de terra que o pobre pudesse chamar seu, ainda que por certo prazo, e cultivar como próprio; de uma casa que fosse para ele um asilo inviolável e da qual não o mandassem esbulhar à vontade; da família - respeitada e protegida. (Nabuco, 2010, p. 142)

A grande propriedade é um mal que não pode ser extinto no Brasil, mas deve ir sendo progressivamente limitado, e energicamente com-

<sup>2</sup> Boris Fausto, em seu livro *O pensamento nacionalista autoritário*, à propósito das ideias defendidas por Alberto Torres, afirma que: “Sem esposar inequivocamente uma concepção autoritária, pode ser considerado um precursor da corrente, sobretudo por suas críticas ao artificialismo das doutrinas liberais quando aplicadas ao Brasil, pela crença no papel primordial do Estado na constituição da nação brasileira” (Fausto, 2001, p. 25).



batidos os abusos e vícios que acarreta. Oprimindo as populações, com a dificuldade oposta à formação da pequena propriedade e a precária posição a que submete o trabalhador, é uma verdadeira diátese econômica. É mister sanar-lhe este efeito, desastroso para toda a economia do país. (Torres, 1978, p. 206-207)

Pouco mais de 30 anos separam as duas obras. *O abolicionismo* foi publicado em 1883, enquanto que *A organização nacional* veio a lume em 1914. Possuem propósitos divergentes o que, adrede, levou a que seus autores tenham lançado mão de argumentos também distintos, mas que tangenciam em alguns pontos, como a questão da propriedade da terra, conforme já se tratou. Para Nabuco, a problemática do território e da população derivava da escravidão, daí sua luta política abolicionista, a qual denominou de “mandato da raça negra”. Para Alberto Torres, a questão da propriedade, ainda que relevante, era colocada em posição secundária, submetida que estava à imperiosa necessidade de promoção da unidade nacional. Nenhum desses intérpretes foi ao cerne da questão. Se o primeiro acreditava que a abolição seria capaz de mitigar as distorções econômicas e sociais resultantes do apelo e recorrente uso da escravidão, o segundo depositava fé na construção (daí a importância da revisão da Carta Magna) de um arranjo federativo, que se tornaria possível por meio do aperfeiçoamento do Estado, da modernização de sua burocracia, mormente àquela relacionada ao comércio, ao financiamento público e à cobrança de tributos.

O que é comum às obras em questão é o interesse político, consubstanciado em predições bem fundamentadas. Nesse sentido, são obras que, embora contivessem o propósito de transformação da realidade, não privaram de reflexões rigorosas acerca dos temas trabalhados. Nesse particular, a divergência reside nos destinos traçados para a nação. Enquanto Nabuco acreditava que a abolição permitiria o surgimento de uma indústria nacional pujante, Alberto Torres defendia o setor agrícola como inexorável desígnio do país<sup>3</sup>. Para o último, o Estado teria um papel central, qual seja, o de coordenação, de promoção de condições para o avanço civilizatório, o que envolveria, por seu turno, o território, a nação e o sentimento de unidade nacional. O progresso seria alcançado somente quando se considerasse o atávico destino rural da nação, integrando seu território em torno de um propósito comum, fornecendo-lhe uma liga, organizando-o consoante as exigências para o crescimento da economia nacional.

<sup>3</sup> É curioso o fato de que esse debate será, em contexto diverso e, por isso, com outros argumentos, travado entre os economistas Roberto Simonsen e Eugenio Gudín, tendo sido este um ferrenho defensor da industrialização e aquele um notório apologeta da tradição agroexportadora de nossa economia. Sobre esse debate, ver: (Gudín & Simonsen, 1978).

Não cabe dúvida de que, nesse particular, a abolição da escravidão pavimentou uma nova via para o desenvolvimento da economia brasileira. Todavia, uma vez que tardia e pelo modo como se operou, consistiu naquilo que Guerreiro Ramos denominou de “Revolução assumida” ou nos dizeres de Florestan Fernandes (2005) uma “revolução dentro da ordem”. Esse modelo de Revolução conserva os interesses dos grupos dominantes, consistindo mais na realização de concessões historicamente datadas do que qualquer outra coisa. Noutros termos, não implica o revolvimento das condições historicamente dadas, permitindo a democratização do poder político e a participação ampla das massas na apropriação do produto. Nas palavras de Guerreiro Ramos:

A abolição da escravatura foi o resultado final de revolução desse tipo. Nabuco exprimiu exemplarmente seu sentido. Chamou a campanha abolicionista de ‘mandato da raça negra’. E, na verdade, os abolicionistas, muitos dos quais senhores e filhos de senhores de escravos, assumiram não apenas a eventual causa dos mancípios, mas a causa do desenvolvimento capitalista do país. (Guerreiro Ramos, 2016, p. 98)

Escrevendo num momento decisivo da política brasileira, na véspera do golpe militar de 1964, Guerreiro Ramos acreditava que a reforma agrária poderia se tornar o “mandato do operariado rural e urbano” e que esta luta poderia assumir, na forma de uma Revolução assumida, os propósitos da burguesia nacional. O golpe e seus desdobramentos apontaram para o contrário. Não apenas não se realizou uma reforma agrária efetivamente transformadora da estrutura fundiária como o aparelho estatal de violência passou a reprimir, da forma mais dura, os movimentos de reivindicação pela terra, além de outros. Se, por um lado, a abolição da escravidão atendia aos clamores dos setores abolicionistas, ainda que, segundo Florestan Fernandes (2005), ela tenha sido empreendida “pelos brancos e para os brancos”, por outro, as reivindicações sociais pelo direito à terra, emergidas em meados do século XX, foram sufocadas com a chegada dos militares ao poder.

Perspectiva contrária à de Guerreiro Ramos foi a defendida por Caio Prado Júnior, para quem a luta que deveria ser encampada pelos trabalhadores não deveria ser pelo acesso à terra, mas por melhores condições de trabalho e por melhores salários. Ambos eram críticos às teses defendidas pela maioria dos quadros do Partido Comunista Brasileiro. A crítica de Caio Prado Júnior tinha, também, como alvo o chamado latifúndio e a possível existência de uma parcela da burguesia nacional, avançada e progressista, em oposição a outra parcela que andava de mãos dadas com a burguesia estrangeira, sustentando o fenômeno do imperialismo. Sobre esta questão, e o transcurso do tempo deixou isto claro (refiro-me ao golpe de 1964 e seus desdobramentos em termos econômicos com a

constituição de uma indústria pesada, a dos bens de produção), Caio Prado Júnior estava pleno em razão. Ao contrário do caso chinês, não tínhamos aqui uma burguesia compradora<sup>4</sup>.

Nossa burguesia, integrada, constituiu-se coesa em seus propósitos. A passagem para a ordem social competitiva (Fernandes, 2005) não promoveu ruptura com os pilares da ordem estamental estabelecida e, na passagem do capital concorrencial para o capital monopolista, ancorou-se num Estado autoritário. Foi por meio desse Estado que a ditadura de classe se fez materializada; ao ter encontrado nos militares (no aparelho repressivo) seu instrumento de atuação, a burguesia promoveu o capitalismo mais selvagem de que se tem conhecimento no Brasil recente e cujos resultados foram: expulsão de povos nativos e de trabalhadores rurais de seus territórios, cerceamento das liberdades individuais, de direitos civis e políticos, prisões, torturas e assassinatos de homens e mulheres que se opuseram ao regime.

### **Capitalismo dependente e autocracia burguesa no Brasil**

Cumprir considerar que o golpe militar de 1964, assim como a abolição da escravidão e a proclamação da República são episódios da vida política nacional que descortinam o *modus operandi* de sua burguesia e as estruturas sociais, culturais e materiais de seu capitalismo. A propriedade da terra esteve subjacente nos dois momentos. Quando da abolição da escravidão, os escravos libertos, impedidos de sua posse, não representaram qualquer ameaça ao latifúndio em vigência. Na verdade, a saída encontrada para a manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada deu-se com a promulgação da “Lei de Terras”, em 1850, em meio a um turbulento debate que havia se iniciado anos antes no Congresso brasileiro. Nas palavras de José Murilo de Carvalho (2014, p. 350): “A Lei de Terras, na realidade, mostrou a incapacidade do governo central em aprovar ou implementar medidas contrárias aos interesses dos proprietários na ausência de pressões extraordinária [...]”.

<sup>4</sup> Sobre esta questão, há convergência nas análises empreendidas por Caio Prado Júnior e por Florestan Fernandes, senão vejamos: “Ao contrário do chavão corrente, as burguesias não são, sob o capitalismo dependente e subdesenvolvido, meras ‘burguesias compradoras’ (típicas de situações coloniais e neocoloniais, em sentido específico). Elas detêm um forte poder econômico social e político, de base e de alcance nacionais; possuem o controle da maquinaria do Estado nacional; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa” (Fernandes, 2005, p. 344-345). “Refiro-me à noção de uma pseudo-‘burguesia nacional’, isto é, antiimperialista e progressista que contrastaria com outra categoria burguesa aliada do imperialismo, burguesia esta última reacionária, retrógrada, e aliada também dos feudais latifundiários. A origem remota dessa ideia de duas categorias burguesas, uma ligada ao imperialismo e aos latifundiários, outra ‘nacional’, isso é, anti-imperialista e favorecedora dos interesses nacionais, encontra-se no modelo chinês que já referimos em capítulo anterior, mas ao qual voltamos, com desculpas pela insistência, porque o decalque é no caso altamente ilustrativo, e muito útil para bem marcar a profunda diferença entre a nossa situação e aquela que tem servido para orientar os teóricos da revolução brasileira” (Prado Júnior, 2004, p. 111-112).

Do mesmo modo, a questão da propriedade da terra, com a emergência de movimentos sociais contestatórios do modelo de distribuição fundiária no país, ou seja, de reivindicação de sua posse, ao tomarem importância, causaram, na burguesia, toda sorte de antagonismos. A principal ofensiva perpetrada pela burguesia consistiu na repressão política que se descortinou com o golpe militar em 1964 e que se revestiu de um caráter ainda mais violento quatro anos após o golpe, durante os chamados “anos de chumbo”, com a instauração do “Ato Institucional Número Cinco” (AI-5)<sup>5</sup>. A questão da propriedade da terra, a questão territorial, portanto, permite o deslindamento da economia e da sociedade brasileiras. Ela está subjacente às disparidades regionais, à divisão do trabalho, aos processos de urbanização, à dinâmica campo-cidade que predomina em cada região.

A concentração da terra está associada ao fato de que enquanto algumas regiões (sul e sudeste) lograram maior crescimento econômico e alcançaram processos de industrialização, outras permaneceram caracterizadas por atividades débeis do ponto de vista da incorporação de valor, padecendo, predominantemente, da agricultura empresarial e da pecuária extensiva. Isto não abre espaço para a sustentação de uma tese dualista sobre o Brasil, dada a complementaridade existente entre essas duas realidades, o que fora sobejamente apontado por Francisco de Oliveira (1989; 2003) ao tratar da questão inter-regional no Brasil, seu padrão de acumulação e a noção de desenvolvimento.

Mesmo num avançado estágio das forças produtivas capitalistas a terra segue ocupando posição central nas acomodações de interesses e na delimitação dos campos de poder tanto na esfera da política quanto na esfera da economia brasileiras. Noutras palavras, o rural brasileiro é uma síntese dos paradoxos políticos, econômicos, sociais e culturais do país na aurora desse novo século (XAVIER, 2017). Qualquer análise que prescindir de seu papel estará fadada a sérios equívocos interpretativos. Ela deve ser considerada, contudo, nos quadros de um capitalismo que permanece imolado pelas imposições dos países de economias avançadas. Estas, de algum modo, no poder de suas corporações empresariais, de suas finanças, de sua incontestável superioridade tecnológica e inquestionável capacidade de financiamento, têm mantido incólumes os fundamentos de reprodução do capitalismo dependente.

Assim como não cabe advogar pelo desenvolvimentismo como superação da dependência, dado que ela (a dependência) é elemento partícipe de relações

<sup>5</sup> “O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados” (D’Araujo, 2017). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>.

desiguais, não cabe o clamor por uma burguesia progressista que poderia redimir o país e conferir ares de civilidade ao capitalismo. Com efeito, quaisquer paradoxos, contradições e conflitos que parem na sociedade brasileira, estes não são produtos de uma “modernidade anômala”<sup>6</sup> conforme concebe Martins (2008). Caso concordemos com a tese da existência de uma “modernidade anômala” deveríamos, de partida, admitir o seu contrário, uma modernidade normal, correta, previsível, aceitável, portanto, dado um determinado padrão civilizatório e seus corolários. Martins problematiza o que chama de modernidade anômala a partir da cultura do povo brasileiro, mas o faz com base nos parâmetros de uma cultura europeia. Ao recair no eurocentrismo tece críticas ao que considera “falta de autenticidade” da nossa modernidade. Conforme segue:

Na falta de autenticidade, a modernidade latino-americana empresta da consciência conservadora implícita no nosso tradicionalismo os referenciais de sua consciência de si mesma, de sua própria crítica. Vive em simbiose com aquilo que a nega. Nisso está o fato de que a consciência moderna é incompleta; as relações sociais, os gestos, a prática tem essa alienação adicional, bem diversa da alienação representada pela entrega completa à racionalidade completa dos países desenvolvidos. Daí que as formas (sociais) tenham a função exacerbada que tem nesta sociedade. A anomalia está no fato de que se trata de uma modernidade sem crítica – sem consciência de sua *transitoriedade*, de que tudo é moda e passageiro. É modernidade, mas sua constituição e difusão se enreda em referenciais do tradicionalismo sem se tornar conservadorismo. Porque também desse lado estamos em face do inconcluso, do insuficiente, do postiço. (Martins, 2008, p. 44)

Ao afirmar que a anomalia de nossa modernidade reside no fato de que esta é desprovida de crítica, não aponta qual seria a modernidade carregada de crítica. Seria a modernidade europeia posicionada num estágio mais avançado do processo civilizatório pelo fato de que, ao contrário da nossa, a qual “toma de empréstimo a consciência conservadora do tradicionalismo”, aquela teria uma alienação derivada da “entrega completa à racionalidade”? Tenho que este modo de pensar não se funda na dialética do movimento do real e tampouco privilegia as condições materiais sob as quais suas populações garantem a existência. Caso o fizesse, deveria deixar claro o que vem a ser modernidade, os papéis ocupados

<sup>6</sup> Conforme o *Minidicionário da língua portuguesa*, de Evanildo Bechara (2009, p. 53), o verbete “anômalo”, enquanto adjetivo, conserva o seguinte significado: “*Que apresenta anomalia, incomum*”.

pelas classes sociais em seu interior, a relação centro-periferia no plano da economia global, mas também o papel da ciência e da ideologia aqui e alhures<sup>7</sup>.

Ao que me consta – e sobre isto os frankfurtianos muito têm a nos dizer – a racionalidade que viceja nos países desenvolvidos, ao instrumentalizar o saber, ao empobrecê-lo na *démarche* de especialização das ciências, mas também ao incitar o comportamento individualista, forjou sociedades que tem se distanciando cada vez mais dos valores da comunidade e da solidariedade, tendo comprometido – no plano da experiência e do conhecimento – as condições para a compreensão da totalidade subjacente aos fenômenos. Tanto a noção de “modernidade anômala” quanto a de desenvolvimento são por natureza noções engendradas a partir de uma concepção burguesa da realidade, sendo a primeira o substrato cultural da segunda; ambas derivam do mesmo pensamento (do procedimento raciocinante e não o pensar conceitual<sup>8</sup>) o de que em oposição à modernidade anômala haveria outra modernidade a ser conquistada e de que esta seria produto de uma sociedade desenvolvida, contudo, nos marcos do modo de produção capitalista.

O anseio pelo desenvolvimento guarda relação com a expectativa por uma nova sociedade, edificada segundo os valores e mentalidade burgueses. Ambos têm como correlata a abjeta defesa, feita com bastante frequência, de que é preciso “civilizar o capitalismo”, como se houvesse a possibilidade de coexistência de dois capitalismo, um “mau” porque repousante sobre o leito do livre mercado e outro “bom” porque controlado pelos homens por meio do Estado. A “cooperação antagônica”<sup>9</sup> que se estabeleceu entre as economias avançadas e as econo-

<sup>7</sup> A crítica aqui realizada parece encontrar respaldo nos estudos conduzidos por Jessé Souza (2017) acerca do racismo de nossos intelectuais. Ao tomar de empréstimos suas análises, arriscaria dizer que a tese da “modernidade anômala” seria produto do culturalismo racista e liberal conservador que viceja o pensamento social brasileiro desde a obra de Sérgio Buarque de Holanda.

<sup>8</sup> “De uma parte, o procedimento raciocinante se comporta negativamente em relação ao conteúdo apreendido; sabe refutá-lo e reduzi-lo a nada. Essa intelecção de que o conteúdo não é assim é algo puramente *negativo*; é o ponto terminal que a si mesmo não ultrapassa rumo a novo conteúdo, mas para ter de novo um conteúdo deve arranjar *outra* coisa, seja donde for. É a reflexão no Eu vazio, a vaidade do seu saber. Essa vaidade, porém, não exprime apenas que esse conteúdo é vão, mas também que é vã essa intelecção, por ser o negativo que não enxerga em si o positivo. Por conseguinte, uma vez que não ganha como conteúdo sua negatividade, essa reflexão, em geral, não está na Coisa, mas passa sempre além dela; desse modo, com a afirmação do vazio, se afigura estar sempre mais avançada que uma intelecção rica-de-conteúdo. Ao contrário, como já foi mostrado, no pensar conceitual o negativo pertence ao conteúdo mesmo e – seja como seu movimento *imamente* e sua determinação, seja como sua *totalidade*, é o *positivo*. O que surge desse movimento, apreendido como resultado, é o negativo *determinado* e, portanto, é igualmente um conteúdo positivo” (Hegel, 2011, p. 62).

<sup>9</sup> “Outro marxista alemão, Augusto Talheimer, notou esse processo ao cunhar, no pós-guerra, sua categoria de *cooperação antagônica*. Em um momento no qual a dominação estadunidense parecia incontestável, frente à destruição da Europa que se seguiu à guerra mundial, Talheimer foi suficientemente lúcido para perceber que a acentuação do próprio processo de integração ou cooperação desenvolveria suas contradições internas. Isso foi verdade, sobretudo, em relação aos demais países industrializados, que, submetidos à penetração dos investimentos estadunidenses, tornaram-se por sua vez centros de exportação de capitais e estenderam simultaneamente suas fronteiras econômicas dentro do processo ecumênico da integração imperialista” (Marini, 2014, p. 111-112).

mias dependentes produziu dinâmicas próprias de acumulação em seus territórios. Ainda que combinadas, essas dinâmicas ou esses padrões de acumulação estabeleceram uma peculiar relação Estado-economia-sociedade, de sorte que a democracia vigente nos países avançados não poderia ser praticada nos países de economias dependentes. Nestes, ela representava bloqueio ao progresso material. “A democracia não só é dissociada da autoafirmação burguesa, como ela seria um tremendo obstáculo ao tipo de autoprivilegiamento que as classes burguesas se reservaram, para poderem enfrentar a industrialização intensiva e a transição para o capitalismo monopolista” (Fernandes, 2005, p. 404).

O fragmento acima extraído da obra de Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, aponta para a natureza do processo de transformação da sociedade brasileira, de desenvolvimento de seu capitalismo e, portanto, das condições pelas quais se erigiu sua burguesia e, exatamente por isso, de edificação de um modelo – segundo ele – autocrático burguês. A violência enquanto técnica de controle é amiúde evocada no pós-1964, tratando-se de ferramenta indispensável para os propósitos do capitalismo de então. A passagem a seguir é lapidar, no que diz respeito ao comportamento da burguesia, o exercício do poder e a natureza da política na época em discussão:

A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados*, de *fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. O “nacionalismo burguês” enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo. (Fernandes, 2005, p. 345)

Essa violência far-se-á correntemente empregada no campo, seja nas relações de trabalho, por meio de relações não capitalistas, seja nos processos de espoliação de pequenos produtores. Sob os auspícios da lei e da ordem, da ideologia de segurança nacional, a “ditadura de classe” encontrará, no militarismo, o instrumento usual pelo qual passou a impingir sobre os desordeiros e subversivos (sindicalistas, trabalhadores pertencentes aos movimentos sociais rurais e urbanos, intelectuais, estudantes, jornalistas, sacerdotes pertencentes ao chamado clero progressista e mesmo povos autóctones) o medo, o silêncio e o terror. O Estado militarizado será, no plano político, o complemento ideal do capitalismo dependente e subordinado aos ditames do imperialismo de então e, para tanto, engendrará um determinado tipo de burguesia.

Sobre esta questão, em particular, a análise realizada por Florestan Fernandes choca frontalmente com a análise realizada por Caio Prado Júnior, com a qual estamos de acordo. Ao tratar do “modelo autocrático burguês de transformação capitalista”, o que dá título ao último capítulo de *A revolução burguesa no*

*Brasil*, tem-se a impressão de que Florestan Fernandes perscruta os fundamentos da revolução burguesa no Brasil com base num modelo (tipo-ideal) de revolução burguesa (europeia e norte-americana). Assim, considera a realidade brasileira mais pelo que deveria ser (com base num modelo tipo-ideal em que a burguesia empreende, com sucesso, as transformações necessárias para seu projeto) do que pelo que ela é propriamente.

Concordamos com Caio Prado Júnior ao afirmar a existência de um capitalismo no Brasil, acompanhado de sua burguesia detentora dos meios de produção e, portanto, ávida por lucros e a expansão de seus negócios. A divergência fundamental está em que para Florestan Fernandes a burguesia brasileira fora contrarrevolucionária, hipótese que Caio Prado Júnior não levanta. Com base em qual modelo “tipo-ideal” de revolução burguesa se poderia basear e com base em qual se chegaria à conclusão de que a burguesia nacional teria sido contrarrevolucionária? O modelo inglês, o modelo originário de constituição do modo de produção capitalista, ademais do modelo norte-americano, produto em grande medida do primeiro, talvez sejam os únicos que permitam associar à revolução burguesa “pura”, em que a ascensão de uma classe significa a universalização da mercadoria, a afirmação da ideologia do interesse, do livre mercado e dos negócios, o imperativo do suave comércio e a junção entre capital industrial, agrícola e financeiro em torno de um propósito.

Em todos os demais casos, a exemplo do alemão, russo e japonês, os acontecimentos se sucederam de outra forma. Foi necessária, em todos eles, a eliminação de elementos do *ancien régime*, tais como as relações servis de trabalho e a propriedade feudal, e edificação de outros, como a formação de um Estado moderno com suas burocracias civis e militares. A propriedade da terra deslinda bem a diferença essencial entre as revoluções burguesas que se operaram numa série de países, o que levou à postulação de dois modelos basicamente: a via renana ou prussiana e a via clássica. Ocorre que em países de economias periféricas (como o caso brasileiro) não há que se tomar nenhuma destas vias como paradigma de observação. Nem o modelo clássico, ao qual os liberais relutam em fazer referência ao tratarem do caráter “atrasado” das economias periféricas e tampouco o modelo prussiano, caracterizado pela chamada “revolução pelo alto”, se aplicam ao caso brasileiro, como bem apontou Werneck Viana (2004).

É certo que o Estado teve papel central no desenvolvimento de nosso capitalismo. Contudo, dada a posição periférica de nossa sociedade, parida da condição colonial, os processos aqui instaurados na *démarche* para a revolução burguesa não acompanharam o movimento ocupado em economias tidas enquanto atrasadas mas que, já no último quartel do século XIX, haviam ultrapassado a economia inglesa. O caráter dependente, submetido ao imperialismo econômico representado sobremodo pela hegemonia estadunidense, conduziu a um determinado *modus operandi* em nosso processo de industrialização e que



se coadunou aos interesses da burguesia nacional. Sobre isto não cabe dúvida. Contudo, esse diagnóstico não permite inferir, como faz Florestan Fernandes, que a burguesia brasileira não tenha sido uma burguesia na concepção “genuína” do que vem a ser e, de igual maneira, que o capitalismo aqui erigido não contenha seus fundamentos ou tenha sido “distorcido”, “disforme” ou “anômalo” para fazer alusão à terminologia adotada por Martins ao se referir à modernidade brasileira. Tomemos as seguintes passagens constantes na obra de Florestan Fernandes para que possamos proceder a crítica:

Portanto, a própria forma de dominação burguesa responde pela alienação das classes burguesas pela anulação de tarefas econômicas, socioculturais e políticas que cabem à burguesia, enquanto o desenvolvimento capitalista representar a fonte de dinamização nacional. [...] Não é fácil conduzir o barco, quando o desenvolvimento capitalista não guia a revolução nacional com uma bússola firme e os extremos do espectro burguês se encontram em formas subcapitalistas ou pré-capitalistas de produção agrária, na “empresa multinacional” estrangeira e na “grande empresa estatal”. (Fernandes, 2005, p. 342-343)

Com base no fragmento acima, nota-se claramente que ao problematizar a burguesia brasileira a partir de um modelo (tipo-ideal) de burguesia, Florestan Fernandes deixara de considerar a historicidade do capitalismo, o qual, na quadra histórica de seu desenvolvimento interno, era caracterizado pela integração absoluta entre mercados, pelo avassalador progresso técnico nas economias avançadas, pelo papel altamente relevante das corporações multinacionais e pela força ocupada pelas finanças em termos globais. A despeito do fato de que o sociólogo tivesse claro que o desenvolvimento de nosso capitalismo era contrarrestado pelo imperialismo, não lhe ocorria que os elementos apontados eram, na verdade, constitutivos da temporalidade histórica a partir da qual emergiu a burguesia brasileira, ou seja, o imperialismo não era a sua negação, mas o seu fundamento. Destarte, a crença na “emancipação” da burguesia nacional do domínio representado pela burguesia estrangeira apresentava-se uma ingenuidade, tendo em vista que a primeira, para sua existência e reprodução, necessitava (dadas as condições materiais internas, portanto, a historicidade inerente à nossa sociedade) da segunda.

Prova incontestável de que nosso capitalismo fora capaz de se desenvolver e de que o projeto burguês tenha obtido êxito sem que tenham sido engendradas as transformações econômicas, políticas e sociais típicas do capitalismo originário, pode ser encontrada na nossa questão agrária. O processo de “modernização” da agricultura foi capaz de tomar de roldão o campo e colocá-lo à disposição das demandas dos centros urbanos e dos mercados exportadores sem que para isso

tivesse sido feita ampla reforma agrária. Aquilo que Graziano da Silva (1982) denominou de “modernização dolorosa” foi na verdade a capitalização do campo numa economia periférica e dependente, que se aproveitou das inovações no campo da agronomia, da biologia e da química, oriundas das economias avançadas, e tornou possível o aumento da produção e da produtividade em níveis sem precedentes.

O que Florestan Fernandes considera “formas subcapitalistas ou pré-capitalistas de produção agrária” é, na verdade, capitalismo ou, pelo menos, a forma pela qual ele se elabora e se reproduz na periferia, isto se não partimos do pressuposto de que haveria (em todos os casos) um progresso semelhante do modo de produção capitalista e que a condição periférica e dependente, ao ser desfeita, permitiria que assim ocorresse. Esta parece ser a visão de Florestan Fernandes, de sorte que o caráter contrarrevolucionário, o qual ele atribui à burguesia nacional, encontra sua correspondência na natureza anômala de nossa modernidade conforme definição de Martins.

### **Considerações finais**

Se se admite que nosso capitalismo, dado o momento histórico, só teria condições de se desenvolver e permitir o assento de sua burguesia consoante a dinâmica do capitalismo global na qual ele estaria inserido, não haveria condições de se postular uma revolução burguesa de natureza distinta da que tivemos<sup>10</sup>. Fazê-lo seria privilegiar o modelo em lugar da história, assim como tomar a nossa modernidade enquanto anômala seria partir da premissa de que existiria uma modernidade “normal”, porque “racional” e eivada de outros elementos. Fazê-lo seria tomar o axioma em lugar das condições concretas e do contexto histórico em vigência. Ao primarmos pela dialética da história, tomamos nosso capitalismo enquanto partícipe do movimento global da produção, circulação e consumo de mercadorias, submetido, pois, às suas contradições. Não obstante nossas singularidades, estas não conservam força suficiente para suplantarem as imposições gerais do modo de produção e tampouco aniquilam os limites históricos de nossas transformações, ainda que impliquem traços genuinamente nacionais constitutivos da dinâmica de acumulação interna. Tais singularidades, finalmente, não legariam uma cultura própria destoada das generalidades e, por isso, anômala em relação à europeia pelas razões outrora apontadas. Confrontar tais elaborações e

<sup>10</sup> Na contramão dessa perspectiva, Marini postulou a tese do subimperialismo. Ao fazê-lo, derivou a dinâmica econômica interna de uma dinâmica global, o que possibilitou, ao teórico, a escansão do padrão de acumulação nas economias dependentes e a elucidação da natureza do conflito de classes no Brasil. Com isto, Marini foi capaz de iluminar a questão agrária brasileira e as alianças perpetradas entre a burguesia primário-exportadora, a burguesia industrial nacional e a burguesia estrangeira no contexto político do golpe de 1964 (Marini, 2014).

as predições que porventura delas se desdobrem torna-se – e isto é o que se espera – uma forma de se contribuir com o sempre acalorado debate sobre a formação do capitalismo brasileiro.

### Referências

- BECHARA, Evanildo. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- D´ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FERNANDES, Florestan. *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GUDIN, Eugênio; SIMONSEN, Roberto. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Florianópolis: Insular, 2016,
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis, RJ: Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2011.
- LANDES, David. *Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2014.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: sociabilidade e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Estado e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Ed. Unesp; Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional: primeira parte. A Constituição*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.
- WERNECK VIANA, Luiz. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- XAVIER, Glauber Lopes. *O ocaso da terra e as desventuras do humano: modos de vida e trabalho rural na aurora do novo século*. São Leopoldo, RS: Editora Oikos; Anápolis, GO: Editora UEG, 2017.

Recebido em 17 de janeiro de 2020  
Aprovado em 28 de setembro de 2020

# **Empresariado e ditadura: contribuições para uma análise de longo prazo do processo de neoliberalização brasileiro (1967-1978)\***

*Private companies and dictatorship: contributions to a long term analysis of the brazilian neoliberalization process (1967-1978)*

**Julio Cesar Pereira de Carvalho\*\***

## **Resumo**

Algumas das marcas mais indelévels do processo de neoliberalização brasileiro se manifestaram através do receituário privatista, conjugado às políticas de incremento à acumulação financeira. Tendo isso em vista, através de um levantamento bibliográfico, este estudo objetiva realçar a relação do empresariado na ditadura com elementos que não eram proeminentes no período autoritário, mas que viriam se tornar centrais com a liberalização dos anos de 1990. A partir de casos relacionados à indústria de base, aos bancos e ao setor automotivo, constataram-se expressivos vínculos entre essas frações da classe dominante, as *finanças* e os preceitos do livre mercado. Com base em tais pontos analíticos pretende-se contribuir para uma abordagem de longo prazo do processo de neoliberalização brasileiro.

**Palavras-chave:** ditadura brasileira; empresariado; neoliberalismo.

## **Abstract**

*Some of the most indelible marks of the Brazilian neoliberalization process were manifested through the privatist prescription, combined with policies to increase financial accumulation. With this in mind, through a bibliographic survey, this study aims to highlight the relationship of the business community in the dictatorship with elements that were not prominent in the authoritarian period, but that would become central with the liberalization of the 1990s. From related cases to the capital goods industry, banks and the automotive sector, there were significant links between these fractions of the ruling class, finance and the precepts of the free market. Based on these analytical points, it is intended to contribute to a long-term approach to the Brazilian neoliberalization process.*

**Key-words:** *Brazilian dictatorship; business community; neoliberalism.*

---

\* Agradeço aos valiosos comentários de Pedro Henrique Pedreira Campos e às recomendações dos pareceristas anônimos. Ressalto, no entanto, que não lhe cabem qualquer responsabilidade sobre o texto aqui apresentado.

\*\* Bacharel em Relações Internacionais (UFRRJ), mestre em Ciências Sociais (UFRRJ) e doutorando em História (UFF). A pesquisa conta com auxílio financeiro do CNPq.

## Introdução

No decurso da ditadura brasileira (1964-1988), os empresários não se portaram apenas como mais uma das bases sociais do período, tendo papel passivo ou de simples apoio às políticas vigentes. Mais do que isso, este segmento da sociedade civil se conformou enquanto ente estruturante do período autoritário, juntamente às Forças Armadas, participando de maneira orgânica e ativa desde o preparo do golpe de 1964 até a consolidação e fluência do regime.

O autor que demonstrou esse aspecto empresarial-militar da época de forma mais sistematizada foi René Armand Dreifuss, a quem este estudo é tributário, inserindo-se no cabedal analítico que toma os preceitos deste autor como pressupostos basilares. No livro intitulado *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, Dreifuss (1981) averiguou a atuação do empresariado no preparo, mobilização e conflagração do golpe de 1964. Constituindo pesquisa seminal no campo de estudos sobre ditadura e classes dominantes, sua obra aborda essa temática a partir de análise detida da ação empresarial por meio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES).

Composto por militares da Escola Superior de Guerra (ESG) e pelas frações da burguesia atreladas ao capital transnacional, o IPES teve papel fundamental na desestabilização do governo João Goulart, fazendo campanhas através de filmes, livros e propagandas por todo o país (Dreifuss, 1981). Com a conflagração do golpe, muitos atores atrelados ao Instituto passaram a ocupar postos importantes na estrutura político-institucional do regime. Apenas para evidenciar alguns exemplos emblemáticos nesse sentido, podem-se destacar os ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio e do Planejamento, Octávio de Gouveia Buhlões, Paulo Egydio Martins e Roberto Campos, respectivamente (Dreifuss, 1981, pp. 425-426).

Nos últimos anos, influenciados pela obra de René Dreifuss, diversos autores e autoras têm se dedicado a averiguar o vínculo orgânico entre Estado e segmentos empresariais durante a ditadura. Dentre eles, pode-se destacar a pesquisa de Pedro Henrique Pedreira Campos (2014), que aborda as múltiplas formas de organização e o fortalecimento das empreiteiras de obras públicas com o regime; a tese de doutorado de Elaine Bortone (2018), que aprofunda a investigação sobre o IPES, enfatizando a relação da entidade com a dinâmica das empresas estatais e da indústria farmacêutica; o estudo de Ana Carolina Reginatto (2019), que trata da atuação dos grandes grupos de mineração no período; entre muitos outros<sup>1</sup>.

No bojo das pesquisas que conferem centralidade ao entrelaçamento entre os empresários e a política na ditadura, o estudo aqui proposto visa contribuir

<sup>1</sup> Para uma um balanço mais apurado sobre as pesquisas acerca dos empresários na ditadura, ver: Campos (2018).

para uma abordagem de longo prazo do processo de neoliberalização no país. A partir dos casos da indústria de base, dos bancos e do setor automotivo serão evidenciados alguns episódios acerca da relação entre essas frações de classe, as *finanças*<sup>2</sup> e os preceitos de livre mercado.

Baseado nesses pontos analíticos, o estudo visa fornecer aportes que auxiliem na corroboração da hipótese de que alguns valores e dinâmicas que compuseram o cerne do neoliberalismo no Brasil já estavam sedimentados no período da ditadura, ainda que não de forma elementar. Em termos temporais, embora o texto não siga uma cronologia linear, serão retratados episódios que abrangem desde a intensificação da centralização e concentração bancária a partir da ascensão de Delfin Netto na Fazenda, em 1967, até a contraposição formal de frações empresariais ao governo Geisel, na segunda metade da década de 1970.

Perspectivas semelhantes à aqui proposta já foram retratadas em estudos de autores como Monica Piccolo de Almeida (2014) e Hernán Ramírez (2020). A primeira, como será mais bem abordado no decorrer do texto, identificou que, já na ditadura, é possível perceber a formação de uma ampla agenda privatizante, visto que as estatais foram instrumentalizadas como forma de combate à inflação do período. Ramírez (2020) retrocede mais em termos temporais e averigua documentações que realçam o vínculo entre atores e entidades transnacionais de evidente cariz neoliberal, o IPES e suas congêneres na América Latina.

Em termos gerais, o neoliberalismo aqui não é compreendido apenas como um conjunto de ideologias. Concordando com Alfredo Saad-Filho e Lécio Morais (2018), o sistema de acumulação capitalista eivado pelo neoliberalismo se caracteriza pelos seguintes fatores:

financeirização da produção, da ideologia e do Estado; integração internacional da produção (“globalização”); um papel proeminente do capital externo na integração global da produção e na estabilização do balanço de pagamentos; e uma combinação de políticas macroeconômicas baseada em políticas fiscais e monetárias contracionistas e em metas de inflação, na qual a manipulação das taxas de juros se torna a principal ferramenta de política econômica (Saad-Filho; Morais, 2018, p. 97).

<sup>2</sup> A concepção de “finança” aqui abordada, baseada em François Chesnais (2010), é designada como as classes e instituições especializadas na centralização do dinheiro “inativo”, que mobiliza estes em empréstimos ou títulos através dos fundos de pensão, *mutual funds*, das empresas de seguro e dos maiores bancos. Essas operações não se restringem aos agentes atuantes nos ramos estritamente financeiros, mas pode vir a abarcar, também, o empresariado do ramo juridicamente produtivo (Chesnais, 2010).

No que tange à consagração do neoliberalismo enquanto programa de governo no Brasil, os preceitos de redução do Estado e do livre mercado foram consubstanciados nas privatizações, que se conformaram como um dos principais corolários desse processo. Instituídas sobre a retórica de restringir os gastos do Estado e atenuar as disparidades da dívida pública, foram vendidas, de 1991 a 2002, 165 empresas estatais, sendo o maior número das vendas efetuado durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso (Brandão, 2013, p. 240). Como resultado das desestatizações, pode-se perceber um acirramento na centralização e concentração de capitais, com o surgimento de grupos econômicos financeiros, que perfilaram sua dinâmica de acumulação junto à Bolsa de Valores.

Ademais, a década foi demarcada pela elevação das frações financeiras a uma posição privilegiada em relação aos demais atores econômicos. Isto porque a configuração contracionista do regime monetário – com taxas de juros exorbitantes a fim de conter a inflação e atrair moeda conversível – conformou o primado da dominância das classes rentistas. Os ativos do mercado financeiro e a remuneração dos títulos públicos se tornaram o *locus* privilegiado de acumulação de parte considerável da classe dominante. Esta, por sua vez, se mobilizava política e ideologicamente para manter a configuração econômica que angariou um de seus principais objetivos, a contenção da inflação. Por outro lado, o receituário implicou perdas de direitos e precarização das classes trabalhadoras, sucessivos déficits fiscais e um agravamento do endividamento dos setores públicos (Filgueiras, 2000; Varaschin, 2018).

Para realçar que as nuances desses aspectos não surgiram repentinamente na década de 1990, será estabelecido uma revisão na bibliografia para extrair elementos acerca dessa temática. Na primeira seção, será efetuada uma sucinta abordagem sobre o arranjo empresarial durante o governo de Ernesto Geisel. Serão elencados fatores que explicitam o estreitamento dos laços entre os industriais e o Estado através das medidas emanadas a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Por fim, a seção encerrar-se-á destacando alguns fatores que implicaram o desgaste dessa relação, sendo o princípio da livre iniciativa um dos quesitos elementares desse imbróglio.

A próxima etapa deste trabalho abordará a situação dos bancos junto ao projeto de conglomerado do regime para, por fim, frisarmos o desempenho da indústria automobilística durante a ditadura na parte final. Realçando fatores que abrangem o período do governo Castelo Branco até a fase final do governo de Ernesto Geisel, serão destacados, nessas últimas seções, dois episódios que evidenciam a importância da dinâmica financeira para esses segmentos do empresariado à época.



### **O empresariado brasileiro no governo de Ernesto Geisel: o abalo dos interesses industriais e a invocação do livre mercado**

Ainda que a presente seção se concentre em expor algumas das divergências entre segmentos da burguesia e o governo de Ernesto Geisel, é importante ressaltar que, no decurso do regime, desacertos desse tipo não foram novidade deste período. Como bem salienta Elaine Bortone (2018, pp. 489-532), já durante a gestão de Castelo Branco muitas das parcelas empresariais que, inclusive, participaram na articulação do golpe de 1964 via IPES, manifestaram-se abertamente contra algumas das medidas da ditadura. Notabilizou-se, nesse sentido, a contraposição de frações de caráter local frente às ações governamentais que privilegiavam o capital internacional ou a este associado. Talvez uma das grandes diferenças entre tais embates e aqueles que ocorreram a partir de meados da década de 1970 tenha sido que estes últimos estavam imbuídos mais enfaticamente em um contexto de crise sistêmica do capitalismo, e foram conjugados a práticas e ideias que caracterizaram aquilo que viria a conformar o cerne do receituário neoliberal nos anos de 1990. Uma das tônicas desse imbróglcio se manifestou através da invocação da livre iniciativa, conforme ver-se-á a seguir.

Em um cenário de crise econômica internacional, deflagrada devido ao choque do petróleo de 1973, a estratégia econômica do governo de Ernesto Geisel estabeleceu diretrizes pautadas em agir em três grandes frentes: manutenção do crescimento, equilíbrio das contas externas e contenção da inflação. Na perspectiva de Carlos Lessa (1988), ainda que o Plano obtivesse, em sua retórica, o intuito de superar as consequências deletérias da crise mundial, sua execução, a princípio, buscou demarcar uma estratégia para alçar a economia brasileira ao nível de potência, concentrando esforços para aprimorar os setores industriais brasileiros (Lessa, 1988, pp. 91-93).

A principal razão que implicou o fracasso do Plano, para Lessa, consistiu na incongruência entre sua estratégia e as articulações estruturais que a embasavam. Ou seja, o regime supôs que a empresa estatal serviria como instrumento que erigiria a indústria de base como setor proeminente, ignorando ou não percebendo que o plano, na verdade, era subordinado e consentido pelo *grande pacto estrutural* que fundamentava as relações econômicas no período (Lessa, 1988, pp. 115-116). Este pacto era composto, em linhas gerais, por uma frente de interesses capitaneada pelos setores da engenharia e da indústria de construção civil, concomitante aos investimentos de determinadas empresas estatais.

Tais segmentos se articulavam com as diversas frações da indústria fornecedora de materiais, por um lado, e, por outro, o considerável nível de empregabilidade dos setores da construção contribuía para aquecer a demanda por bens de consumo duráveis (Lessa, 1988, pp. 138-148). Para Lessa, as contradições dessa estratégia que pretendia privilegiar uma fração empresarial alheia ao *pacto estrutural* implicaram a derrocada do II PND já em 1976, sendo o expoente desse

fenômeno as diversas declarações e contraposições dos empresários industriais em relação à política econômica e ao regime então vigente (Lessa, 1988, pp. 115-125).

Contrários às teses de Carlos Lessa, Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza (1985) enaltecem as prerrogativas e políticas implementadas a partir do II PND, afirmando que as autoridades elaboraram o Plano inclinadas a intensificar a política de financiamento, em detrimento do ajustamento. O primeiro, que tinha como condição necessária a tomada de recursos no mercado internacional, consistia na preferência por “evitar as dificuldades e sacrifícios que há de enfrentar-se para que a economia se adapte às novas circunstâncias” (Castro; Souza, 1985, p. 27). As políticas de ajuste, de modo contrário, consistiam no preparo da economia às novas condições, o que implicaria a utilização das políticas fiscal e monetária para desaquecer a economia (Castro; Souza, 1985, p. 28).

Diferentemente de Lessa, Castro e Souza (1985) afirmam que a estratégia do governo Geisel consolidou diretrizes para combater as vicissitudes do choque do petróleo, encetando políticas que visavam investir no fomento à produção de insumos básicos juntamente ao desenvolvimento de uma “moderna economia industrial” (Castro; Souza, 1985, pp. 31-32). Assim, Castro e Souza (1985) preco- nizam tais políticas, exaltando seu arrojo por intentar alterar o segmento prioritário da economia do país até o momento. Isto implicava a marginalização dos setores de bens de consumo duráveis, que estavam na alçada do capital multinacional, em benefício da indústria de base<sup>3</sup>. Desse modo, os autores concluem que, mais do que instituir medidas de financiamento, que teriam impactos efê- meros, “o II PND se propunha a superar, conjuntamente, a crise e o subdesenvol- vimento” (Castro; Souza, 1985, p. 33).

Em suma, Castro e Souza (1985) defendem que o II PND foi importante para cancelar a reversão cíclica que se anunciava após o primeiro choque do pe- tróleo, para manter o crescimento da economia dos anos 1970, bem como para consolidar a transformação de grande parte da estrutura produtiva perscrutada pelo Plano. Ou seja, seus resultados foram de caráter duradouro e estrutural e, para corroborar tal afirmativa, os autores vinculam os superávits na balança co- mercial dos primeiros anos da década de 1980 ao legado da estratégia encetada em 1974. O quesito condenável no período, portanto, era o caráter autoritário do regime então vigente, que entravou o respaldo político e a participação social na elaboração do Plano ora constituído (Castro; Souza, 1985, pp. 46-47).

<sup>3</sup> Indústria de base, indústria/setor de bens de capital e indústria de bens de produção são tratadas aqui como sinônimos. Conforme constava no estatuto da Associação Brasileira para o Desenvolvi- mento da Indústria de Base (ABDIB) à época da ditadura, esse ramo da economia é considerado como as indústrias que atuam nos segmentos de “energia elétrica; siderurgia e metalurgia; petró- leo, petroquímica, química, álcool e alcoolquímica; celulose e papel; cimento e mineração; ferro- viária, naval e fabricantes de bens de capital sob encomenda para essas mesmas atividades” (*apud* Cruz, 1995, p. 19).

Em relação à percepção subjacente de ambos os autores acerca da interação entre Estado e sociedade, nota-se certo descolamento orgânico entre essas duas *arenas*. Como foi possível perceber, Lessa, embora considere fundamental a existência de um *pacto estrutural* dos empresários para manutenção ou insucesso da política econômica vigente, não concede centralidade às articulações e à ação coletiva dos segmentos da classe dominante naquele contexto. Essa abordagem sugere certo apartamento estanque entre as políticas e os segmentos sociais da ocasião. Castro e Souza, por sua vez, endossam o argumento do Estado sujeito, afirmando que “o Estado surge na estratégia de 74, inegavelmente como sujeito – mas o objeto é, antes que nada, a economia, ou se quiser, o mercado” (Castro; Souza, 1985, pp. 45-46), defendendo que a falha fundamental da estratégia foi o fato de o Estado ser, também, sujeito no plano político (Castro; Souza, 1985, p. 46).

Na seara de estudos sobre política econômica dos anos de 1970, o cientista político Sebastião Velasco e Cruz (1997) talvez tenha sido o único autor da época a despender esforços para instituir uma categorização do Estado. Perspectiva particularmente cara ao estudo aqui proposto, o autor considera fundamental a conformação e os atritos entre os segmentos sociais e a reprodução destes no âmago das políticas estatais.

O II PND é percebido por Cruz (1997), portanto, pela perspectiva de seu amparo empresarial. Avalizando o entendimento de Lessa de que o fracasso do Plano se deu pelas incongruências entre a estratégia e suas articulações estruturais, o autor chama atenção para as fricções entre as agências do próprio Estado, sendo estas, por sua vez, concebidas como resultantes de processos de choque e ajustes entre interesses societais heterogêneos (Cruz, 1997, p. 89).

De acordo com a perspectiva estabelecida por Cruz (1997), o planejamento econômico instaurado a partir de 1974 demarcou uma acentuada inflexão frente à conformação do empresariado atuante no país nos anos iniciais da ditadura. O período de 1964 a 1968 foi permeado pela proeminência do capital estrangeiro e associado, sendo o setor de bens de consumo duráveis o mais dinâmico dentre os demais (Bandeira, 1974, pp. 97-113). Em contrapartida, Ernesto Geisel, através de um modelo de gestão mais centralizado<sup>4</sup>, procurou intensificar a mudança que já ocorria no governo anterior. Foi instituída, então, uma tentativa de alteração no padrão de industrialização brasileiro, de modo a reordenar a política

<sup>4</sup> Ernesto Geisel afastou a figura do “superministro”, como aquela percebida no ministro da Fazenda da gestão anterior (Delfim Netto), por exemplo. A partir de 1974, foi levada a cabo uma reconfiguração ministerial que encurtou a alçada dos ministérios e acentuou a centralização decisória. Além disso, os órgãos estaduais e municipais se tornaram meros entes executivos do poder central. Nesse sentido, destacam-se medidas como a centralização dos proventos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) em janeiro de 1975, que coibiu a autonomia legislativa estadual ou, ainda, a centralização a nível federal dos financiamentos de grandes empreendimentos que estavam na atribuição dos bancos de desenvolvimento estaduais (Lessa, 1988).

industrial, privilegiando os setores de insumos básicos e de bens de capital, em detrimento do segmento produtor de bens de consumo duráveis. Foi a ênfase nesses nichos, em compasso com a proteção e incentivo à indústria privada nacional, que deu boa parte do tom do II PND (Mendonça, 1986, pp. 102-103).

Entidade central para a consecução dos objetivos do Plano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi mobilizado estrategicamente para viabilizar e financiar as empresas brasileiras. Já em 1974, através da Lei Complementar nº 19, os recursos do PIS/Pasep foram direcionados da Caixa Econômica Federal (CEF) para a administração do Banco, o que duplicou sua capacidade financeira. Além disso, foi criada uma série de subsidiárias para que a entidade participasse e concedesse investimentos a empresas nacionais, como a Investimentos Brasileiros S.A (Ibrasa), Financiamento de Insumos Básicos S.A. (Fibase), Mecânica Brasileira S.A (Embramec), além do já existente Fundo de Investimento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame) (Silva, 2003).

Em 1974, respaldando a proposta do II PND, toda a composição de tais subsidiárias era preenchida por representantes do setor privado nacional ou de entidades estatais. Os empresários vinculados à indústria de bens de capital tiveram papel relevante na instituição, sobretudo no tocante à composição da Embramec, ocupando 4 das 8 cadeiras: Paulo Villares (Indústrias Villares), Cláudio Bardella (Bardella Indústrias Mecânicas), Giordano Romi (Indústrias Romi) e Luís Eulálio Bueno de Vidigal (Cobrasma). Os demais representantes da Embramec eram Benedicto Fonseca Moreira (Cacex), Haroldo Ramos da Silva (Petrobrás), Luís Verano (Codesic) e Mauro Moreira (Eletrobrás) (Brandão, 2007, pp. 8-9). A disposição do quadro de membros do BNDE, entidade fundamental para conceder créditos subsidiados de longo prazo para as empresas, configura um caso evidente de ampliação do Estado, nos termos de Antonio Gramsci<sup>5</sup>.

No que tange aos desembolsos do BNDE ao segmento privado, a partir do levantamento efetuado por Carlos Lessa (1988, pp. 84-85), destaca-se a expressiva elevação de seus investimentos na indústria de base, como se pode notar a partir do incremento dos recursos para o Finame, bem como para o ramo de máquinas e equipamentos. Ainda que a maior parte dos recursos tenha sido destinada à fração produtora de insumos básicos, é válido ressaltar que parte majoritária desse setor era composta por empresas estatais, como a Petrobras e suas

<sup>5</sup> O Estado, pela abordagem de Antonio Gramsci (2000), é pensado em sua forma integral, ou seja, ele é caracterizado pela coadunação entre sociedade política e sociedade civil, sendo ambas organicamente embrenhadas, ainda que de forma complexa e contraditória. Nas palavras do autor, "por 'Estado' deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho 'privado' de hegemonia ou sociedade civil", afirmação esta que expressa uma contraposição às perspectivas que concebem as dinâmicas entre organismos privados (como as empresas e suas organizações) e as instituições formais do Estado como relações estanques, distantes ou apartadas (Gramsci, 2000, pp. 254-255) (ver também Mendonça, 2014).

subsidiárias, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Vale do Rio Doce, dentre outras, que eram as principais demandantes das indústrias locais. Logo, o intento de Geisel de expandir o segmento de insumos básicos com uma perspectiva econômica voltada a priorizar as empresas sediadas no Brasil não teria sentido se não houvesse o fortalecimento da indústria de base, que era dominada pelo setor privado de origem nacional (Lessa, 1988, p. 85).

A relação entre o empresariado industrial e o governo Geisel, no entanto, começou a se desestabilizar a partir de 1976, quando passou a haver críticas em relação à estatização. Uma das inspirações desse movimento foi o posicionamento de Eugênio Gudín, que vinha expondo contraposições ao Estado pelo menos desde seu discurso no recebimento do prêmio “Homem de Visão”, da revista Visão, dois anos antes.

Na exposição efetuada por Adriano Codato (1995) em sua dissertação de mestrado, que viria a ser consubstanciada em livro dois anos depois (Codato, 1997), fica patente alguns dos principais atores e conteúdos dessa campanha ocorrida em 1976. Na esteira argumentativa de Eduardo Gudín, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) criticava a forte participação estatal em diversas áreas econômicas, com o adendo da afirmativa de que a falta de estímulo do Estado ao revigoramento do setor privado poderia instituir um sistema produtivo de caráter “socialista”. Jorge Gerdau Johanpeter, do grupo Gerdau, e Celso Lafer, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), engrossaram o coro da mobilização, criticando a alta centralização do crédito público na alçada do Estado, sobretudo aquele oriundo do BNDE e do Banco do Brasil (Codato, 1995, pp. 239-241).

A indústria de base também se manifestou através de um de seus principais representantes, Cláudio Bardella, da indústria mecânica Bardella e presidente da ABDIB. Talvez por ter assento e ascendência nas subsidiárias do BNDE, como aqui já exposto, o empresário não criticou a centralização do crédito nas mãos do Estado. Endossando argumentos que também eram caros aos demais expoentes da campanha, Bardella reivindicou maior participação direta do setor privado nas instâncias de decisões governamentais, como os Conselhos de Desenvolvimento Industrial (CDI) e de Desenvolvimento Econômico (CDE) (Codato, 1995, pp. 242-243).

Em 1977, outro conjunto de mobilizações foi demarcado pela adesão do empresariado à bandeira do *livre mercado*<sup>6</sup>. Declarações de José Papa Jr., então presidente da Federação Comercial do Estado de São Paulo (Fecomércio), Einar

<sup>6</sup> Como realça Velasco e Cruz (1995), nesse episódio, uma das palavras de ordem dos empresários era a invocação da *democracia*. Entretanto, a mobilização deste princípio não estava atrelada à consolidação de um conjunto de liberdades e direitos políticos/sociais assegurados por meios constitucionais, mas se remetia a uma ideia de livre mercado.

Kok, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), e do vice-presidente da ABDIB, Henrique David da Sanson, enfatizaram a necessidade de se alcançar a “normalidade democrática” e fomentar arranjos mais participativos na atividade política (Codato, 1995, pp. 247-248).

Dois eventos foram emblemáticos nesse sentido. O primeiro deles foi a IV Conferência Nacional de Classes Produtoras (CONCLAP), que ocorreu em novembro de 1977. Na ocasião, foi sublinhada, pelos empresários, a necessidade de institucionalizar o diálogo entre o governo e as empresas privadas, conformar as bases de uma “economia de mercado”, assim como a descentralização da economia. Mas o auge desse processo se deu com a elaboração do “Manifesto dos Oito”, em junho de 1978, conflagrado pelos oito dos dez empresários mais representativos segundo indicação da própria classe. Em linhas gerais, o manifesto defendia o sistema de livre iniciativa e a economia de mercado, afeiçoado por instituições capazes de garantir a “liberdade política” (Codato, 1995, pp. 249-251; Cruz, 1995, p. 230).

Em relação às fricções entre os empresários e o governo Geisel, Sebastião Velasco e Cruz (1995) rebate a interpretação de Luís Carlos Bresser-Pereira, que arguia que a campanha contra a estatização e a defesa da democracia foram dois fenômenos contíguos. Nesse sentido, Bresser-Pereira explana que, em longo prazo, a burguesia não via vantagem na estatização e, para contrapor isso, a única justificativa *ideológica* foi invocar a necessidade da democracia (*apud* Cruz, 1995, p. 237). Nesse argumento estão destacados dois elementos que os autores aqui elencados aprofundam desde uma perspectiva crítica: a questão acerca da continuidade entre as duas mobilizações – contra a estatização e em prol da “democracia” – e a defesa deste último item em termos tão somente ideológicos.

Como bem destaca Adriano Codato (1995), a campanha contra a estatização e a crítica empresarial ao regime não são fenômenos contínuos e tampouco idênticos. A despeito das inúmeras idiosincrasias que distinguem os dois processos, pode-se destacar, como um dos principais, o fato de o movimento de 1976 não ter como componente elementar o questionamento do regime político então vigente (Codato, 1995, p. 247).

Já em relação à justificativa ideológica acerca do posicionamento dos empresários, Cruz (1995) adota perspectiva diversa, analisando, para isso, de forma sistemática, a conjuntura e as declarações de diferentes empresários do ramo industrial. O autor vai salientando uma série de fatos *políticos* e *econômicos* que explicitam as gradativas fricções entre os interesses materiais do empresariado industrial e as políticas do Estado. Ele demonstra, portanto, que o elemento ideológico que permeou o conjunto de mobilizações empresariais em contraposição ao governo estava, *a priori*, calcado em questões objetivas e concretas atinentes à dinâmica política e acumulativa dessas frações de classe (Cruz, 1995, pp. 237-275).

No que concerne ao plano econômico, essas divergências podem ser notadas em situações como o aumento estatal do controle dos preços sobre produtos industrializados. Destacam-se, ainda, as queixas dos industriais em relação ao cenário de incerteza frente às políticas vindouras. Isso se dava, dentre outras coisas, pela falta de unidade entre os ministros da Fazenda (Mário Henrique Simonsen), Planejamento (Reis Veloso) e da Indústria e Comércio (Severo Gomes). As queixas do empresariado nesse sentido se deram em fins de 1976, quando o governo anunciara que efetuariava medidas para desacelerar a economia, mas não dizia quais e como (Cruz, 1995, pp. 210-213).

Além disso, o autor expõe episódios de cunho político que demarcaram a contraposição de empresários de ramos expressivos da indústria frente às decisões do governo Geisel. Pode-se destacar, como caso emblemático, o desapontamento do empresariado paulista – mais especificamente do presidente da Fiesp à época, Theobaldo de Nigris – acerca da sucessão ao governo de São Paulo. Os empresários queriam que, em 1976, Delfim Netto assumisse o posto, o que não foi atendido pelo governo, que preferiu alocar Paulo Egydio de Moraes no cargo. Ademais, o modelo de distensão proposto por Geisel desde o início de sua gestão, além de ter intensificado as divergências dentre os próprios militares, teve certa ressonância no meio empresarial. Destaca-se a postura do empresário baiano Angelo Calmon de Sá e Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, que não apenas apoiavam os setores vinculados à linha dura, como eram a favor do AI-5 (Cruz, 1995, pp. 215-222; Codato, 1995, p. 253).

Esses e os demais aspectos econômicos e políticos levantados por Cruz (1995; 1997) nos auxiliam a compreender o complexo processo que levou, gradativamente, à contraposição do empresariado industrial frente aos intentos do governo e em relação ao próprio regime vigente. Um fenômeno que não foi coeso e nem linear, com diversos empresários atacando e reivindicando questões distintas ao longo do período 1975-1978.

Esses desconcertos entre a manutenção da acumulação de tais frações da classe dominante e as políticas vigentes encontraram respaldo mobilizador em torno do ideário do livre mercado, em 1977. É evidente que a adesão sistemática por parte de setores da burguesia aos pressupostos neoliberais, concomitante à estruturação de um projeto hegemônico neste sentido, só se consolidaria de fato após o acirramento da crise orgânica brasileira em conjunto à militância dos países centrais em torno dos princípios do Consenso de Washington, na década de 1990.

Contudo, como os projetos políticos não ocorrem por pura *imposição* da burguesia e das associações dos países centrais frente aos periféricos, a despeito do imenso poder de convencimento e coação por parte daqueles, os fatores aqui realçados indicam que o processo de neoliberalização brasileiro já encontrou certo terreno fértil para a sua proliferação. Outro estudo paradigmático que con-

tribui para esta assertiva é a tese de doutorado de Álvaro Bianchi (2004). O autor realça que, já na ditadura, havia fricções intracorporativas em relação às diretrizes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), demarcadas pela emergência de um bloco defensor do programa neoliberal, como as privatizações, as reformas da previdência e trabalhista, a liberalização dos mercados etc. Agenda esta que acabou sendo proeminente na entidade.

Esta seção buscou realçar um panorama genérico acerca da conformação do empresariado durante o governo Geisel, destacando fatores que impulsionaram a aproximação, afastamento e ruptura entre ambos os atores. Em um dos episódios de desgaste entre governo e os industriais, teve destaque a tônica do livre mercado, estando esta diretamente atrelada ao comprometimento real ou prospectivo da manutenção da acumulação dos empresários em questão.

Sendo um elemento de mobilização de uma fração da classe para contrapor as políticas do período final da ditadura, o princípio do livre mercado veio a se tornar proeminente a partir dos anos de 1990. Embora seja simplificador e minimalista estabelecer uma relação teleológica entre os dois tempos históricos a partir desse ideário, o episódio acende um alerta para que a caracterização de fatores eminentemente neoliberais no Brasil seja buscada em períodos anteriores à década de 1990.

Os próximos dois tópicos abordarão a situação de dois setores que não foram prioritários nos projetos governamentais de Ernesto Geisel – o setor bancário e a indústria automobilística –, mas que tiveram papel fundamental no apoio e conformação da ditadura. Pretende-se realçar a relação desses segmentos com outras dinâmicas que se tornariam centrais para a estruturação do neoliberalismo no país, quais sejam, as *finanças* e a centralidade acumulativa via dívida pública.

### **Apontamentos acerca das *finanças* e os empresários na ditadura: os casos do conglomerado e da indústria automotiva**

Com o intuito de analisar os motivos principais que implicaram a desestruturação das empresas estatais brasileiras, fenômeno este que fortaleceu os projetos de privatização a partir do processo de neoliberalização no país, Monica Piccolo Almeida (2014) recorre ao período ditatorial – mais especificamente a partir do governo Geisel – para identificar uma das fontes desse processo. Segundo a autora, diferentemente da retórica dos enaltecedores da privatização, a crise das empresas públicas não se deu por conta dos altos encargos com o funcionalismo público, da ineficiência de seus serviços ou dos prejuízos de sua manutenção pelo Estado. Ao analisar esse processo empiricamente, a autora explana que o ponto central dessa crise está, na verdade, atrelado à mobilização das estatais na contração de empréstimos estrangeiros, sendo estas desgastadas delibera-



mente ao serem utilizadas como ferramenta de controle inflacionário (Almeida MP, 2014, p. 386).

Além das privatizações, outro elemento que costuma corporificar as experiências neoliberais é a ascensão das dinâmicas financeiras no seio das políticas estatais<sup>7</sup>. Como ressaltou Paul Sweezy (1994, p. 8), diferentemente das grandes crises anteriores (décadas de 1870 e 1930), as vicissitudes oriundas do choque do petróleo implicaram o fato de as atividades financeiras terem a sua rentabilidade intensificada principalmente por conta da estagnação. A superestrutura financeira emergiu, nesse período, de modo a firmar sua expansão em descompasso com a economia real, acarretando a inserção das grandes corporações nessa lógica, além de centralizar esse nexos acumulativo nos poderes político e econômico (Sweezy, 1994, pp. 8-9).

No Brasil, as atividades financeiras só auferiram precedência frente aos demais ramos da burguesia a partir do processo de neoliberalização dos anos de 1990. A consolidação do Plano Real teve papel central neste sentido. Sob a retórica de contenção inflacionária e estabilidade monetária, o Plano escamoteou o propósito de conceder às frações financeiras uma posição privilegiada em relação aos demais atores econômicos (Varaschin, 2018).

Assim como as privatizações<sup>8</sup> e a desestruturação das empresas estatais brasileiras não foram fenômenos exclusivos dos anos de 1990 – como exposto no início desta seção –, os próximos dois tópicos tentarão realçar outra dinâmica cara ao período neoliberal, mas que já tinha certa relevância durante o governo Geisel, qual seja, a relação entre classes dominantes e as finanças. Através dos casos do projeto de conglomerado e da dinâmica do setor automobilístico durante o regime, procurar-se-á realçar a conexão destes segmentos da burguesia com os ativos e títulos da dívida pública.

### **Os bancos e o projeto de conglomerado na ditadura**

Os banqueiros tiveram participação em ocasiões-chave na ditadura empresarial-militar, como o apoio e formulação do golpe em 1964, forte influência

<sup>7</sup> As privatizações no Brasil, inclusive, costumaram ter um caráter financeirizado, uma vez que as empresas submetidas a esse processo usualmente passaram a conformar grupos econômicos. Esse formato de empresa costuma caracterizar-se como Sociedades Anônimas, com capital aberto em bolsas de valores, conformando uma distinção entre controle e gestão da propriedade, que acirra a centralização de capitais e a exploração da força de trabalho. Sobre o neoliberalismo e as mudanças na estruturação das empresas, ver: Duménil; Lévy (2010).

<sup>8</sup> No período ditatorial, sobretudo durante o governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), empresas de ramos relevantes foram privatizadas. Amparado pelo Programa Nacional de Desburocratização (PND), foram desestatizadas empresas do ramo de papel e celulose (Rio Grande Cia. de Celulose do Sul, Florestal Rio Cell, indústria Brasileira de Papel – Indrapel), têxtil (Cia. América Fabril, Fábrica de Tecidos Dona Isabel, Fiação e Tecelagem Lutfala), siderurgia (Nitriflex SA, Cia. Bras. de Cimento Portland Perus), energético (Força e Luz Criciúma SA), dentre outras (Almeida MP, 2014).

na delimitação das políticas econômicas e suporte à Operação Bandeirantes<sup>9</sup> (Oban). Ao longo do regime, diversas medidas foram consolidadas de modo a garantir os interesses dessa fração da burguesia.

No governo Castelo Branco, o ministro da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões, organizou uma comissão composta por banqueiros e diversos membros do IPES para elaborar a nova proposta de reforma bancária. Em um contexto de cassação de mandatos na Câmara e fortalecimento dos banqueiros por conta das intervenções nos sindicatos, a reforma foi aprovada em 31 de dezembro de 1964, após algumas alterações no Senado. O projeto transformou a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em Banco Central, instituiu o Conselho Monetário Nacional (CMN) como órgão normativo de cúpula do sistema e controlou a participação estrangeira nos bancos (Minella, 2018, pp. 105-106).

Nesse período, os bancos comerciais eram tidos como ineficazes, sobretudo pelo fato de terem aberto muitas agências no período anterior, o que acarretou alto nível de ineficiência devido aos elevados custos operacionais. Esses elementos marginalizaram os bancos comerciais da estratégia do Plano de Ação Governamental do Governo (PAEG). No entanto, o setor começou a ter papel mais estratégico a partir da inflexão econômica capitaneada por Delfim Netto (Macarini, 2007, pp. 346-347).

Após o programa de estabilização do governo Castelo Branco e a intensa inserção de capital estrangeiro no país, os governos subsequentes passaram a priorizar a empresa de origem nacional. Delfim Netto, que assumiu a pasta da Fazenda de 1967 a 1974, teve papel central na delimitação do projeto econômico durante os governos Costa e Silva e Emílio Médici. O então ministro tinha estreitos laços com o empresariado industrial, sobretudo o de origem paulista, sendo o organizador dos interesses dessa fração de classe, como realça Ary Minella (2018). Por outro lado, Delfim teve uma relação um tanto quanto conturbada com o sistema financeiro, pelo menos nos primeiros anos de sua gestão (Minella, 2018, pp. 115-120).

Considerando as altas taxas de juros como entrave à política de estímulo aos segmentos industriais, o governo tentou, sem sucesso, convencer os banqueiros a aceitarem a redução da taxa. Entre 1967 e 1969, houve medidas efetivas de redução dos juros por parte do Banco Central, tendo como primeira ação a Resolução 79, o que, evidentemente, desagradou o sistema financeiro. Nesse tocante, as divergências entre os banqueiros e o governo foram abrandadas a partir de 1970. O Banco Central rebaixava os juros para ampliar o crédito e, por outro

<sup>9</sup> Como realça o relatório da Comissão Nacional da Verdade, elaborado por Demian Melo (2014), em um banquete organizado pelo então ministro Delfim Netto, no Clube São Paulo, cada um dos banqueiros presentes doou um montante de US\$ 110 mil para incrementar o caixa da Oban. Dentre os banqueiros presentes, podem-se destacar Amador Aguiar (Bradesco) e Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo) (Melo, 2014).

lado, estabelecia uma série de concessões aos banqueiros, como, por exemplo, a redução do depósito compulsório de 27% para 25%, utilização deste depósito para participação em pequenas e médias empresas etc. (Minella, 2018, pp. 117-118).

O período ditatorial foi também demarcado pela intensificação do processo de centralização-concentração<sup>10</sup> bancária. Ary Minella (2018) ressalta que havia, em 1960, 358 bancos, sendo 350 nacionais (estatais e privados) e oito estrangeiros. Já em 1980, eram 94 bancos nacionais e os estrangeiros ampliaram para 17. Esse caráter do regime teve o período de maior acirramento entre os anos de 1967 a 1973, sendo os bancos privados de origem local os que mais se reduziram. É válido ressaltar que esse processo contou com forte auxílio do Estado, que instituiu políticas de favorecimento e concedia estímulos fiscais às fusões e às incorporações. Uma medida relevante em relação a essa temática foi o impedimento da instalação de novas agências bancárias por parte do Banco Central, em março de 1970, que implicou o aumento da centralização-concentração do setor (Minella, 2018, pp. 120-124).

O caráter concentrado e centralizado do sistema bancário pós-1967 desencadeou um movimento de crescente expansão tentacular do capital bancário, mas apenas para áreas correlatas. O setor em que o capital bancário se expandiu mais rapidamente foi o crédito direto ao consumidor, reservado às financeiras. A retomada do crescimento e ampliação na produção de bens de consumo duráveis, sobretudo automóveis, intensificou as atividades dos bancos comerciais para essa área, de crédito direto ao consumidor (CDC) (Macarini, 2007, pp. 355-357).

Entretanto, para além desse espraiamento das atividades bancárias para setores correlatos, José Macarini (2007, p. 361) expõe um projeto deliberado, e pouco estudado, de instituição de políticas e estímulos com o intuito de fomentar a participação dos bancos privados em atividades produtivas, ou seja, consolidar conglomerados. Foram diversos os esforços para garantir esse intento. Delfim Netto, assim como o presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, e o ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, proferiram declarações, em suas diversas reuniões com os banqueiros, a fim de fomentar o projeto de conglomerado, sendo este encabeçado pelos bancos privados (Macarini, 2007, pp. 361-362).

Afora os esforços discursivos, diversos dispositivos de incentivo aos conglomerados foram postos em voga. Pode-se destacar a Resolução 178, de março de 1971, que autorizou os bancos de investimento a aumentarem suas aplicações em bens de ativo fixo. Ou a Resolução 184, de maio de 1971, que estabeleceu

<sup>10</sup> Em linhas gerais, pela chave marxista, concentração de capitais consiste em um processo natural da acumulação, permeado pela elevação da escala de produção em que o capital se realiza. Já a *centralização* se refere à alteração da distribuição dos capitais existentes, em um processo em que um capital expropria o outro, transformando muitos capitais pequenos em poucos grandes (Braverman, 1987, p. 210).

diversos dispositivos, como a redução de 0,5% do depósito compulsório com obrigatoriedade de alocar o excedente em ações; a manutenção da aplicação desses títulos por, pelo menos, dois anos; dentre outras diretivas (Macarini, 2007, pp. 364-366).

Os agentes de maior dimensão do setor bancário, no entanto, não acata-ram o projeto governamental de criação de conglomerados. Destaca-se a fala de Ruy de Castro Magalhães, do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais:

Eu talvez não compreendesse que o conglomerado bancário se compusesse também de empresas industriais. O conglomerado pode existir, mas em termos de especialização financeira [...]. Eventualmente a gente recebe ações que significam o controle de uma indústria, mas não para conservá-las. É risco que banco nenhum pode correr (*apud* Macarini, 2007, p. 367).

José Macarini (2007) evidencia duas hipóteses que ele considera pertinentes para a compreensão da não aderência dos banqueiros ao projeto de conglomerado. A primeira delas está atrelada à Resolução 63, que permitiu que os bancos públicos absorvessem empréstimos no exterior para repassar aos tomadores nacionais. Na perspectiva do autor, essas operações tinham considerável taxa de rentabilidade para os bancos privados e eram mais seguras do que o risco de se investir no plano industrial.

A outra hipótese está vinculada ao incremento da dívida do Estado. Macarini (2007) realça que, a partir de 1973, a intensificação da inflação gerava considerável rentabilidade em curto prazo, através do “dinheiro financeiro”, sendo essas atividades mais vantajosas que os possíveis investimentos em conglomerados (Macarini, 2007, pp. 367-368). É válido ressaltar, ainda, que, durante a ditadura, o endividamento interno aumentou consideravelmente. Abarcando apenas o período de 1970 a 1973, o endividamento total passou de 9,8 bilhões para 33,4 bilhões (Minella, 2018, p. 124), o que certamente dinamizou a rentabilidade dos bancos.

Os aspectos aqui realçados evidenciam, portanto, a estreita relação do sistema bancário brasileiro com o regime ditatorial, bem como o respaldo de seus intentos através das políticas estatais, sendo a centralização e concentração de capitais uma das principais consequências para o segmento. Além disso, a tentativa governamental de consolidar conglomerados encabeçados pelos bancos comerciais privados não vingou. Um dos entraves principais a este último fator, como conjectura José Macarini (2007, p. 368), foi a alta rentabilidade que o segmento obtinha através dos rendimentos financeiros, que se valorizavam por conta da intensificação dos dispositivos de combate à inflação. A conformação estrutural que garante a reprodução do capital fictício de modo a arrefecer a eco-

nomia real, episódio tão marcante nos anos de 1990, já se manifestava de forma relativamente diligente no período ditatorial. A próxima seção estabelecerá uma breve análise sobre essa dinâmica financeira e o setor automobilístico durante o governo de Ernesto Geisel.

### **O setor automobilístico, as *finanças* e o governo de Ernesto Geisel**

Como ficou evidente na primeira parte do trabalho, a área de atuação dos setores empresariais na ditadura era delimitada conforme seu capital de origem. Em linhas gerais, o setor de insumos básicos ficava na alçada das empresas estatais, ao passo que a indústria de bens de capital estava sob responsabilidade do grande capital privado de origem local, ficando o segmento de bens de consumo duráveis sobre controle predominantemente estrangeiro.

Como aqui já exposto, os primeiros anos da ditadura foram demarcados pela proeminência do capital estrangeiro, estimulando um processo que concentrou a produção de automóveis em empresas oriundas dos países centrais. A deflagração do golpe de 1964 e a implementação do PAEG alocou esse ramo de produção para a alçada das multinacionais, encetando uma série de desnacionalizações e, até mesmo, desestatização, como foi o caso da Fábrica Nacional de Motores<sup>11</sup> (FNM), vendida para a italiana Alfa Romeo (Almeida MWZ, 2014, p. 306).

Na década de 1970, após o processo de aquisições e desnacionalizações, a produção do setor ficou concentrada em um pequeno número de montadoras<sup>12</sup>. A emergência do bloco capitaneado pela indústria de bens de produção, de origem local, a partir do governo Ernesto Geisel, marginalizou o segmento automobilístico do cerne dos investimentos e da formulação das políticas estatais.

Essa exclusão do setor automotivo das políticas de desenvolvimento do período fica evidente ao analisar-se a participação desse segmento na porcentagem de projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Considerando a totalidade de investimentos do Conselho aprovados entre 1973 e 1977, o setor de bens de capital teve um aumento de 5% para 18% de representação nesses proventos, ao passo que o segmento de insumos básicos passou de 43,7% para 73,7%. A participação da indústria automobilística e dos bens de consumo teve queda de 30% e 20,8% para 5,5% e 2,6%, respectivamente (Lessa, 1988, p. 152).

Carlos Lessa (1988) realça, no entanto, que essa exclusão das indústrias de automóvel do cerne das políticas de desenvolvimento não representou um abalo

<sup>11</sup> A Fábrica Nacional de Motores (FNM) foi uma estatal criada para fornecer motores para aviões na Segunda Guerra Mundial e tornou-se uma grande produtora de caminhões pesados a partir de 1945. Antes de sua privatização, nos anos de 1960, a empresa obtinha 90% dos seus componentes nacionalizados, um grande complexo industrial em Xerém (RJ) e fornecia peças de reposição para outras empresas, como a General Motors e a Willys (Almeida MWZ, 2014, p. 306).

<sup>12</sup> Ford, Volkswagen, Fiat e General Motors passaram a ser as maiores, dominando grande parte do mercado automobilístico brasileiro.

na rentabilidade de seus negócios. De forma diversa e aparentemente paradoxal, as atividades do setor e sua marginalização acarretaram consequências positivas para o ramo (Lessa, 1988, pp. 153-154).

Esse fenômeno se deu pois, de 1968 até 1973, houve intenso fomento à indústria de consumo de bens duráveis, logo, esse setor do empresariado já possuía amplas margens de capacidade disponível em relação aos demais níveis de produção à época. Além disso, a barreira à entrada de possíveis competidores efetuada pelo II PND garantiu a manutenção dos proventos dos oligopólios do ramo automotivo brasileiro (Lessa, 1988, p. 153).

De fato, a indústria automotiva estava longe de estagnar. Entre 1974 e 1979, o setor elevou sua produção de 905.920 para 1.127.966 unidades. No mesmo período, seu faturamento partiu de US\$ 9.730 milhões para US\$ 10.920 milhões (Luedemann, 2003, p. 316).

É pertinente destacar, ainda, que, em resposta ao primeiro choque do petróleo, o governo decidiu instituir o Proálcool, a fim de diminuir o déficit na balança comercial. Em 1979, a assinatura do protocolo de intenções das montadoras com o governo para produzir veículos movidos a álcool, concomitante ao subsídio a esse combustível, aumentou a demanda por automóveis, o que conformou uma importante medida governamental de incentivo a esse segmento (Luedemann, 2003, p. 116).

Com tamanha rentabilidade, havia grandes impeditivos estatais para que as empresas automotivas realocassem tais proventos, uma vez que o II PND obstava as empresas estrangeiras de atuar nas áreas tidas como preferenciais (insumos básicos e indústria de base). Esses excedentes também não iam para o exterior e nem eram direcionados a outras áreas não prioritárias (Lessa, 1988, pp. 156-157).

Ao estabelecer análise mais acurada, o autor percebeu que parcela relevante dos lucros auferidos pelos setores não prioritários, como o setor automotivo, era direcionada na compra de ativos financeiros, como títulos de crédito, aplicações no *open market* etc. A remuneração era tão alta como em poucos lugares, uma vez que as taxas de juros se mantinham sempre acima da média internacional, com o intuito de atrair os tomadores no mercado estrangeiro e refinar a dívida externa. Ao analisar 49 balanços de grandes empresas, sendo 31 de origem estrangeira e 8 nacionais, o autor verificou que apenas 10 tiveram lucro operacional superior aos lucros não operacionais (Lessa, 1980, pp. 157-158).

Esse *locus* de acumulação, que se tornou preferencial para muitos segmentos juridicamente atrelados ao setor de serviço ou de produção nas últimas três décadas<sup>13</sup>, já tinha relevância no período da ditadura. O que torna esse processo

<sup>13</sup> Caso emblemático nesse sentido foram as organizações Globo, que só não obtiveram déficit em seu balanço contábil em 2017 e 2018 devido às suas aplicações financeiras (Castro, 2019). Pode-se ressaltar também o grupo Votorantim, que em 2018 teve maior resultado líquido com seu banco (R\$ 582,2 milhões) do que com seus segmentos de cimento (R\$ -619,6 milhões) e siderurgia (R\$ 171,2 milhões), como elenca a lista das maiores empresas brasileiras (AS, 2018).

ainda mais intrigante é o fato de esse setor produtivo (bens de consumo duráveis), que esteve vinculado à dinâmica financeira já nos anos de 1970 – aparentemente de forma estrita –, ser justamente aquele de origem estrangeira. Extrapolando um pouco os limites prospectivos, não parece casual o fato de a crise da ditadura e a posterior ascensão do neoliberalismo no Brasil virem atreladas a uma forte retórica de abertura comercial, conjugada às altas remunerações dos rendimentos financeiros. Uma das raízes desse processo parece ser mais longínqua do que parece.

### Considerações finais

Através de um levantamento bibliográfico, este estudo visou realçar a relação do empresariado na ditadura com elementos que não eram proeminentes neste período, mas que viriam se tornar centrais a partir da liberalização dos anos de 1990. Nesse sentido, buscou-se analisar, na primeira seção, a mobilização da concepção de livre iniciativa em um dos episódios que demarcou o desgaste entre os industriais e o governo Geisel. Ademais, foi realçado, nos capítulos subsequentes, o peso das *finanças* no projeto de conglomerado levado a cabo pelo governo e na estratégia de acumulação da indústria automotiva durante o regime.

Em suma, buscou-se fornecer subsídios que auxiliem a preencher a hipótese de que o livre mercado e, sobretudo, as *finanças* – elementos caros ao período neoliberal –, já tinham certa relevância no desempenho do empresariado na época da ditadura. As dinâmicas financeiras, ainda que não sejam a causa única, contribuíram tanto para entravar o projeto de conglomerado, quanto para garantir a manutenção de parte da acumulação de um dos setores produtivos mais rentáveis da economia brasileira na ocasião<sup>14</sup>, a indústria automotiva.

O levantamento de tais argumentos, no entanto, não consiste em afirmar que a forma política ditatorial do período esteve atrelada a um sistema neoliberal escrupulosamente consolidado no país. De forma diversa, este estudo tende a concordar com as análises que concebem o interregno 1930-1980 como um composto econômico demarcado pelo modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI). Isto significa que o sistema de acumulação desse intervalo temporal, a despeito das idiosincrasias de suas fases distintas, foi demarcado por esforços estatais no intuito de internalizar a produção de bens manufaturados e arrefecer os déficits no balanço de pagamentos através do fortalecimento das indústrias atuantes no país (Saad-Filho; Morais, pp. 38-39). Essa configuração foi suplantada com a consolidação do neoliberalismo enquanto programa de governo, na década de 1990.

<sup>14</sup> O complexo automobilístico no começo da década de 1970 representava 10% do PIB brasileiro (Silva, 2014).

Por outro lado, os breves estudos de caso aqui dirigidos de forma ensaística podem fornecer subsídios para algumas características acerca da interpretação do período aqui abordado. Assim, acreditamos trazer aportes para o fortalecimento das seguintes assertivas: (i) o processo de neoliberalização não foi um fenômeno repentino que se instaurou no Brasil de forma súbita tão somente em resposta à crise da dívida dos anos de 1980; (ii) embora seja incontestável a função fundamental desempenhada pela mobilização das classes dominantes dos países centrais e dos organismos internacionais para disciplinar e coagir os países da periferia a aderirem ao receituário liberalizante, havia fatores de caráter endógeno que confluíram para a validação desse processo; (iii) por fim, os elementos formuladores do neoliberalismo não foram eminentemente antitéticos às formas políticas autoritárias do país.

A corroboração das hipóteses aqui aventadas ainda carece de rigor analítico mais acurado, de forma a analisar mais detidamente as relações entre o Estado, as classes dominantes, os fatores específicos que caracterizaram o neoliberalismo no país e na região, a situação econômica e política à época etc., incompatíveis com o formato e proposta desse texto. Porém, as contribuições aqui empenhadas buscaram evidenciar mais um dos diversos pontos que revelam a relação orgânica entre empresariado, Estado e ditadura, na tentativa de trazer um caráter processual e uma breve contribuição para uma leitura de longo prazo do neoliberalismo no Brasil.

### Referências

- ALMEIDA, Michel W. Z. “Indústria automobilística e poder: uma breve análise dos casos FNM e IBAP”, *Revista Acervo*. v. 27, n.1, jan-jun. 2014.
- ALMEIDA, Monica Piccolo. “A reestruturação do setor público brasileiro rumo às privatizações dos anos de 1990”, *Revista Anos 90*. v. 21, n. 39, 2014, pp. 363-397.
- AS 1000 maiores empresas de 2018. *Valor*, São Paulo: 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/valor1000/2018>>. Acesso em 26/06/2020.
- BANDEIRA, Moniz. *Carteis e desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- BIANCHI, Álvaro. *O Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Unicamp, 2004.
- BORTONE, Elaine. *O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura civil-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica*. Tese de doutorado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.
- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Abdib e a política industrial do governo Geisel (1974-1979)*. Texto de discussão apresentado ao Polis. Niterói: UFF, 2007.



- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)*. Tese de doutorado em História Social. Niterói: UFF, 2013.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. “Empresariado e ditadura no Brasil: o estado atual da questão e o caso dos empreiteiros de obras públicas”, *Revista Transversos*. n. 12, 2018, pp. 335-358.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CASTRO, Daniel. *Globo gasta R\$ 8,3 bilhões para fazer TV, mas ganha dinheiro é com juros*. Disponível em: <<http://twixar.me/N0Lm>>. Acesso em 23/06/2020.
- CODATO, Adriano. *Estrutura política e interesse de classe: uma análise do sistema estatal pós-64 – o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Campinas: Unicamp, 1995.
- CODATO, Adriano. *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- CHESNAIS, François. “A proeminência da finança no seio do ‘capital em geral’, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital”. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- CRUZ, Sebastião Velasco e. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas/São Paulo: EdUnicamp/Fapesp, 1995.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e. “Estado e Planejamento no Brasil: 1974/1976”. In: CRUZ, Sebastião C. Velasco e. *O presente como história: economia e política no Brasil pós-64*. Campinas: Unicamp, 1997.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. “A finança capitalista: relações de produção e relações de classe”. In: BRUNHOFF, Suzanne de et al. *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso*. Brasília: FUNCEP, 1988.
- LUEDEMANN, Marta da Silveira. *Transformações na indústria brasileira mundial: o caso do complexo automotivo no Brasil – 1990-2002*. Tese de doutorado em Geografia Humana. São Paulo: USP, 2003.

- MACARINI, José Pedro. “A política bancária do regime militar: o projeto de conglomerado (1967-1973)”, *Economia e Sociedade* (Unicamp). v. 16, 2007, pp. 343-369.
- MELO, Demian Bezerra de. “Civis que colaboraram com a ditadura”. In: BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Vol. II. Brasília: CNV, 2014.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”, *Marx e o Marxismo*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jan-jul. 2014.
- MINELLA, Ary Cesar. “Bancos e banqueiros durante os ‘anos de chumbo’”. In: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; MARTINS, Monica de Souza Nunes. *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
- RAMÍREZ, Hernán. “Neoliberalismo e (neo)autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do Cone Sul da América Latina”. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa. *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador*. Sobral: Sertão Cult, 2020.
- REGINATTO, Ana Carolina. *A ditadura empresarial-militar e as mineradoras: as relações entre os grandes grupos econômicos da mineração e o regime ditatorial brasileiro (1964-1988)*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.
- SILVA, Flávia. “Breves notas sobre o processo de internacionalização da Petrobrás (1971-1979)”. In: *Anais do Congresso da ABPHE*. Niterói: UFF, 2014.
- SILVA, Mariene Valadares da. “Políticas industriais e interesses empresariais: o II PND (1974-1979)”. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de empresas*. Caxambu: Unincor, 2003.
- SAAD-FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SWEEZY, P. “The triumph of financial capital”, *Monthly Review*. v. 46, n. 2, jun. 1994.
- VARASCHIN, Jorge A. “A. ideologia em estado puro: juros e inflação para além da aparência neoclássica”, *Revista de Economia Política*. v. 38, n. 1, jan-mar. 2018.

Recebido em 24 de agosto de 2020  
Aprovado em 11 de novembro de 2020

# O governo Temer e o avanço autoritário das contrarreformas no campo educacional

*Government Temer and the authoritarian advancement of counter-reformation on the educational field*

Gabriela de Oliveira Delgado\*

Giovane do Nascimento\*\*

Renata Maldonado da Silva\*\*\*

## Resumo

O presente trabalho aborda as políticas propostas pelo governo Michel Temer (entre 12 de maio de 2016 a 1º de janeiro de 2019) com impacto direto no campo educacional, quais sejam a Emenda Constitucional nº 95 e a Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415, ambas de 2017. Apesar da resistência de estudantes, trabalhadores e pesquisadores da educação, ambas as medidas foram sancionadas e estão vigentes. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar as políticas propostas pelo Executivo nacional, durante o governo Michel Temer, que tiveram profundo impacto no setor educacional. Observa-se que tais medidas representam uma radicalização da perspectiva neoliberal por meio da materialização de contrarreformas ou reformas que visam acentuar a retirada de direitos da classe trabalhadora. A metodologia utilizada inclui pesquisa bibliográfica e análise documental. **Palavras-chave:** Política educacional; contrarreforma; neoliberalismo.

## Abstract

*This paper addresses policies proposed by the Michel Temer government (from May 12<sup>th</sup>, 2016 to January 1<sup>st</sup>, 2019) that have a direct impact on the educational field, namely Constitutional Amendment No. 95 and High School Reform, Law No. 13.415, 2017. Despite resistance from students, workers and educational researchers, both measures have been sanctioned and are in force. Therefore, the purpose of this article is to analyze the policies proposed by the national Executive during the Michel Temer administration that had a profound impact on the educational sector. Such measures represent a radicalization of the neoliberal perspective through the materialization of reforms and counter-reforms that intentionally removed working class rights. The methodology used includes bibliographic research and document analysis.*

**Keywords:** Educational politics; counter-reforms; neoliberalism.

---

\* Doutora em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF.

\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense – PPGPS/UENF.

\*\*\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense – PPGPS/UENF.

## Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas educacionais realizadas pelo governo Michel Temer (entre 12 de maio de 2016 e 1º de janeiro de 2019), após o golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma Rousseff durante seu segundo mandato, em 2016. Com impacto direto no campo educacional, as primeiras medidas tomadas por Temer foram a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241 – conhecida como “PEC do Fim do Mundo”, pois limitou os investimentos públicos em políticas sociais pelo período de vinte anos – e a Reforma do Ensino Médio – que alterou, principalmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9394/1996 e o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei nº 11494/2007<sup>1</sup>.

Essas medidas foram imediatamente propostas no contexto após o golpe, que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff, e caracterizaram-se pela utilização de recursos jurídicos excepcionais (como é o caso da Medida Provisória, que reformou o Ensino Médio), desconsiderando o diálogo com amplos setores da sociedade e, principalmente, com o campo educacional. Nesse contexto, as medidas implementadas geraram imediata insatisfação por parte da sociedade civil e, ainda, fortes resistências das associações educacionais, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), dentre outras. Foram inúmeras as manifestações por meio de moções de repúdio, atos, passeatas, greves e ocupações a fim de evitar a aprovação de tais políticas, posicionando-se contra o autoritarismo do “novo” governo, instaurado sem legitimidade social.

Apesar da resistência de estudantes, trabalhadores e pesquisadores da educação, ambas as medidas foram sancionadas e estão vigentes. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar as políticas propostas pelo Poder Executivo nacional durante o governo Michel Temer e que tiveram um profundo impacto no setor educacional. A metodologia utilizada inclui pesquisa bibliográfica e análise documental.

A primeira parte deste artigo aborda o contexto em que o neoliberalismo surge e torna-se hegemônico no mundo – em particular no Brasil. As partes seguintes tratam respectivamente da política educacional nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e no governo Temer. Por fim, são elaboradas algumas considerações finais.

<sup>1</sup> Outra proposta de alteração legal em discussão nesse contexto era encampada pelo movimento Escola Sem Partido, organizado por grupos religiosos e ultraconservadores. Neste artigo, são tratadas apenas as alterações propostas pelo executivo nacional. Sobre o Escola sem Partido ver: COLOMBO (2018).

## **O neoliberalismo, a contrarreforma na educação e o esvaziamento de direitos fundamentais**

O pensamento neoliberal emergiu como a solução para o apaziguamento das contradições sociais em decorrência da crise mundial do capitalismo na década de 1970, na qual, segundo Anderson (1995, p. 10), “[...] todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação”. É importante notar que, até então, o modelo econômico hegemônico, desde o pós-guerra, era o keynesiano<sup>2</sup>.

Hayek e seus companheiros ideólogos do neoliberalismo afirmavam que as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário. Eles teriam corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua coação parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (Anderson, 1995, p. 10).

De acordo com Anderson (1995), a solução proposta pelos neoliberais, a partir de então, deveria envolver, um Estado parco, em termos de garantias sociais e forte na capacidade de controle do dinheiro (estabilidade monetária), e o enfraquecimento do poder das organizações de trabalhadores, notadamente dos sindicatos.

Segundo Harvey (2014), a teoria neoliberal tem seu discurso fundamentado em dois pilares: na dignidade humana e na liberdade individual, que seriam os valores centrais da civilização. Para o autor, os defensores das políticas neoliberais identificam, como antagônicos a esses valores, não apenas as ditaduras, o fascismo ou o comunismo, mas qualquer forma de intervenção do Estado que substitua a livre decisão dos indivíduos ou do coletivo. “O pressuposto de que as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado é um elemento vital do pensamento liberal” (Harvey, 2014, p. 17).

O apelo discursivo a tais valores e ideias tornou a teoria neoliberal atraente e capaz de produzir consensos em torno de si. Para Anderson, após 1980, o neoliberalismo se configurou como uma ideologia hegemônica no campo político econômico.

“No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podiam rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia

<sup>2</sup> A proposta keynesiana, hegemônica no capitalismo ocidental entre as décadas de 1930 e 1960, consistia na intervenção do Estado que, através da garantia de direitos sociais e do pleno emprego, amplia o mercado consumidor, sanando o problema relacionado à demanda.

começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países do capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais” (Anderson, 1995, p. 14).

O neoliberalismo propõe que as dinâmicas de mercado sejam as mais adequadas para gerir não apenas as políticas econômicas, mas todos os campos da vida humana. Para além de uma teoria sobre práticas políticas, o neoliberalismo defende uma nova ética, pautada nos valores anteriormente citados. O Estado, na teoria neoliberal, passa a ter, como função, a garantia das liberdades individuais e, principalmente, da propriedade privada.

As implicações imediatas da hegemonia do pensamento neoliberal foram o desmonte das políticas de Estado implementadas durante o período keynesiano, principalmente as políticas sociais a cargo do setor privado. A solução proposta para a crise incluía uma série de medidas de ajuste econômico, tais como: desregulamentação da economia, atração de capital estrangeiro, disciplina fiscal, privatização de empresas estatais, esvaziamento do Estado enquanto promotor de inúmeras garantias sociais, entre outras.

A política keynesiana é aqui entendida como um mecanismo de revolução passiva que, além de estabilizar a crise de demanda da produção capitalista, favorece uma perspectiva conciliatória ao fazer concessões à classe trabalhadora em uma conjuntura polarizada sob a constante “ameaça” de uma revolução proletária. O conceito de revolução passiva é utilizado por Gramsci para indicar modificações na estrutura legislativa estatal, que implicassem uma maior socialização dos processos produtivos, porém, sob o controle dos setores burgueses.

“[...] ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro” (2006, p. 299).

Segundo Coutinho (2012, p. 119), a revolução passiva pode ser entendida como um “reformismo pelo alto”, no qual se combinam elementos de renovação e de restauração, de modo que seja mantida a estrutura que permite a apropriação individual da produção coletiva.

Ao contrário de uma revolução popular, “jacobina”, realizada a partir de baixo – e que, por isso, rompe radicalmente com a velha ordem política e social –,

uma revolução passiva implica sempre na presença de dois momentos: o da “Restauração” – trata-se sempre de uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente de baixo – e da “Renovação” – no qual algumas das demandas populares são satisfeitas “pelo alto”, através de “concessões” das camadas dominantes (Coutinho, 2012, p. 118).

As políticas de cunho neoliberal, em outra perspectiva, podem ser entendidas como contrarreformas, pois o seu propósito é retirar direitos conquistados pelos trabalhadores em uma fase conciliatória e o que implica, em última instância, na radicalização dos interesses do mercado e no esvaziamento do Estado no que se refere às garantias sociais<sup>3</sup>.

Sobre as políticas sociais de forma geral, nas quais se inclui a educação, os autores que defendem a ótica neoliberal afirmam que essas políticas são verdadeiros entraves ao livre mercado e ao crescimento econômico. Funcionam de maneira a realizar uma redistribuição de renda através de impostos que geram aumentos nos custos de produção.

“O papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade” (Peroni, 2006, p. 14).

No campo educacional, ocorreu a descentralização dos mecanismos de financiamento e de gestão do sistema e a manutenção da centralização do controle pedagógico (Gentili, 1998). Para Frigotto (1995), o que os liberais chamam de “descentralização” representa um movimento antidemocrático de transferir, para instâncias locais – como estados e municípios, ou mesmo empresas e a “comunidade” –, a responsabilidade pela manutenção da educação básica. Estabelece-se, na prática, a continuidade da centralização política e normativa aliada a uma desconcentração executiva e financeira, o que se atrelaria à responsabilização da sociedade civil na resolução das demandas sociais.

No Brasil, a perspectiva neoliberal torna-se hegemônica no final da década de 1980, consolidada por meio de políticas implementadas na década de 1990, principalmente durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que criou o Ministério da Reforma do Estado (MARE). A política neoliberal é mantida,

<sup>3</sup> É importante ressaltar que a hegemonia do pensamento neoliberal se amplia de forma concomitante com a crise mundial das experiências do chamado “socialismo real”.

por meio do “social-liberalismo”<sup>4</sup>, durante todos os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Posteriormente, o governo Temer representou a intenção e a consolidação de radicalização da perspectiva neoliberal pelas diferentes frações de classe que compunham o poder hegemônico.

### **A política educacional no governo Fernando Henrique Cardoso**

Iniciadas no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), as ações políticas relacionadas à reforma do Estado no Brasil continuaram no governo Itamar Franco (1992-1994), mas se moldaram definitivamente no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Este último, entre 1995 e 1998, era filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e buscou “reorganizar” o modelo brasileiro por meio do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), sob a liderança do ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Para FHC (1998), o mercado existe enquanto “uma realidade inescapável” que age “sob o imperativo da eficiência capitalista”. Assim, não seria possível relacionar, ao mercado, a garantia de expectativas, tais como a redistribuição de riquezas e o bem-estar social. Nas palavras do ex-presidente, essas garantias requerem “ação pública”. No entendimento dos reformadores do Estado, é importante a distinção entre ação pública e ação estatal, já que um aspecto importante da reforma é o de separar a regulação e a execução de políticas, desobrigando o Estado do processo de operacionalização, repassado para as organizações sociais.

Bresser-Pereira (1998) afirma que a reforma do Estado envolve quatro problemas que se inter-relacionam: a delimitação do tamanho do Estado; a redefinição do papel regulador do Estado; a recuperação da governança (entendida como capacidade por parte do governo de implementar decisões) e o aumento da governabilidade (ou legitimidade por parte do governo e sua capacidade para governar). O autor afirma, que, entre os objetivos da reforma, mesmo prevendo a redução do papel do Estado, busca-se por seu fortalecimento.

As ações executadas na busca de resolução dos problemas apresentados envolveram processos de privatização, publicização e terceirização. A delimitação das funções do Estado tem o intuito de demarcar sua área de abrangência e estabelecer suas novas funções. Sob a ótica neoliberal, o Estado aumentou muito suas despesas e receitas, então era necessário reformular esse quadro. A diminuição do grau de interferência do Estado, fundamentada na denominada “desregulamentação”, tem o papel de abrir o país para a competição internacional, não organizando mecanismos de proteção da economia nacional – pelo contrário: expandindo-a ao mercado externo.

<sup>4</sup> Social-liberalismo é o conceito aplicado para compreender um tipo específico de políticas que seguem a agenda neoliberal e que mantém intervenções focalizadas da questão social. Neste sentido, como sublinha Castelo (2012), o governo Lula seria o caso mais emblemático de social-liberalismo. Ver: Castelo (2012).



No campo educacional, como definiram Frigotto e Ciavatta (2003, p. 93), ocorreu uma “subordinação ativa e consentida à lógica do mercado”, implicando em retrocessos tanto no campo organizativo quanto pedagógico. Tal conclusão está relacionada à influência de organismos internacionais, ligados às grandes corporações e países do capitalismo central, promotores das reformas neoliberais em países periféricos, que definiram os rumos da política educacional nacional no período.

Por meio de relatórios, eventos internacionais, assessorias técnicas, organismos internacionais, tais como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – ligadas às Nações Unidas – e até mesmo o Banco Mundial, influenciaram ativamente as políticas educacionais na década de 1990. Em um desses relatórios, produzido pelo Banco Mundial em 1995 e denominado *Prioridades y estrategias para la educación*, estão, em linhas gerais, as políticas posteriormente implementadas pelo governo FHC, no que tange às políticas educacionais.

“Reitera os objetivos de eliminar o analfabetismo, aumentar a eficácia do ensino, melhorar o atendimento escolar e recomenda “a reforma do financiamento e da administração da educação, começando pela redefinição da função do governo e pela busca de novas fontes de recursos”, o estreitamento de laços da educação profissional com o setor produtivo e entre os setores público e privado na oferta de educação, a atenção aos resultados, a avaliação da aprendizagem, a descentralização da administração das políticas sociais” (Frigotto; Ciavatta, 2003, p. 99).

Sob esse contexto, em 1996, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, com o objetivo de regulamentar a educação nacional. A necessidade de promulgar uma nova LDB ocorreu desde a efetivação da Constituição Federal em 1988, mas sua tramitação<sup>5</sup> foi lenta e marcada por disputas e polêmicas. De um lado, havia os representantes dos movimentos de educadores – sociedade civil organizada ligada às classes subalternas – e, do outro, membros do governo que seguiam as orientações previstas nos relatórios de organismos internacionais com cunho ideológico neoliberal (Silva, 1998).

Neste sentido, o texto finalmente aprovado em 1996 representou, por meio de suas omissões, um dos mecanismos legais para neutralizar os avanços alcançados na redação da Constituição Nacional de 1988. Para Silva (1998), as brechas

<sup>5</sup> Sobre o processo de tramitação da Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394 de 1996, ver: Brzezinski, I. *LDB Interpretada: Diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 2000.

deixadas pelo texto aprovado na Lei, que deveria regulamentar a educação no país, possibilitaram que a orientação neoliberal se consolidasse por meio de mecanismos posteriormente utilizados, impondo, de forma sistemática, a orientação de “retração do Estado em relação aos seus deveres com a educação” (Silva, 1998, p. 30).

Para Frigotto e Ciavatta (2003), a LDB sancionada é minimalista e atende aos interesses relativos à descentralização, desregulamentação e privatização, ligados ao neoliberalismo.

“Poderíamos dizer, sem exagero, que a nova LDB é uma espécie de ex-post cujo formato, método de construção e conteúdo se constituem em facilitador para medidas previamente decididas e que seriam, de qualquer forma, impostas” (Frigotto; Ciavatta, 2003, p. 110).

Segundo Oliveira (2009), o governo FHC inaugurou uma mudança significativa com relação à abordagem sobre as políticas sociais. Enquanto, na Constituição Federal de 1988, são propostas de maneira universalista, a partir da década de 1990, tornam-se focalizadas aos mais necessitados. No que tange à educação, a priorização do Ensino Fundamental, incluindo o financiamento via fundo<sup>6</sup> específico, é um demonstrativo disso.

“Muitas reformas ocorridas no período FHC foram na contramão dos direitos e garantias conquistados na Constituição Federal de 1988. Como exemplo, a priorização do ensino fundamental na política de financiamento, via a instituição do FUNDEF, pela emenda à Constituição n. 14/06 e lei n. 9424/96. [...] Essa alteração constitucional marca a mudança de foco nas políticas educacionais coerentemente com o que ocorria no campo das políticas sociais. A partir de então, a vocação universal na condução de tais políticas afirmada na Constituição Federal de 1988 passa a ser substituída pela noção de priorização aos mais necessitados, a públicos-alvo específicos” (Oliveira, 2009, p. 199).

Em coerência com as demandas da reforma do Estado em curso, ocorreu a ampliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)<sup>7</sup> que, em 1995, segundo Bonamino (2016), passa por um momento de inflexão ao considerar “itens sobre aspectos socioeconômicos e culturais dos alunos”. A partir de 1996, foram incluídos, além da educação básica, exames aplicados aos egressos da educação superior.

<sup>6</sup> A Lei nº. 424, de 24 de dezembro, de 1996 cria o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF).

<sup>7</sup> O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi criado em 1990 por iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

“A descentralização administrativa, financeira e pedagógica foi a grande marca dessas reformas, resultando em significativo repasse de responsabilidades para o nível local, por meio da transferência de ações e processos de implementação, atribuindo grande relevância à gestão escolar. [...] A gestão escolar passa a ocupar o foco das reformas educativas nesse período, naturalizando determinada forma de organizar e gerir a educação pública, forma esta em que o Estado passa a ocupar cada vez menos o papel de principal responsável” (Oliveira, 2009, p. 201).

O discurso “gerencialista” ganhou grande relevância nas políticas educacionais, que passaram a assumir a perspectiva da Qualidade Total<sup>8</sup>, com o intuito de racionalizar os recursos e, ao mesmo tempo, aumentar a sua chamada “eficiência”, em uma perspectiva focalizada. Nesse sentido, a política de avaliação colaborou nas decisões de alocação dos recursos:

“Assim, as reformas realizadas no Brasil durante o governo de FHC, que teve no decorrer de seus dois mandatos um só ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, determinaram novas formas de financiamento, gestão e avaliação da educação básica, conformando uma nova regulação assentada na descentralização e maior flexibilidade e autonomia local, acompanhando tendência verificada em âmbito internacional” (Oliveira, 2009, p. 202).

A partir das principais características das políticas educacionais do governo FHC, na próxima seção, serão abordadas algumas das principais diretrizes das políticas educacionais dos mandatos do PT, com Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

### **A política educacional nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT)**

A partir dos anos 2000, ascendeu, ao poder, um novo bloco composto pela burguesia nacional e pelos setores populares, como o operariado urbano, o camponato e os setores pauperizados. A principal diferença desse bloco, se comparado aos governos da década de 1990, é o fato de propor, dentro do espectro do neoliberalismo, intervenções em políticas ligadas à questão social.

Representada no plano partidário, principalmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e liderada pela burguesia nacional à frente – que se autodenomina

<sup>8</sup> Ver: Gentili, P. A. A.; Silva, T. T. (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

como “neodesenvolvimentista” – é ampla, heterogênea e, até mesmo, contraditória, considerando a sua composição de classe. Os “neodesenvolvimentistas”, dentro do espectro do neoliberalismo, opõem-se ao grupo monetarista, representado, no plano partidário, principalmente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e composto pelo grande capital financeiro internacional, uma fração burguesa nacional alinhada à política financeira internacional, os latifundiários e, também, a alta classe média (Boito Junior; Berringer, 2013). O “neodesenvolvimentismo”, segundo Sampaio Júnior (2012), seria uma tentativa de aliar os aspectos “positivos” do desenvolvimentismo com os pontos considerados favoráveis do neoliberalismo.

O projeto “neodesenvolvimentista” tem, como características fundamentais: as políticas de transferência de renda e de recuperação do salário-mínimo; o financiamento das taxas de juro subsidiadas via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para grandes empresas nacionais; a política externa, que dá suporte a grandes empresas nacionais ou com sede no Brasil; e a política econômica, que visa aumentar a demanda em momentos de crise. Essa corrente defende a ideia de que, mediante essas iniciativas, ocorrerá uma expansão do mercado interno a fim de atenuar as desigualdades de renda.

No que se refere à educação, os autores Davies (2016) e Oliveira (2009) afirmam haver continuidades com relação ao governo Fernando Henrique Cardoso (FCH), porém com algumas rupturas importantes. Uma política relevante, mesmo não sendo diretamente no campo educacional, implementada já no primeiro mandato de Lula, foi o programa Bolsa Família<sup>9</sup>. Segundo Oliveira (2009), levantamentos, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de novembro de 2005, demonstraram que programas como Bolsa Família modificam “as condições de existência de seus beneficiados, melhorando sua renda e possibilitando o acesso a determinadas coberturas e serviços que, ainda que elementares, passam a significar um padrão de vida menos indigno” (Oliveira, 2009, p. 203).

Contudo, é importante pontuar que o programa Bolsa Família se articula à concepção neodesenvolvimentista de política social: “mediante políticas públicas que promovem o acesso da população aos serviços sociais privados de saúde e educação, bem como a transferência direta de renda para alavancar o consumo” (Pfeiffer, 2014, p. 755-756). Além disso, nessa mesma gestão, foi instaurado o programa Primeiro Emprego, vinculado à escola, de forma que, no período, a educação colaborou diretamente com as medidas de distribuição de renda (Oliveira, 2009).

<sup>9</sup> O Bolsa-Família representa uma reformulação e ampliação do programa Bolsa-Escola criado no governo Fernando Henrique Cardoso.

Dentro da perspectiva de estimular o “crescimento”, voltado especificamente para as políticas educacionais, o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado em 2007, coordenando 30 ações relacionadas a diferentes modalidades e níveis de ensino (Saviani, 2007). Dentre as ações presentes no PDE, algumas se sobressaem pelo impacto que tiveram na educação nacional. Dentre elas, está a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), substituindo e ampliando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado no governo FHC. Assim, o FUNDEB passa a contemplar toda a educação básica e o percentual de arrecadação para a composição do fundo é ampliada para estados e municípios. Desse modo, eleva-se, “de 15 para 20%, do montante de 25% da arrecadação de impostos obrigatoriamente destinados, por determinação constitucional, para a manutenção e desenvolvimento do ensino, assegurando-se a complementação da União” (Saviani, 2007, p. 1234).

Outra ação importante, presente no PDE, foi a meta de alcançar a nota 6,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) até 2022. O IDEB foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e representa a composição entre o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do instituto. O índice servirá como balizador para a distribuição financeira realizada por programas como o Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que prevê incentivos financeiros às escolas que atingirem as metas previstas no plano.

“A partir da análise dos indicadores do IDEB, o MEC ofereceu apoio técnico e financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte de recursos se deu a partir da adesão ao “Compromisso Todos pela Educação” e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). Segundo dados do MEC, em 2008, os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso. Assim, todos os municípios e estados do Brasil se comprometeram a atingir metas como a alfabetização de todas as crianças até, no máximo, oito anos de idade” (Oliveira, 2009, p. 205).

As medidas ressaltadas demonstram a manutenção das políticas de avaliação com o intuito de focalizar recursos e envolver a sociedade civil, imputando, a esta, grande parte das responsabilidades nos resultados das metas relacionadas à qualidade do ensino na educação básica. Portanto, apontam muitas permanências em relação à gestão anterior e, sobretudo, indica a manutenção do projeto de aproximação da educação pública aos preceitos do mercado.

No que se refere à educação superior, esta teve uma significativa expansão

durante o período em questão, tanto no setor público como no privado, por meio de políticas como o Financiamento Estudantil da Educação Superior (FIES)<sup>10</sup>, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O FIES, criado no governo FHC, passa por importantes reformulações durante os governos Lula e Dilma, ampliando sua abrangência para a pós-graduação *stricto sensu* e facilitando o abatimento do saldo devedor.

“Uma das mudanças significativas durante o governo Lula em relação aos agentes financiadores do FIES, foi a criação do FNDE, Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, que passou a ser o agente operador, também tratou da ampliação dos bancos financiadores como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Tais medidas estimularam as oportunidades de vagas a base dos financiamentos, o que provocou um aumento em matrículas e instituições de ensino superior privadas em todo país, já em crescimento desde o governo anterior” (Marques, 2018, p. 665).

O PROUNI e o REUNI foram programas criados pelos governos do PT com o intuito de ampliar as matrículas em instituições de Ensino Superior, tanto no setor público como privado. Para Saviani, no entanto, a expansão de matrículas no setor privado foi significativamente mais ampla.

“Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi no âmbito do Programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa “Universidade para todos”, o PROUNI, um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições” (2010, p. 14).

Entre as principais críticas aos programas, mesmo considerando o aumento de matrículas, está a desproporção da ampliação entre o setor público e privado, na qual o setor privado foi o prioritário. Essa é uma crítica importante, tanto do ponto de vista da formação dos estudantes – visto que, comprovadamente, as

<sup>10</sup> O FIES foi criado no governo FHC, sendo institucionalizado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

instituições públicas oferecem uma formação mais sólida – quanto da produção científica – pois “as universidades públicas são responsáveis por cerca de 90% da ciência produzida no Brasil” (Saviani, 2010, p. 15).

Durante os governos do PT, ocorreu, também, uma significativa expansão da rede federal de educação profissional, técnica e tecnológica que, inclusive, contribuiu para a diversificação das instituições de Ensino Superior, pois os institutos federais passaram a ofertar cursos de graduação e pós-graduação. Em 2005, foi lançado o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional<sup>11</sup>, que revoga a proibição da criação de novas unidades de ensino profissional federais, imposta pela Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, sancionada durante o governo Itamar Franco.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), a primeira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, iniciada em 2005, transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) Paraná em Unidade Tecnológica Federal do Paraná e criou 60 novas unidades. Em 2007, ocorreu a segunda fase do plano e, até 2014, foram criadas mais 362 unidades, totalizando 422 novas unidades entre 2003 e 2014. Foi uma expansão muito significativa se considerarmos que o total de unidades em 2014 era de 562 unidades.

Davies (2016) ressaltou o fato de que, apesar de haver muitas continuidades entre a política educacional do governo FHC e a dos governos do PT, existiram, também, algumas rupturas. Elas indicam um sentido progressista, como, por exemplo, as políticas de ação afirmativa. A ampliação do acesso ao Ensino Superior, mesmo mediante um forte viés privatista, e o crescimento da rede federal de ensino foram características dos governos PT na educação, como aponta Davies.

No que se refere à política fiscal, o autor aponta um crescimento dos recursos destinados à educação. Como ressaltava Saviani<sup>12</sup>, a vinculação orçamentária para a educação, presente na Constituição de 1988, nunca foi adequadamente cumprida no Brasil mas, segundo Davies, foi ampliada a partir do segundo mandato de Lula. Com relação a esse ponto, é relevante considerar as práticas correntes de desoneração tributária ou de renúncia fiscal que têm impacto direto na educação e em outras políticas públicas.

O projeto neodesenvolvimentista entra em uma severa crise a partir da eleição para o segundo mandato de Dilma Roussef, a partir dos efeitos da crise vivenciada pelo capitalismo em 2008. Diante de um grave quadro social, composto por inúmeras mobilizações contra o governo e a recomposição do bloco

<sup>11</sup> A Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, lança o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional.

<sup>12</sup> Em texto elaborado em 2009 como subsídio para a Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010.

hegemônico, que desejava aprofundar o projeto neoliberal e ampliar suas taxas de lucro, em 2014, a presidenta foi destituída do cargo por meio do processo de impeachment. A composição de classe da frente neodesenvolvimentista limitou a realização das contrarreformas (reforma trabalhista, previdenciária, fiscal) entendidas como necessárias pela burguesia nacional e pelas frações de classe articuladas ao capital internacional, a partir do cenário de crise econômica. Nesse cenário, a heterogeneidade do bloco que sustentava o modelo se desagrega, diante das contradições vigentes.

Segundo Boito Júnior (2018), diante do contexto de crise, entre os anos de 2014 e 2015, ocorrem dois processos concomitantes que vão colaborar com o impeachment no ano seguinte: o fortalecimento do campo neoliberal ortodoxo e o aumento das contradições internas da frente neodesenvolvimentista e sua consequente desagregação.

“A crise política atual é a crise do governo neodesenvolvimentista de Dilma Roussef. Exacerbaram-se contradições já presentes no processo político brasileiro, surgiram contradições novas e consolidou-se uma força política organizada com capacidade de depor o governo. Ela foi provocada, fundamentalmente, pela forte ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo que pretende iniciar uma nova onda de reformas neoliberais no Brasil” (Boito Júnior, 2018, p. 211).

Dessa forma, após o colapso do projeto neodesenvolvimentista e impeachment da presidenta eleita, ascende ao poder o bloco monetarista – campo neoliberal ortodoxo –, alinhado ao grande capital financeiro internacional, ao qual a burguesia interna nacional passa a se alinhar – nas palavras de Sampaio Júnior (2012), o braço direito do neoliberalismo no Brasil.

Como dito, o principal interesse de tal bloco é o avanço das chamadas contrarreformas, que apontam para uma menor interferência do Estado na economia, principalmente no que se refere às garantias de direitos sociais e trabalhistas – entre estes, a educação.

Na próxima seção, serão observadas as principais ações do governo Michel Temer com impacto direto sobre as políticas educacionais: a Emenda Constitucional (EC) nº 95 de 2016, que instaura um novo regime fiscal e ficou conhecida como “PEC do Fim do Mundo”, e a Reforma do Ensino Médio, Lei 13.415 sancionada em 16 de fevereiro de 2017.

### **A política educacional no governo Temer – aprofundamento da política neoliberal no país**

Em 12 de maio de 2016, Michel Temer assume o governo como presidente



interino, durante o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. A condição de interino durou pouco mais de três meses e, em 31 de agosto de 2016, Temer foi empossado como Presidente da República, exercendo o mandato até 31 de dezembro de 2018.

A motivação do golpe que destituiu Dilma e o Partido dos Trabalhadores (PT) do executivo nacional é a ruptura, por parte da burguesia, da postura conciliatória – política neoliberal com pequenas concessões ao setor social –, que já não admitia pequenas concessões e visava o desmonte de políticas sociais conquistadas anteriormente, desde as proteções ligadas ao trabalho das décadas de 1930 e 1940 até as garantias sociais postas pela Constituição de 1988. Segundo Braz:

“Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava” (Braz, 2017, p. 87-88).

Dessa forma, o processo de “espoliação” do Estado, possibilitado pela hegemonia do pensamento neoliberal e iniciado no Brasil na década de 1990 (Paulani, 2008), avança, com o impeachment, a passos largos, não se submetendo às concessões mínimas que mantiveram a frente autoproclamada neodesenvolvimentista no governo entre 2003 a 2016. Sobre o golpe de 2016, Braz afirma:

“O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma “democrática” de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos “inconvenientes” não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discursos que apelam ao “republicanismo” e, claro, à democracia” (Braz, 2017, p. 89).

Dessa forma, como esperado, as contrarreformas sob o governo Temer avançam rapidamente. Entre as primeiras ações no governo, houve a “proposta” de uma Emenda Constitucional. Ela tinha como objetivo limitar os gastos públicos

com políticas sociais entre 2017 e 2037, e foi apresentada em 15 de junho de 2016 ao Congresso Nacional sendo publicada como EC nº 95 em 16 de dezembro de 2016.

O novo regime fiscal estabeleceu limites de cada exercício – anual – para as despesas primárias, tendo, como base, o limite do exercício imediatamente anterior reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Como consequência, a vinculação orçamentária destinada à educação (e também à saúde), presente na Constituição Federal, é suspensa, implicando, de forma efetiva, na perda de recursos às políticas sociais e, em particular, à educação. Um estudo realizado por Oliveira e Silva (2018) considerou simulações realizadas por Amaral (2016), FINEDUCA (Nota nº 1/2016), Silva (2016), Fórum 21 (2016) e Mendlovitz (2016) e concluiu:

“As diferentes simulações evidenciam a diminuição de recursos para a área da Educação. Assim, inviabiliza-se o atingimento de metas do Plano Nacional de Educação, as quais prevêm, dentre outras, atingir o patamar mínimo de 7% do PIB a ser aplicado na área em até 2019 e 10% no final de vigência do mesmo, ou seja, 2024. Inviabilizam-se também as estratégias referentes à implantação do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) - e a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ)” (Oliveira e Silva, 2018, p. 261-262).

Assim, a EC nº 95 implicou em perdas reais dos investimentos anteriormente previstos para a educação, tanto por meio da vinculação orçamentária constitucional quanto no Plano Nacional de Educação (2014-2024), além de representar a possibilidade de um enxugamento do Fundo Nacional para a Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que possui vigência legal prevista até o ano de 2020. Como ressaltou Davies (2016), algumas políticas que não são formalmente educacionais se refletem em políticas educacionais, pois têm impacto direto na área. É o caso de políticas fiscais e econômicas, como a EC nº 95/2016.

A diminuição do investimento estatal tende a promover um aumento do setor privado no campo educacional, que representa um histórico inimigo da educação pública no Brasil, pois implica em um rebaixamento do nível de qualidade do ensino ou em uma maior dificuldade de acesso por parte da população ao serviço público.

Também relacionada à educação foi a proposição da Medida Provisória que visa reformar o Ensino Médio, em 26 de outubro de 2016. A Reforma do Ensino Médio modifica a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o FUNDEB.

A reforma do Ensino Médio termina sua tramitação ao ser publicada em Diário Oficial como Lei nº 13.415, no dia 16 de fevereiro de 2017. Entre as principais mudanças, estão o currículo dividido em itinerários formativos, o aumento da carga horária anual e total, a padronização dos conteúdos estabelecida por uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além da ampliação dos canais de parceria público-privada.

A primeira questão que chamou a atenção com relação à Reforma do Ensino Médio foi a forma como foi feita a proposta. As medidas provisórias devem ser utilizadas como recursos excepcionais para casos de urgência, mas verificou-se que não havia urgência em aprovar uma reforma pautada, em grande medida, em uma BNCC ainda em discussão. Além disso, o texto da reforma se contrapõe frontalmente à legislação que altera, pondo em questão inclusive, a possibilidade de se alcançar as finalidades preconizadas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para o Ensino Médio, devido ao caráter instrumentalista da reforma. Nesse sentido, alterações dessa gravidade deveriam passar por todos os trâmites regulares previstos para a aprovação de um Projeto de Lei (PL). Portanto, estava claro que a ideia era impor uma concepção de Ensino Médio que não dialogava com parte significativa da sociedade civil.

Os pontos centrais da proposta estavam em discussão no cenário educacional desde 2013, por ocasião da proposição Projeto de Lei nº 6.840 do referido ano, elaborado por uma comissão especial formada para promover estudos e proposições para a reformulação do Ensino Médio. O PL foi rechaçado por pesquisadores da área, estudantes e trabalhadores da educação, que se organizaram contra sua aprovação, criando, no início de 2014, o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio (MNDEM)<sup>13</sup>. A organização desse setor da sociedade civil colheu frutos e, apesar de uma tramitação que sugeria a aprovação do projeto, este não foi sancionado.

Na página sobre o MNDEM na internet<sup>14</sup>, existe um texto, elaborado em maio de 2014, denominado *Por uma formação humana integral – não ao retrocesso no Ensino Médio*. Neste, estão expressas, ponto a ponto, as críticas do MNDEM ao PL, embasadas por um diagnóstico sobre o nível de ensino em questão, além de proposições concretas. O texto abordou a diferença entre horário inte-

<sup>13</sup> O MNDEM foi criado por oito entidades do campo educacional: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES); Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação (FORUMDIR); Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); Sociedade Brasileira de Física, Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Conselho Nacional Das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (CONIF) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Foi criado no início de 2014 para intervir à não aprovação do Projeto de Lei nº 6.840/2013.

<sup>14</sup> Ver: <<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/movimento-nacional-em-defesa-do-ensino-medio-2/>>.

gral e educação integral; o ensino noturno; o currículo com opções formativas por ênfase, em contraposição à formação global e desenvolvimento pleno do educando; o recurso de temas transversais ao currículo; a educação profissional e ainda a formação do profissional docente. Todos esses temas estão presentes na atual reforma.

Os pontos centrais da reforma atual são o currículo submetido à padronização de uma BNCC e fatiado em cinco itinerários formativos<sup>15</sup>, oferecidos de acordo com interesses e possibilidades dos sistemas de ensino. Isso significa que os sistemas não estão obrigados a oferecer todos os itinerários. É possível que algumas escolas, ou regiões inteiras, não ofereçam mais de uma opção aos estudantes. Pode-se supor a preferência pela ênfase profissional, por parte dos sistemas de ensino, voltada para as camadas populares, reascendendo o debate sobre direito à educação básica e dualidade do ensino.

Segundo Santos (2012), a dualidade em educação é um conceito que remete à proposição de projetos distintos de educação, fundamentado nas desigualdades sociais da sociedade de classes e que preconiza uma formação geral às classes dominantes e uma educação profissionalizante às classes trabalhadoras. A reforma incide no aumento da carga horária obrigatória, implicando numa escola de horário integral, mas distanciada da concepção holística ou global de educação integral, propondo, ao contrário, uma formação mais focalizada, instrumental e orientada para o mercado de trabalho. Nesse sentido, vale ressaltar a questão dos estudantes do horário noturno e o aumento da carga horária prevista pela Reforma que, provavelmente, adicionará em mais um ano ao Ensino Médio noturno, gerando maior dificuldade para alcançar esse nível de formação e concluir a educação básica. Portanto, representa mais uma dificuldade para estudantes que, em geral, já acumulam dificuldades. De acordo com Frigotto e Motta:

“Partimos do pressuposto de que essa “reforma” imprime, sem reservas ou busca de consenso, a insanável contradição ético-política do pensamento e da moral capitalista do tipo dependente: perversamente autoritário. Imbuída do caráter ideológico instrumental, esta é conduzida como processo natural de modernização — fetichizada pelo determinismo tecnológico-inovador —, despida de relações de poder e sem historicidade. Ou seja, a história de luta voltada para a supressão do dualismo estrutural do Ensino Médio foi rasgada; não há sujeitos históricos, e sim alunos abstratos, jovens trabalhadores deslocados de suas condições objetivas e materiais reais” (2017, p. 357).

<sup>15</sup> Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional.

A reforma alterou, ainda, a Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o FUNDEB, ao acrescentar a formação técnica e profissional a níveis e modalidades de ensino aos quais se dedica o fundo, para estudantes que, já tendo concluído a educação básica, optem por cursar essa ênfase. Dessa forma, são usados os recursos do FUNDEB para unidades escolares que atuem exclusivamente na formação técnica e profissional, o que implica na diminuição dos recursos anteriormente destinados de forma exclusiva à educação básica.

Também há a ampliação dos canais de parceria público-privada, indicando uma paulatina desobrigação do Estado com o ensino e uma interferência do mercado, inclusive nas instituições públicas de ensino. A nova lei possibilita a parceria entre instituições de natureza distinta na formação de nível médio. Dessa forma, o estudante poderá cumprir as disciplinas da BNCC em uma escola pública e as disciplinas da ênfase em uma instituição particular, por exemplo. Ainda institui um regime de créditos no Ensino Médio e prevê o cumprimento de parte do curso na modalidade de ensino a distância.

Isso indica, não por acaso, que o Ensino Médio passa a representar uma grande oportunidade de lucro para empresários do ramo educacional, nos moldes do que aconteceu no Ensino Superior durante os governos petistas, ao serem destinadas verbas públicas ao ensino privado, por meio de programas similares ao Financiamento Estudantil da Educação Superior (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI). Segundo Melo e Sousa, os grupos empresariais ligados ao ensino, tais como Anima, Kroton, Ser Educacional e Estácio “tiveram alta em suas ações na bolsa de valores paulista, quando do anúncio da Medida Provisória nº 746/2016, de reforma do Ensino Médio” (2017, p. 30). Cunha (2017) também ressalta os benefícios advindos da abertura privatista, presente na atual reforma, para os grandes conglomerados privados de educação que atuavam até então prioritariamente no Ensino Superior. Tal abertura está explícita no disposto no parágrafo 6º do Artigo 4º e no Artigo 11 da Lei nº 13.415/2017.

“§6º A critério dos sistemas de ensino, a oferta de formação com ênfase técnica e profissional considerará:

I – a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; [...]

*Art. 11* para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação à distância com notório reconhecimento [...]" (Brasil, 2017).

Outro ponto central da atual reforma é a formação do professor. A BNCC,

segundo a reforma, deverá balizar o currículo das licenciaturas, implicando uma alteração imposta às universidades e demais espaços de formação de professores, ferindo a autonomia universitária e desconsiderando o acúmulo de pesquisas sobre currículo existentes no país. Quanto à titulação requerida para o exercício da profissão, a nova legislação cria a possibilidade de pessoas não licenciadas exercerem o magistério, ao permitir que pessoas com “notório saber” ministrem disciplinas no Ensino Médio – é o caso apenas do quinto itinerário formativo, ênfase profissional. Ainda assim, representa uma desprofissionalização do magistério. Fazendo um balanço das mudanças que a reforma do Ensino Médio engendra na educação nacional, Melo e Sousa afirmam:

“[...] o efeito destrutivo à educação pública caracterizando-a apenas enquanto uma preparação ao trabalho simples de natureza indiferenciada, desconsiderando assim seu papel mais alto que é o da educação crítica, emancipadora, de formação social e humanística” (2017, p. 32).

No que se refere ao conteúdo da reforma do Ensino Médio, a mobilização e a organização de setores da sociedade civil ligados à educação foram frutíferas na conjuntura inicial (2013), quando se seguiram os trâmites regulares do processo democrático para a aprovação de um PL. Entretanto, com a mudança de cenário após impeachment, o governo conseguiu impor mudanças de forma prioritária, por meio de uma Medida Provisória, recurso que deveria ser usado de forma excepcional e que subverte os trâmites regulares para um PL.

### **Considerações finais**

Algumas considerações a respeito das duas principais medidas tomadas pelo governo Temer, com impacto direto na educação, são relevantes. A primeira medida, conhecida como a “PEC do Fim do Mundo”, limita os gastos públicos com políticas sociais e de assistência por vinte anos, a partir de 2017. Tal política implica em perdas reais de investimento nas áreas de educação, saúde e assistência social. Na educação, representa perdas de investimentos públicos anteriormente previstos para o setor. Assim, há uma ameaça à garantia do direito constitucional a uma educação pública e de qualidade para toda a população. Isso também implica em um aumento da possibilidade de lucro do setor privado, que se amplia a partir da precarização e carência na oferta de serviço por parte do Estado.

A segunda, chamada de Reforma do Ensino Médio, é implementada por meio de uma medida provisória, que deveria ser um recurso de excepcionalidade e urgência. A reforma altera, de forma frontal, tanto a Lei de Diretrizes e Bases

como a própria Constituição, na medida em que põe em risco a garantia de uma educação básica gratuita orientada para o exercício da cidadania. Nesse sentido, alguns pontos da reforma devem ser retomados. Um deles, ligado ao que se afirma em relação ao teto dos gastos públicos, é a ampliação dos canais de parceria público-privados referentes ao Ensino Básico, implicando, também em um aumento das possibilidades de negócios por meio da mercantilização desse nível de ensino.

O segundo ponto é o reforço da histórica e combatida dualidade de ensino, visto que, segundo a reforma, o estudante de ensino médio terá de optar entre uma das ênfases oferecidas por seu sistema de ensino, das cinco constantes na lei. A dualidade de ensino refere-se à promoção de uma educação diferente, destinada às classes sociais dominantes e subalternas. Dessa forma, afirma-se que essa dualidade é característica da nova legislação, pois os jovens das classes subalternas que terão que escolher entre a ênfase profissional e qualquer uma das outras quatro ênfases propedêuticas, provavelmente serão coagidos, pelo próprio contexto social, a escolher a educação profissional. Isso quando houver a possibilidade de escolha, dado que não há nenhum dispositivo legal que obrigue os sistemas de ensino a oferecerem todas as ênfases ou, até mesmo, mais de uma delas.

Um último ponto sobre a reforma é o desrespeito ao professor enquanto profissional da educação e educador, que se manifesta tanto na verticalização promovida na atuação e na formação de professores, por meio do papel da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto no fato de permitir que profissionais com “notório saber” atuem como professores na educação profissional. É possível afirmar que tais propostas governamentais para a educação estavam em completa oposição com o que os movimentos de trabalhadores, pesquisadores da educação e de estudantes defendiam.

Assim, ambas as medidas supracitadas se configuram enquanto contrarreformas, pois representam um impacto na perda de garantias e direitos por parte das camadas mais pobres da população. Indicam uma postura mais radical e ortodoxa do modelo neoliberal pelas camadas dominantes na sociedade brasileira, visto que implicam no esvaziamento das políticas sociais, pondo em risco a manutenção dos investimentos na área da educação e as demais garantias sociais conquistadas pelos trabalhadores ao longo de nossa História.

### Referências

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BEHRING, E. R. Principais abordagens teóricas da Política Social e da Cidadania.

In: CFESS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. 1. ed. Brasília: Centro de Educação Aberta e Continuada a Distância (CEAD) – Universidade de Brasília, v. 3, p. 18- 40, 2000.

BOITO JÚNIOR, A. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Editora UNESP, 2018.

\_\_\_\_\_; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.

BONAMINO, A. A evolução do Saeb: desafios para o futuro. In: **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 113-126, mai./ago. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 9.394/1996**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 11.494**, de 20 junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 13.415/2017**, de 13 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm)>. Acesso em: 23 fev. 2017.



- BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 128, p. 85-103, jan./abr., 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: **Lua Nova – Revista de Cultura Política**, n. 45, p. 49-95, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Revista Serviço Social e sociedade out./dez.* 2012.
- CARDOSO, F. H. Notas sobre a reforma do Estado. In: **Novos Estudos – CEBRAP**, n. 50, 1998.
- COLOMBO (2018), L. R. Reflexões sobre o movimento escola sem partido e seu avanço no campo das políticas educacionais brasileiras. In: *Entropia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 52-68, jan./jun., 2018.
- COUTINHO, C. N. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? In: **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, jan./jun., 2012.
- CUNHA, L. A. Ensino Médio: atalho para o passado. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, abr./jun., 2017.
- DA MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). In: **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 355-372, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355>>. Acesso em: 9 dez. 2020.
- DAVIES, N. A política educacional nos governos do PT no Brasil: continuidades ou descontinuidades em relação aos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC)? In: **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 67, p. 39-52, mar., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8646087/13283>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr., 2003.
- \_\_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GENTILE, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. V. 1. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.
- MARQUES, M. A. F. Políticas educacionais nos governos Lula e Dilma: impactos na expansão do ensino superior e profissional. In: **Id on Line – Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 12, n. 41, p. 661-676, 2018.
- OLIVEIRA, C.; SILVA, G. O Novo Regime Fiscal: tramitação e impactos para a

- educação. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE)**, v. 34, n. 1, p. 253-269, jan./abr., 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/77586/48887>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- OLIVEIRA, D. A. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE)**, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago., 2009.
- PAULANI, L. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PERONI, V.; ADRIÃO, T. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V.; BAZZO, V.L.; PEGORARO, L. (Org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 11-23.
- PFEIFFER, M. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 746-766, out./dez., 2014.
- SAMPAIO JÚNIOR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez., 2012.
- SANTOS, A. F. T. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.
- SAVIANI, D. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE)**, v. 29, n. 2, p. 207-221, mai./ago., 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/issue/view/2238/showToc>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- \_\_\_\_\_. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do mec. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1231-1255, out., 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a27281-00.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- \_\_\_\_\_. A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades. In: **Poiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez., 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>>. Acesso em: 2 mai. 2018.
- SILVA, C. S. B.; MACHADO, L. M. M. (Org.). **Nova LDB: trajetória para a cidadania?** São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

Recebido em 11 de fevereiro de 2020

Aprovado em 9 de dezembro de 2020

# A obra cinematográfica como fonte histórica: por uma abordagem crítico-materialista

*Cinematographic work as a historical source: for a critical-materialist approach*

Cíntia Medina\*

## Resumo

Este artigo visa analisar a obra cinematográfica como fonte histórica a partir de uma abordagem crítico-materialista da cultura contemporânea, discutindo sua natureza enquanto objetivação resultante de inúmeras determinações em devir. Isso implica apreendê-la em sua totalidade, considerando o complexo de relações sociais que medeiam a sua constituição enquanto uma objetivação social de caráter tecno-produtivo e estético. Portanto, ao expor, brevemente, algumas reflexões acerca da historicidade da obra cinematográfica, visamos ultrapassar a mera conceituação epistemológica de sua forma e conteúdo em direção ao contexto socioeconômico e cultural de sua efetivação.

**Palavras-chave:** obra cinematográfica; historicidade; cultura; dialética.

## Abstract

*This article aims to analyze the cinematographic work as a historical source from a critical-materialist approach of the contemporary culture, discussing its nature as objectification resulting from numerous determinations in becoming. This implies apprehending it in its entirety, considering the complex of social relations that mediate its constitution as a social objectification of a techno-productive and aesthetic character. Thus, by briefly exposing some reflections on the historicity of the cinematographic work, we seek to go beyond the mere epistemological conceptualization of its form and content towards the socioeconomic and cultural context of its realization.*

**Keywords:** cinematographic work; historicity; culture; dialectic.

---

\* Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com ênfase nos estudos sobre a história e os impactos socioeconômicos do modo de produção capitalista contemporâneo a partir da esfera da produção cultural. Este trabalho surge como parte da tese que se apoia nessas investigações. A autora agradece à Luciene Medina, socióloga e pesquisadora do cinema, pelas indicações bibliográficas que contribuíram para esta discussão. Contato: soucime@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8602-2061>.

### Dos conceitos à historicidade: a materialidade da obra cinematográfica

Este artigo tem como proposta analisar o cinema como fonte documental a partir de uma abordagem materialista da cultura. Isso significa discutir de modo crítico a própria natureza do cinema enquanto uma objetivação humana particular resultante de determinados processos históricos em desenvolvimento. Por conseguinte, implica uma discussão propriamente teórico-metodológica de cariz ontológico. Isto é, de uma análise do conhecimento subordinado ao *modo de ser* do objeto investigado, logo, que busca reproduzir no pensamento seu movimento de constituição social. Nesse sentido, procuramos apresentar, ainda que de modo breve, algumas reflexões que possibilitem ao leitor *apreender o cinema em sua totalidade*<sup>1</sup>, de forma a potencializá-lo enquanto objeto de investigação da realidade social contemporânea – a qual se encontra em ritmos de transformação cada vez mais acelerados diante dos imperativos do modo de produção capitalista na atualidade.

Essa necessidade teórico-metodológica no interior de uma perspectiva crítico-materialista da cultura surge na medida em que acessamos um número significativo de pesquisas oriundas de diferentes áreas das ciências humanas (principalmente da sociologia, antropologia, geografia, artes e comunicação) que fazem do cinema seu objeto de investigação para a compreensão das mais

<sup>1</sup> Com relação à afirmação “apreender o cinema em sua totalidade”, não estamos aqui propondo uma análise exaustiva do infindável complexo de determinações – traços constitutivos do movimento processual – que sintetizam uma dada obra cinematográfica enquanto expressão particular das objetivações que compõem as esferas socioculturais e econômicas do mundo cinematográfico (na integralidade absoluta de sua produção, distribuição e recepção). Conforme iremos expor ao longo deste artigo, essa apreensão – como sendo uma reprodução ideal do movimento real do objeto (da *coisa-em-si*) que se pretende conhecer – não capta a totalidade em sua integralidade ontológica, ou seja, em sua plena existência social, mas apenas procura reproduzir no pensamento o conjunto de determinações que traz em si mesmo momentos decisivos para a constituição do objeto em análise. Devemos, portanto, refutar qualquer forma de idealismo filosófico que possa acarretar em: *a.* uma constatação equivocada de que o conhecimento científico somente é possível na medida em que se identifiquem as múltiplas e infindáveis características que se expressam na existência acabada (sintetizada como coisa-em-si) do objeto e, decorrente disto; *b.* uma proposição filosófica mistificadora que toma a *impossibilidade da identidade plena do sujeito face ao objeto que investiga* como um argumento infalível de refutação de qualquer tentativa de conhecimento da constituição da coisa-em-si apreendendo, em seu lugar, o sujeito como mero intérprete subjetivo dos acontecimentos sociais. Tais procedimentos especulativos se fundamentam num retorno à epistemologia e à problemática do conhecimento kantiano e, portanto, nada tem a ver com o materialismo crítico – herdado do pensamento marxiano que superou a dialética hegeliana – no qual procuramos fundamentar nossa argumentação. Cf. Hegel (2014), Kant (2001) e Marx (2011a).

variadas questões postas pela sociedade burguesa<sup>2</sup> na contemporaneidade. Tais pesquisas exemplificam a capacidade do cinema em possibilitar uma análise conjuntural das mudanças frequentes que caracterizam o cotidiano de nosso tempo presente, imerso no fluxo contínuo e cambiante dos acontecimentos. Dentre esses estudos, há aqueles que se utilizam do cinema como instrumento de compreensão de fenômenos concretos da sociedade tais como a questão do consumismo, da resistência e da organização política diante dos rumos da globalização, do controle biopolítico e do empreendedorismo enquanto aspectos e acontecimentos fundamentais que caracterizam a sociedade na atualidade. Em suas especificidades teóricas, próprias de suas disciplinas<sup>3</sup>, tais pesquisas compartilham em comum uma abordagem metodológica de cunho estritamente epistemológico. Isto é, partem de definições e conceitos apriorísticos como instrumentos prévios para a compreensão de uma dada obra cinematográfica enquanto objeto de análise.

Uma das implicações diretas desse procedimento é introduzir na obra cinematográfica um conteúdo externo que não lhe pertence, ou seja, uma formulação abstracional da realidade que não apresenta, necessariamente, um conteúdo capaz de captar as próprias mediações da representação cinematográfica. A realidade fílmica, como veremos, é antes de tudo uma *representação estética* na qual comparece a própria visão de mundo de seu diretor – numa inter-relação com os demais agentes envolvidos na sua produção – diante de determinados aspectos do mundo social, quer os expresse voluntária e conscientemente, quer desconheça suas determinações históricas (Coutinho, 1974). Porém, sua objetivação não se esgota nisso. A obra cinematográfica encontra-se imbricada na reprodução das próprias relações sociais que a suportam materialmente, as quais possuem legalidades e complexos de mediações necessários para a própria concreção do

<sup>2</sup> Devemos esclarecer a utilização do termo *sociedade burguesa* em detrimento do termo *sociedade capitalista*. Nesse caso, partimos do legado da obra marxiana, a qual não utiliza esta última designação para se referir à totalidade da vida social sob a égide do modo de produção capitalista. Ao contrário dos que atribuem um economicismo à Marx, ou seja, um reducionismo de seu pensamento à lógica econômica do capital, o fato de ele não utilizar a designação *sociedade capitalista* sinaliza seu reconhecimento da totalidade da vida social como um complexo mais amplo e rico do que as condições materiais de produção e reprodução de sua existência. Com isso, demonstra que a sociedade burguesa não se limita ao seu modo de produção capitalista; porém dela derivam (apenas em sentido ontológico e não de modo determinista ou mecânico) sua multiplicidade e diversidade de relações sociais e afetivas, as quais *nem sempre se encontram diretamente perpassadas pelas legalidades do capital*.

<sup>3</sup> Lefebvre (1969) se refere a essas disciplinas modernas como *ciências parcelares*, ou seja, como conhecimentos específicos que se encontram cindidos no seio da divisão sociotécnica do trabalho intelectual. Logo, altamente especializadas em seus objetos e metodologias de investigação. A essa especialização, Lukács (2010) acrescenta que a progressiva divisão técnica do saber emerge, historicamente, como um produto necessário da incessante acumulação privada da riqueza socialmente produzida no interior da sociedade burguesa. Como consequência, tais ciências encontram-se unilateralizadas em seus pressupostos e programas de pesquisa, o que leva à ausência da *totalidade social* em seu horizonte teórico de investigação.

filme enquanto objeto cultural (Goldmann, 1979). Nesse caso, sem antes avaliar a estruturação imanente da obra cinematográfica, perpassada, necessariamente, por uma série de processos sociais em diversos níveis de sua concreção<sup>4</sup>, o pesquisador pode incorrer na unilateralização do próprio objeto investigado. Dessa forma, pode cair, por vezes, em mera constatação de semelhanças entre os fenômenos representados na obra cinematográfica e os conceitos elaborados em determinadas matrizes sócio-filosóficas.

Por sua vez, tais conceitos podem ser tomados, simplesmente, como *chaves interpretativas* que se propõem, por si mesmas, a explicitar uma compreensão de tal obra ou de seu contexto sem necessariamente apreendê-la em sua estrutura constitutiva, ou seja, em sua própria legalidade processual. E mais, podem fazer com que a interpretação unilateralizada da obra se torne, sem mediações, um meio de explicitação da própria conjuntura social e, por conseguinte, adquirindo uma forma generalizada de compreensão.<sup>5</sup> Essa unilateralização, por sua vez, não pode ser compreendida como mero equívoco cognitivo por parte do pesquisador. Trata-se, entretanto, de um aspecto válido em conexão com a práxis social, porém apenas em sua aparência fenomênica. Logo, insuficiente para dar conta de compreender e explicitar a constituição integral da própria obra cinematográfica em seus contextos de produção, distribuição e recepção – tanto em seu aspecto material (no sentido tangível e intangível de sua existência social) quanto em sua dimensão estética e de fruição.

Decerto, os conceitos são importantes instrumentos analítico-abstracionais para a aproximação do pesquisador ao objeto de estudo em análise. Entretanto, eles próprios *têm e são* produtos de uma *historicidade* (Thompson, 1981). São abstrações teóricas elaboradas em determinados contextos sociais em permanente transformação; logo dotados, tal como na práxis da vida cotidiana, de *contradições e lutas de classes* que antagonizam diversos interesses e vontades. Sem um conteúdo propriamente histórico que seja capaz de dar substrato às suas inferências, os conceitos se tornam termos meramente interpretativos e,

<sup>4</sup> Esses níveis vão desde o suporte tecno-material de sua produção, passando pela linguagem e narrativa de sua estética – na qual comparece a própria formação artística e sociopolítica do diretor – até a sua recepção enquanto objeto cultural de consumo e fruição. Todos esses níveis de objetivação contribuem para a efetivação da obra cinematográfica enquanto um produto dotado de existência social, seja por aqueles que contribuíram para a sua produção e distribuição, seja pelas demais esferas da vida social que tenham interagido ou venham a interagir com ela.

<sup>5</sup> Para uma melhor elucidação dessa abordagem metodológica apriorística de conceitos e semelhanças do contexto social diante das obras cinematográficas, ver os estudos de Kobs (2011), González (2014), Tasdelen (2016) e Anjos (2010). Trata-se de estudos que se propõem analisar obras fílmicas tendo previamente em mãos conceitos diretamente associados a explicitações de verossimilhança entre os acontecimentos da narrativa fílmica e certas problemáticas da realidade candente. No caso em particular desses estudos, respectivamente, suas preocupações investigativas (e políticas) tomam conceitos e epistemologias previamente incorporadas tais como o *consumismo* em Bauman (2008), o conceito de *nômade* em Deleuze e Guattari (1995), a *biopolítica* em Foucault (2010) e o *ethos sócio empreendedor* em López-Ruiz (2007).

por isso, *autodeterminados* pelo pesquisador que busca refletir seu objeto de análise (Marx, 2011b).

Nesse sentido, tais procedimentos especulativos foram duramente criticados por Thompson em *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, obra na qual faz críticas mordazes e pertinentes ao estruturalismo marxista de Althusser. Na busca por atribuir uma cientificidade ao pensamento de Marx, Althusser tomou a metáfora marxiana da *base material* e da *superestrutura cultural*<sup>6</sup> de um modo meramente formal, caindo em um reflexo mecanicista da materialidade social. Tomando essa base (infraestrutura) como formalmente *econômica* e superestrutura como eminentemente *ideológica*, o pensamento althusseriano entende a totalidade social, que é viva e dinâmica, como um conceito puramente formal e intelectual (como uma definição). Isto é, carente de qualquer modalidade de *antecedência histórica* na qual se possam situar, sob o horizonte do pensamento crítico, os processos relacionais contidos no interior das relações sociais que, de fato, dinamizam a vida em sociedade. Desse modo, a ação e intencionalidade humanas – em seus limites, como também em suas possibilidades – encontram-se ausentes dos processos sociais pensados por Althusser. Em seu lugar, coloca as estruturas pensadas de modo especulativo (enquanto conceitos científicos) como agentes da história, conforme aponta Thompson (1981).

Ademais, essa postura especulativa também fora objeto de crítica por parte de Williams (1979) que apontou o teor mecanicista e reducionista contido na metáfora da base e superestrutura. Para ele, a utilização dessa metáfora deve levar em consideração a mobilidade e transitoriedade da totalidade social enquanto instância que põe em destaque a intencionalidade e os antagonismos contidos na ação humana. Isso, por sua vez, toma o espectro da cultura como um nível de concretização da vida social que não se encontra restrito, *a priori*, na camisa de força das realizações e objetivações puramente econômicas (de produção e reprodução da base material da sociedade). Segundo Hall, não obstante esses apontamentos pertinentes – sobretudo para uma época histórica, na qual as correntes do pensamento estruturalista e pós-estruturalista dominavam os debates culturais –, Williams toma a cultura como um complexo de

<sup>6</sup> Nós mesmos refutamos a utilização pragmática dessa metáfora nas elaborações crítico-materialistas que procuram reproduzir idealmente o movimento constitutivo de objetos e bens culturais (aqui eminentemente vinculados aos campos das artes, da indústria cultural e das expressões socioculturais da vida cotidiana). Esses termos *base* ou *infraestrutura* [*Grundlage*] e *superestrutura* [*Überbau*] raramente foram citados por Marx para expressar o modo como a produção material da riqueza incide sobre a reprodução da diversidade e das objetivações socioculturais (Williams, 1979). Ademais, em uma carta a Joseph Bloch, Engels esclarece a utilização dessa metáfora afirmando que “o momento em última instância determinante [*in letzter Instanz bestimmende*], na história, é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu alguma vez afirmamos mais. Se agora alguém [tergiversa] isso [afirmando] que o momento econômico é o *único* determinante, transforma aquela proposição numa frase que não diz nada, abstrata, absurda. [...]. Senão, a aplicação da teoria a um qualquer período da história seria mais fácil do que a resolução de uma simples equação do primeiro grau” (Marx & Engels, 1982, p. 547).

sentidos e valores que nascem entre classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e *também* como as tradições práticas vividas através das quais esses “entendimentos” são expressos e nos quais estão incorporados (Hall, 2013, p. 155).

Apesar da abrangência e do sentido de interação de múltiplas práticas sociais, apontados por Hall ao pensamento de Williams, este permanece, de algum modo, em um nível de generalização muito abstrato, no qual apenas comparecem determinações mais gerais do ser social. Nesse sentido, as reflexões de Williams acerca da cultura não conseguem expressar dialeticamente os diversos níveis de concreção dos objetos tidos como culturais. Suas abstrações, por vezes, encontram-se carentes de determinações conjunturais mais particulares, as quais também são decisivas para se entender, efetivamente, a concreção de um dado objeto sociocultural. Em contrapartida, Thompson – quem aponta de modo pertinente os problemas contidos nas abstrações excessivamente generalizadas e por vezes autodeterminadas – acaba por restringir suas reflexões à apreensão de traços mais particulares e conjunturais da história, principalmente no âmbito de suas pesquisas sobre a cotidianidade britânica (Hall, 2013).

Diante desse impasse, apresentado no ensaio *Estudos culturais: dois paradigmas*, Hall (2013) propõe um retorno à própria dialética crítica marxiana, a qual submete a existência da totalidade social do objeto ao escrutínio de seu desenvolvimento; de seu processo de constituição. Para isso, faz-se necessário efetuarmos uma contínua aproximação sucessiva ao objeto investigado, adentrando em seus diversos níveis de determinação, os quais são decisivos para sua constituição existencial. Nessas condições, devemos superar as unilateralidades de um pensamento que se prende ora em abstrações excessivamente abrangentes sem apreender suas particularidades conjunturais, ora em seu inverso. Logo, devemos ser capazes de apreender e reproduzir intelectiva e teoricamente as *determinações* e, conseqüentemente, as *determinidades* do objeto social investigado em seus decisivos níveis de existência social.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> A partir de uma compreensão materialista da cultura, as categorias *determinação* e *determinidade*, herdadas do pensamento hegeliano, emergem como abstrações intelectivas que procuram reproduzir o movimento processual de constituição de um dado objeto social. Nesse caso, enquanto a *determinação* diz respeito a um certo traço constitutivo do movimento de concreção do objeto, o qual implica em possibilidades e limites de efetivação do mesmo, a *determinidade* expressa a síntese resultante desse processo enquanto uma dada característica imanente de sua realização, como ente dotado de existência social. Por exemplo, no que tange à obra cinematográfica, várias determinações concorrem para a sua efetivação enquanto um dado objeto cultural. Isto é, seus traços constitutivos só podem se efetivar mediante um complexo de práticas (em suas relações sociais) específicas que são necessárias para a sua concreção, sejam estas oriundas de sua produção audiovisual, divulgação e comercialização, sejam aquelas de teor propriamente estético. Por outro lado, suas determinidades aparecem cristalizadas enquanto um filme dotado de uma linguagem específica (narrativa, montagem, planos, iluminação etc.), passível de crítica e apreciação, o qual circula como mercadoria dotada tanto de valor econômico quanto de valoração qualitativa (fruição) de teor estético. Cf. Hegel (2014) e Marx (2010).



Desse modo, os conceitos (ou categorias, no sentido propriamente marxiano) – enquanto abstrações teóricas da realidade imanente – só encontram seu substrato e razão de ser na ontologia (no modo de ser e reproduzir-se) da práxis social, a qual, a luz do materialismo marxiano, *é sempre autodinamizada por suas próprias contradições*. Daí a importância de entender a obra cinematográfica sob uma *perspectiva materialista da história*. Isto é, enquanto um objeto de valorização produzido em coletividade pelos seres humanos em seu legado cultural e que, portanto, encontra suas condições específicas de gênese, desenvolvimento e perecimento ante o devir da própria humanidade.

Esta modalidade de pensamento que visa reproduzir no plano das ideias a constituição ontológica do próprio objeto (o modo de ser de sua realidade social) e que, portanto, procura *captar suas determinações no interior de um complexo de mediações em movimento*, em sua totalidade, é o que comumente se designa por *dialética*.<sup>8</sup> Sobre a sua oposição face à lógica formal de preponderância epistemológica, Vieira Pinto afirma que

de um lado, acreditou-se que o pensamento constitui um reino original e irreduzível por essência ao da realidade material circundante [acreditando que] as ideias têm existência absoluta [...]. De outro lado, estaria a concepção que admite serem as ideias o reflexo, no plano da organização nervosa superior, das realidades e leis dos processos que se passam no mundo exterior, os quais não dependem do pensamento, têm suas leis específicas, as únicas reais, de modo que só compete à reflexão racional apoderar-se das determinações existentes entre as próprias coisas e fenômenos e dar-lhes a expressão abstrata [...]. Esta segunda posição [...] se apresenta como a forma de interpretação da realidade chamada “dialética” (Vieira Pinto, 1979, p. 64).

<sup>8</sup> Cabe-nos ressaltar ao leitor que os múltiplos complexos de mediações que permitem a produção e a reprodução da totalidade social jamais podem ser apreendidos em sua concretude existencial, mas apenas como *traços relacionais* de um *concreto pensado*, tal como ressalta Marx (2011a). Nesse caso, não podemos esquecer que os objetos sociais em análise, contidos no interior dessa totalidade, já se encontram dados, ou seja, determinados pela própria realidade social. Isto é, tornaram-se síntese de múltiplos traços processuais contidos no interior dessa totalidade socialmente autodinamizada. Assim, enquanto *coisas-em-si* que já se encontram exteriorizadas, esses objetos se apresentam de modo concreto na vida cotidiana, porém intelectivamente abstratos ao pensamento, uma vez que desconhecemos, *a priori*, as mediações que os levaram a sua concretude existencial. A experiência cotidiana nos permite a apreensão sensível desses objetos, sendo esta apreensão o ponto de partida indispensável aos sujeitos que procuram conhecê-los teoricamente. Todavia, o pensamento teórico que procura um entendimento de sua totalidade, em um dado momento, deve abstrair o seu resultado imediato em direção aos processos decisivos de sua constituição e, por conseguinte, efetuar um movimento de retorno ao objeto em análise. Nesse instante, o pensamento supera seu mero formalismo em direção a um entendimento que busca, na *permanência* existencial desses objetos, seus momentos de *transformação* enquanto traços *determinados* que apenas podem ser captados *post festum*. Portanto, essa lógica dialética do pensar é aquela que melhor se adequa ao estudo dos objetos dotados de *historicidade*.

Assim, partindo dessa concepção teórico-filosófica de apreensão abstracional do mundo exterior, compreendemos que a obra cinematográfica, como qualquer objetivação humana (ou seja, uma exteriorização do produto do trabalho, o qual implica, em sua valoração, um conjunto de escolhas e recusas), representa não apenas um momento cultural da humanidade em sua capacidade semântica de expressar ideias, mas também o solo fértil de sua própria constituição histórica. Isto é, ela não conta apenas uma estória (no sentido ficcional), mas também retrata um *como, onde, quando e porquê* de sua constituição histórica no interior da práxis social, cujo movimento procuramos reproduzir no plano da intelecção.

Nesse sentido, a obra cinematográfica possui uma *raison d'être* [razão de ser], sendo produzida, tal como qualquer outro produto do trabalho humano – e em particular, no modo de produção capitalista, enquanto qualquer mercadoria destinada à troca –, para satisfazer determinadas necessidades humanas, mesmo que se apresentem como meramente ideológicas e/ou de satisfação das fantasias do espírito (Mészáros, 2014). Portanto, a obra cinematográfica atua *na e sobre* a história, mesmo em suas formas mais ficcionalizadas e líricas. Ela sempre terá alguma dimensão de contato com o chão duro da realidade material na qual se engendra<sup>9</sup>.

Assim, enquanto uma objetivação de agentes culturais que esboçam um pensamento *sobre e em* um determinado contexto histórico, a obra cinematográfica apresenta em seu *texto* um *contexto* que, sublinhe-se, são indissociáveis. Esse pensamento é escrito em uma determinada linguagem cinematográfica, ou seja, no âmbito da representação, e em um diálogo que pode corroborar ou não os conceitos teórico-filosóficos já existentes, os quais respondem a uma realidade social distinta daquela ficcionalizada por meio da linguagem fílmica. Caso a análise da obra cinematográfica se encontre pré-determinada por definições e conceitos apriorísticos, a diversidade de mediações que constituem sua forma e conteúdo, expressos em sua linguagem fílmica, ficará restrita à camisa de força de uma episteme conceitual pré-estabelecida.

Sob tais circunstâncias, a ontologia da obra fica subordinada à epistemologia das abstrações deduzidas ou induzidas *a priori*, o que impede a própria reprodução, no campo das ideias, do movimento constitutivo não apenas de sua

<sup>9</sup> Nessa concepção, podemos destacar o projeto de extensão universitária *Tela Crítica*, coordenado pelo sociólogo do trabalho Giovanni Alves. Para o autor, a obra cinematográfica pode ser caracterizada como um “laboratório fílmico” em virtude de fornecer lampejos sob os quais é possível desenvolver reflexões de teor crítico-dialético acerca do mundo do trabalho e do modo de produção capitalista globalizado (Alves, 2008). Salienta o autor, enfim, que os filmes possibilitam um desenvolvimento teórico-crítico acerca das questões postas pela sociedade burguesa. Para mais informações, acessar o site <<https://www.telacritica.org/>>.

linguagem, mas de todas as práticas envolvidas na sua materialização.<sup>10</sup> Além disso, esse pensamento fílmico pode trazer em si uma interpretação distinta dos conceitos pré-definidos, ampliando, assim, a compreensão de aspectos da sociedade burguesa na contemporaneidade. Por isso, uma consideração primordial a ser ponderada pelo pesquisador que usa o cinema como fonte documental é respeitar o seu objeto de análise, “deixando-o falar”, acessando a obra cinematográfica em sua constituição particular imanente, ou seja, enquanto uma linguagem audiovisual própria, mas envolta em uma processualidade histórica conjuntural. Isto é, analisar a obra para além da própria obra, conforme enfatiza Alves (2010). Somente após esse procedimento aproximativo à obra cinematográfica é que podemos proceder a sua crítica – no sentido mesmo de incorporar suas questões e, simultaneamente, superar suas possíveis mistificações.

É sob essas duas dimensões – intrínseca à linguagem cinematográfica e extrinsecamente vinculada ao seu contexto social – que a obra cinematográfica se constitui enquanto um produto sociocultural resultante das relações humanas necessárias para a sua objetivação enquanto *produto-filme*. Isto é, enquanto um objeto cultural altamente determinado que emerge *da e para* a sociedade – aqui compreendida como uma sociedade (burguesa) cindida em seus diferentes antagonismos de classes, os quais são também perpassados por clivagens étnicas, geopolíticas e sexuais, conforme ressalta Hall (2013).

Nesse sentido, a categoria *historicidade* torna-se uma mediação reflexiva central ao pensamento que busca apresentar uma crítica rigorosa e sistemática dos rumos da sociedade burguesa na contemporaneidade. Principalmente, em virtude de esta apresentar uma processualidade cada vez mais acelerada sob os marcos de dominação do capital monopolista-financeiro contemporâneo, no qual a fusão das novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) com modalidades de reestruturação tecno-produtiva digital impõe ritmos vertiginosos de rotação dos ciclos de reprodução do capital industrial (Carcanholo, 2010;

<sup>10</sup> Se para uma epistemologia previamente estabelecida o conhecimento de um dado objeto social passa pelo seu recorte e interpretação, para uma ontologia de cariz histórico e, portanto, crítico-materialista é a investigação de suas determinações (de seus traços pertinentes) que fornece ao pesquisador os elementos para a compreensão de seu movimento constitutivo enquanto processo; enquanto objeto em devir. Nesse sentido, sob a posse da investigação já realizada, é possível ao pensamento reproduzir o complexo de mediações que sintetizam o próprio objeto social em sua legalidade; um objeto que, mesmo materialmente determinado, era concretamente abstrato ao pesquisador, mas que, após exaustiva investigação de seus níveis constitutivos (em sua totalidade), passa agora a se apresentar à reflexão saturado de determinações (Netto, 2011).

Fontes, 2017). Sob tal conjuntura histórica, a obra cinematográfica pode ser tomada como um importante meio de registro e, conseqüentemente, de reflexão dos acontecimentos sociais na atualidade, ou seja, na *história a quente*<sup>11</sup>.

Desse modo, este artigo tem por objetivo discutir a dimensão da obra cinematográfica como um produto histórico resultante de uma série de objetivações da ação humana que externaliza e manifesta a própria cultura em permanente transformação, sendo por isso, um importante meio de investigação dos fatos sociais em suas lógicas de reprodução iminentemente contraditórias. Nesse caso, a finalidade é mostrar como a obra cinematográfica resulta de um complexo de práticas sociais específicas que configuram a própria ideia do *cinema*, enquanto expressão tecno-artística e, portanto, de cariz material-estético. Logo, na análise da natureza histórica da obra cinematográfica está a base para uma formulação teórico-metodológica de aproximação e apreensão de seu estatuto enquanto objeto de investigação. Isto é, enquanto uma fonte histórica adicional para a compreensão da práxis social em seus modos de ser (formas) e reproduzir-se face às sucessivas e ininterruptas mudanças que vêm transformando a própria sociedade burguesa na atualidade.

### **Cinema e práxis: uma objetivação humana na cultura da modernidade**

A objetivação é a permanente ação dos seres humanos na perpétua constituição do ser social, ou seja, é a produção e reprodução do mundo social engendrado pela sua capacidade de idealizar, projetar e realizar ações efetivas que forjam as relações sociais em toda a sua dimensão material. Isto é, material no sentido de tudo aquilo que possui existência social, quer se apresente de modo tangível ou intangível (Vieira Pinto, 1979). Ao mesmo tempo, o ser humano vai se constituindo enquanto *ser* em interação coletiva numa relação dinâmica com os fatos sociais em mediação com a natureza ambiente. Logo, de um modo no qual o “processo de transformação da realidade externa integra-se como elemento constitutivo do processo de transformação do sujeito e vice-versa”, conforme afirma Löwy & Nair (2008, p. 38).

Desse modo, a produção humana é resultado de ações valorativas de sujeitos individuais e coletivos – sejam tais ações conscientes ou mistificadas –, as

<sup>11</sup> Essa utilização específica de obras estéticas como meio de investigação materialista de acontecimentos e processualidades cotidianas não é uma novidade na teoria social crítica. Sua utilização como uma forma de se pensar determinados elementos constitutivos da vida social burguesa tem sua tradição nos campos da literatura e da pintura. No caso da obra fílmica, destacamos anteriormente o projeto *Tela Crítica*, do sociólogo Giovanni Alves. Além disso, ao longo da vasta obra de Marx, não são raros os momentos em que o mesmo se utiliza de obras e elementos estéticos e/ou mitológicos para elucidar e explicitar várias de suas passagens teóricas. Apenas a título de exemplo, somente no livro I de *O capital*, Marx se fez valer de quarenta e sete personagens ficcionais para a sua exposição teórica.

quais são parte integrante de uma cultura elaborada num perpétuo devir de socialização. Como salienta Vieira Pinto (1979, p. 136) “a cultura é o produto do existir do homem”. Ademais, nesse processo de objetivação da existência social<sup>12</sup>, ou seja, no “engendrar prático de um *mundo objetivo*”, conforme aponta Marx (2010, p. 85), o produto criado assume um caráter exterior de natureza causal, objetivando-se socialmente.

Assim, os seres humanos, enquanto seres sociais, são seres capazes de elaborar e reelaborar sua própria existência. Consequentemente, na medida em que interagem entre si, podem, também, apreender e recriar distintas *formas de apropriação* de suas próprias objetivações, as quais foram e são legadas do processo histórico em curso. Logo, mediados pelas transformações intencionais e contingenciais de seu meio ao redor, os seres humanos, em ação no mundo, provocam em si mesmos mudanças comportamentais e cognoscitivas – gnosiológicas e epistemológicas – que recriam o próprio sujeito histórico, estabelecendo, assim, novas formas de sociabilidade (Alves, 2006; Lukács, 2012).

Sob essa abordagem crítico-materialista do engendrar prático da humanidade, podemos investigar, na historicidade do cinema, enquanto parte específica da práxis social, o próprio estatuto histórico-ontológico da obra cinematográfica; um produto da objetivação humana. Desse modo, podemos afirmar que o cinema é um produto histórico moderno que resulta da síntese de um *processo dialético* advindo de um aprimoramento tecnológico que passou a ser reapropriado e internalizado de modo estético e subjetivo.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Segundo Medeiros (2016), ao reconhecermos a ontologia da *existência social* como um legado cultural de objetivações da humanidade, estamos, tão somente, compreendendo que qualquer processo de transformação histórica devém de um acumular de produtos da mente humana, os quais se cristalizam em objetos sociais resultantes de seu *trabalho coletivo*. Esses, por sua vez, podem se apresentar quer fenomenologicamente como tangíveis aos sentidos, quer se ocultem na intangibilidade de suas formas, ou seja, de suas legalidades sociais. Assim, somos capazes de ultrapassar a categoria da *objetivação* como expressão de um mero objeto palpável resultante, restrito às propriedades físicas de sua constituição. Desse modo, podemos apreender e incorporar, como objetivações da humanidade, todas as criações que resultam das relações sociais, as quais não podem ser captadas pelos sentidos, mas compreendidas pela abstração intelectual de suas causalidades. Nesse conjunto específico de objetivações, podemos destacar, por exemplo, as formas (modos de ser não empíricos) do Estado, da linguagem articulada e das classes sociais, as quais apenas podem ser apreendidas enquanto manifestações particulares como, por exemplo, nas repartições públicas, nos fonemas e nos bairros periféricos do proletariado, respectivamente.

<sup>13</sup> Todo objeto social dotado de *historicidade* se constitui no interior de um processo dialético próprio de suas determinações. Isto é, numa processualidade contraditória que opõe as condições sociais vigentes ante suas possibilidades de modificação. Enquanto estas se colocam como sua *negatividade*, aquelas se reproduzem como *positividade* de seu movimento. A história é, por conseguinte, tomada como *um perpétuo devir de transformações em meio a sua própria permanência*, condição essa que permite aos sujeitos que dela fazem parte o reconhecimento de traços sociais mantidos, mesmo que em diferentes patamares de formalização (Hegel, 2014). No caso específico do cinema, seu surgimento não foi imediato e espontâneo, mas resultou de um legado cultural herdado que lhe forneceu subsídios materiais e um conjunto de ideias capazes de formular sua própria existência a partir da reformulação de elementos já existentes na realidade social, tais como técnicas, conhecimentos, modalidades estéticas e instrumentos já produzidos pelas gerações anteriores.

Albera & Tortajada (2010) afirmam que o cinema se constitui numa rede de relações entre seu teor tecno-mecânico, seu caráter representativo e o sujeito-espectador. Enquanto *fato cinematográfico*, o cinema objetiva-se como um dispositivo técnico que resulta da exteriorização dos aparelhos ópticos e dos conhecimentos tecnológicos engendrados na cultura moderna do século XIX. Uma vez exteriorizado nas relações sociais, esse dispositivo mecânico-elétrico se transforma em *fato filmico*, pois, enquanto determinidade objetivada pela práxis social, adquire um caráter representativo com a manipulação de seus registros visuais sob a montagem de planos justapostos, recriando-se como um horizonte discursivo. Por sua vez, a projeção das imagens em movimento continua seu processo de exteriorização pois, ao ser apreendida pelo sujeito-espectador, altera diretamente seu comportamento perceptivo, cognitivo e sensorial. Segundo Crary (2012), essas inovações ópticas do cinema levaram a profundas alterações na experiência do sujeito, provocando mudanças em sua percepção sensitiva, em seu comportamento e, conseqüentemente, nas relações constitutivas do saber por ele adquirido.

Portanto, desse contínuo processo de exteriorização, o cinema é coletivamente produzido, tornando-se um objeto cultural e permitindo aos seres humanos uma nova forma de mediação da realidade (Lagny, 2009). Coloca-se, por isso, como uma possibilidade adicional de interação diante do mundo, ou seja, como um complexo de práticas materiais-estéticas capazes de estabelecer uma conexão dos sujeitos face a sua própria existência espaço-temporalmente determinada. Logo, o cinema passa a ser apropriado não apenas como objeto técnico de registro de imagens em movimento, de representações da realidade em suas possibilidades de fruição, mas também como um instrumento analítico de investigação e reflexão do mundo social<sup>14</sup>.

Esse modo de apreensão do cinema pode ser ilustrado pelas pesquisas de Marey e Pater no século XIX, e pelas reflexões de Benjamin e Krakauer no início do século XX (Charney, 2004; Hansen, 2004). Tais estudiosos perceberam o cinema como um instrumento de captação de significados da vida cotidiana moderna em decorrência de sua capacidade técnica de elaboração estética. Em seus apontamentos, salientam a singularidade do cinema em sua capacidade de registrar várias imagens do cotidiano em segmentos e combinações simultâneas de um modo que não encontramos no mundo real, o que possibilita captar sinais da vida que não podem ser observados pela visão contínua e, aparentemente imediata dos acontecimentos diacrônicos do mundo social (Lotman, 1978).

<sup>14</sup> Um exemplo emblemático das múltiplas formas de apreensão do cinema, enquanto exteriorização humana em constante reelaboração, é seu uso didático pelo físico Albert Einstein. Este fez-se valer das técnicas cinematográficas de projeção bidimensional em tela (como uma representação da ação narrada sobre um mundo tridimensional) para explicar de forma pedagógica as propriedades físico-naturais [*φύσις* ou *physis*] da quarta dimensão – ou seja, do tempo – em sua relação com a geometria euclidiana – esta como representação matemática (x, y, z) do espaço cotidiano tridimensional (Lukács, 2012).

Nesse sentido, o cinema, com sua técnica de decupagem – com sua disposição precisa de planos contendo um conjunto de cores, texturas, sons, grafos, símbolos e signos –, possibilita a elaboração de imagens que remetem às mediações concretas do cotidiano social que não somos capazes de captar em sua *heterogeneidade*, *imediaticidade* e, conseqüentemente, em sua *superficialidade extensiva*<sup>15</sup> (Eisenstein, 1982; Lukács, 2012). Para Nova (2009), esse caráter de elaboração das imagens faz com que o cinema construa uma narrativa num tempo específico, e sob formas plásticas próprias, articulando e retirando do caos os múltiplos acontecimentos entrelaçados às experiências humanas que se desdobram ininterruptamente na realidade, dando-lhes uma lógica e atribuindo-lhes um sentido.

Em decorrência dessa capacidade de construção do sentido, Benjamin e Krakauer percebem no cinema um horizonte discursivo no qual podem apreender os impactos da organização social estruturada no modo de vida urbano (Hansen, 2004). Assim, ao utilizarem os filmes de Charles Chaplin como objeto de estudo, esses autores procuraram compreender os efeitos da linha de produção fordista-taylorista na percepção e movimentos nervosos do corpo humano (Delage, 1998). Por sua vez, ao se apropriar do cinema, sob uma perspectiva revolucionária de composição, Eisenstein (1982) utiliza a montagem como princípio gerador de um pensamento fílmico capaz de produzir uma reflexão acerca da vida social.

Doravante, esses pensadores lançaram as bases para se estabelecer uma forte relação entre o cinema e a história. Esse entrelaçamento, por sua vez, ganha fôlego a partir da década de 1970 quando a Nova História<sup>16</sup> amplia a incorporação de diversificados objetos cotidianos à investigação historiográfica expandindo, assim, o próprio sentido e a ideia de documento como fonte histórica (Le Goff & Nora, 1988). Nesse período, em pleno processo de urbanização, há uma

<sup>15</sup> Na busca de compreender a *ontologia do ser social*, Lukács (2012) concebe a categoria *cotidianidade* como sendo determinante para o desenrolar da práxis social mediada pelo cotidiano; este sendo o âmbito mais concreto e aparentemente imediato de reprodução social. Nesse sentido, as determinações fundamentais dessa cotidianidade insuprimível são dadas pela: *a. heterogeneidade* das tarefas necessárias a serem desempenhadas pelos indivíduos na resolução de seus problemas práticos diários, o que, por sua vez, requer sua; *b. imediaticidade*, ou seja, uma resposta prático-operatória para que tais problemas possam ser solucionados pragmaticamente e, por fim, ambos implicam em uma; *c. superficialidade extensiva*, a qual caracteriza-se pelo apagamento das mediações que contribuem para a efetivação da própria reprodução social vivenciada por esses indivíduos, visto que sua atenção deve estar voltada, simplesmente, ao “somatório dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam” (Netto, 2012, p. 68).

<sup>16</sup> A Nova História [*Nouvelle Histoire*] é uma corrente historiográfica francesa oriunda da terceira geração de intelectuais da Escola dos Annales, movimento teórico fundado em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. Estes inauguram uma prática historiográfica distinta daquela praticada ao longo do século XIX, colocando-se, por sua vez, em contraposição à história monumental da grande política e do personalismo das grandes figuras históricas. A Nova História segue essa tradição dos Annales, porém aprofundando a abordagem dos fatos cotidianos e as intenções e ações individuais como objetos de análise histórica, tornando-os elementos documentais de relevância historiográfica (Le Goff & Nora, 1988).

profunda reestruturação socioeconômica e cultural e no interior do modo de produção capitalista. Segundo Rousso (2009), essa reestruturação demandou a inclusão de novos instrumentos analíticos para sua compreensão. Diante disso, Sorlin (1994) salienta a importância das imagens para a escrita da história, vendo no cinema um instrumento de captação das oscilações da realidade social, apesar de seu caráter ficcional. Aliás, esse caráter, conforme aponta Ginzburg (2007), não se configura como elemento impeditivo de apreensão de uma dada obra estética enquanto fonte histórica, pois partir de dados concretos empíricos não assegura necessariamente às linguagens científicas a conquista da verdade. A verdade, complementa o autor, não é o ponto de partida, mas o ponto de chegada da análise.

Ainda de acordo com essa visão, Ferro (2010, p. 25) afirma que a ficção é matéria que fornece uma “contra-análise da sociedade”, isto é, um conjunto de significados indicativos de aspectos relevantes da realidade social. Portanto, é possível usar o falso (enquanto mera ficcionalidade) para falar do verdadeiro (em respaldo com a práxis social). Pois aos seres humanos, enquanto entes dotados de sociabilidade, sucede a interação com certas objetivações dotadas de algum grau de mistificação, projetando imagens unilateralizadas do mundo social. Este fato, que advém da própria necessidade de reprodução das relações sociais vigentes, adquire especificidade, sobremodo, no interior da *sociabilidade invertida*<sup>17</sup> da ordem burguesa fetichizada em suas relações de troca. Assim sendo, conforme ressaltam Duayer & Medeiros, a sociedade fundada sob o modo de produção capitalista

põe e pressupõe determinadas concepções por parte dos sujeitos em suas práticas [de reprodução das] relações sociais desta sociedade. [...] a sociedade do capital, ao lado de suas instituições, produtos, tecnologia etc., seu mobiliário, por assim dizer, tem por condição um *espaço de significação*, mais ou menos congruente, mais ou menos sistemático, no interior do qual as ideias dos sujeitos em suas práticas adquirem sentido. São verdadeiras, no exato sentido de que corres-

<sup>17</sup> Essa inversão da sociabilidade contida no interior da ordem liberal burguesa diz respeito ao fato de que todos os indivíduos que dela fazem parte necessitam, em algum grau, de uma inserção social mediada pela legalidade das trocas, ou seja, pelo funcionamento do mercado burguês. Assim, a sociabilidade entre os indivíduos encontra-se inexoravelmente permeada pela capacidade que possuem de valorar suas mercadorias na esfera da circulação mercantil. São essas mercadorias que atribuem aos indivíduos as qualidades sociais de que necessitam para interagirem entre si na práxis da vida cotidiana. Por conseguinte, os indivíduos se *reificam* como meros produtores de mercadorias, as quais encontram-se *fetichizadas* (ganham vida própria) em sua capacidade de valorar os próprios indivíduos – mesmo que esses indivíduos as tenham produzido. Tem-se aqui, portanto, um reducionismo unilateralizado das qualidades individuais próprias dos indivíduos (em sua multiplicidade de atributos, desejos e vontades) à quantificação de suas rentabilidades laborais perante o mercado, o que em si conforma a inversão do sujeito criador face ao objeto criado (Marx, 2017a).



pondem às relações dos sujeitos naquela sociedade (Duayer & Medeiros, 2015, p. 24, grifo nosso).

Porém, os autores enfatizam que tais ideias, apesar de verdadeiras em sua operacionalidade para a reprodução das relações sociais em seu cotidiano, são também falsas no sentido ideológico<sup>18</sup> de se apresentarem como significações que omitem, pela intencionalidade consciente ou mesmo pelo desconhecimento de suas determinações, justamente o caráter transitório (histórico) dessas relações. Esse caráter se revela como imanente à história humana e, no entanto, fica ausente nesses espaços de significação, o que, por conseguinte, oferece subsídio à manutenção das relações sociais de produção e reprodução do capital. Assim, os autores enfatizam que,

em síntese, sendo a sociedade do capital, por sua própria dinâmica interna, cada vez mais complexa, as *formas de consciência* que possibilita e demanda para a sua própria reprodução têm de ser cada vez mais sofisticadas, elaboradas. Resumindo, também as formas de consciência científica compõem aquele espaço de significação de que falamos. Noções da vida cotidiana, ideias morais, estéticas, religiosas, científicas integram, assim, por necessidade, aquela totalidade a partir da qual e na qual o mundo é significado pelos sujeitos. É a partir dessa totalidade que os sujeitos conferem sentido indispensável à sua prática (Duayer & Medeiros, 2015, p. 24-25, grifo nosso).

Com base nisso, é fundamental termos consciência de que, assim como qualquer atividade cotidiana em geral, o cinema, enquanto prática estética e fílmica (contendo imagens em movimento), encontra-se, ele mesmo, perpassado por essa dinâmica da *sociedade do capital*. Uma sociedade em particular, a qual se produz e reproduz suas relações sob as bases materiais da acumulação privada da riqueza socialmente produzida. Logo, uma sociedade determinada pelas lutas de classes que, dia após dia, opõem o trabalho ao capital. Nesse sentido, a obra cinematográfica, como produto específico do trabalho humano no interior do modo de produção capitalista, apresenta-se não apenas como um bem cultural de fruição e entretenimento, passível de contemplação e crítica estética. Ela é, antes de tudo, uma mercadoria como qualquer outra, logo, sujeita às leis do

<sup>18</sup> Trata-se aqui de *sentido ideológico* na medida em que tais ideias se apresentam como universais aos indivíduos em sua práxis cotidiana. Por sua vez, essa pretensa universalidade apaga as particularidades das relações sociais vigentes, tendendo a naturalizá-las e justificá-las e, com isso, promovendo a reprodução dessas relações no tecido social, as quais não são naturais e eternas, mas históricas e transitórias (Mészáros, 2014).

mercado capitalista para a sua efetivação, ou seja, às legalidades próprias do *valor* em suas relações de *troca*<sup>19</sup>.

Entretanto, devemos ressaltar que, como um bem de conteúdo estético e recreativo, a obra cinematográfica não se reduz a sua condição de mercadoria. Ela é muito mais determinada do que isso em virtude da totalidade das práticas culturais que a constituem. Nesse caso, devemos ressaltar ao leitor que, ao nos referirmos aos conteúdos estéticos e recreativos de uma dada obra cinematográfica, estamos mobilizando duas categorias centrais para o entendimento materialista de um bem de fruição cultural: a *catarse* e a *ludicidade*. Estas, proporcionadas pelo contato deste bem com o sujeito que a frui (que lhe tira proveito via estímulos sensoriais), apresentam tanto elementos de teor cognitivo e motor quanto formas reflexivas e ideológicas de disseminação e reprodução de ideias e comportamentos socialmente compartilhados (Eagleton, 1993).

Desse modo, enquanto a *catarse* emerge como uma categoria que procura dar conta dos afetos e da possível mobilização da razão no contato frutivo dos indivíduos face aos elementos artísticos<sup>20</sup>, a *ludicidade* diz respeito aos estímulos cognitivos que visam à aprendizagem, ao prazer sensorial, ao relaxamento ou ao simples entretenimento. Nesse caso, optamos por nos referir a ambas as categorias, simultaneamente, a fim de evitarmos estabelecer barreiras e diferenciações formais entre o estético e o recreativo. Tais barreiras e diferenciações encontram-se erigidas, por exemplo, na utilização excessivamente conceitual do termo *tempo livre*, o qual tende a cindir o ato recreativo do relaxamento – tomando-o como simples ato de descompromisso e ociosidade – das atividades de teor reflexivo, concebidas nesse âmbito como propriamente compromissadas. Podemos constatar isso nas elaborações teóricas de alguns autores clássicos funcionalistas do campo da sociologia do lazer como, por exemplo, Dumazedier (1979) e Requiça (1977).

<sup>19</sup> No modo de produção capitalista, a mercadoria é a forma socialmente determinada pela qual o produto do trabalho humano – enquanto objetivação capaz de satisfazer suas carências, tangíveis e intangíveis – serve à lógica de concentração e centralização do capital. Nesse caso, a forma mercadoria não é produzida para ser imediatamente consumida pelos seres humanos como, por exemplo, ocorrera em modos de produção historicamente superados tais como o escravista e o feudal. Ao contrário, ela só é privadamente produzida (em sua intencionalidade ontológica) na medida em que a satisfação de uma dada necessidade humana possa ser previamente passível de *troca*. Isto é, de uma legalidade na qual sua alienação (enquanto valor de uso) possa servir como ente de afirmação de seu valor no mercado. Desse modo, embora o valor se manifeste em mercadorias de magnitude equivalente, sua real substância é o trabalho abstrato que se objetiva em sua corporeidade existencial, ou seja, em sua existência enquanto coisa útil (Marx, 2017a). Desse modo, uma obra cinematográfica, além de se encontrar dotada de valor de uso (útil), possui um valor (econômico), o qual precisa ser realizado na troca. Mesmo que, na aparência cotidiana, uma dada obra cinematográfica possa se apresentar como bem de fruição cultural (em seu valor de uso), desprovido, por isso, de um caráter propriamente comercial, as atividades efetuadas pelos agentes envolvidos em sua produção e distribuição e os insumos necessários para a sua efetivação encontram-se de algum modo mediados pela legalidade das trocas.

<sup>20</sup> Para uma discussão mais aprofundada acerca da categoria *catarse*, ver Lukács (1966) e, também, seu debate com Brecht apontado por Eagleton (1976).

Nesse sentido, o pensamento dialético que procura captar os traços estéticos e recreativos de uma dada obra cinematográfica, ou mesmo de um bem cultural em geral, não deve proceder a uma pura cisão entre a catarse e a ludicidade, tomando de modo mecânico, unilateral e idealizado a estética como pura instância de sublimação e reflexão artística e a recreação como simples realização de um ócio a serviço do mercado. Essa questão, portanto, não é formal, mas relacional já que podemos constatar elementos de catarse em objetos tidos como propriamente lúdicos ou formas de ludicidade dotadas de momentos catárticos.

Assim, como em qualquer objeto sociocultural sob investigação, devemos apreender os traços constitutivos que nos apontam seus momentos estéticos e recreativos – para além de seus demais momentos constitutivos no que tange à produção material como, por exemplo, em suas possíveis formas mercantilizadas (Padilha, 2006). Isso, por sua vez, também vale para as obras cinematográficas em geral, sejam aquelas classificadas pela crítica especializada como clássicos de culto [*cult*] e/ou de originalidade autoral, sejam aquelas que se apresentam imediatamente como mercadorias de rápido consumo, como encontramos no cinema *mainstream* de matriz hollywoodiana.

Dessa forma, devemos integrar esse âmbito estético e recreativo ao circuito investigativo que procura captar a processualidade que constitui a obra cinematográfica em sua concreção ontológica. Nesta, seus princípios estéticos, suas funções socioculturais e/ou suas formulações pedagógicas, bem como seus graus de legitimação social etc., comparecem como mediações decisivas para a sua efetivação enquanto objeto exteriorizado. Nesse sentido, devemos ressaltar que suas determinações econômicas (enquanto *forma-mercadoria*, que antecede ontologicamente outras formas) não devem ser abstraídas de sua investigação, pois a mesma obra cinematográfica também pode comparecer na esfera das trocas. Assim, para que possamos ter acesso aos seus conteúdos propriamente estéticos e recreativos – e nesse sentido, em sua empiria – são também necessários seus momentos de produção e distribuição. Estes encontram-se mediados por seus custos de produção, seus preços de mercado, seus níveis de concorrência, suas relações de oferta e demanda etc. (Marx, 2014; 2017a; 2017b).

Tal dimensão, por sua vez, comparece como um nível de determinação elementar, no qual os agentes do campo cinematográfico se relacionam entre si, mediados por seus insumos, para a efetivação da própria obra cinematográfica. Por exemplo, no caso de determinadas obras de teor mais reflexivo, cujo valor de mercado não tenha um alcance comercial de público significativo mas, ao contrário, circule apenas em um âmbito restrito (em um dado nicho de mercado), seus realizadores serão obrigados a buscar financiamentos e parcerias público-privadas interessadas em promover sua obra. Nessas condições, a própria obra cinematográfica, em seu nível estético e recreativo, encontrar-se-á determinada pela capacidade técnica e orçamental de sua constituição econômica. Essa con-

dição deve ser considerada pelo pesquisador que pretende utilizar tal obra como fonte histórica para a compreensão de aspectos da sociedade burguesa na contemporaneidade<sup>21</sup>.

Portanto, essa dimensão produtiva necessária, embora insuficiente, nos insere na prática cinematográfica concreta, ou seja, em seu fazer cotidiano; em seu *vir-a-ser*. Nesse caso, as formas de apropriação do cinema na sociedade burguesa contemporânea se complexificam se comparado com suas formas de apropriação desde a sua gênese no final do século XIX. Atualmente, sob uma lógica de financiamento, circulação e recepção atrelada às condições do mercado globalizado, o cinema se realiza por meio de parcerias entre agentes culturais e econômicos de vários países (Ortega, 2010; Roberts, 2010). Por conseguinte, essas condições de produção dão uma nova complexidade à prática cinematográfica, pois não reverberam apenas em seu aspecto técnico, mas influenciam, sobretudo, em seu caráter discursivo. Este se potencializa como espaço de uma *luta cultural* pelo controle hegemônico das narrativas em circulação no mercado, as quais dependem dos interesses dos agentes econômicos e culturais envolvidos em sua produção (Shorat & Stam, 2006).

Todavia, conforme aponta Hall (2013), não há uma hegemonia totalizante que subsuma a integralidade do campo cultural, mas uma constante tensão entre narrativas que procuram legitimar os seus conteúdos estéticos. Isto é, um *complexo dialético de lutas culturais* que busca um consenso (hegemônico) por meio da elaboração de formas e conteúdos estéticos de fruição e recreação, verossímeis a determinados públicos. Por sua vez, a busca por formas e conteúdos de legitimação estética encontra-se saturada de contradições próprias das lutas de classes em processo, o que reverbera, necessariamente, nos espaços de significação em disputa, os quais se encontram mediados pelas ideias, formas de consciência e elaborações simbólicas próprias de sua reprodutibilidade material (Eagleton, 1993).

Diante disso, tanto as obras cinematográficas de discurso hegemônico, próprio do *mainstream* comercial, quanto aquelas de discurso crítico e emancipador se apresentam como objetos de investigação e, por sua vez, como fonte histórica capaz de mobilizar questionamentos à ordem social vigente e fornecer uma compreensão crítico-materialista da sociedade burguesa na contemporaneidade. Por conseguinte, tais obras permitem uma compreensão que não se

<sup>21</sup> Sorlin (1994, p. 87) salienta a importância da esfera da produção na constituição e compreensão do caráter representativo da obra cinematográfica. O autor afirma ser necessário investigar o contexto no qual a imagem foi concebida, o local de seu “comentário”. Para Benjamin (1994, p. 106), esse contexto é o locus da “legenda”, o qual fornece as relações sociais nas quais se constroem as imagens. Desse modo, não devemos considerar a obra cinematográfica tão somente em seu sentido estético, nem restringir a sua análise apenas ao seu contexto histórico, como pretende Ferro (2010). Ambos os níveis de constituição da obra são fundamentais para a sua apreensão.

apresente de modo unilateralizado, subjugada a conceitos pré-cristalizados. Isto é, uma compreensão do movimento constitutivo da obra cinematográfica no interior de sua própria totalidade. Nesse sentido, uma perspectiva crítico-materialista da obra cinematográfica, enquanto uma objetivação humana particular – a qual se constitui em uma processualidade histórica nas mais distintas formas de apropriação sociocultural na atualidade –, nos fornece uma base histórico-teórica que nos permite esboçar um método de apreensão do filme como objeto de investigação da sociedade burguesa na contemporaneidade. Passemos, portanto, a sua explanação.

### **A processualidade da obra cinematográfica sob o método compreensivo-explicativo**

O conhecimento da processualidade constituinte de um objeto histórico implica em descobrir as determinações sociais que mediaram a sua existência em seus vários níveis de concreção, sejam estes em níveis sócio-relacionais não aparentes, sejam em outros de caráter prático-cotidiano. No caso da obra cinematográfica, esta apresenta seu teor ficcional na própria constituição de sua linguagem fílmica, a qual se substancializa na ordem prática de sua efetivação nas esferas de sua produção, distribuição e recepção.

Nesse caso, embora Goldmann (1979) possa vir a ser considerado, equivocadamente, um autor datado, Löwy & Naïr (2008) salientam a importância de retomar seu pensamento devido a sua concepção de totalidade na investigação das obras artísticas<sup>22</sup>. Estas, por sua vez, são concebidas como manifestações culturais que expressam determinados pensamentos (conscientes ou não) sobre uma dada época histórica. Porém, não se trata de uma concepção da obra artística como um mero e redutor reflexo da realidade social pelo fato de mobilizar seus aspectos aparentes. Ao contrário, conforme enfatiza Eagleton (1976), em sua análise da teoria do reflexo de Lukács (que diz respeito à última reflexão lukácsiana presente ao longo dos quatro volumes de sua *Estética*), a obra cultural, em suas mediações intrínsecas e extrínsecas, expressa elementos constituintes

<sup>22</sup> Para Goldmann, a totalidade social se apresenta tanto de modo *ontológico*, na constatação do desenvolvimento histórico-relacional da práxis social, quanto de modo *reflexivo*, pela capacidade abstracional de relacionar a diversidade do socialmente existente em sua unidade constitutiva. Por isso, tomando o pensamento goldmanniano como elemento de crítica, Löwy & Naïr (2008, p. 26) argumentam que “a cientificidade absoluta dessa totalidade é impossível”, pois apreender aquilo que se encontra em perpétuo movimento “é interrompê-lo”. Nesse caso, a implicação imediata de tal assertiva passa pela constatação de que o sujeito individual que pensa e reflete sobre o mundo que o cerca é ele mesmo parte constitutiva desse mundo, não podendo, por isso, expressar idealmente o *todo pelo todo*. Logo, cabe a nós, que procuramos empreender uma abordagem crítico-materialista ao mundo que nos cerca, um permanente exercício abstracional de *conexão mediadora* entre as elaborações reflexivas que pensam uma dada totalidade (em seus diferentes níveis e abrangências de concreção) e o seu desenrolar na práxis sócio-histórica.

da própria realidade social, os quais não estão dados em sua aparente imediatez.

Assim, a fim de não perder toda essa complexidade histórica envolvida na constituição de uma obra artística, Goldmann (1979) aponta um caminho teórico-metodológico pertinente ao conceber uma obra cultural como uma manifestação fenomênica dentro de um determinado processo histórico que a engendra e no qual essa obra atua efetivamente a partir do momento em que adquire existência social. Por isso, ao contrário de se apresentar como um simples reflexo da realidade, a obra artística se constitui *na* história, atuando *com* e *sobre* a história. Em seu processo de exteriorização, ela própria é engendrada e interpelada pelas relações sociais que a constituem, podendo ser reapropriada como uma objetivação que passa a adquirir uma *determinada autonomia* em sua manipulação; ou seja, como objeto que ao se independentizar de seu momento de criação torna-se passível de novas modalidades de utilização (Alves, 2006). Logo, a própria obra cinematográfica expressa-se como parte do movimento que a constitui enquanto uma objetivação material em particular.

Desse modo, para a análise de tais obras, Goldmann explana seu *método compreensivo-explicativo* de investigação, o qual permite captar o movimento de concreção de um dado objeto cultural. Assim, com base no pensamento dialético acerca da obra artística, o autor destaca que

o conhecimento dos fatos empíricos permanece abstrato e superficial enquanto ele não for concretizado por sua integração ao único conjunto que permite ultrapassar o fenômeno parcial e abstrato para chegar à sua *essência concreta* e, implicitamente, para chegar à sua significação – não cremos que o pensamento e a obra de um autor possam ser compreendidos por si mesmos [...]. Uma ideia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento. Além disso, acontece frequentemente que o comportamento que permite compreender a obra não é o do autor, mas o de um grupo social (ao qual o autor pode não pertencer) e sobretudo [...] o comportamento de uma classe social (Goldmann, 1979, p. 7-8).

Assim, com base no pensamento goldmanniano, a investigação do objeto demanda do pesquisador dois momentos de análise: *a.* um *compreensivo*, no qual descobrimos as características detalhadas do objeto enquanto fenômeno empírico e abstrato e; *b.* um *explicativo*, que permite inserir o objeto compreendido no contexto social em que se constitui. Nesse sentido, pensando especificamente na obra cinematográfica, o momento compreensivo nos permite apreender um dado filme em sua empiria manifesta. Isto é, em sua constituição

interna enquanto linguagem fílmica dotada de forma e conteúdo estéticos. Porém, ainda abstraído de suas determinações sociais mais abrangentes, as quais contribuíram para sua efetiva concreção.

Desse modo, conhecidos os traços constitutivos internos à obra cinematográfica, partimos para o seu momento explicativo. Este permite-nos efetuar um movimento de retorno ao objeto, porém agora saturado das determinações históricas que o constituem. Para isso, precisamos adentrar em suas esferas de produção, distribuição e recepção, as quais, mediadas pelo contexto sócio-histórico de sua época, dão-lhe substrato e existência social. Assim, podemos conhecer a substância que recheia as relações sócio-históricas, as quais fornecem concreção à obra cinematográfica enquanto um acontecimento social, ou seja, enquanto um fenômeno empírico historicamente determinado. Isso evita chegarmos a uma conclusão investigativa apenas com base em dados parciais, em seu entendimento unilateralizado. Esses dados só assumem sua “verdadeira significação por seu lugar no conjunto”, no qual estão as relações e as condições nas quais se constituem os fenômenos cotidianos passíveis de apreciação sensorial (Goldmann, 1979, p. 6).

Por sua vez, essa postura metodológica dialoga com a orientação de Sorlin (1985), o qual afirma que na análise de um filme enquanto *texto visual* deve-se estudar suas características internas e, por sua vez, examiná-lo também enquanto *produto cultural*, pois o filme resulta de uma prática realizada num determinado contexto social. Logo, possui uma história própria na qual se constitui. Sob uma perspectiva crítico-materialista da cultura, isso significa que o filme apresenta *uma gênese, um desenvolvimento* e, por fim, *condições singulares de síntese* em devir. Dessa forma, podemos sintetizar uma *abordagem crítico-materialista* de uma dada obra cinematográfica por meio da exposição de três momentos de sua constituição: dois em seu plano compreensivo e um terceiro em seu plano explicativo.

*No primeiro plano compreensivo*, analisamos a obra fílmica enquanto texto audiovisual codificado, ou seja, enquanto um objeto ainda intelectivamente abstrato em sua forma e conteúdo, embora concreto em sua apreensão estético-fenômeno. Tal operação permite-nos conhecer o modo como a informação está codificada na estrutura fílmica. Segundo Sorlin (1985), trata-se da análise interna da especificidade da linguagem cinematográfica, ressaltando que o pesquisador deve estar atento ao conjunto de expressões – vozes, sons, palavras, ruídos, cores, texturas etc. – que compõem sua estruturação imanente. Essa característica peculiar da obra fílmica, ou seja, seu caráter audiovisual, nos coloca duas observações centrais em seu processo de decodificação. A primeira observação diz respeito ao papel da semiótica como um instrumento importante para o desvendamento dessa linguagem. Não há razão para manifestar-lhe temor segundo aponta Rousso (2009). Por sua vez, Lotman (1978) acentua o papel da semiótica

como um meio significativo para a compreensão da especificidade da linguagem cinematográfica. A segunda observação refere-se ao modo como devemos proceder à utilização da semiótica sem incorrerem em uma mera análise simbólica, formalista e subjetivista dos conteúdos propriamente fílmicos. Isto é, em uma análise desarraigada das mediações intrínsecas ao filme.

Desse modo, Machado (2016) contribui nesse âmbito ao propor uma análise semiótica que visa decodificar a linguagem fílmica de uma forma atrelada à diegese do filme, isto é, respeitando a sua instância de representação – constituída pelas inter relações dialéticas estabelecidas na composição audiovisuais das imagens, tecidas pela combinação do tempo e espaço implicados no enredo, com seus personagens, seus acontecimentos e seus diversos elementos plásticos, presentes em sua estrutura compositiva. Conforme salienta Xavier (1997), a pluralidade de canais sonoro-visuais existentes em uma dada composição fílmica são elas mesmas as mediações que estabelecem múltiplas combinações quando dispostas nos planos ordenados pela montagem, estabelecendo *um espectro determinado de relações possíveis e concretas*, as quais são fundamentais para a interpretação do filme<sup>23</sup>. Logo, ao apreender esse primeiro plano de compreensão, estamos diante da obra fílmica concretizada nas mediações próprias de sua linguagem estética.

Tal descoberta nos permite adentrar ao *segundo plano de compreensão* da obra cinematográfica. Este possibilita analisar o filme como um acontecimento social oriundo da própria história em curso, como um objeto resultante das legalidades das esferas de produção, distribuição e recepção a serem integradas ao circuito investigativo e, conseqüentemente, à totalidade da obra. Trata-se, portanto, do momento de sua *decodificação enquanto práxis*, ou seja, enquanto um complexo de práticas socioeconômicas e culturais necessárias para a sua efeti-

<sup>23</sup> Como exemplo desse procedimento, podemos citar a obra *Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome*, de Ismail Xavier, a qual nos oferece um modelo esclarecedor de como podemos efetuar a decodificação de uma obra cinematográfica. No percurso que vai desde a *textura* do filme até sua *interpretação*, a categoria central da análise é o *narrador* em seu comportamento no decorrer do filme. Isto é, o foco narrativo vai descortinando o mundo inventado pelo narrador, em sua complexidade de canais sonoro-visuais, permitindo-nos captar *o quê e como* está sendo narrado aquilo que se manifesta através do movimento de câmera, da intensidade dos cortes e pontuações entre planos fechados e abertos, combinados com personagens, gestos, cores, silêncio, sons, música etc. Esse rigor voltado a uma interpretação fílmica baseada em suas mediações concretas assume extrema importância na decodificação do filme, sobretudo quando vivenciamos uma prática de análise baseada na ideia de que há ilimitadas interpretações e, por conseguinte, no rechaço da interpretação ontológica dos objetos sociais. Nesse caso, uma visão das múltiplas possibilidades de interpretação subjetiva de uma dada obra artística apresenta sua validade no âmbito da recepção frutiva (na mobilização da experiência individual que se restringe ao seu consumo), portanto, descompromissada com o uso da obra artística enquanto fonte histórica de investigação. Entretanto, no que tange à investigação voltada à apreensão de suas determinações constitutivas, Moretti (2007, p. 36) enfatiza que o pressuposto de que há inúmeras interpretações para uma dada obra artística desconsidera não apenas as mediações que lhe deram substrato como também refuta qualquer possibilidade de seu conhecimento objetivo (existencial). Logo, o autor conclui que, se assim for, “toda interpretação será legítima, ou mais exatamente, nenhuma jamais será legítima”.



vação como um bem cultural passível de fruição, reflexão e avaliação por parte da crítica especializada e do público em geral. Esse desdobramento do plano compreensivo da obra cinematográfica permite-nos, inclusive, rechaçar sua mera semiologização enquanto um simples e reduzido bem estético desprovido de relações sociais. Portanto, sob tais condições, devemos compreender o fato fílmico como um produto cultural materializado em suas próprias relações, sejam elas de teor técnico-reprodutivo e estético (elaboração de roteiros, cenários, rodagem, montagem, decupagem etc.), sejam elas de divulgação e recepção de seu conteúdo (comercialização, publicidade, logística, consumo em salas de cinema ou plataformas digitais etc.).

Desse modo, o segundo plano compreensivo da obra cinematográfica possibilita-nos uma avaliação das ações dos agentes sociais envolvidos em sua consecução – bem como apreender seus efeitos concretos na sociedade – enquanto representação fílmica. Pois, em sua recepção, há graus de simetria e assimetria entre a *codificação* e *decodificação* de seu conteúdo, passíveis de processos de interpretação subjetiva (Hall, 2013). Nesse âmbito, esses graus de simetria e assimetria não dizem respeito apenas à recepção individual subjetiva do espectador que interpreta de “modo livre” a forma e o conteúdo estéticos que frui. Em tal processo, comparecem também, de modo decisivo, as *determinidades estéticas do filme* que fornecem ao espectador as efetivas possibilidades e limites de sua decodificação. Isto é, que apresenta um determinado *nível de abrangência interpretativa* em sua estética. Por exemplo, há filmes que apresentam elementos compositivos mais complexos, não apenas em sua diversidade (sequências, planos etc.), mas também em suas formas de combinação plástica (tonalidades, intensidades, imagens contrapontísticas, iluminação etc.), em densidade narrativa de temas, sobretudo aqueles de teor deliberadamente político (Eisenstein, 1990). Por outro lado, há filmes que apresentam uma narrativa clássica (dramática e/ou melodramática) que centraliza a forma e o conteúdo estético na ação dos personagens, delimitando assim sua margem interpretativa – com mediações de complexidade menor (Costa, 1998). Em ambos os casos, os elementos compositivos cinematográficos comparecem concretamente na estrutura fílmica e, portanto, devem ser levados em consideração na análise contextual do filme.

Entretanto, os limites e as possibilidades concretamente estabelecidos pela composição fílmica não impõem ao indivíduo espectador uma recepção (decodificação) condizente e estrita ao que a linguagem fílmica proporciona como bem de fruição estético. Enquanto um ser dotado de experiências sociais individualmente vivenciadas, o espectador poderá exprimir reações, percepções e afetividades que se encontram para além do filme enquanto representação estética. Dados os níveis de verossimilhança ou de estranhamento (incômodo) face à forma e ao conteúdo fílmicos, a sua percepção estética encontrar-se-á, ela mesma, imbuída dos fatos sociais que o cercam, do contexto histórico-geográfico que o

situa e das problemáticas conjunturais que vivencia. Isso, por si só, demonstra a complexidade dialética entre o sujeito que recebe e o objeto que é recebido. Em suas formas de permanência existencial – como agente que frui a obra que se põe à disposição de ser fruída – um transforma o outro e vice-versa. O indivíduo que assiste a um dado filme não será o mesmo de antes, no sentido de que terá incorporado ou rechaçado (o que não deixa de ser uma incorporação pela via da contestação) elementos estéticos e reflexivos novos advindos de sua interação com a obra. Por sua vez, a existência social da obra cinematográfica poderá atingir um patamar de superação na esfera da recepção na medida em que possíveis releituras da obra podem ser efetuadas a partir de novos contextos sócio-históricos em devir, os quais envolvem a própria audiência ao filme, modificando sua existência social.

Nesse sentido, tais ações e efeitos de codificação e decodificação acerca da obra cinematográfica constituem-se como um importante nível de suas determinações. Trata-se aqui do momento do circuito investigativo no qual podemos apreender o diálogo estabelecido entre os agentes culturais envolvidos (na produção, distribuição e recepção do filme) e a sociedade. Nesse diálogo, é possível obter informações adicionais sobre a obra cinematográfica tanto em suas motivações face à realidade social vigente (em seu significado histórico e também político) quanto em relação ao seu significado estético. Isso, por sua vez, contribuirá para a compreensão e contextualização da obra cinematográfica em seu âmbito de existência social mais cotidiana, qual seja, em seus diversos momentos de produção, distribuição e recepção, afastando a mera semiologização simbólica e subjetivista de seu conteúdo. Tal condição é fundamental para o pesquisador que pretende analisar a obra cinematográfica como fonte histórica de compreensão da sociedade burguesa na contemporaneidade.

Entretanto, para uma efetiva compreensão crítico-materialista da obra cinematográfica – em sua capacidade de expressar e representar traços sociais significativos para a apreensão do próprio processo histórico em curso – faz-se necessário, ainda, adentrarmos em *seu terceiro e último plano explicativo*. Nesse caso, para não cairmos na mera descrição fenomenológica da obra cinematográfica, em suas relações sociais mais cotidianas, devemos proceder à contextualização histórica de sua elaboração, a qual também determina em um nível mais abrangente sua própria efetivação. Isto é, trata-se de considerarmos na análise o próprio contexto histórico no qual se engendra o fato fílmico, pois este também se encontra determinado em sua condição conjuntural, podendo apresentar tanto momentos de crise e convulsão social quanto de aparente estabilidade e consenso. Materialmente, é muito diferente produzir um filme sob condições de subsídio, crescimento econômico e fortalecimento institucional. Em conjunturas economicamente adversas, nas quais o tecido social se esgarça diante das contradições da sociedade que se reproduz sob a égide do capital, ou até mesmo em

situações de bonapartismo político ou guerra, as condições materiais vigentes acabam reconfigurando as relações sociais cotidianas necessárias para a produção, distribuição e recepção das obras cinematográficas.

Portanto, explicar a obra cinematográfica à luz da história é reconhecer o papel que o processo histórico assume diante de sua elaboração. Haverá elementos históricos significativos que se encontram ocultos sob a forma e o conteúdo do fato fílmico, os quais apenas podem ser revelados na medida em que compreendemos a relação da linguagem cinematográfica com seu conteúdo sócio-histórico representado. Como dissemos no início deste artigo, o fato fílmico não surge de modo imediato. Ele retrata um *como, onde, quando e porquê* de sua constituição histórica, a qual apenas adquire significado no interior da práxis social que o engendra.

Segundo Ferro (2010, p. 33), a dimensão histórico-conjuntural da obra cinematográfica possibilita ao pesquisador captar seu “significado latente”, isto é, aquilo que não se encontra imediatamente visível nas mediações propriamente fílmicas, as quais aparentam ser previamente calculadas em sua linguagem audiovisual. Considerar isso é ultrapassar o mero formalismo ou conteudismo do fato fílmico em direção a sua própria significação no interior do legado histórico cultural da humanidade. É, por conseguinte, compreender que certos questionamentos e reflexões levantados pelo diretor e sua equipe podem nem mesmo ter sido elaborados de maneira consciente, uma vez que imperam, em última instância, a problemática cultural e as condições materiais de sua época.

Portanto, esse método de investigação possibilita-nos apreender a obra cinematográfica como fonte histórica de relevo para a compreensão das rápidas e ininterruptas transformações que progressivamente complexificam as relações sociais no interior da sociedade burguesa contemporânea. Abandonar o mero recurso conceitual-epistêmico em direção a uma investigação de conteúdo histórico-processual, na qual o fato fílmico é antes de tudo um fato histórico, significa *apreender a obra cinematográfica enquanto uma síntese de múltiplas determinações*, as quais, cada uma em seus diferentes níveis de concreção, colaboram para a explicitação dos fenômenos sociais que a abrangem.

Desse modo, trata-se de empreendermos uma jornada de descobertas próprias do mundo social ante à criação humana. Isto é, ante sua capacidade de elaborar distintas formas de expressão que sinalizam o próprio andar da carruagem desse mesmo mundo social que os próprios seres humanos engendram. Mundo este que os seres humanos criam e recriam, produzem e reproduzem cotidianamente em um processo de perpétuo devir. Enfim, a consideração do caráter ontológico da obra cinematográfica, sob uma abordagem crítico-materialista, torna a empreitada intelectual uma tarefa promissora em exteriorizar uma reflexão crítica acerca da sociedade burguesa contemporânea se apropriando, justamente, dessa forma particular de expressão humana. Devemos ressaltar que

nossa breve exposição de modo algum esgota as querelas e problemáticas em torno das possibilidades de investigação da obra cinematográfica enquanto fonte histórica. Todavia, esperamos que tal exposição estimule um debate que possa enriquecer e agregar as possibilidades e os limites de uma abordagem crítico-materialista da obra cinematográfica em seu papel de descortinar não apenas suas determinações mais cotidianas e latentes, mas também de se efetivar como um instrumento de compreensão teórico-reflexivo da sociedade burguesa contemporânea.

### Referências

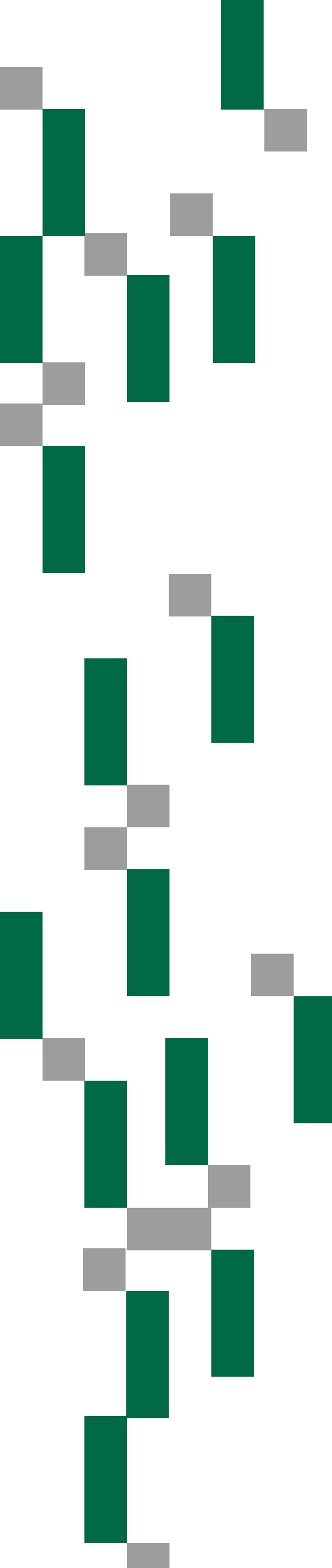
- ALBERA, François; TORTAJADA, Maria. Introduction to an epistemology of viewing and listening dispositives. In: ALBERA, François; TORTAJADA, Maria. *Cinema beyond film: media epistemology in the Modern Era*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, pp. 9-22.
- ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: PADILHA, Valquíria. *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 19-49.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema*. Volume 2. Bauru; Londrina: Editora Práxis, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Tela crítica: a metodologia*. Bauru: Editora Práxis, 2010.
- ANJOS, Ana Paula Bianconcini. *Capital financeiro e empreendedorismo: considerações sobre o sujeito contemporâneo em Match Point, de Wood Allen*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010, 203 p.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Volume I. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. *Revista Aurora*. Marília, v. 4, n. 6, agosto de 2010, p. 1-10.
- CHARNEY, Leo. Um instante: o cinema e a filosofia da modernidade. In: CHARNEY, Leo.; SCHWARTZ, Vanessa. R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. 2ª. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004. pp. 317-36.
- COSTA, Iná Camargo. *Sinta o drama*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson, et al. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, pp. 1-56.
- CRARY, Jonathan. *Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- DELAGE, Christian. *Chaplin: la grande histoire*. Paris: J.-M. Place, 1998.

- DELEUZE, Giles; GUATTARI, Félix. *El Anti-Edipo: capitalismo y esquizofrenia*. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- DUAYER, Mario; MEDEIROS, João Leonardo. Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital. In: NEVES, Renake. B. D. *Trabalho, estranhamento e emancipação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, pp. 17-26.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Porto: Edições Afrontamento, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- EISENSTEIN, Sergei. *Film essays and a lecture*. Princeton: Princeton University Press, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A forma do filme*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FERRO, Marc. *Cinema e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo*. Niterói, v. 5, n. 8, jan/jun 2017, pp. 45-67.
- FOUCAULT, Michel. *The birth of biopolitics: lectures at the College de France 1978-1979*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GONZÁLEZ, Carina. Villas rodantes: espacios y sujetos del neoliberalismo en el cine y la narrativa argentina. *Romance Notes*. North Carolina, v. 54, Jan 2014, pp. 83-93.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- HANSEN, Miriam B. Estados Unidos, Paris, Alpes: Kracauer (e Benjamin) sobre o cinema e a modernidade. In: CHARNEY, Leo.; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. 2ª. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004, pp. 405-50.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 5ª. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KOBS, Verônica Daniel. A Individualidade do sujeito contemporâneo diagnosticada pelo cinema. *Anais do VIII Fórum de Pesquisa Científica em Arte*. Curitiba, 2011. Disponível em: <[http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/Forum/Anais\\_VIII/016\\_Veronica\\_Kobs.pdf](http://www.embap.pr.gov.br/arquivos/File/Forum/Anais_VIII/016_Veronica_Kobs.pdf)>.
- LAGNY, Michele. O cinema como fonte de história. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni. Biscouto; FEIGELSON, Kristian. *Cinematógrafo: um olhar sobre a História*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009, pp. 99-132.

- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. *Vida cotidiana no mundo moderno*. Lisboa: Ulisseia, 1969.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. *Os executivos das transnacionais e o capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.
- LOTMAN, Yuri. *Estética e semiótica do cinema*. Lisboa: Estampa, 1978.
- LÖWY, Michael; NAÏR, Sami. *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- LUKÁCS, Györg. *Estética: a peculiaridade de lo estético*. Volume I. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MACHADO, Irene. Diagramas e as formas que pensam: experiências gráficas com o signo cinematográfico. In: MACHADO, Irene. *Diagramas: explorações no pensamento-signo dos espaços culturais*. São Paulo: Alameda, 2016, pp. 171-99.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- \_\_\_\_\_. O mistério da construção especulativa. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família ou A crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011b. pp. 69-94.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro II: o processo de circulação do capital. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- \_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção capitalista. 2ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas em três tomos*. Volume III. Lisboa: Edições Avante!, 1982.
- MEDEIROS, João Leonardo. Se Marx tivesse escrito uma ontologia da sociedade, quais seriam seus elementos fundamentais? *Revista Outubro*, São Paulo, n. 26, julho 2016, pp. 169-94.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MORETTI, Franco. *Signos e estilos da modernidade: ensaios sobre a sociologia das formas literárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- \_\_\_\_\_. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria. do Carmo Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012, pp. 65-89.

- NOVA, Cristiane. Narrativas históricas e cinematográficas. In: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni. Biscouto; FEIGELSON, Kristian. *Cinematógrafo: um olhar sobre a História*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009, pp. 133-46.
- ORTEGA, Vicente Rodriguez. Identificando o conceito de cinema transnacional. In: LOPES, Denilson; FRANÇA, André. *Cinema, globalização e interculturalidade*. Chapecó: Argos, 2010.
- PADILHA, Valquíria. *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- ROBERTS, Martin. Baraka: o cinema mundial e a indústria cultural global. In: LOPES, Denilson; FRANÇA, André. *Cinema, globalização e interculturalidade*. Chapecó: Argos, 2010, pp. 17-42.
- ROUSSO, Henry. Sobre a história do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. Entrevistadores: Silvia Maria Favero Arend e Fábio Macedo. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009, pp. 201-16.
- SHORAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- SORLIN, Pierre. *Sociologia del cine: la apertura para la historia de mañana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- \_\_\_\_\_. Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, pp. 81-95.
- TASDELEN, Birgül. Changing face of neoliberalism, terrorism and cinematic approaches with the context of Foucault: The road to Guantanamo. *Journal of Media Critics*. Lincoln, n. 2, 2016, pp. 77-83.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- XAVIER, Ismail. *Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. O olhar e a voz. A narração multifocal do cinema e a cifra da História em “São Bernardo”. *Literatura e Sociedade*. São Paulo, n. 2, 1997, pp. 126-38.

Recebido em 7 de setembro de 2020  
Aprovado em 20 de dezembro de 2020



# NOTA CRÍTICA



# Um acerto de contas com a História: o plebiscito de 25 de outubro de 2020 no Chile

Rejane Carolina Hoeveler\*

Mural de Caiozamma, Santiago.

À memória dos lutadores sociais mortos e desaparecidos do passado e do presente.

“Há quanto tempo você está aqui esperando para votar?”, perguntou o repórter da emissora *Chilevisión* para uma cidadã chilena posicionada com o distanciamento e máscara em uma das muitas longas filas que se formaram nos colégios eleitorais de todo o país. “Trinta anos”, responde a mulher, aguardando pacientemente sua vez sob o escaldante sol que fazia naquele dia. A ironia contida na rápida resposta ilustra muito bem o significado do Plebiscito nacional realizado no Chile no dia 25 de outubro de 2020.

Há apenas um ano atrás, e durante todos os 30 anos que se seguiram ao fim da ditadura de Pinochet, era impensável que a Constituição legada pelos ordoliberais do general, Jaime Guzmán à frente, fosse enterrada junto com o primeiro experimento de constitucionalização do neoliberalismo (Ramírez, 2020). A Constituição de 1980 tem na proteção à propriedade privada e do livre mercado cláusulas pétreas; ademais, foi construída e redigida de modo a tornar virtualmente impossível a realização de reformas constitucionais para além de mudanças cosméticas (Lemaitre, 2013). Mesmo na esquerda, eram poucos aqueles que tinham na reivindicação de uma nova Constituição uma bandeira central, como o historiador comunista e professor da Universidad de Chile Sergio Grez Toso, organizador do *Foro por la Asamblea Constituyente* (Grez e Foro por la Asamblea Constituyente, 2015)<sup>1</sup>.

---

\* Doutora em História Social (UFF), professora da UFRJ (Serviço Social), membro do NIEP-Marx e colunista do portal Esquerda Online.

<sup>1</sup> Destacamos também: Grez, 2009, p.1-21. Uma análise atualizada do autor sobre o tema pode ser encontrada em: Humanidades TV, “Sergio Grez: Procesos constituyentes em Chile, antedecentes históricos y desafíos actuales”. Conversatorio Facultad de Filosofía y Humanidades da Universidad de Chile. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jmLxXnPyjM>>. Acessado em 22 de novembro de 2020.

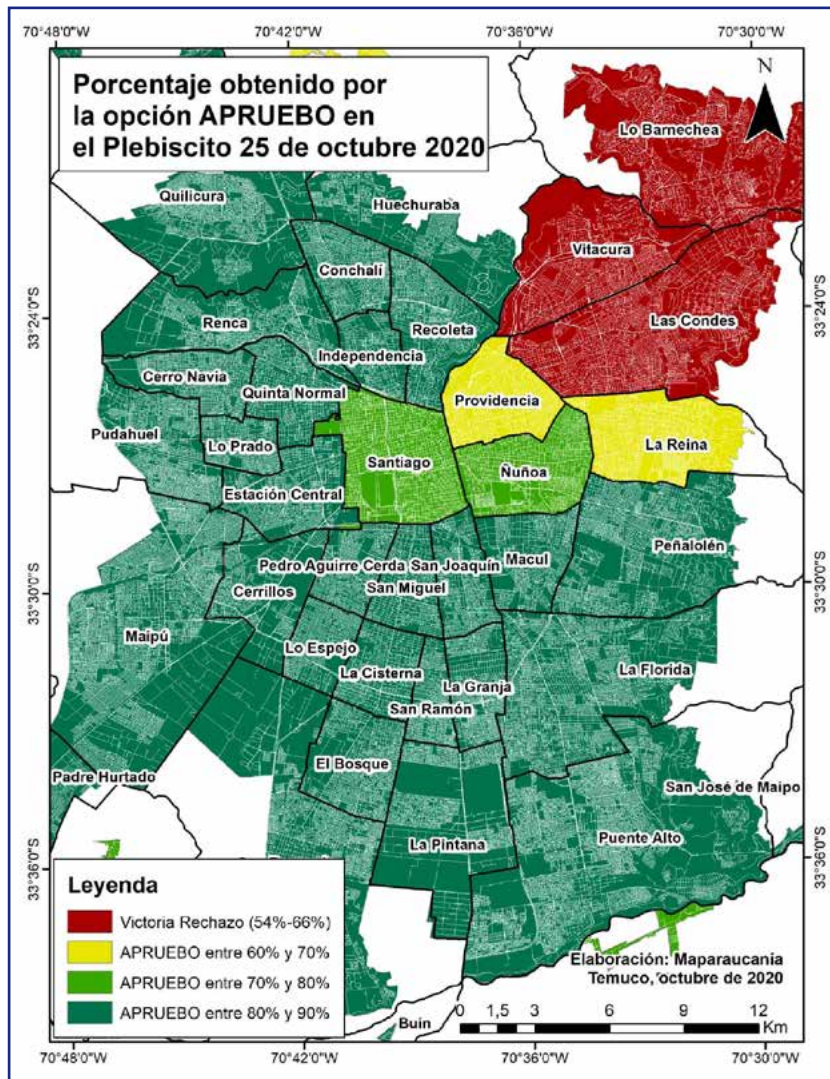


Entretanto, sabemos também que uma Carta Constitucional é essencialmente um retrato da correlação das forças políticas e sociais em determinado momento histórico. Em 1980, no auge da ditadura, obviamente não houve a possibilidade de qualquer participação popular na elaboração da Constituição, tendo havido apenas um *referendum* a posteriori, encharcado de todo tipo de fraude, pressão e ameaça, e no qual ainda assim uns 30% dos votantes votou contra. O famoso “para inglês ver”.

O que aconteceu para que a sociedade chilena esteja hoje à beira de entrar a Carta Magna, a exatos 40 anos depois do Plebiscito de 1980? A resposta é complexa, mas podemos sintetizá-la a partir de uma breve análise da brutal mudança da correlação de forças a partir do chamado *estallido* social de outubro de 2019, uma verdadeira insurreição popular nacionalmente espreada e que ainda segue seu imprevisível curso.

Na maior votação da história do país andino, em números absolutos e relativos, a despeito do medo a uma pandemia em descontrole, e apesar de certa confusão causada pela perniciosa formulação das duas questões contidas no Plebiscito<sup>2</sup>,

<sup>2</sup> Havia duas cédulas de votação: na primeira, a questão era se o Chile deveria ou não ter uma nova Constituição, com as opções *Apruebo* ou *Rechazo*; e separada e independentemente da resposta a essa primeira questão, estavam a questão “Que tipo de órgão deveria redatar a nova Constituição”, com duas opções: “Convenção Mista Constitucional”, integrada em partes iguais por membros eleitos pelo voto popular e parlamentares em exercício; ou Convenção Constitucional, integrada exclusivamente por membros eleitos popularmente.



a cidadania chilena manifestou sonoramente seu desejo de enterrar a Constituição de Pinochet. Os resultados alcançados pelo *Apruebo* à redação de uma nova Constituição atingiram quase 80%, cifra que surpreendeu até os mais otimistas analistas. Essa proporção de votos (80/20) foi praticamente idêntica na segunda consulta do Plebiscito, a qual versava sobre como deveria ser composto o órgão encarregado de escrever a nova Constituição. Aqui, de novo, a maioria esmagadora dos votos foi por uma convenção 100% diretamente eleita pelo povo, sem a participação de parlamentares em exercício de mandato<sup>3</sup>.

A divisão social que se revelou no Plebiscito não poderia ser mais transparente: de todas as comunas (bairros) do país, apenas em 5 ganhou o *Rechazo*: duas bases militares (uma na fronteira norte e outra na Antártica) e as três comunas mais ricas de Santiago, onde vivem as elites econômicas, políticas e midiáticas

<sup>3</sup> Os resultados finais de ambas votações do plebiscito podem ser consultados no site do Servicio Electoral de Chile (SERVEL): <<http://www.servelecciones.cl/>>. Acessado em 09 de novembro de 2020.

amedrontadas pela iminente ameaça a seus históricos privilégios: *Las Condes*, *Vitacura* e *Lo Barnechea*. No mapa abaixo, elaborado pelo geógrafo Felipe Castro Gutiérrez/projeto Maparaucanía, viralizado nas redes sociais, é possível visualizar que quanto mais periféricos os bairros de Santiago, maiores as proporções de votos pelo *Apruebo*, e vice-versa<sup>4</sup>.

### Do Estallido ao Plebiscito

Absolutamente ninguém poderia imaginar que uma ação direta de um grupo de jovens secundaristas (em sua maioria meninas) no metrô de Santiago pudesse desatar consequências de tamanhas proporções – fato que deixou desbaratinados os renitentes defensores do chamado “modelo chileno” (Castiglioni, 2019). Para aqueles analistas, entretanto, que observavam o descontentamento generalizado com a inexistência de direitos sociais ou de serviços públicos, as aposentadorias de fome das AFP<sup>5</sup>, a notável desigualdade social urbana e rural (com destaque para a questão da mobilidade urbana em Santiago); e acima de tudo a falta de perspectiva de uma juventude à qual foi prometido um irrealizável sonho meritocrático, entende-se porque os gritos daquelas secundaristas converteram-se em palavras-de-ordem de fundo anti-capitalistas, pelo fim do “modelo” e sua Constituição. “Nosso legado será apagar o seu legado” foi a frase grafitada sobre fotos de Pinochet por todo o país.

O estallido, de fato, não foi um raio em céu azul: sucessivas ondas de mobilização pelo menos desde 1998 e ao longo das duas primeiras décadas do século XXI pressionaram por reformas constitucionais afinal timidamente apresentadas pelos partidos da ordem que se revezaram no poder. Algumas foram realizadas, primeiro pelo governo de Ricardo Lagos (2000-2006), que retirou da Constituição a assinatura de Pinochet e colocou a sua própria; outras, um pouco mais avançadas, pela presidenta Michelle Bachelet (2006-2010; 2014-2018) – entretanto, todas as mudanças constitucionais um pouco mais audaciosas foram todas bloqueadas pela oposição.

Dentre as mais conhecidas dessas mobilizações sociais, estão a chamada “revolta dos pinguins”, em 2006, a dos universitários em 2011, o movimento *No más AFP*, criado em 2016, e as ocupações feministas de escolas e universidades em 2018. Aquele outubro de 2019 não foi um espasmo esporádico, e sim fruto da unidade de movimentos que contavam com importante organicidade e significativo poder convocatório. Não por casualidade, logo foram construídos *cabildos*

<sup>4</sup> Outros mapas de votação no plebiscito podem ser encontrados na página de Maparaucanía no Instagram: <<https://www.instagram.com/maparaucania/?hl=es>>.

<sup>5</sup> AFP = Associação dos Fundos de Pensão, fundos privados de capitalização que constituem o modelo radical de previdência privada imposta no Chile em 1980, idealizado por José Piñera, irmão do atual presidente Sebastián Piñera.

e assembleias territoriais, além da *Mesa de Unidad Social*, que com muita dificuldade enfrentou o desafio de prover uma direção unitária a tantos diferentes movimentos e organizações.

Como riachos que correm na direção de um mesmo caudaloso rio, as diversas lutas sociais (estudantil, feminista, ambiental, operária, LGBT, mapuche etc) confluíram para a proposta – agora realizável, graças ao *estallido* – de uma Carta Constitucional escrita do zero (coisa que a direita naturalmente se opõe, propondo manter supostos “pontos positivos” da Carta de Pinochet).

Quando milhares de pessoas passaram a lotar quase que diariamente a Praça Itália, rebatizada *Plaza Dignidad*, a primeira reação do governo de Sebastián Piñera (*Chile Vamos*) foi uma verdadeira declaração de guerra, culpando “terroristas” pela “deprecação e violência” de patrimônio público e privado. Segundo reportagem de capa de um importante periódico da mídia empresarial chilena, os incêndios no metrô de Santiago teriam sido forjados por “agentes cubanos e venezuelanos”<sup>6</sup>, na mesma toada da primeira dama Cecília Morel, que classificou os marchantes como “alienígenas”. A caricatura durou pouco.

A mídia empresarial passou rapidamente de uma condenação das “Jornadas de Violência” para a conhecida narrativa “pacíficos” *versus* “vândalos”. Esse discurso “colou” apenas até certo ponto, porque para não poucos, era evidente que, sem aquelas ações diretas, por maiores que fossem as marchas, não teria havido possibilidade real de mudanças significativas. Os toques de recolher e os tanques militares reprimindo brutalmente nas ruas de Santiago convocaram a memória dos piores anos da história contemporânea, reavivando um doído ódio popular contra os ricos e contra o Estado, estampando em Piñera a cara de Pinochet.

Segundo dados do *Instituto de Derechos Humanos de Chile* (INDH), mais de 11.300 pessoas foram detidas, 2.500 presas (Trejo, 2020), das quais cerca de 1500 permanecem presas (algumas delas ativistas conhecidos que foram sequestrados em suas próprias casas). O Instituto acolheu denúncias de tortura, inclusive sexual. Ainda segundo o INDH, entre outubro de 2019 e março de 2020, 34 pessoas foram mortas como produto da repressão policial, incêndios, e também assassinatos cometidos por militantes de extrema-direita, a tiros e atropelamentos. Além de pelo menos 3583 feridos, sendo 359 de graves traumas oculares causados pela tática israelense de guerra utilizada

<sup>6</sup> “Policía identifica a uno de los autores de incendios em estaciones de Metro”. *La Tercera*, 28 de outubro de 2019, disponível em: <<https://www.latercera.com/nacional/noticia/policia-identifica-uno-los-autores-incendios-estaciones-metro/880381/>>. Acessado em 19 de novembro de 2020. Posteriormente o próprio jornal foi obrigado a fazer uma retratação.

pelos *Carabineros* chilenos, a de atirar balas “de borracha” diretamente nos olhos (as aspas se devem ao fato de que posteriormente se descobriu que eram compostas mais por chumbo que por borracha).

Esse foi o custo humano para que o Estado mudasse de abordagem, passando a clamar por um “novo pacto social” por cima dos cadáveres e com garantida impunidade dos agentes do Estado que perpetraram tal chocante violência aos olhos de todo o mundo. Todos “casos isolados”. A imprensa não colaboracionista foi severamente restringida.

Assim podemos compreender porque, ao contrário dos “black blocs” no Brasil de junho de 2013, e à parte todas as reservas possíveis a essa comparação, a *Primera Línea* ganhou enorme prestígio e reconhecimento social: para qualquer pessoa que comparecesse às marchas era possível testemunhar que os corajosos jovens (e até idosos!) que compunham a *Primera Línea* literalmente salvaram vidas. Tornou-se socialmente legitimada a necessidade da auto-defesa contra um Exército e uma polícia assassinos do povo o qual, na falácia institucional burguesa, deveriam defender.

O que definitivamente não se esperava, nem mesmo pelos mais voluntaristas, era que o processo de politização da sociedade fosse avançar tão rápido: até mesmo taxistas, pequenos empresários e trabalhadores de categorias tradicionalmente contrárias a mudanças no *status quo* – de algum modo mesclada, porém não subsumida, à considerável influência da já mencionada ideologia anti-política/anti-partidos – passaram a ter alguma consciência de que o tão pro-palado “oásis” latino-americano não passava de uma farsa repetida muitas vezes.

### **O Plebiscito e a desesperada busca pela restauração da ordem**

A primeira tentativa de acordo anunciada por Piñera em meados de novembro de 2019 foi rechaçada por todos os partidos da esquerda, como o *Partido Comunista de Chile (PCCh)*, mais todos os partidos que compõem o *Frente Amplio (FA)*, como o *Partido Igualdad*, o *PRO*, o *Partido Humanista* e o *Comunes*, dentre outros, que emitiram uma declaração conjunta a favor de uma Assembleia Constituinte. A isso se seguiu uma retomada das negociações entre os partidos da ordem (com certo recuo dos oficialistas), das quais passaram a participar partidos da esquerda, com a exceção do Partido Comunista e da maioria dos componentes do *Frente Amplio*, os quais decidiram retirar-se daquelas negociações, vistas como espúrias pelos movimentos sociais mais combativos – principalmente pelo fato de que sequer estava aventada a possibilidade de uma Assembleia Constituinte, e muito

menos, como reivindicava o movimento social, uma com paridade de gênero, vagas reservadas para os povos originários e facilitação da participação de independentes<sup>7</sup>.

Para este espectro sócio-político, estava claro que tratava-se de uma tentativa de capturar e sufocar a revolta, levando a cabo, no máximo, mais alguma reforma constitucional decorativa. O chamado “Acordo pela Paz Social e pela Nova Constituição” foi finalmente anunciado na madrugada do dia 15 de novembro, abrindo caminho para a consolidação do Plebiscito nacional. Desde então, Piñera e a direita liberal aperfeiçoam chantagens e manobras para lograr alguma estabilidade social que permita que o governo pelo menos termine seu mandato, buscando a restauração da ordem com algum grau de consenso – obviamente sem o alívio da coerção aumentada, aliás, nas semanas anteriores à realização do Plebiscito.

A pandemia do novo coronavírus, que atinge o Chile a partir de março de 2020, abre um cenário propício, por um lado, para maior militarização, a pretexto de quarentena (principalmente em regiões como a Araucanía, ao sul, onde estalaram ocupações de terra encabeçadas pelo povo mapuche); e por outro lado, também aumentou o terreno da revolta social, na medida em que o governo não promoveu políticas consequentes para a garantia do isolamento social, como uma renda mínima para os trabalhadores durante o período de pandemia. Não casualmente, o ministro de saúde, Jaime Mañalich, foi demitido logo após declarar publicamente que não tinha conhecimento de como viviam os habitantes dos bairros pobres (lembrando muito certo general brasileiro que declarou desconhecer o SUS). A ação do governo Piñera diante da pandemia, de maneira congruente com sua ideologia neoliberal, calcou-se essencialmente na volta do toque de recolher, dos militares nas ruas, relegando a prevenção à Covid-19 aos indivíduos e famílias, no melhor estilo darwinista social.

Lá como cá, o governo procurou “aproveitar” a oportunidade da pandemia e da própria crise do capital para “passar a boiada”: foram aprovadas diversas medidas para salvar os grandes grupos econômicos às expensas de trabalhadores já desprovidos de direitos, atingindo especialmente os mais precarizados – lá como cá esmagadora maioria na classe trabalhadora. Em um de seus vários gestos de provocação explícita, somente explicável pela necessidade do apoio do não desprezível setor político neopinochetista, Piñera nomeia, em maio de 2020, uma sobrinha-neta de Augusto Pinochet, vociferante cruzadista anti-“ideologia de gênero” para a pasta da Educação.

<sup>7</sup> As divergências dentro do Frente Amplio (FA) relacionadas ao acordo levou à saída dos partidos Ecologista verde, Humanista e Igualdad, bem como de importantes quadros da Convergência Social, dado o papel central que o deputado Gabriel Boric (FA) teve nas negociações do acordo, tendo assinado o mesmo sem a concordância de sua própria organização.

Entre o medo do vírus e da fome, sob um péssimo manejo no controle da pandemia e da crise econômica, não demorou para que uma revolta despontasse na comuna de *El Bosque*, na periferia de Santiago. Simultaneamente, iniciativas de solidariedade ativa, como as *ollas comunes*, ressurgiram sob a histórica divisa “Solo el pueblo ayuda el pueblo”: auto-confiança que se investe em luta.

Foi apenas sob forte pressão popular que arrancou-se uma Convenção Constitucional com paridade de gênero, a primeira na história mundial. No próximo período, é bastante provável que, mantido o atual grau de mobilização social, seja também aprovado o direito às vagas *convencionales* (constituintes) reservadas para os povos originários (cerca de 12 em todo o país). Assim também pode vir a ser com a questão dos independentes, os quais, pelas regras atuais, ficarão totalmente a reboque dos partidos (Jara, 2020). O grande problema é que as normas gerais da Convenção Constitucional estão sendo debatidas e votadas pelo atual Parlamento, majoritariamente de direita, que se vê obrigado a fazer concessões somente e na exata medida em que ainda paira no horizonte a possibilidade de uma nova e possivelmente maior ebulição social.

Por fim, é digno de nota que na campanha pelo *Apruebo*/Convenção Constitucional, toda a esquerda se uniu, enquanto a direita se dividiu de maneira desastrosa: até mesmo no Gabinete ministerial de Piñera, metade defendeu o *Apruebo* e outra metade defendeu o *Rechazo*. O principal presidenciável da direita (neo)liberal, Joaquín Lavín, partícipe da ditadura pinochetista e atual prefeito da comuna de *Las Condes*, converteu-se subitamente em “social-democrata” – paradoxalmente, contrariando o voto majoritário de seus próprios governados, como vimos. Entretanto, o nome mais citado nas pesquisas espontâneas para a próxima eleição presidencial, a ser realizada em novembro de 2021, é o do comunista Daniel Jadue, destacado tanto por suas posições políticas ao longo do estalido quanto por sua gestão como prefeito de Recoleta, bairro de classe média baixa de Santiago. Somente a UDI (partido fundado por Jaime Guzmán, que compõe, juntamente com o partido *Renovación Nacional*, a coalizão presidencial *Chile Vamos*) votou 100% pelo *Rechazo* – além, é claro, da extrema-direita, cujo mais conhecido expoente é o grande admirador de Jair Bolsonaro, José Antonio Kast<sup>8</sup>.

Cabe mencionar ainda a desconfiança dos mesmos movimentos populares com relação aos partidos, seja pelo legítimo descontentamento com a esquerda institucional (a qual, uma vez no poder, garantiu a continuidade do

<sup>8</sup> Muito embora não seja desprezível o crescimento da extrema-direita, não tanto em termos de popularidade, mas certamente em radicalidade: em fevereiro de 2020, Jadue sofre uma tentativa de homicídio por parte de um grupo terrorista fascista intitulado “Movimiento Social Patriótico”; em agosto, uma marcha pacífica de mulheres pelo *apruebo*, com crianças e idosos, foi dispersada a balas por outro grupo com as mesmas características; sem contar o renascimento do grupo *Patria y Libertad*, responsável, em 1970, pelo assassinato do general legalista René Schneider.



neoliberalismo), seja pela também legítima concepção horizontalista de organização política imbuída na maioria dos movimentos sociais mais atuantes – a qual, infelizmente, por vezes se confunde com o sentimento anti-política/anti-partido (que como bem sabemos no Brasil, pode ser muito bem capitalizado pela extrema-direita).

### Considerações finais

O que podemos esperar da nova Constituição chilena? O país berço do neoliberalismo será seu túmulo? É impossível responder essas questões nestas poucas linhas e no calor dos acontecimentos. Entretanto, podemos afirmar que, majoritariamente, é esperada uma Carta que preveja direitos sociais, trabalhistas, proteção ao meio ambiente e ao patrimônio público – portanto, desprivatizações, em especial da água; o fim do sistema AFP ou pelo menos mudanças radicais na Previdência; direitos para as mulheres, LGBTs e povos originários, em suma: alguma espécie de Estado de bem estar social do século XXI. Ao que tudo indica no momento, nada menos do que isso poderá acalmar o descontentamento popular tornado consciente e manifestado nas urnas. Em abril de 2021, acontecerão as eleições dos *convencionales*, e o Plebiscito de saída está previsto para 2022 – portanto, provavelmente já sob um novo governo. A partir de então, caso o desejo se torne realidade, a luta será para que os direitos eventualmente previstos em lei sejam efetivamente implementados.

### Referências

- CASTIGLIONI, Rossana. “¿El ocaso del ‘modelo chileno’?” Nueva Sociedad, n. 284, 2019. disponível em: <<https://www.nuso.org/articulo/el-ocaso-del-modelo-chileno/>>. Acessado em 15 de novembro de 2020.
- GREZ, Sergio & FORO POR LA ASAMBLEA CONSTITUYENTE. Asamblea Constituyente: la alternativa democrática para Chile. Santiago: Editorial América em Movimiento, Santiago, 2015.
- GREZ, Sergio. “La ausencia de un poder consituyente democrático em la historia de Chile”. Revista Izquierdas, n. 5, 2009, pp. 1-21. Disponível em: <[http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/123041/Grez\\_Toso\\_Sergio\\_Ausencia\\_de\\_un\\_poder.pdf?sequence=1](http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/123041/Grez_Toso_Sergio_Ausencia_de_un_poder.pdf?sequence=1)>.
- JARA, Carlos. “Candidaturas independientes: las reglas que hacen que aliarse con un partido permita salir más fácil electo”. El Desconcierto, 27 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.eldesconcierto.cl/nacional/2020/10/27/candidaturas-ndependientes-las-reglas-que-hacen-que-aliarse-con-un-partido-permita-salir-mas-facil-electo.html>>. Acessado em 22 de novembro de 2020.

LEMAITRE, Fernando Atria. *La Constitución tramposa*. Santiago: LOM Ediciones, 2013.

RAMÍREZ, Simón. “Constitución chilena y gubernamentalidad neoliberal”. *Derecho y Crítica Social*, v. 5, n. 1-2, 2020, pp. 82-121. Disponível em: <<https://derechocriticasocial.files.wordpress.com/2020/04/3.pdf>>. Acessado em 11 de novembro de 2020.

TREJO, Carolina. “Los 2.500 presos de la revuelta em Chile de los que no se hablan”. *Interferencia*, 25 de março de 2020. Disponível em: <<https://interferencia.cl/articulos/los-2500-presos-de-la-revuelta-en-chile-de-los-que-no-se-hablan>>. Acessado em 22 de novembro de 2020.

Recebido em 4 de dezembro de 2020

Aprovado em 6 de dezembro de 2021



# LUTA e MEMÓRIA

# O acirramento das contradições no Império: uma entrevista com Leo Panitch

Ana Garcia\*

Debora Gaspar\*\*

Filipe Mendonça\*\*\*

**Leo Panitch** (*In Memoriam*)

O trabalho de Leo Panitch tem sido fundamental em nossa formação como estudiosos de Relações Internacionais (RI) no Brasil. Embora pouco tenha sido traduzido para o português ou espanhol, seu trabalho influenciou não só nossa formação acadêmica pessoal, mas também muitos estudiosos em busca de análises marxistas em RI. Consideramos que o pensamento crítico de Panitch ocupa um lugar único no campo das RI, que tem sido particularmente avesso ao marxismo. Argumentamos em outros trabalhos que a obra de Panitch deve ser lida como teoria das RI. Considerar Panitch como um teórico das RI implica uma profunda discussão sobre o papel e as funções do Estado capitalista na promoção da globalização, bem como repensar a natureza e as atuais configurações do imperialismo (Garcia e Bugiato, 2019). Para compreendê-lo é necessário considerar os processos de internacionalização do Estado, assim como a integração outros Estados ao império informal norte-americano.

Segundo Panitch e Gindin, a “internacionalização do Estado” significa o processo por meio do qual os Estados encorajam e apoiam capitalistas a exercer atividades para além de suas fronteiras, porém sempre mantendo uma dimensão nacional nos processos de internacionalização capitalista. Assim, os Estados capitalistas (centrais e periféricos) assumiram a responsabilidade de promover a acumulação de capital de forma a contribuir com a administração da ordem capitalista internacional gerenciada pelos EUA (Panitch e Gindin, 2012: 4). Nesta perspectiva, o Estado estadunidense não ditou isso a outros Estados, mas sim colocou os parâmetros dentro dos quais os outros Estados determinavam seu curso de ação (Panitch e Gindin, 2012: 8).

No processo de apoiar a exportação de capital e a expansão de suas multinacionais, o Estado americano assumiu um papel imperial e policial, com a crescente responsabilidade na criação das condições políticas e jurídicas para a extensão e reprodução do capitalismo de forma internacional. Isso exigiu o desenvolvimento de capacidades das agências estatais para promover os produtos

---

\* Ana Garcia é professora de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

\*\* Débora Gaspar é professora de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

\*\*\* Filipe Mendonça é professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

americanos em todo o mundo, baixando suas tarifas comerciais e as de outros Estados, assim como o policiando os regimes de comércio e investimento, a fim de garantir a livre circulação e acumulação de capital em todo o mundo – não apenas do capital estadunidense. Panitch e Gindin destacam o papel ativo das diferentes instâncias do Estado americano, como o poder judiciário, o Tesouro, o *Federal Reserve*, o próprio poder executivo e seus departamentos (Panitch e Gindin, 2012: 31-35).

Resulta de tudo isso que a expansão dos mercados, das relações sociais capitalistas e seus valores dependeram dos Estados, em particular dos EUA. O Estado estadunidense desenvolveu o interesse e a capacidade de conduzir a construção do capitalismo globalmente. Porém, ele não o fez sozinho, mas através de um alto grau de integração entre Estados capitalistas avançados. A manutenção da globalização capitalista contou com o compromisso interestatal, especialmente mediante articulações como o G7 (depois G20) que, em momentos de crise, conseguiram evitar o protecionismo e fortalecer o papel do Estado estadunidense como prestador de última instância.

Isto constitui o que Panitch e Gindin chamam de “império informal norte-americano” (Panitch e Gindin, 2004). Este se caracteriza pela capacidade do Estado estadunidense de penetrar e coordenar os outros Estados líderes capitalistas. O dinamismo do capitalismo americano e o seu apelo mundial, combinado a uma linguagem universalista da ideologia de democracia liberal, apoiaram a capacidade do império informal de ir além dos impérios anteriores. Desta forma, ordem capitalista mundial foi organizada e regulamentada mediante a reconstrução de outros Estados como Estados capitalistas, com instituições e práticas burocráticas, coercivas e jurídicas que assegurassem a acumulação de capital em todos os lugares, sendo a ocupação territorial direta não mais uma estratégia prioritária (Panitch e Gindin, 2004: 32).

Assim, Panitch e Gindin procuram desfazer um senso comum dentro do marxismo (clássico e contemporâneo), bem como do realismo nas Relações Internacionais, que é expectativa de um ressurgimento da rivalidade interimperialista (ou de potências revisionistas, no caso do realismo). Em sua visão, essas análises falhavam em enxergar a profundidade da incorporação de outros Estados capitalistas avançados no novo império americano. Ao contrário de uma rivalidade interimperialista, os EUA apoiaram o renascimento dos seus competidores econômicos através de empréstimos, ajuda, condições favoráveis de comércio. O crescente fluxo de investimento da Europa e Japão para os EUA, e vice-versa, apoiou a integração profunda de redes transversais de produção (Panitch e Gindin, 2012: 10).

Panitch e Gindin analisam a ascensão das atuais potências emergentes, em particular a China, em termos de sua integração no império informal norte-americano, e não como um desafio a ele. Isto não significa que a competição econô-

mica entre diferentes centros de acumulação seja inexistente. Ela é, entretanto, atenuada pela construção do capitalismo global, por meio de redes internacionais de produção e comércio integradas, da centralidade do dólar e dos títulos do Tesouro americano para os fluxos financeiros (e produtivos) globais, bem como a construção da infraestrutura institucional, jurídica e econômica de outros Estados nacionais de acordo com as determinações do Estado estadunidense, garantindo que o capital (estrangeiro ou doméstico) possa acumular sem restrições. Assim, a concepção do império informal construída sobre a penetração e coordenação de outros Estados para garantir a reprodução das relações capitalistas em cada formação social, assim como em nível global, tem sido uma grande influência para nossas análises dos investimentos diretos “Sul-Sul” e a ascensão dos BRICS (Garcia, 2017).

A análise de Panitch sobre a situação atual, transformada pelos quatro anos da administração de Donald Trump, ajuda a desenredar o quebra-cabeça entre o papel imperial dos EUA, sustentado por suas agências estatais cosmopolitas, e o recrudescimento dos ressentimentos e ansiedades sociais, condensados no patriotismo do *America First*. Para explicar isto, Panitch retorna a seu quadro analítico, desenvolvido e aprofundado através de anos de observação atenta e contribuições teóricas: a retórica *Make America Great Again*, de Trump, deve ser lida frente às contradições materiais e ideológicas produzidas pela globalização neoliberal, que implicou uma reestruturação econômica no próprio centro do Império. Este processo foi acompanhado, em particular, por uma pressão para baixo sobre os salários e benefícios, aprofundando a insegurança no emprego, bem como transformando os fluxos de mão-de-obra internacional e a migração mundial (Panitch e Gindin, 2019). Nesta linha, Panitch nos fornece uma perspectiva sobre como evitar a aceitação acrítica do diagnóstico generalizado do “declínio americano”, encontrado em muitas análises das RI, enxergando uma realidade mais complexa e instigando nossa capacidade analítica.

Esta entrevista – promovida pela rede Relações Internacionais e Marxismo (RIMA), em parceria com o Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e o *podcast* Chutando a Escada – foi realizada em 6 de novembro de 2020<sup>1</sup>, após a eleição presidencial americana, que foi considerada a mais importante das últimas décadas. Panitch soube celebrar a derrota eleitoral de Trump, tendo em mente os limites da vitória de Joe Biden, tanto em termos do contínuo (e contraditório) papel imperial dos EUA, quanto em termos da possibilidade de superar a decadência social interna vivida pela classe trabalhadora estadunidense. Ele nos adverte que a tentativa de restauração da hegemonia ideológica do império informal, por uma presidência democrata, não será uma tarefa fácil. Ele também

<sup>1</sup> A entrevista completa está disponível em inglês no canal do Youtube da rede Relações Internacionais e Marxismo, em <<https://youtu.be/OXuWbUnSuOQ>>.

nos ajuda a enxergar além da superfície desses processos, olhando para o potencial de algumas das forças sociais de esquerda, trazidas pelas mesmas contradições que tornaram possível o Trumpismo, ajudando-nos a buscar a esperança para além do caos mais visível. Interessado e profundamente informado sobre a situação política no Brasil, Panitch foi capaz de enquadrá-la nos termos de sua análise, mas sempre nos convidando e estimulando a desenvolver nosso próprio entendimento sobre nossas singularidades. Suas análises sempre mostraram o cuidado para conter alarmismos, evitar conclusões rápidas, e buscar sobriedade e lucidez.

Leo Panitch foi um socialista e internacionalista. No fim do século XX, início do século XXI, diante de ausência de alternativas reais ao capitalismo, ele afirma que é necessário transcender o pessimismo político e resgatar a utopia. Um projeto socialista no século XXI precisa repensar a relação entre Estado e democracia, e precisa se comprometer com o desenvolvimento de capacidades que possam manter os objetivos utópicos visíveis (Panitch, 2008). Além disso, ele foi um professor, orientador e amigo cuja força, vitalidade e generosidade influenciaram toda uma geração. Panitch sempre buscou conectar e encontrar convergências, apesar das diferenças. Uma de suas maiores qualidades – aquela que revela quem são os grandes mestres – era lidar com as diferenças e colocar à frente as convergências para trabalhos conjuntos. Neste sentido, era um intelectual comprometido com as lutas nas grandes esferas da política e nas esferas “pequenas” do cotidiano. Suas formulações intelectuais correspondem à sua forma de ser e lidar com estudantes, secretários e pessoas comuns no dia-a-dia. Mais uma lição aos estudiosos das Relações Internacionais que ousam sonhar em mudar o mundo.

### Pergunta 1 –

Nossa intenção com esta conversa com você é tentar compreender os processos mais profundos que vêm ocorrendo dentro do “Império”, e que têm efeitos no mundo, particularmente como o capitalismo global está sendo remodelado (ou não) devido a essas mudanças internas e profundas nos Estados Unidos.

Gostaríamos de começar pela crise política, econômica e social nos Estados Unidos. Muito se fala hoje sobre a “polarização”, a ascensão de grupos de extrema direita (de natureza neofascista)<sup>2</sup> de um lado, e de forças progressistas, expressas

<sup>2</sup> Um destes grupos de extrema-direita que ganhou visibilidade nestas eleições foi supremacista branco e machista *Proud Boys*, que costuma se envolver em violência política. Durante o primeiro debate presidencial de 2020, Trump foi desafiado tanto pelo moderador Chris Wallace, que se referiu a eles como milícias de direita, quanto por seu contendor Joe Biden a nomear e condenar o grupo, ao que ele respondeu com a famosa “stand back and stand still”. Este episódio ecoa a reação de Trump aos eventos de Charlottesville em 2017, no qual um manifestante antifascista foi morto.

na campanha de Sanders e no movimento *Black Lives Matter* (BLM)<sup>3</sup>, de outro. Como você avalia o resultado eleitoral em termos dos processos sociais mais profundos que estão ocorrendo na sociedade americana? E o que isso significa para o ambiente político-partidário americano no longo prazo? O que você chamou de ‘decadência social doméstica americana’ e as ansiedades populares se mostraram mais uma vez nítidas nos resultados eleitorais? Como podemos melhor compreendê-los?

### Leo Panitch –

Nos anos 1930, acho que foi Adorno disse que “quem fala de fascismo e não fala de capitalismo deve ficar calado”<sup>4</sup>. Já faz alguns anos que digo que quem fala de capitalismo no século XXI e não fala de fascismo, deve ficar calado. Esse parece ser o caso, e obviamente, vocês veem isso no Brasil muito claramente. Quanto mais o capitalismo continua a existir, quanto mais tempo os socialistas mostraram-se incapazes de substituí-lo por algo humano, democrático e igualitário, maior é a probabilidade de que o fascismo ganhe mais e mais bases em uma estrutura capitalista no século XXI. E é isso que estamos vendo no coração do capitalismo global, nos Estados Unidos hoje. Já vimos tendências assim, não só no Brasil, mas na Europa Ocidental, na Índia, etc., mas o fato de isso acontecer nos Estados Unidos é obviamente muito significativo.

É muito interessante você ter colocado isso em termos do crescimento da polarização. Isso está acontecendo logo após o mundo ter se tornado capitalista em sua essência, isto é, nas relações sociais entre todos os seres humanos em todo o mundo no início do século XXI. Pela primeira vez na história precisamos dizer que, de fato, o mundo inteiro se tornou capitalista. Ao mesmo tempo, dentro de cada um dos Estados que fomentaram essa unanimidade do capitalismo ao redor do mundo, as polarizações explodiram. Primeiro, em termos de desigualdades de classe, construídas em algumas décadas de repressão ao sindicalismo, mas também através das mudanças na força de trabalho, encorajadas por um capitalismo global e uma fragmentação contínua das velhas comunidades da classe trabalhadora. Podemos chamar isso de deformação da classe trabalhadora, se preferir. Dentro desses países não vemos apenas a crescente polarização de classes na riqueza e na desigualdade de renda, mas também uma explosão de polarizações em torno de identidades. Isso está mais visível nos Estados Unidos, mas não só lá. Isso ocorre porque, dentre outras coisas, a globalização foi acom-

<sup>3</sup> O movimento BLM, que ganhou força após o brutal assassinato de George Floyd pela polícia, em maio, levou a marchas por todo o país, que clamavam por justiça racial. Credita-se ao movimento o incremento no comparecimento de eleitores negros às urnas em estados eleitoralmente decisivos, como Geórgia e Pensilvânia.

<sup>4</sup> Panitch refere-se, na verdade, a uma citação de Horkheimer no ensaio “Os Judeus e a Europa”, publicado em 1939.



panhada inevitavelmente de uma crise migratória em todo o mundo. Isso foi sentido de forma muito forte nos Estados Unidos, quando os migrantes da América Central e do México foram puxados para o mercado de trabalho estadunidense para fazer coisas, como regar os campos de golfe das corporações de Trump. Ao mesmo tempo, eles foram empurrados pelas terríveis condições nos países de onde vieram, induzidos por uma guerra externa ou, mais provavelmente, induzidos por guerras internas.

Então, vimos uma polarização de identidades. Nos EUA isso assume a forma de legado da escravidão (em certa medida isso é verdade no Brasil e seus efeitos são continuados), mas não menos no que diz respeito às formas como divide a classe trabalhadora. Embora o *Black Lives Matters* seja um fenômeno muito importante em relação à opressão policial – e muito importante para clamar por uma reestruturação do aparato estatal local em torno da polícia – não apenas mudando as políticas, mas realmente reorganizando o aparato. No entanto, por trás disso, a liderança do *Black Lives Matter* é muito inclinada a uma abordagem de “igualdade de oportunidades” do que para as desigualdades e polarização. É uma abordagem focada na mobilidade ascendente, de que deveria haver tantos diretores negros quanto diretores brancos, proporcional à população, etc. Infelizmente isso não resolve o problema fundamental da desigualdade.

Isso criou espaço para o crescimento (e elas não são novas) de milícias explicitamente fascistas, racistas e xenóforas, que são muito expressivas nos territórios, especialmente no momento atual. Trump aprendeu a falar com elas. Em alguma medida toda a sua *persona* refletiu essas milícias. Com isso, ele aumentou seu apoio nesta eleição, certamente aumentando o número de votos que obteve. O fenômeno é dividido regionalmente, mas mesmo na Califórnia ou em Nova York, Trump está obtendo 35% dos votos, o que é significativo em termos de ameaça fascista. Imaginem: um terço da população está votando neste cara. Ou seja, essas polarizações são muito significativas<sup>5</sup>.

Existe uma desconfiança em grande parte da população em relação à velha classe dominante. O fato de que uma maioria da população (às vezes muito mais do que isso, chega a 75%) diz que apoia Trump na economia, é preciso entender o que isso significa. Significa que “se o mercado de ações vai bem, a economia vai bem”? Será que, antes do vírus, havia baixo desemprego nos Estados Unidos (mesmo com empregos geralmente muito ruins e insalubres)? Ou será que esta é uma ‘palavra da moda’, uma forma de se referir à propriedade privada? O que as

<sup>5</sup> Uma característica central das eleições estadunidenses de 2020 foi a extrema polarização entre os eleitores, apresentando uma nação profundamente dividida. Um dos aspectos mais marcantes e comentados foi o comparecimento recorde às urnas, o maior desde 1900. Se Biden obteve o maior número de votos, entre todos os candidatos à presidência da história dos Estados Unidos, Trump vem em segundo lugar. Este seria um resultado notável em condições normais, mas sob uma pandemia, torna-se ainda mais impressionante.

pessoas ouvem (certamente, em Miami, isso é o que aqueles que escaparam de governos de esquerda na América Latina estavam ouvindo) quando se fala de “economia” é propriedade privada, ou seja, sua própria riqueza. Essas pessoas estão surpreendentemente abertas à afirmação de que Joe Biden é um socialista. A indicação mais perigosa do crescimento do fascismo é a acusação de que o socialismo é uma grande força no país. Aí chega-se ao tipo de reação de forças anti-socialistas que Mussolini e Hitler tão bem representaram – em seus próprios termos, tão horrivelmente em nossos termos. Isso aumenta os riscos.

Do outro lado, temos a campanha de Sanders – na verdade, começando antes com *Occupy Wall Street* – que atraiu milhares de jovens para a política, e os levou de protestos como *Occupy* para tentar, de fato, buscar entrar no Estado e construir uma certa infraestrutura. O DSA (Democratic Socialists of America) tinha antes de Sanders uns 5.000 membros, todos com uma média etária tão velha quanto a minha, agora tem 60.000 membros com idade média de menos de 30 anos. Isso é uma coisa maravilhosa e eu acho que é um bom presságio para o futuro, na medida em que essa juventude pode se transformar em organizadores, engajando-se novamente de formação de classe, com uma classe trabalhadora que está tão deformada. Essa juventude pode lançar-se no movimento sindical de forma a mudar os decrépitos sindicatos burocráticos (há exceções, como os professores e enfermeiros, que são sindicatos novos e dinâmicos, mas a maioria não é). Essa é a condição *sina qua non* para construir uma esquerda que seja capaz de assumir isso. Mas, à medida que se torna mais capaz, isso aumenta os riscos em face às tendências fascistas. É isso que precisamos buscar internamente nos Estados Unidos, mas obviamente não só nos Estados Unidos, no Brasil também.

### Pergunta 2 –

Gostaríamos de explorar o conceito de “império informal norte-americano” que você desenvolveu com o Sam Gindin no início dos anos 2000, e que nós consideramos ser muito útil para compreender os determinantes, tanto internos como externos, da construção do capitalismo globalizado liderado pelos EUA.

Em 2019, você não relacionava o Trumpismo à desglobalização, mostrando dados sobre investimento, comércio, etc. Hoje, o mundo está enfrentando uma crise muito profunda devido à pandemia, que é única em sua natureza, especialmente se a compararmos com a crise financeira, predominantemente norte-atlântica, de 2008-09. A atual crise financeira desorganiza, de alguma forma, as bases materiais e ideológicas do “império informal norte-americano”?

### Leo Panitch –

Vocês estão se referindo ao ensaio no Socialist Register, que Sam Gindin e eu escrevemos em 2019, intitulado *Trumping the empire*. Eu acho que temos que

voltar um passo para darmos um tratamento teórico a isso, nos termos da economia política internacional. Vocês se lembrarão que a palavra globalização se tornou um modismo na vida acadêmica no início dos anos 1990. Todos estavam utilizando-a no sentido de que o capital teria contornado ou escapado aos Estados. Isto se tornou hoje para estas pessoas, vergonhosamente, errado. Isto já era absurdo naquela época e, agora, é patentemente absurdo. Acordos de livre-comércio não foram celebrados entre empresas, mas entre Estados. Os Estados foram os autores da globalização e foi necessária muita regulação para que isso acontecesse. Era sobre isso que versavam os tratados de livre-comércio e muitos outros tratados internacionais.

Naquele momento, a correlação de forças política nos países capitalistas líderes, incluindo aquele se tornaria capitalista (o chinês), era tal que permitiu apoiar, facilitar, auxiliar a administrar as contradições da mobilidade transnacional do capital. Permitiu o tratamento similar entre o capital internacional e o capital nacional, o máximo possível, dentro de cada um dos Estados individuais. Isso não quer dizer que eles não estivessem apoiando suas corporações multinacionais, eles estavam. Mas eles também estavam se comprometendo, domesticamente, a tratar o capital estrangeiro em seus próprios países como capital nacional.

Ao mesmo tempo, havia outra teorização sendo feita, construída a partir da teoria marxista do imperialismo, ainda que esta contivesse alguns legados de teorias convencionais das Relações Internacionais. Foi a ideia de que a história mundial deve ser contada por meio da ascensão e queda dos impérios. Giovanni Arrighi a representou em sua melhor e mais profunda forma<sup>6</sup>. No entendimento de Arrighi, o capital financeiro deve ser visto como central para a ascensão e a queda dos impérios. Então, tivemos uma longa tradição, na herança teórica marxista, da rivalidade inter-imperialista, que foi revitalizada. E muitas teorias convencionais de Relações Internacionais, como vocês bem sabem, nunca olham para dentro dos Estados. Elas veem o mundo como uma mesa de bilhar, com os Estados como bolas que se chocam umas contra as outras, desenvolvendo estratégias sobre como melhor se chocar uns com os outros, já que o que elas queriam, sobretudo, era aconselhar governos.

Entretanto, parecia-me naquela época, e me parece estar mais do que provado agora, que as principais polarizações, contradições e conflitos internacionais não residem, no capitalismo global que agora temos, entre os Estados, mas dentro dos Estados. Em outras palavras, se globalização tem sido desafiada e fragilizada, isto se deve às polarizações, contradições e conflitos dentro dos Estados, muito mais do que entre eles. Os Estados, naturalmente, utilizarão as

<sup>6</sup> Arrighi, Giovanni. *O longo século XX*. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

forças domésticas que se opõem à globalização. Eles poderão tentar desfazer algumas das conexões internacionais. Isso é visto tanto na direita alemã ou na italiana, dentro da União Europeia, bem como as forças Trumpistas dentro dos EUA, que agora se espalharam e que, de alguma forma, já eram mobilizadas pelos democratas antes de Trump, tornando a China uma vilã.

Na verdade, houve pouquíssima ‘desglobalização’, eu diria quase nenhuma. Na verdade, vemos o inverso: quando se olha para a quantidade de capital circulando no mundo; quando se olha para os efeitos das tarifas americanas no volume de comércio (os EUA têm um déficit comercial com a China maior agora do que antes de Trump introduzir as tarifas); e certamente quando olhamos para o grau de integração financeira. Durante os três ou quatro últimos anos, os chineses têm sido mais abertos que nunca e Wall Street mais determinada a incorporá-los. Wall Street quer, desesperadamente, ser capaz de lucrar e fazer dinheiro com a enorme quantidade de capital acumulado internamente na China. Neste país as pessoas estão adquirindo títulos do governo ou mantendo seu dinheiro em contas correntes. Não existe um mercado secundário digno do nome na China e eles têm se aberto. Logo no início da pandemia, em 1º de abril, o JP Morgan gastou 1 bilhão de dólares, aproveitando-se de uma nova regulação introduzida pelos chineses, que permite às empresas financeira estadunidenses adquirirem a propriedade de mais de 50% de todas as empresas financeiras chinesas<sup>7</sup>.

Apesar de interrupções no comércio relacionadas à pandemia, vê-se, ao mesmo tempo, como a empresas chinesas se tornaram provedoras de equipamentos de proteção individual. Assim, eu não vejo, de forma alguma, que tenha havido desglobalização. Não seria fácil para a Apple, da noite para o dia, trocar os componentes que são produzidos no exterior, em geral, na China, de forma profundamente integrada e, ironicamente, por empresas de Taiwan ou japonesas (operando na China). Houve alguma realocação de produção para o Vietnã, etc., devido aos salários mais baixos, mas em termos das grandes tendências, nós não estamos assistindo a uma desglobalização e, de fato, e eu não penso que alguém como Trump queira uma. No fim das contas, o que ele quer é ser capaz de construir *Trump Towers* em Pequim e Shanghai ou, na verdade, em qualquer cidade chinesa com mais de um milhão de habitantes.

Em suma, não é uma questão de desglobalização. O fato de que os Estados tiveram que, nos últimos 30-40 anos, legitimar-se a si mesmos enquanto promoviam a globalização alegando que seria em nome do “interesse nacional” (o que todos fizeram) – isso levou a uma enorme contradição ideológica, política e

<sup>7</sup> ‘JPMorgan Takes Full Control of Chinese Mutual Fund Joint Venture’. *Bloomberg*, 3 Abril 2020, em <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-04-03/jpmorgan-takes-full-control-of-chinese-mutual-fund-joint-venture>>. ‘JPMorgan gets China’s nod for first fully foreign-owned futures business’. *Reuters*, 18 Junho 2020, em <<https://www.reuters.com/article/us-china-markets-futures-jpmorgan-idUSKBN23P1J9>>. (Acesso em Dezembro, 2020).

discursiva. Conforme mais e mais pessoas se sentiam vítimas da globalização, ou motivavam-se por atitudes xenófobas ou racistas contra imigrantes, cada vez mais alguns grupos foram capazes de utilizar a legitimação do nacionalismo (o “interesse nacional”), para angariar apoio, de tipo retórico e ideológico, contra a globalização. Nós podemos ver com Trump, e eu acho que também com Bolsonaro, que isso não significa que eles irão se retirar do capitalismo global, longe disso. Há muitas evidências que mesmo os capitalistas que os apoiam não os deixariam fazê-lo, sem contar o grande número de capitalistas que não os apoiam.

O fascismo é um fenômeno transversal às classes sociais e sempre o foi. Está tomando uma forma diferente hoje, mas sempre foi assim. Penso que o fato de que os Estados foram tão importantes na construção da globalização significa que são os conflitos de classe, os conflitos sociais, dentro dos Estados o que realmente importa, mais do que a rivalidade inter-imperialista. Não foi a ascensão da China que produziu desglobalização, de forma alguma. Trata-se dos conflitos internos aos Estados.

### Pergunta 3 –

Aprofundando um pouco mais esta discussão, gostaríamos de adentrar o papel do cosmopolitismo e do nacionalismo dentro dos Estados Unidos. Nos seus trabalhos, você sustenta que o cosmopolitismo (exemplificado pelos democratas como Bill Clinton, Hillary Clinton, Barack Obama e agora Joe Biden) era necessário para sustentar o império informal dos Estados Unidos. Por outro lado, a última corrida presidencial nos mostrou que o Trumpismo, com suas estratégias neofascistas, é uma força social robusta (e talvez permanente) dentro da sociedade americana. Você também afirmou que o Trumpismo deve ser entendido como um fenômeno mais amplo do que o próprio Trump. Diante disso, como avalia o papel e os impactos do Trumpismo para o império informal dos EUA?

### Leo Panitch –

Esse foi o tema central do ensaio *Trumping the empire*, publicado no Social Register em 2019. Acho que é aí que agora temos que levar isto. Até mesmo os cosmopolitas dos Clintons ou de Robert Rubin no Tesouro são, em sua maioria, a epítome disto. Eles estavam envolvidos em algo contraditório porque estavam, ao mesmo tempo, dizendo que tudo isso era nome do interesse nacional, mas suas políticas estavam repletas do discurso vazio “sonho americano”. Na verdade, Clinton era visto como “o presidente negro”, porque ele propagava aquela bobagem do “sonho americano” mais em relação aos negros estadunidenses.

A tese central de nosso livro *The Making of Global Capitalism* era que, por razões históricas muito específicas (não havia uma resposta teórica abstrata para isso), os Estados Unidos passaram a desempenhar o papel central na construção do capitalismo global, fazendo todas as coisas que Estados nacionais estavam

fazendo, tal como disse em minha resposta à pergunta anterior. A internacionalização dos Estados foi melhor representada pelos Estados Unidos. Quando me refiro à internacionalização dos Estados, não me refiro à formação da União Europeia ou muito menos das Nações Unidas. Quero dizer, antes, que os Estados assumiram para si a responsabilidade não apenas de administrar suas economias domésticas e facilitar a acumulação de capital dentro delas, mas também de administrar as contradições, as irracionalidades, as tendências de crise do capitalismo internacional. À medida que introduziam políticas domésticas, eles sempre o fizeram tendo em vista o quanto isso contribuía para a gestão do capitalismo global. Nesse sentido, são genuinamente cosmopolitas. Certamente, esta teoria da internacionalização do Estado deveria ser, penso eu imodestamente, um alicerce para a compreensão do século XXI e suas contradições.

O que vimos com Trump, nos Estados Unidos, é um desnudamento de instituições que fazem este trabalho: o Departamento de Estado e o Tesouro. O Tesouro americano funcionava essencialmente como o secretário executivo do G7. Esse departamento criou o G7 na década de 1970, após o colapso de Bretton Woods no auge da crise do dólar, que era um reflexo do movimento de capital sem regulamentação em todo o mundo já na década de 1960. Funcionou também como secretário executivo e criador do G20. No auge da crise financeira de 2007-8, coube ao governo George Bush reunir os chefes de Estado do G20 e assinar uma declaração, todos os anos reeditada pelo grupo, dizendo que se comprometem, diante desta terceira grande crise global do capitalismo, a não voltar às políticas dos anos 1930 e a manter o compromisso com o livre comércio, a livre mobilidade dos capitais, etc. Trump obviamente não desempenhou esse papel, para dizer o mínimo. O Tesouro não tem interesse nem capacidade para o fazer este trabalho. Este é o indicador mais importante e significativo da perda de capacidade dos Estados Unidos de desempenhar aquele papel crucial que nenhum outro Estado desempenhou. E os chineses continuam clamando para que os Estados Unidos assumam suas responsabilidades no mundo. Isso está longe daquela ridícula ideia de que “a China é uma ameaça aos Estados Unidos”, “a China quer que o renminbi valha como ouro”, etc.

Por outro lado, e aqui está uma grande ironia – especialmente para aqueles que conhecem o Brasil e observaram as tentativas de tornar o banco central independente tão de perto – o termo “banco central independente” significa independente de governos democraticamente eleitos. Ou seja, bancos centrais livres das pressões para dar prioridade a manutenção de empregos em vez de combater a inflação. Neste sentido, independência significa independência da democracia burguesa.

A independência do Fed provou, mais do que nunca (não só na crise de 2007, mas também na pandemia), que atua como o banqueiro do mundo. O Fed é o banco central do mundo e tem atuado de forma funcional para a reprodução

do capitalismo global. Fez isso com grande entusiasmo em março de 2020. Claro, o Fed buscava saber se os bancos e as instituições de crédito estadunidenses permaneceriam viáveis, mas ao mesmo tempo, na medida em que fazia isso, ele estava ciente de que qualquer instabilidade afundaria os bancos da Europa. Estes se encontravam em situação muito mais vulnerável se comparada com os bancos estadunidenses, devido à quantidade de regulamentação que o Fed implementou entre 2010 e 2020. Portanto, o Fed tem atuado de forma representativa na internacionalização do Estado.

Vale notar que isto costumava ser escondido do povo americano. Era a contradição mais visível, e escrevemos sobre este “patrocínio” dos EUA à globalização no livro. Quando o Tesouro e o Fed organizaram o resgate ao México durante a crise do peso em 1994, tentaram esconder o resgate do Congresso<sup>8</sup>. Eles não queriam que o Congresso pudesse dizer “o que você está fazendo emprestando dinheiro dos contribuintes para um sistema bancário mexicano?”. Claro, eles estavam apenas emprestando para que pudessem pagar de volta a Wall Street. Ainda assim, era um Congresso de maioria democrática na época. Não se trata, portanto, de algo específico do partido republicano. Em 1997-98, eles fizeram a mesma coisa. Nas duas oportunidades fizeram tudo o que podiam para que os alemães, que são os menos orientados para a internacionalização do Estado apesar da União Europeia, concordassem com isso. Eles sempre foram recalcitrantes no G7 neste tema.

O que vemos hoje é o Fed, não o Tesouro (embora o Tesouro não esteja vetando, o que também é significativo), desempenhando esse papel na atual crise pandêmica e sendo um pouco menos cauteloso em dizê-lo, o que é interessante. Ao mesmo tempo em que assistimos a todo esse nacionalismo, as pessoas aceitaram que o Fed desempenhe esse papel internacional. As pessoas parecem correr em dois trilhos diferentes. Isso tudo mostra que o nacionalismo não tem relação com desglobalização, porque eles enxergam isso como algo essencial, mesmo que estejam pensando na economia em termos das suas próprias pensões. Eles detêm informações suficientes para saber que o que o mercado de ações está refletindo também a propriedade da (ou investimentos na) mineradora brasileira Vale pelos fundos de hedge americanos.

Em todo caso, o crucial é ver como o Estado americano está perdendo a capacidade de administrar um capitalismo global cada vez mais incontrollável. Isso é o crucial a ser investigado, mas este processo está longe de estar completamente completo e pode ser desfeito. Se ele se tornar cada vez mais desfeito, os perigos são de uma maior dependência dos aspectos autoritários do Estado ame-

<sup>8</sup> Panitch e Gindin discutem a crise do México, o programa de ajuste estrutural aplicado pelo FMI, e o papel do Tesouro e do Fed na gestão da crise em seu livro *The Making of Global Capitalism*, pp. 214-217.

ricano, incluindo os militares e o aparato de segurança. Basta ver toda a bagunça que o aparato militar e de segurança tem feito em grande parte do mundo, sobretudo do Oriente Médio. A menos que haja forças socialistas que vão, em dez anos, ser capazes de realmente fornecer uma alternativa estratégica de longo prazo, fico pensando em Adorno dizendo a Kafka, “há esperança?”, e Kafka respondendo “claro que há, mas não para nós”<sup>9</sup>.

#### **Pergunta 4 –**

Uma das principais preocupações da política externa dos Estados Unidos, principalmente a partir do século XXI, é a China. Mas a China não é apenas uma ameaça geopolítica (como foi a URSS), ela é vista como uma ameaça ao próprio funcionamento do capitalismo nos EUA devido à ameaça ao emprego. Nos parece correto dizer que a China é um tema bipartidário na política dos Estados Unidos, apesar de os partidos republicano e democrata discordarem sobre a metodologia e as soluções para lidar com a China. Na sua avaliação, como vão se desenvolver as relações EUA-China no próximo período, em um contexto em que a China já está se recuperando e ocupando posições cada vez mais importantes de governança global?

Para as forças sociais de esquerda nos EUA, como lutar por melhores condições de emprego e por justiça ambiental, sem colocar a China como uma ameaça e, assim, correr o risco de estar ao lado dos Trumpistas? Existe uma abordagem não-nacionalista ou solução não-xenófoba para lidar com a China por parte das classes trabalhadoras americanas?

#### **Leo Panitch –**

Primeiramente, é importante esclarecer algumas coisas. A reestruturação da indústria estadunidense não começa quando a China ingressa na OMC – o que, aliás, só ocorre com a aquiescência estadunidense, após resistirem por muito tempo. A aceitação estadunidense veio sob enorme pressão da classe capitalista nos EUA, especialmente de Wall Street. Assim, a reestruturação da indústria estadunidense não começa com a admissão da China na OMC, em 2001. Ela começa nos anos 1980, com a forma como foi resolvida a crise do dólar, a crise de rentabilidade dos anos 1970 – que foi o desemprego maciço introduzido pelo choque de Volcker, forçando empresas automobilísticas, que haviam sido resgatadas, a reabrirem seus contratos e reduzir os salários e benefícios dos trabalhadores; e o deslocamento crescente da indústria automobilística, das cidades do

<sup>9</sup> Panitch refere-se a um diálogo que é, na verdade, entre Max Brod e Franz Kafka, citado por Walter Benjamin: “Existiria então esperança, fora desse mundo de aparências que conhecemos? Ele ri: há esperança suficiente, esperança infinita – mas não para nós”. Benjamin, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. História sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 142.



nordeste para o sul dos EUA, primeiramente, e até a zona rural de Ohio ou a Pensilvânia. Essa reestruturação, que tanto alterou as capacidades da classe trabalhadora estadunidense, antecede, em muito, a China.

E por que essas fábricas foram deslocadas para o sul? Foram deslocadas fábricas que são propriedade de empresas alemãs e japonesas, que são tratadas da mesma forma que o capital estadunidense e que são, na verdade, induzidas por subsídios destes estados sulinos. Nada disso pode ser explicado em termos da emergência “repentina” da China. Sem dúvida, o que torna a globalização viável por um período, é que os produtos chineses, demasiadamente baratos – ou os componentes chineses que barateiam os produtos, são direcionados ao mercado consumidor estadunidense: calças jeans que são importadas pelo Walmart e que são usadas para retirar um pequeno fabricante ou varejista do mercado, frequentemente, nestas pequenas áreas rurais. Isso significa que o trabalhador estadunidense pôde reproduzir seu padrão de vida, ainda que tenha sofrido uma importante queda salarial relativa, porque consumir uma calça jeans ou um celular ficou mais barato.

É necessário ver isso como um todo integrado. As pessoas que falam sobre o choque chinês (“tudo é culpa da China”) não estão entendendo isto. Elas não estão inserindo em termos de onde a China se encaixa nesta história e em quais aspectos. Ela se encaixa ao menos em termos da internacionalização do capital financeiro, como eu estava falando anteriormente. Neste sentido, as forças que continuarão a promover uma maior integração com a China serão muito poderosas. É neste sentido que Biden irá se utilizar da retórica anti-China de modo a facilitar mais e mais a abertura dos serviços financeiros na China, que serão administradas (e que produzirão lucros ou mais-valia) por companhias financeiras, não apenas estadunidenses, obviamente, mas predominantemente estadunidenses.

Agora, se nós somos realmente socialistas, não há nada errado com a palavra “proteção”. O que mais um governo socialista faria a não ser proteger a sua classe trabalhadora? Nós não somos globalizadores capitalistas. Nós queremos encontrar uma saída da globalização capitalista. Nós queremos mais desenvolvimento econômico orientado para dentro. Nós queremos mais investimento planejado. Não há nenhuma maneira imaginável de lidar com a escala da crise ambiental sem planejamento econômico. É absolutamente inconcebível. E a maneira pela qual os Estados internacionalizaram-se, eles se internacionalizaram para facilitar a competição por capital, não o controle democrático sobre os investimentos. Então, nós estamos buscando uma forma de desglobalizar, mas de uma maneira não xenofóbica e não racista. Dito isto, eu consigo totalmente conceber uma demanda por planejamento econômico democrático no Brasil, por exemplo, puxado pelo fim da agricultura de exportação, como prioridade máxima para alimentar mais de 200 milhões de pessoas de maneira equi-

librada. Eu posso facilmente imaginar demandas para um planejamento econômico democrático nos EUA, ou no Canadá, de uma forma que seja mais orientada para a produção doméstica, que seja mais equilibrada e que, acima de tudo, equilibre radicalmente a produção ambientalmente solidária.

Nós teríamos que fazer isso de uma forma que não visasse um inimigo. Essa é a forma indigna de fazê-lo. Considerando a superficialidade, em muitos aspectos, do Acordo de Paris, nós precisaríamos construí-lo a partir de normas que legitimem ou, ao menos, digam que nós queremos fazer isso junto com a China, ajudando-a a superar as suas próprias contradições (porque há uma terrível polarização de renda e riqueza na China) e sua capacidade de planejamento tem sido, mesmo em termos capitalistas, desafiada.

Portanto, nós queremos fazer isso em conjunto com outros países. Isto não será feito do dia para a noite, obviamente. Temos que ser capazes de reconstruir fábricas que produzam calças jeans nos EUA novamente, certo? Mas nós podemos fazer isso de uma maneira que diga “nós estaremos comprometidos com isso, nós daremos passos nesta direção e, ao fazê-lo, nós tentaremos aprender com vocês, e tentaremos uma forma que construa apoio para nós.” Claro que é mais fácil falar do que fazer, mas eu não vejo nenhum outro caminho adiante, não apenas para a esquerda socialista, mas para a humanidade, no século XXI.

### Referências

- Garcia, Ana. BRICS investment agreements in Africa: more of the same? *Studies in Political Economy* 98:1, 2017, 24-47.
- Garcia, Ana and Caio Bugiati. Repensando o Estado e o imperialismo nas Relações Internacionais: as contribuições teóricas de Leo Panitch. *Revista de Estudos Internacionais* (REI), Vol. 10 (2), 2019, 3-18.
- Panitch, Leo and Sam Gindin. *The making of global capitalism*. The political economy of American empire. New York, London: Verso, 2012.
- Panitch, Leo and Sam Gindin. Global capitalism and American Empire. *Socialist Register* 2004, The new imperial challenge. Edited by Leo Panitch and Colin Leys. London: Merlin Press.
- Panitch, Leo and Sam Gindin. Trumping the empire. *Socialist Register* 2019, A world turned upside down? Edited by Leo Panitch and Greg Albo. London: Merlin Press.
- Panitch, Leo. *Renewing socialism*. Transforming democracy, strategy and imagination. The Merlin Press, 2008.

Recebido em 30 de dezembro de 2020

Aprovado em 6 de janeiro de 2021

# **“Karl Marx: uma biografia; José Paulo Netto: uma antologia”. Resenha do livro *Karl Marx: uma biografia*, de José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2020.**

João Leonardo Medeiros\*

Programada para ser lançada em 2018, como uma edição comemorativa dos 200 anos do nascimento de Karl Marx (1818-1883), a esperada biografia escrita por José Paulo Netto (1947-) foi finalmente entregue ao público neste ano dramaticamente histórico de 2020. Publicada pela editora Boitempo<sup>1</sup>, a obra, intitulada *Karl Marx: uma biografia*, nasce clássica, por diversas razões, dentre as quais se pode destacar imediatamente três: a notoriedade merecida do biógrafo; a hiperdimensão da pesquisa que fundamenta o trabalho, tanto no que se refere a fontes primárias quanto secundárias; por fim e como resultado, a qualidade alcançada pelo texto final, em termos de forma e de conteúdo.

De fato, é um empreendimento corajoso escrever uma biografia de Marx, ainda mais no Brasil, distante um oceano das terras em que viveu o autor e pelas quais se espalham seus escritos. A vida de Marx já fora objeto de biografias diversas, algumas bastante minuciosas, sendo inclusive muito rica uma das obras pioneiras nesse domínio, aquela escrita por Franz Mehring ([1918] 2014). Essa literatura expandiu-se bastante nos últimos anos, impulsionada pela divulgação de novos materiais produzidos por Marx (rascunhos, textos inteiros, correspondências) da década de 1970 em diante e, mais recentemente, pela já referida celebração dos duzentos anos de seu nascimento<sup>2</sup>.

Diante das alternativas existentes fica sempre a dúvida sobre a pertinência de dedicar o tempo a mais uma biografia de Marx ou, em se tratando de um/a leitor/a que desconheça sua vida, sobre a escolha do texto de José Paulo Netto

---

\* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo e da Sociedade Brasileira de Economia Política.

<sup>1</sup> Lamentavelmente, vejo-me obrigado a registrar uma queixa: é uma pena que uma obra como essa, que certamente será utilizada como referência para pesquisas diversas, seja publicada sem um índice remissivo, temático. Infelizmente, esse tem sido o padrão adotado pela editora, inclusive para obras teóricas. Por outro lado, é preciso registrar o primoroso acabamento do livro e a ótima seleção de ilustrações e fotos. Outro ponto altíssimo da edição é a apresentação redigida por João Antonio de Paula.

<sup>2</sup> Pode-se destacar, dentre as biografias mais recentes, a de Michael Heinrich (2018); Marcello Musto (2018a; 2018b); Gareth Stedman Jones (2017); Mary Gabriel (2013); Francis Wheen (2001).

em detrimento de outro qualquer. Essa dúvida seria ainda reforçada pelo próprio autor que, na nota introdutória, delimita o público que considera que poderia tirar o maior proveito do texto: “um leitor minimamente instruído, interessado numa aproximação séria a Marx [...]” [31]<sup>3</sup> e não um leitor eventual, que buscase, digamos assim, uma biografia de Twitter ou Wikipedia. O que parece uma advertência meramente defensiva é, na realidade, a expressão maior da qualidade da biografia e a justificativa mesma para a sua leitura, seja pelo/a leitor/a iniciante, seja pelo/a já experiente: seu diferencial é a qualidade da interpretação da obra de Marx.

Isso não é exatamente surpresa. José Paulo Netto talvez seja o mais importante e instruído dentre os marxistas brasileiros vivos. Portador de uma cultura vastíssima, de um saber teórico enciclopédico, de um conhecimento profundo da obra de Marx e do marxismo em geral e militante incansável por muitas décadas, Netto é indubitavelmente um patrimônio da causa comunista<sup>4</sup>. Suas qualidades como intelectual e militante são mobilizadas no texto, dotando-o de uma qualidade ausente em algumas outras biografias: a profundidade da interpretação teórica não entra em conflito com a qualidade do próprio registro biográfico. O texto se vale, portanto, da análise densa de um acadêmico do mais alto quilate na síntese e apresentação das obras e da paixão de um militante na reconstituição humanizadora e não mitologizante da vida omnilateral do Marx de carne e osso.

A redação do livro expressa essa qualidade. Embora percorra cronologicamente a vida de Marx, registrando com riqueza de detalhes fatos conhecidos de sua vida e daqueles no seu entorno (pai e mãe, Jenny, o sogro, as filhas, Engels, os companheiros de estudo e/ou militância etc.) lançando luz sobre fatos novos ou pouco destacados, nos oito capítulos que a constituem (excluindo a apresentação e o lindíssimo epílogo) espaço privilegiado é reservado para a interpretação das obras e, a partir delas, para a reconstituição do desenvolvimento intelectual do biografado. Netto rechaça (corretamente) as tentativas de fracionar a obra de Marx em dois momentos irreconciliáveis e demonstra que defender seu caráter unitário não é o mesmo que percebê-la como um monolito, no qual camadas de conhecimento sedimentam sobre outras previamente estabelecidas *once and for all*.

Após reconstituir com rigor e sentimento a formação de Marx como pessoa, intelectual e militante nas primeiras décadas de sua vida no Capítulo I e em

<sup>3</sup> As páginas da obra aqui resenhada serão indicadas desta forma, entre colchetes.

<sup>4</sup> Para evitar uma longa lista de referências, indico apenas a coletânea organizada por Marcelo Braz: *José Paulo Netto. Ensaios de um marxista sem repouso*. (Braz, 2017)

parte do Capítulo II, o texto começa a exibir sua virtude específica já no exame dos *Cadernos de Paris* [88-99] e dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844* [100-131]. Quem conhece a obra do biógrafo já poderia nutrir uma grande expectativa com relação a essa passagem do texto. Afinal de contas, Netto assina uma das melhores apresentações desse material (Netto, 2015) e possui uma interpretação bem sustentada das categorias que indubitavelmente ocupam o centro da preocupação intelectual de Marx naquele momento de partida do que viria ser a crítica da economia política: a alienação, o estranhamento e sua concepção de natureza humana. É, de fato, importante que o autor tenha preservado na biografia a orientação de sua edição dos *Cadernos* e dos *Manuscritos*, pois seu exame em conjunto permite perceber que a capacidade autocrítica de Marx é precoce e pode ser reconhecida mesmo em textos redigidos numa mesma empreitada.

À medida em que o livro avança para o período de Bruxelas (de que se ocupa seu Capítulo III), ganha ênfase, como não poderia deixar de ser, por um lado, a aproximação de Marx com o proletariado e com o movimento comunista e, por outro, sua ruptura crítica com o idealismo em geral, com o hegelianismo democrático e, no geral, antirreligioso (o dito “de esquerda”) e com o materialismo vulgar<sup>5</sup>. As três obras seminais produzidas nesse momento são devidamente valorizadas na reconstituição de Netto: *A Ideologia Alemã* [153-171] (incluindo, com destaque e num tratamento prévio, *Teses sobre Feuerbach* [144-153]), *Miséria da Filosofia* [175-192] e o *Manifesto do Partido Comunista* [195-203].

É preciso fazer uma anotação importante sobre a maneira como Netto lida com o conteúdo extenso e com a forma caótica de *A Ideologia Alemã*. Em primeiro lugar, na análise desta colaboração entre Marx e Engels, como na da anterior, *A Sagrada Família* [133-138], boa parte do texto está distante do interesse do/a leitor/a de nossa época, tendo mesmo caducado seja pela superação da conjuntura que o motivava, seja porque as ideias sob crítica perderam sua vitalidade. [134; 155] Todavia, e em segundo lugar, a caducidade de parte do texto não elimina a importância do conjunto do argumento, sobretudo no caso de *A Ideologia Alemã*.

<sup>5</sup> Há algo muito interessante na forma como Netto descreve os diversos rompimentos de Marx, que envolveu pessoas de seu círculo pessoal, como Bruno Bauer e Arnold Ruge. Quem lê uma biografia de Marx fica com a impressão de que esses rompimentos foram definitivos e puseram os envolvidos em cantos opostos, seja no plano pessoal e/ou político. Netto oferece diversos indícios para revisar esse entendimento. Por exemplo, ele registra *en passant* os diversos encontros entre Marx e Bruno Bauer na década de 1850 [545 n. 98] e a recepção muito positiva do Livro I de *O Capital* por Feuerbach e Ruge. Vale a pena registrar uma passagem da avaliação de Ruge, com quem Marx havia rompido ainda em 1844: “É um trabalho que vai fazer história e lança uma luz brilhante, algumas vezes intrigante, no desenvolvimento, declínio, dor de parto e terríveis e dolorosas doenças do atual período social. [...] O conhecimento de Marx é amplo e erudito e ele possui um esplêndido talento dialético. O livro [...] certamente abrirá caminho, apesar da sua grandeza, ou talvez exerça uma influência poderosa justamente por isso” Ruge *apud* [667 n. 3].

A obra contém os fundamentos filosóficos daquilo que veio a ser chamado de materialismo histórico, incluindo alguns princípios fundantes da visão de mundo inaugurada pela obra de Marx (e Engels). Em alguns casos, como na concepção de natureza humana e na teoria do valor (principalmente na crítica a Proudhon), há clara evolução com relação ao entendimento anterior; em outros, como na própria concepção da sociedade como uma totalidade dinâmica (histórica), já se distingue uma forma praticamente definitiva, cujo contorno geral se preservaria na obra de Marx a partir daí. A interpretação de Netto também aqui se destaca, não apenas porque se livra de interpretações vulgares, deterministas, mas porque também se mostra decidida em assuntos controversos.

Por exemplo, inspirando-se abertamente em Lukács, Netto defende que a noção de ideologia de Marx se desenvolve a partir dessa concepção original. [232] Quem conhece a obra ontológica de Lukács, é capaz de perceber sua influência sobre esse momento do texto, mas também é capaz de perceber a liberdade de Netto como intelectual: se admite o entendimento do Lukács maduro sobre ideologia como a interpretação mais desenvolvida de Marx, Netto se esquia da teoria do estranhamento que Lukács elabora a partir dessa concepção de ideologia, aproximando-se, neste caso, da letra do texto marxiano. Naturalmente, alguém pode concordar ou discordar de sua interpretação, mas é muito difícil desqualificar o entendimento de Netto como trivial<sup>6</sup>.

Nos três capítulos seguintes, IV a VI, Netto se debruça pouco a pouco sobre os momentos de definição do Marx-que-entrou-para-a-história. Desde os percalços da primeira década no exílio londrino, que contam com um período de horrorosa miséria nos seus primeiros anos, algumas das facetas mais conhecidas do Marx-que-entrou-para-a-história são ali pronunciadas: seu trabalho brilhante e duradouro como jornalista profissional (que remonta ao início dos anos 1840, mas acaba por adquirir mais frequência e continuidade na década de 1850); sua atividade militante (a partir de 1864, quando retorna à vida pública com a participação ativíssima na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), da qual foi dirigente até 1872); o trabalho na crítica da economia política, da qual resulta como obra maior *O Capital*.

<sup>6</sup> É importante dizer o seguinte: se o/a prezado/a leitor/a não tem qualquer concordância com a interpretação de Netto, talvez seja o caso de rever sua própria autodeclaração como marxista; e *o mesmo pode ser dito de uma plena concordância!* De minha parte, acho particularmente problemática a livre substituição da palavra trabalhador por operário, que expressa mais do que uma simples opção na tradução da palavra *Arbeiter*. Cf.: (Netto e Braz, 2007, p. 220). Defendi (Carcanholo e Medeiros, 2012) e defendo que a qualificação de trabalhador como operário rompe com um momento importante da teoria do valor de Marx, aquele em que o autor associa valor a trabalho abstrato, categoria em que se abstrai justamente do caráter útil do trabalho. Isso sem contar com o fato de que a conformação da classe trabalhadora se alterou ao longo do século XX, reduzindo o peso *relativo* do operariado em escala mundial, o que evidentemente minaria a importância prática e política da obra de Marx, caso ela tratasse do operário *stricto sensu*.

Os elementos destacados no último parágrafo não exaurem o conteúdo a que se referem e Netto é capaz de recuperar muitos ângulos da vida e do pensamento crescentemente complexos de seu biografado<sup>7</sup>. Mas aqueles são os momentos que recebem, acertadamente, mais destaque no texto. No que se refere ao trabalho jornalístico de Marx, Netto demonstra sua importância para (e a conexão com) a abordagem de episódios históricos que conferiram ao autor grande notoriedade, sobretudo sua análise da França de meados do século XIX [253-263] e da Comuna de Paris [426-437]. Quanto à atividade como militante e dirigente da AIT, Netto retrata fielmente a enorme contribuição de Marx para a conformação dos movimentos de representação da classe trabalhadora, valorizando muito seu comportamento firme e teoricamente instruído, mas não sectário ou dogmático. Quanto à crítica da economia política, é preciso abrir mais um parágrafo.

Talvez se questione as opções de Netto na reconstituição dos *Grundrisse* [304-348] e de *O Capital* [Capítulo VI], para não falar da ênfase relativamente menor conferida aos manuscritos intermediários (1861-1863 e 1863-1865 [348-352], que têm sido crescentemente valorizados. A reconstituição dos *Grundrisse*, por exemplo, enfatiza a conhecida *Introdução de 1857* e dá menor destaque a trechos muito valorizados, sobretudo do capítulo sobre o capital<sup>8</sup>. Permitam-me, quanto a isso, uma franca opinião, que resvala a indelicadeza: aqueles/as que julgam que a reconstituição deveria ser feita de outro modo, talvez pudesse prepará-la por si próprios/as! Explico a seguir.

O livro é escrito por José Paulo Netto e não por um coletivo de autores que nos inclua. Sua interpretação é riquíssima, segue uma linha teórica bem definida, explicita seus antecedentes (que são variados, destacando-se, pelo peso das citações, Mandel, Dussel e Lukács, dentre outros) e tem ampla sustentação textual. Há que se reconhecer nessa interpretação seus méritos, mais que julgar eventuais escolhas que, de todo modo, teriam de ser feitas. E são muitos os méritos da maneira como Netto examina e sintetiza os materiais que dão forma à crítica da economia política de Marx, dentre os quais se destacam: a capacidade de oferecer uma imagem sintética de conjunto da crítica; a capacidade de revelar o nexos com a produção antecedente (e subsequente, no caso do Livro I); a notável iluminação de seu fundamento metodológico.

<sup>7</sup> Por exemplo, apenas para destacar alguns elementos: a intimidade da vida familiar, retratada sem afetações; a pesquisa em campos diversos, desde a matemática até a história das formações pré-capitalistas, passando pela biologia evolutiva, pelas ciências da natureza, pelas línguas, pela literatura; as polêmicas extravagantes nas quais se envolveu Marx.

<sup>8</sup> Para oferecer outra ilustração pontual: na síntese de *O Capital*, alguém poderia questionar a pouca ênfase numa temática muito importante para a discussão sobre ecologia, a rotação do capital, na reconstituição do Livro II [366-371].

Quem atravessar a parte em que a biografia lida com *O Capital* acreditando que o melhor já se foi, ficará imensa e positivamente surpreso com os capítulos finais. Além de valorizar pesquisas recentíssimas sobre o Marx pós-1870, que romperam em definitivo com a antiga imagem de um pensador decadente intelectualmente já a partir de 1875, Netto ainda brinda o leitor com uma interpretação muito rica da concepção de comunismo de Marx. Isso envolve não apenas a análise de textos, como o imprescindível *Crítica ao Programa de Gotha* [452-460], mas o próprio relato do modo como Marx reagiu a acontecimentos políticos importantes no período final de sua vida. Os registros da correspondência com Engels, Bebel, Liebknecht e muitos outros e de sua relação com Lasalle e com seus discípulos são dignos de nota. O livro se encerra com uma descrição emocionante dos últimos dias da vida de Marx e com um epílogo magistral. Evitando um *spoiler*, o que posso antecipar é que tudo acaba em poesia.

Não é comum que uma resenha se estenda para além da dimensão desse texto. Concluo, portanto, laconicamente recomendando que, em caso de dúvida, leia a biografia de Marx escrita por José Paulo Netto. O livro é uma espécie de dois em um: uma biografia de Marx e uma antologia de José Paulo Netto.

### Referências

- BRAZ, M. (org.). *José Paulo Netto. Ensaios de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez, 2017.
- GABRIEL, Mary. [2011] *Amor e Capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o Nascimento da Sociedade Moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra*. Volume 1: 1818-1841. São Paulo: Boitempo, 2018.
- JONES, Gareth Stedman. [2016] *Karl Marx: grandeza e ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CARCANHOLO, Marcelo e MEDEIROS, João Leonardo. “Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho”, *Revista Outubro*, n. 20, primeiro semestre de 2012.
- MEHRING, Franz. [1918] *Karl Marx: a história de sua vida*, 2ª edição. São Paulo: Sundermann, 2014.
- MUSTO, Marcello. [2016] *O Velho Marx: biografia de seus últimos anos (1881-1883)*. São Paulo: Boitempo, 2018a.
- MUSTO, Marcello. *Another Marx: early manuscripts to the International*. Londres: Bloomsbury Academic, 2018b.
- NETTO, José Paulo. “Apresentação: Marx em Paris”. In: MARX, Karl. *Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico Filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.



NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*.  
3ª. edição, São Paulo: Cortez Editora, 2007.  
WHEEN, Francis. *Karl Marx*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Recebido em 22 de dezembro de 2020  
Aprovado em 24 de dezembro de 2020

**Marx e o Marxismo** v.8, n.15, jul/dez 2020

nlep  marx

**uff** Universidade  
Federal  
Fluminense